



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1115

Sexta-feira - 09 de Novembro de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos .....	3
Ascurra.....	4
Biguaçu .....	4
Braço do Trombudo .....	4
Caçador.....	17
Camboriú.....	28
Campo Alegre .....	38
Campos Novos .....	41
Canoinhas.....	42
Capinzal .....	42
Catanduvas.....	43
Chapadão do Lageado .....	47
Concórdia .....	48
Cordilheira Alta .....	49
Corupá .....	51
Curitibanos .....	52
Forquilha.....	55
Fraiburgo.....	57
Garopaba.....	71
Gaspar .....	72
Guaramirim.....	73
Herval d'Oeste .....	73
Ibiam .....	88
Iomerê .....	88
Itapoá .....	88
Joaçaba .....	89
Lages .....	91
Leoberto Leal.....	92
Luzerna .....	95
Massaranduba.....	95
Meleiro .....	97
Monte Carlo.....	98
Morro da Fumaça .....	104
Navegantes.....	105
Nova Trento .....	105
Novo Horizonte .....	106
Palhoça .....	128
Pinheiro Preto .....	172
Porto Belo.....	177
Porto União.....	177
Rio do Sul.....	178
Salto Veloso .....	199
São Bento do Sul.....	200
São Lourenço do Oeste.....	200
São Pedro de Alcântara.....	203
Schroeder .....	203
Timbó .....	204
Tunápolis.....	211

Videira.....	212
Vitor Meireles.....	215

### Consórcios

ARIS .....	217
CIGA .....	217

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### Decreto N° 1.597; de 26 de Outubro de 2012.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE ALTO BELA VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 571, de 23 de novembro de 2011;

Considerando a disponibilidade de recursos financeiros de exercícios anteriores, segundo as vinculações que adiante se identifica e que devem ser utilizados na mesma finalidade de vinculação;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo de Assistência Médica de Alto Bela Vista, crédito adicional suplementar, com a inclusão de vinculações relativas a recursos vinculados e remanescentes de exercícios anteriores, no orçamento vigente, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para atender a seguinte ação:

11.00 FUNDE MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FAM

11.01 Fundo Municipal de Assistência Médica - FAM

10 SAÚDE

10.301 Atenção Básica

10.301.0054 Assistência à Saúde dos Servidores

10.301.0054.2.096 Serviços de Assistência à Saúde dos Servidores

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0000 Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2011, na vinculação, daquele exercício

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

“0.1.000 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais”.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 26 de Outubro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável pelas Publicações

### **Decreto Nº 1598; de 29 de Outubro de 2012.**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 571, de 23 de novembro de 2011;

Considerando a disponibilidade de recursos financeiros de exercícios anteriores, segundo as vinculações que adiante se identifica e que devem ser utilizados na mesma finalidade de vinculação;

Considerando O excesso de arrecadação apurado em 30/09/2012 nas fontes de recursos próprios, educação (MDE) e saúde (ASPS) além da tendência de excesso até o final do exercício;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, com a inclusão de vinculações relativas a recursos remanescentes de exercícios anteriores, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 30,000,00 (trinta mil), para atender as seguintes ações:

04.00 GERENCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

04.02 Fundo Mun. de Desenv. Da Agropec. - FUNDEAGRO

20 AGRICULTURA

20.601 Promoção da Produção Vegetal

20.601.0011 Mecanização Agrícola

20.601.0011.2.022 Atividades e Serviços de Mecanização Agrícola

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0000 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

06.00 COORDENADORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.02 Fundo Mun. de Assistência Social - FMAS

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.241 Assistência ao Idoso

08.241.0020 Vida Melhor aos de Melhor Idade

08.241.0020.2.039 Atenção e Assistência às Pessoas Idosas

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0000 Aplicações Diretas

R\$ 6.000,00

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

09.02 Educação Infantil

12 EDUCAÇÃO

12.365 Educação Infantil

12.365.0043 Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil

12.365.0043.2.077 Material Didático e de Apoio Pedagógico

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0106 Aplicações Diretas

R\$ 1.000,00

09.03 Ensino Fundamental

12 EDUCAÇÃO

12.361 Ensino Fundamental

12.361.0044 Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

12.361.0044.2.079 Atividades Gerais do Ensino Fundamental

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0106 Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

12.361.0044.2.082 Material Didático e de Apoio Pedagógico

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0106 Aplicações Diretas

R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2011, na vinculação, daquele exercício “0.1.000 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais” e na fonte 0.1.0106 - Recursos Vinculados - Educação Básica conforme abaixo descrito;

Fonte de Recurso: 348 - Recursos Ordinários - Exercícios anteriores

Especificação da Fonte - 0.3.0000 - Superávit Financeiro.

Valor a Subtrair da Fonte - R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

Fonte de Recurso: 353 - Recursos Vinculados - Educação Básica

Especificação da Fonte - 0.3.0106 - Superávit Financeiro.

Valor a Subtrair da Fonte - R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 29 de Outubro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável pelas Publicações

### **Contrato Administrativo Nº 058/2012 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2012. 058/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa Posto Belavistense Ltda.

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 014/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 09/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA a compra, de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração Municipal, de combustíveis, para atender as demanda por abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total R\$ 5.940,00 (Cinco mil novecentos e quarenta reais)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 05 de novembro e inspirará em 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 014/2012 PREGÃO Nº 09/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 05 de novembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

EMPRESA POSTO BELAVISTENSE LTDA.

Contratado

### **Contrato Administrativo Nº 091/2012**

Extrato de Contrato 091/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa GENTE SEGURADORA S.A.

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 37/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 009/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA de serviços de seguro parcial e total, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), como também, cobertura a terceiros - Danos Materiais e Danos Pessoais, acidente pessoais por passageiros, com assistência 24 horas para os veículos da Prefeitura Municipal. Valor Total R\$ 2.940,00 (Dois mil novecentos e quarenta reais)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 05 de novembro, estendendo-se até 31 de outubro de 2013.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 037/2012 PREGÃO Nº 009/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2012

Alto Bela Vista - SC, 05 de novembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa GENTE SEGURADORA S.A.

Contratado

### **Termo Aditivo de Contrato 058 X 042 - FMS**

Termo Aditivo de Contrato 058 x 042 - FMS

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa GRAFICA SUL OESTE LTDA - ME.

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO, DE SERVIÇOS GRAFICOS.

Valor Total R\$ 6.252,10 (Seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais e dez centavos)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 06 de novembro de 2012, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2012 CONVITE Nº 01/2012 Contrato Administrativo Nº 042/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 06 de Novembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa GRAFICA SUL OESTE LTDA - ME.

Contratado

### **Termo Aditivo de Contrato 058 Xx 044 - FMS**

Termo Aditivo de Contrato 058 xx 044 - FMS

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa BRINDAL SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO, DE SERVIÇOS GRAFICOS.

Valor Total R\$ 2.891,50 (Dois mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 06 de novembro de 2012, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2012 CONVITE Nº 01/2012 Contrato Administrativo Nº 044/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 06 de Novembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa BRINDAL SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.

Contratado

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 107/2012**

DECRETO Nº 107/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antonio Carlos no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Antonio Carlos e autorização contida na Lei Municipal nº 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ R\$ 22.713,50 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.451.0007.1.022-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 22.713,50

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 30.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 8 de Novembro de 2012

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 8 de Novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

## Ascurra

### PREFEITURA

#### Edital de Credenciamento 01/2012

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01

##### 1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE ASCURRA torna público que, estará recebendo requerimentos para proceder ao CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, do ramo de atividade pertinente para a prestação de serviços de Recolhimento de Tributos Municipais, conforme condições previstas no item 02 do Edital de Credenciamento Nº 01/2012 e nos seus anexos.

1.2. O inteiro teor deste edital e dos seus anexos está disponível na Prefeitura Municipal de Ascurra, estabelecida na Rua Benjamin Constant, 221 - Bairro Centro. Ou no site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 09 de novembro de 2012.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 003/2012 - FMS

PORTARIA Nº 003/2012 - FMS

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigação decorrente de compras obras e serviços financiados com recursos extraordinários.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS, Secretário Municipal da Saúde, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8.666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que nas compras, obras e serviços financiados com recursos extraordinários, o agente financeiro ou órgão repassador exige o aporte da contrapartida para liberação da parcela financeira ou para apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido no convênio;

Considerando, que na prestação de contas de cada parcela liberada pelo agente financeiro ou órgão repassador, o Município deve comprovar o pagamento da contrapartida, o que impede aguardar a ordem cronológica de vencimento das faturas, sob pena de atrasar a liberação dos recursos extraordinários e comprometer o cronograma físico-financeiro da obra ou serviço ou ainda tornar o Município inadimplente para receber novos recursos;

Considerando, que o valor da contrapartida nesses casos, em geral

é de pequena monta;

Considerando, que os pagamentos aos demais credores não será prejudicado, haja vista que o Fundo Municipal de Saúde deve trabalhar sempre com suficiência de caixa,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o tesoureiro do Fundo Municipal de Saúde autorizado a pagar fora da ordem cronológica de vencimento das faturas, a contrapartida do Município nos fornecimentos e medições de obras e serviços financiados pela fonte de recursos 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme admite o artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos até 31/12/2012.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Biguaçu, 06 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO BARROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Decreto 067/2012

DECRETO Nº 067/2012

Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666 de 21/06/1993, e 10.520 de 17/07/2002.

Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso das atribuições legais e baseado nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02 decreta:

Art. 1º As sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, serão aplicadas à empresa licitante e à contratada pelo município e suas Autarquias e Fundações na forma e condições previstas neste Decreto.

Art. 2º Às empresas licitantes e às contratadas pelo Município e suas Autarquias e Fundações que não cumprirem as normas de licitação, os contratados e as atas de registro de preços, garantida a prévia defesa, serão aplicadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III- suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade pregão, e não superior a 02 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida;

IV- declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

Art. 3º O processo administrativo será conduzido por Comissão Especial composta por, no mínimo, 03 (três) membros, sendo pelo menos dois deles servidores efetivos, designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º A aplicação das sanções de:

I - advertência e multa compete ao Prefeito Municipal, no âmbito



das Autarquias ou Fundações;

II - declaração de inidoneidade e de suspensão do direito de licitar e contratar compete ao Prefeito Municipal em conjunto com Secretário ou Presidente do respectivo órgão ou ente administrativo que requisitou a deflagração do processo licitatório.

Parágrafo único - Ocorrendo licitação cuja deflagração for requerida por mais de um órgão ou entidade Municipal, a competência prevista no inciso II será daquele que tiver o pedido de maior monta, em conjunto com o Prefeito Municipal.

Art. 5º A sanção de advertência será aplicada à empresa licitante e à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente qualquer obrigação ou frustrar os objetivos da licitação.

Art. 6º A sanção de multa será aplicada à empresa contratada pelo atraso injustificado na entrega ou inexecução do contrato, nos percentuais no edital ou instrumento contratual.

1º O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantia do respectivo contrato.

2º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além perdê-la o contratado responderá pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

3º O atraso será contado em dias corridos, para efeitos de cálculo da multa, a partir do primeiro dia útil após o vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

Art. 7º A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar impossibilita a participação da empresa em licitações ou contratos com a Administração, pelos prazos previstos nos incisos III e IV do art. 2º.

Parágrafo único. A penalidade de que trata este artigo será processada quando verificada culpa da empresa licitante ou contratada em relação à prática ou inércia de ato.

Art. 8º A declaração de inidoneidade é a sanção mais severa que as empresas licitantes ou contratadas poderão sofrer, cujos efeitos estendem-se à toda Administração Pública.

Parágrafo único. A sanção de que trata este artigo será processada quando verificado dolo da empresa licitante ou contratada em relação à prática ou inércia de ato.

Art. 9º As sanções previstas nos incisos III e IV do art. 2º poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

I - sofrerem condenações definitiva por praticarem dolosamente fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ;

II - praticarem atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Art. 10 É facultado ao interessado interpor:

I - defesa prévia no prazo de:

a ) 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação;

II - recurso contra a decisão que aplicou a sanção no prazo de:

a ) 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão, nas sanções de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar;

b ) 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência da decisão, na sanção de declaração de inidoneidade.

Parágrafo único. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral do contratado e terá o seu registro cancelado após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

Art. 11. A aplicação da sanção e a sua extinção, em se tratando de declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Parágrafo único. Do extrato a que se refere este artigo constarão:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento de licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social da penalizada, com o número do CNPJ.

Art. 12. Salvo disposição em contrário, computar-se-á os prazos previstos neste Decreto excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos referidos neste artigo se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou entidade.

Art. 13. Os instrumentos convocatórios, os contratos e as atas de registro de preços mencionarão o número deste Decreto e incluirão os percentuais relativos às multas e às propostas comerciais deverão mencionar expressamente a concordância do proponente aos seus termos.

Art. 14. Os casos anteriores a este Decreto serão julgados nos termos da legislação vigente na época dos fatos.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 05 de novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

### Convite 3/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO 52/2012

EDITAL DE LIC. CONVITE 3/2012

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 10:00 horas do dia 26.11.2012, estará selecionando a melhor proposta para Extensão Rede de energia elétrica Ribeirão Kindel e Deslocamento de rede da Rua Amadeu Hercílio da Silva. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodo-trombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodo-trombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 07 de novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal



## Prêmio FECAM de Fotografia

Retratos das riquezas de Santa Catarina  
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



O 1º Prêmio FECAM de Fotografia é um concurso fotográfico promovido pela Federação Catarinense de Municípios e tem o objetivo de valorizar os municípios catarinenses por meio do registro fotográfico.

**TEMA: "Santa Catarina, riqueza de um povo".**

Concorrem fotos que evidenciem o turismo nos municípios Catarinenses. As imagens poderão enfatizar a gastronomia, as belezas naturais, manifestações populares, festividades, eventos, artes e equipamentos turísticos.

#### QUEM PODE PARTICIPAR:

**Categoria profissional:** Profissional que possui registro em uma associação de classe ou que trabalhe com carteira assinada como fotógrafo.

**Categoria amadora:** Todo e qualquer aficionado por fotografia.

Mais informações e como participar - Clique Aqui!



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Ata de Registro de Preço 11/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012****Número do Registro de Preços: 11/2012****Data do Registro: 09/05/2012****Válido até: 09/05/2013****Objeto da Compra:** Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fio flexível 1,5mm (6774)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	0,5631	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	0,5708	2
2	Fio flexível 2,5mm (6775)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	0,8394	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	0,8475	2
3	Fio flexível 4,0mm (6776)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	1,3929	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	1,4001	2
4	Fio flexível 6,0mm (6777)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	2,0294	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	2,0357	2
5	Fio flexível 10,0mm (6778)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	3,3577	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	3,3622	2
6	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	1,1438	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	1,1514	2
7	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	1,8541	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	1,8607	2
8	Cabo de rede RJ 45 (6781)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Telcon	0	1,4114	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	1,4186	2
9	Lâmpada fluorescente 20 wts (6782)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	4,4462	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	osram	0	4,4491	2
10	Lâmpada fluorescente 40 wts (6783)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	4,4462	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	osram	0	4,4491	2
11	Starter 20 wts (6784)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	1,0700	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	1,0777	2
12	Starter 40 wts (6785)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	1,0501	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	1,0700	2
13	Lâmpada econômica 26 wts (6786)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	11,3577	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	11,3646	2
14	Lâmpada incandescente 100 wts (6787)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	2,7581	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	2,7634	2
15	Lâmpada mista 160 wts (6788)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	9,3680	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012**

Número do Registro de Preços: 11/2012

Data do Registro: 09/05/2012

Válido até: 09/05/2013

**Objeto da Compra:** Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Osram	0	9,3721	2
16	Lâmpada mista 250 wts (6789)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	16,7372	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Osram	0	16,7518	2
17	Lâmpada vapor mercurio 400 wts (6790)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	29,4766	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Osram	0	29,5093	2
18	Reator convencional 20 wts (6791)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	epc	0	12,2788	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	12,2871	2
19	Reator convencional 40 wts (6792)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	epc	0	13,8171	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	13,8276	2
20	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	epc	0	17,1977	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	ECP	0	17,2130	2
21	Reator eletrônico 40wts (6794)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	epc	0	18,4229	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	ECP	0	18,4399	2
22	Reator eletrônico 2x20 wts (6795)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	epc	0	20,8823	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	ECP	0	20,9028	2
23	Reator eletrônico 2x40 wts (6796)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	epc	0	23,9497	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	ECP	0	23,9746	2
24	Tomada universal sistema X (6797)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Enerbras	0	5,8299	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	5,8308	2
25	Canaleta 20x40 2,20mts (6799)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Enerbras	0	3,2194	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	3,2240	2
26	Disjuntor nema 15/20/30 amp (6800)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	7,3691	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Soprano	0	7,3704	2
27	Disjuntor dim 10/16/25/32 amp (6801)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	8,2903	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Steck	0	8,2929	2
28	Disjuntor nema 35/40/50 amp (6802)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	11,6709	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Soprano	0	11,6783	2
29	Soquete fixo (6803)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Santel	0	2,4537	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012**

Número do Registro de Preços: 11/2012

Data do Registro: 09/05/2012

Válido até: 09/05/2013

**Objeto da Compra:** Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	2,4595	2
30	Soquete pendente (6804)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Santel	0	2,4537	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	2,4595	2
31	Poste padronizado 7 mts (6805)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	210,6377	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Joiarte	0	210,9283	2
32	Poste padronizado 8 mts (6806)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	260,9874	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Joiarte	0	261,3496	2
33	Torneira elétrica articulada (6811)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	153,2137	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Lumen	0	153,4225	2
34	Abraçadeira de pressão (6812)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Frontec	0	0,8487	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,8567	2
35	Caixa para 01 disjuntor sobrepor (6813)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Steck	0	5,5255	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	5,5269	2
36	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	13,8171	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Steck	0	13,8276	2
37	Fita isolante 10 mts (6815)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Prysmian	0	2,4537	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	2,4595	2
38	Interruptor 1 tecla sistema X (6816)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Enerbras	0	5,5901	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	5,5913	2
39	Luminária 2x40 completa (6817)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	50,3589	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	50,4213	2
40	Luminária 2x20 completa (6818)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	32,8572	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	32,8947	2
41	Luminária 1x40 completa (6819)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	38,6880	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	38,7338	2
42	Luminária 1x20 completa (6820)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	25,4880	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	25,5151	2
43	Pino para extensão (6821)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Enerbras	0	2,4814	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012**

Número do Registro de Preços: 11/2012

Data do Registro: 09/05/2012

Válido até: 09/05/2013

Objeto da Compra: Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	2,4871	2
44	Pino fêmea para extensão (6822)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Enerbras	0	2,9150	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	2,9200	2
45	Tomada fone sobrepor (6823)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Enerbras	0	2,9150	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	2,9200	2
46	Caixa universal para canaleta 2x4 (6824)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Enerbras	0	4,7599	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	4,7623	2
47	Luminária para poste com braço (6825)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	44,2149	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Shomei	0	44,2686	2
48	Refletor 250 wts (6826)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	35,9246	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Shomei	0	35,9665	2
49	Filtro de linha 5 saidas (6827)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	20,5691	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Intelbras	0	20,5892	2
50	Bomba submersa 975 wts 1 pol. (6828)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	luzzi	0	193,4400	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Bompar	0	193,7061	2
51	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	11,6709	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Lorenzetti	0	11,6783	2
52	Resistência para chuveiro 5400 wts (6830)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo system	0	11,6709	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Lorenzetti	0	11,6783	2
53	Mangueira trançada multiuso (6831)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Wingfoot	0	3,5238	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	3,5280	2
54	Rele fotoelétrico com base (6832)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	illumi	0	41,7554	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Margirus	0	41,8056	2
55	Lâmpada econômica 40 wts (6833)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	35,0034	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	35,0440	2
56	Pino adaptador (T) (7939)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Lorenzetti	0	5,9867	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	5,9874	2
57	Haste terra 1 mt (7940)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	icesa	0	12,8960	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012**

Número do Registro de Preços: 11/2012

Data do Registro: 09/05/2012

Válido até: 09/05/2013

**Objeto da Compra:** Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Termotécnica	0	12,9051	2
58	Presilha p/ haste terra (7941)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Termotécnica	0	3,2194	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	incesa	0	3,2240	2
59	Luminária de emergência 2x8wts (7942)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	43,2937	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	43,3461	2
60	Chuveiro elétrico 700W (7943)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo sytem	0	87,5086	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Lorenzetti	0	87,6239	2
61	Roldana PVC 36x36 (7944)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Germer	0	0,2675	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	0,2763	2
62	Filtro de linha ADSL (7945)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox fox	0	9,8286	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Intelbras	0	9,8334	2
63	Campainha sem fio (7946)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	34,0823	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Intelbras	0	34,1216	2
64	Silicone 280gr (7947)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	10,4365	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascoved	0	10,4422	2
65	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	8,1337	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Cremer	0	8,1360	2
66	FIO TELEFONE FE 100 (424)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	0,7933	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	0,8014	2
67	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 (754)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Fischer	0	0,9132	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	0,9211	2
68	Caixa luz PVC 2x4 (7948)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Tramontina	0	0,9132	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	0,9211	2
69	Cabo Coaxial (7949)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Amplimatic	0	1,0055	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	1,0133	2
70	Cabo multiplexado duplex 10mm (7950)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	2,4814	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	2,4871	2
71	Sensor de presença (7951)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox fux	0	35,0034	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012**

Número do Registro de Preços: 11/2012

Data do Registro: 09/05/2012

Válido até: 09/05/2013

Objeto da Compra: Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Margirus	0	35,0440	2
72	Reator vapor mercúrio 400wts (7952)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ecp	0	55,5726	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Osram	0	55,6424	2
73	Eletro-boia 15 amperes (7953)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kits brasil	0	27,0171	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Kit's Brasil	0	27,0463	2
74	Temporizador digital (7954)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	62,6377	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Margirus	0	62,7176	2
75	Grampo fixa fio (7955)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Magnet	0	1,2176	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	1,2251	2
76	Dijuntor trifásico 40 amperes (7956)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	49,7417	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Steck	0	49,8033	2
77	Mangueira luminosa led (7957)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	10,9340	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	10,9403	2
78	Cabo de força p/ mangueira luminosa led (7958)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	11,0537	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	11,0602	2
79	Lâmpada incandescente 40 wts (7959)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	2,4537	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tschibra	0	2,4595	2
80	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	17,5017	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Unifix	0	17,5174	2
81	Eletroduto PVC 3/4. (7961)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Fischer	0	3,8374	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	3,8412	2
82	Eletroduto PVC 1" (7962)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Fischer	0	5,5255	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	5,5269	2
83	Caixa para medidor trifásico (7963)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mult	0	88,1257	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	TAF	0	88,2419	2
84	Caixa para medidor monofásica (7964)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mult	0	44,8320	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	TAF	0	44,8866	2
85	Conector porcelana 10mm (7965)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Lorenzetti	0	3,6529	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012**

Número do Registro de Preços: 11/2012

Data do Registro: 09/05/2012

Válido até: 09/05/2013

**Objeto da Compra:** Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	incesa	0	3,6569	2
86	Extensão cabo P.P. 2x1mm 10mt (7966)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	22,1074	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Enerbras	0	22,1297	2
87	Cabo P.P 2x1,5mm (7967)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	1,6789	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox fox	0	1,6857	2
88	Cabo P.P 2x2,5mm (7968)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	2,6198	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	2,6253	2
89	Cabo P.P 3x2,5mm (7969)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	4,2156	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	4,2188	2
90	Lâmpada econômica 16wts cores (7970)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	16,5806	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	16,5949	2
91	Lâmpada vapor metálica 400wts cores (7971)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	46,3611	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Osram	0	46,4179	2
92	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Germer	0	3,5238	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	3,5280	2
93	Cinta aço inox 1mt (7973)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Termotécnica	0	3,3116	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	3,3161	2
94	Presilha para cinta inox (7974)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Termotécnica	0	0,8856	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	0,8935	2
95	Tubo galvanizado NBR 5598 1" 6mt (7975)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	221,0743	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Brasduto	0	221,3797	2
96	Fita auto fusão 10mt (7976)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	17,1977	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Prysmian	0	17,2130	2
97	Mangueira luminosa cores (7977)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	5,8668	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g- light	0	5,8677	2
98	Cabo força para mangueira luminosa (7978)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g-light	0	7,6731	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	7,6748	2
99	Lâmpada par 20 colorida 50 wts (8959)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	14,4343	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012**

Número do Registro de Preços: 11/2012

Data do Registro: 09/05/2012

Válido até: 09/05/2013

**Objeto da Compra:** Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Taschibra	0	14,4456	2
100	Tomada sistema x 20 amp (8960)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	7,6731	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Enerbras	0	7,6748	2
101	Alça pré-formada (8961)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	MTA	0	2,6013	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	2,6068	2
102	Abraçadeira tipo u 3/4 (8962)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	MTA	0	0,9778	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,9856	2
103	Bucha plástica 6mm (8963)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Ciser	0	0,0553	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	0,0645	2
104	Bucha plástica 8mm (8964)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Ciser	0	0,0553	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	0,0645	2
105	Bucha plástica 10mm (8965)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Ciser	0	0,1291	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	0,1382	2
106	Ventilador teto c/ luz (8966)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	115,7600	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Tron	0	115,9155	2
107	Exaustor industrial 40 cm (8967)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	167,3440	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Ekenox	0	167,5729	2
108	Extensão cabo pp 3 metros (8968)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	8,5943	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	8,5973	2
109	Extensão cabo pp 5 metros (8969)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	14,7383	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	14,7500	2
110	Chave bipolar liga e desliga 10 amp (8970)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	32,5440	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	WEG	0	32,5811	2
111	Isolador olhal de porcelana (8971)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Germer	0	3,9850	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	3,9885	2
112	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Lumibras	0	4,2986	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	4,3017	2
113	Caixa de aterramento pequena (8973)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	7,0652	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 9/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012**

Número do Registro de Preços: 11/2012

Data do Registro: 09/05/2012

Válido até: 09/05/2013

Objeto da Compra: Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Tigre	0	7,0660	2
114	Haste terra padrão celesc (8974)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	incesa	0	52,8091	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Magnet	0	52,8750	2
115	Conector para haste padrão celesc (8975)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	incesa	0	7,6731	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Magnet	0	7,6748	2
116	Fio sólido 1,5mm (8976)	MTS	Quark Engenharia LTDA (8956)	Conduspar	0	0,5442	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	0,5527	2
117	Fio sólido 2,5mm (8977)	MTS	Quark Engenharia LTDA (8956)	Conduspar	0	0,8025	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	0,8106	2
118	Fio sólido 4mm (8978)	MTS	Quark Engenharia LTDA (8956)	Conduspar	0	1,3468	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	1,3541	2
119	Fio sólido 6mm (8979)	M	Quark Engenharia LTDA (8956)	Conduspar	0	1,9925	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	1,9989	2
120	Fio sólido 10mm (8980)	MTS	Quark Engenharia LTDA (8956)	Conduspar	0	3,2839	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	3,2885	2
121	Cordão paralelo 2x4mm (8981)	MTS	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	2,4168	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	2,4226	2
122	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	125,2754	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	WEG	0	125,4445	2
123	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	120,3657	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	WEG	0	120,5278	2
124	Cabo pp 3,2x5 (8984)	MTS	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	4,1695	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	4,1728	2
125	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	4,4186	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	4,4215	2
126	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	corfio	0	10,3813	1
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Brascopper	0	10,3868	2
127	Capacitor para ventilador 2 fios (8987)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	8,2903	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 10/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012****Número do Registro de Preços: 11/2012****Data do Registro: 09/05/2012****Válido até: 09/05/2013****Objeto da Compra:** Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Quark Engenharia LTDA (8956)	RIMA	0	8,2929	2
128	Mangueira corrugada 1 (8988)	MTS	Quark Engenharia LTDA (8956)	Fischer	0	1,1900	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	1,1975	2
129	Caixinha de luz 4x2 (8989)	UND	Quark Engenharia LTDA (8956)	Tramontina	0	0,9778	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	0,9856	2
130	Serviço de mão-de-obra elétrica (7120)	HR	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	Moacir Luiz	0	26,7131	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 11/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2012****Número do Registro de Preços: 11/2012****Data do Registro: 09/05/2012****Válido até: 09/05/2013****Objeto da Compra:** Serviços elétricos de edificações com fornecimento de material para todas as edificações pertencentes ao município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Quark Engenharia LTDA (8956)	Quark Engenh	0	27,0463	2

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2012****PROCESSO Nº 24/2012**

(8293) - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

(8956) - Quark Engenharia LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 9 de Maio de 2012.

# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto Nº 5.386

DECRETO Nº 5.386, de 31 de outubro de 2012.

Suplementa dotações orçamentárias, por conta do remanejamento entre despesas e Excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 2.865, de 22/12/2011

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador na importância total de R\$ 149.035,00 (Cento e quarenta e nove mil e trinta e cinco reais):

#### 02.02-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.123.0002.2.005-Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.71.00.0000-Transferências a Consórcios R\$ 535,00

Soma R\$ 535,00

#### 02.05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.046-Aplicação recursos do Fundeb 60%

3.1.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 41.000,00

3.1.91.00.0000-Aplicações diretas- Oper. Intra Orçamentárias R\$ 80.000,00

12.361.0011.2.047-Aplicação recursos do Fundeb 40%

3.1.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 20.000,00

12.361.0011.2.049-Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.0019-Aplicações diretas R\$ 7.500,00

Soma R\$ 148.500,00

Total R\$ 149.035,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 20.535,00 (vinte mil, quinhentos e trinta e cinco reais) e do Excesso de arrecadação no valor de R\$ 128.500,00 (cento e vinte e oito mil e quinhentos reais):

#### 02.02-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.123.0002.2.005-Manutenção da Secretaria de Administração

4.4. 71.00.0000-Transferências a Consórcios R\$ 535,00

Soma R\$ 535,00

#### 02.05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.047-Aplicação recursos do Fundeb 40%

4.4.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 20.000,00

Soma R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de outubro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

### Portaria Nº 22.031

PORTARIA Nº 22.031, de 13 de setembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR a médica, abaixo relacionada, para compor Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais, e apresentar o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia: 16/10/12

Servidora: IRACI FURTADO

Médica Perita: Ana Adeline R. Bridi

Dia: 19/09/2012

Servidor: VALTER THIBES PEREIRA

Médica Perita: Ana Adeline R. Bridi

Dia: 04/10/12

Servidor: RICARDO PIRES DE CAMARGO

Médica Perita: Ana Adeline R. Bridi

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 13 de setembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

### Portaria Nº 22.080

PORTARIA Nº 22.080, de 10 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme laudo de perícia médica emitida pelos médicos nomeados através da Portaria nº 22.031, de 13 de setembro de 2012, conforme segue:

Nome	Período de afastamento	A contar de
Iraci Furtado	30 dias	16/10/12
Ricardo Pires de Camargo	60 dias	04/10/12
Valter Thibes Pereira	60 dias	19/09/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 10 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

**Portaria Nº 22.085**

PORTARIA Nº 22.085, de 10 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que fazem jus, por motivos pessoais, devidamente justificados, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Conv.	Período Aquis.
3318	Rosimar Borges Horn	Professora	Educação	1/3	01/08/02 a 01/08/07
1126	Soeli Aparecida da Silva	Professora	Educação	1/3	30/12/01 a 30/12/06

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
10 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração

**Portaria Nº 22.092**

PORTARIA Nº 22.092, de 11 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

NOMEAR a médica, abaixo relacionada, para compor Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais, e apresentar o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia: 23/10/12

Servidora: NELY FÁTIMA ALVES DE CAMPOS  
Médica Perita: Ana Adeline R. Bridi

Dia: 19/10/2012

Servidora: REJANE SERAFINI  
Médica Perita: Ana Adeline R. Bridi

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
11 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

**Portaria Nº 22.096**

PORTARIA Nº 22.096, de 11 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 73, III, alínea "b", da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença nojo, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
11217	Edinéia Ap. da Silva Batista	Auxiliar Enfermeira	006	08	Avó
227	Elza Luzi	Atendente Enfermeira	006	05	Cunhada
4256	Flávia Morona Maffessoni	Odontóloga	006	08	Avô
11365	Pedro Neotti	Motorista	008	05	Sobrinha
10510	Schayana Zmijevski Simas	Auxiliar Administrativo	008	08	Pai

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
11 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

**Portaria Nº 22.099**

PORTARIA Nº 22.099, de 19 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas,

**RESOLVE:**

RESCINDIR OS CONTRATOS, por tempo determinado, dos(as) cidadãos(as), a seguir relacionados(as), pertencentes a Secretaria de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Rescisão
Anderson Luiz Ramos	Odontólogo	37	20	31/10/12
Cibele Urió	Fisioterapeuta	21	20	31/10/12
Cíntia Regina Back Brasil	Enfermeira	37	35	31/10/12
Elaine Raquel Pasini Bulatt	Assistente Social	37	30	31/10/12



Eliane Aparecida de Campos	Auxiliar Consultório Dentário	09	35	31/10/12
Eliane Maria Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	14	35	31/10/12
Estela Maris Padilha de Souza	Auxiliar de Enfermagem	14	35	31/10/12
Graziela Léa Galina	Enfermeira	37	35	11/10/12
Iraci de Fátima Ribeiro Lopes de Oliveira	Auxiliar Consultório Dentário	09	35	31/10/12
João Maria Guaripuna Filho	Agente Combate Endemias	11	40	31/10/12
Leonardo Castilho	Odontólogo	37	20	31/10/12
Loriana Lopes	Agente Combate Endemias	11	40	31/10/12
Maria Elena de Oliveira Eger	Agente Combate Endemias	11	40	31/10/12
Monalisa Ribeiro Camargo	Assistente Administrativo	14	35	31/10/12
Nelson Florencio da Silva	Auxiliar de Enfermagem	14	35	31/10/12
Rafael Fleck	Odontólogo	37	20	31/10/12
Sérgio Luiz Figueroa	Fisioterapeuta	21	20	31/10/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
19 de outubro de 2012.  
CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

#### Portaria Nº 22.102

PORTARIA nº 22.102, de 22 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o mês de setembro e outubro de 2012, especificando código, nome dos servidores, Secretaria e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº horas
3750	Irene Ap. Macedo	Administração	38,50
8551	Jorge Luiz Trindade	Administração	40

645	Klaiton Strey	Administração	40
600	Sandro Dallazem	Administração	15
2027	Edezio Recalcatti	Agricultura	55
11240	Ana Lucia Kletke	Ass. Social	16
11192	Doraci Ruppel	Ass. Social	20
12098	Edmar Sampaio	Ass. Social	60
8612	Elizeni do Amaral	Ass. Social	24
7785	Elizete Farias	Ass. Social	02
830	Eloir Fátima Antunes	Ass. Social	48
11139	Eunice M. Ueda	Ass. Social	05
4081	Fátima Damasceno	Ass. Social	48
11230	Fernanda Moraz	Ass. Social	12
11186	Gicely Laismann	Ass. Social	13,40
11189	João Bethien Brasil Neto	Ass. Social	40
11361	Julio Cesar Goes	Ass. Social	20
2529	Lucia Cavalett	Ass. Social	24
402	Nilson Donizante Medeiros	Ass. Social	05
7746	Santina Piacentini	Ass. Social	60
1303	Dioclécio Alves de Moura	Bombeiros	13
1276	Geraldo Moraes da Silva	Bombeiros	22
1928	Alex Moraes dos Santos	Bombeiros	60
7987	Alessandro Gonçalves	Dittesc	40
8628	Angela Knaebel	Dittesc	20
8337	Antonio Carlos M Conceição	Dittesc	20
10300	Carlos Venâncio dos Santos	Dittesc	30
10297	Claudio Sonego	Dittesc	22
10302	Cristiano Rodrigues	Dittesc	40
7993	Diogo Borges	Dittesc	12
10292	Edgar Aimi	Dittesc	29
7991	Eduardo Bittencourt	Dittesc	14
8334	Eveline Semke	Dittesc	17
9200	Fábio Garcia	Dittesc	06
8336	Fernando Sinhorin	Dittesc	20
9195	Gustavo P. Boscari	Dittesc	30
1439	Isaac Alves de Mello	Dittesc	40
9201	José Augusto	Dittesc	20
1145	José Luiz Carvalho	Dittesc	40
1444	José Scheffmacher	Dittesc	20
1457	José Vilmar Miranda	Dittesc	20
9199	Josimara Ansiliero	Dittesc	17

9255	Lilian Ap. Oliveira	Dittesc	20
8339	Luciara Garcez Coelho	Dittesc	40
8335	Marcio Faccione	Dittesc	30
10104	Marcelo de Andrade	Dittesc	31
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Dittesc	40
8333	Priscila da Luz	Dittesc	24
10296	Viviane Wosgrau	Dittesc	20
4953	Camilo Paganini	Educação	59,50
1993	Parcival Pinzigher	Educação	68,37
599	Ademir Novaes dos Santos	FME	40
1720	Sandro José Neres da Rocha	FME	40
1207	Adair F. da Luz	Fundema	24
38	Adriano de Oliveira Lourenço	Fundema	30
3521	Airton Rogério Bicki	Fundema	40
3382	Anderson José Oliveira	Fundema	20
3282	Angelo Fantin	Fundema	35
11703	Antonio Adelir da Silva	Fundema	30
224	Antonio Amadeus da Luz	Fundema	33
10179	Carlos Alberto Machado	Fundema	35
3391	Carlos Carlin de Lara	Fundema	34
36	Davi R. da Rocha	Fundema	48
296	Edemilson José Fernandes	Fundema	25
1452	Evaldo Maurilio	Fundema	32
2504	Ézio Ferreira dos Santos	Fundema	10
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	Fundema	25
29	Izaías Ribeiro dos Santos	Fundema	30
32	Izaltino Fernandes	Fundema	12
10050	João Antonio dos Santos	Fundema	30
9907	João Carlos Ferreira dos Santos	Fundema	19,30
2501	José Adelir Soares	Fundema	35
1242	José Aldo Moraes	Fundema	13
896	José Alves Ribeiro	Fundema	40
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Fundema	13
1417	Loreli Ap. Varella	Fundema	18

8317	Luiz Roberto de Souza	Fundema	35
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	Fundema	35
11140	Maria Ap. Matos de Oliveira	Fundema	13
47	Maria Ap. de Lima	Fundema	36
27	Marcio Silveira Pinto	Fundema	54
31	Marco Antonio dos Santos	Fundema	46
11895	Mauri Bueno	Fundema	18
64	Mauricio de Oliveira	Fundema	25
10772	Maxure França	Fundema	20
10946	Mônica Galvão Varella	Fundema	18
10473	Nair Góes de Lara	Fundema	20
11595	Nilso Roberto Góes	Fundema	25
5066	Roseli Ap. Gribisk	Fundema	32
9493	Salete Adamio	Fundema	30
9464	Solange Vieira da Silva	Fundema	34
11072	Taisa Pelentier de Oliveira	Fundema	06
2515	Valdir dos Santos	Fundema	06
3416	Valcyr Vasconcellos	Fundema	18
786	Vilmar Moreira dos Santos	Fundema	35
11061	Walmir Richter	Fundema	30
5065	Adão Ortiz Goes	Infra-Estrutura	57
2507	Adão R. de Camargo	Infra-Estrutura	57
26	Amilton Cesar Mello	Infra-Estrutura	57
11707	Anderson Roberto Goes	Infra-Estrutura	64
10916	Anderson dos Santos	Infra-Estrutura	15
10947	Altamiro Figueiroa	Infra-Estrutura	56
1003	Antonio Medeiros de Oliveira	Infra-Estrutura	56
2634	Argemiro Zotto	Infra-Estrutura	57
1018	Carlos Sotel	Infra-Estrutura	56
2506	Celso Oliveira da Silva	Infra-Estrutura	38
11705	Claudinei A Pereira	Infra-Estrutura	86
286	Claudio Sobieski	Infra-Estrutura	56
11712	Clausnir Ribeiro Dias	Infra-Estrutura	56
576	Daniel Pires de Camargo	Infra-Estrutura	20
08	Darci Alves	Infra-Estrutura	57
1301	Edson Iaroch	Infra-Estrutura	57
563	Euclides A. Mello	Infra-Estrutura	55

1278	Eurico A de Oliveira	Infra-Estrutura	55
11782	Fábio José Cordeiro	Infra-Estrutura	56
716	Fernando Dal Puppo	Infra-Estrutura	34
8318	Giovani Lipka	Infra-Estrutura	56
2492	Ilto Adão Ferreira	Infra-Estrutura	57
11710	Ivo Osmar Machado	Infra-Estrutura	49
3409	Ivonei Antonio Pavelski	Infra-Estrutura	57
1899	Itamar Abreu do Nascimento	Infra-Estrutura	56
11781	Izaías Isaac Zaurur	Infra-Estrutura	57
1833	Jair Ramos	Infra-Estrutura	56
478	Joacir Antunes de Oliveira	Infra-Estrutura	51
1347	João Maria Hornburg	Infra-Estrutura	60
1121	João Gonçalves	Infra-Estrutura	28
1279	João José do Prado	Infra-Estrutura	56
11706	José Ricardo Kuhn	Infra-Estrutura	57
198	José Valdir Perretti	Infra-Estrutura	57
881	José Volni Arruda Palhano	Infra-Estrutura	59
3174	Julio Cesar Petrikowsky	Infra-Estrutura	57
11103	Julio Cesar Recalcatti	Infra-Estrutura	57
46	Juruá Coelho de Souza Filho	Infra-Estrutura	40
869	Lucio Ademair Pereira	Infra-Estrutura	20
11714	Luiz Carlos Nica	Infra-Estrutura	40
428	Luiz Gonçalves	Infra-Estrutura	10
41	Marcelo Alves Silva	Infra-Estrutura	56
10777	Marcio Gonçalves Cordeiro	Infra-Estrutura	56
2522	Marcos Cordeiro	Infra-Estrutura	56
3517	Mario da Silva Medeiros	Infra-Estrutura	56
11364	Milton Tibes de Lima	Infra-Estrutura	57
49	Milton Gomes Ribeiro	Infra-Estrutura	55
12010	Nayara P. Camargo	Infra-Estrutura	36
11709	Nelson Borges Tibes	Infra-Estrutura	56
569	Oracides Pires de Camargo	Infra-Estrutura	48
884	Paulo N. Combim	Infra-Estrutura	57
10099	Paulo Voleinik	Infra-Estrutura	56
902	Pedro Locatelli	Infra-Estrutura	30

11783	Rudinei Gregório	Infra-Estrutura	56
11711	Rubens Jofre Góes	Infra-Estrutura	22
2628	Rui Mattana	Infra-Estrutura	57
538	Sebastião Hornburg	Infra-Estrutura	20
1963	Silvio dos Santos Varella	Infra-Estrutura	35
1328	Valmir de Prado Geraldo	Infra-Estrutura	57
2521	Vanderlei Alves	Infra-Estrutura	30
411	W i l s o n Schuwants	Infra-Estrutura	56
10788	Aires Roberta Rosa	Sec. Saúde	30
7739	A l i c e L.G.Lafavera	Sec. Saúde	40
10832	Ana Paula Castilha Souza	Sec. Saúde	07
11810	Ana Paula Simioni	Sec. Saúde	36
11056	Carla Ribeiro	Sec. Saúde	26
11731	Cíntia Brasil	Sec. Saúde	48
8413	Claudete Bento Corrente	Sec. Saúde	24
11809	Clairton M Correia	Sec. Saúde	12
11815	Deyse Heine	Sec. Saúde	52
10766	Edina Ferreira Lopes	Sec. Saúde	13
11816	Eliane Navroski	Sec. Saúde	70
7744	Elisandra Dietrich	Sec. Saúde	24
3745	Erenilda Americano	Sec. Saúde	18
10485	Hélio Luiz Wirschum	Sec. Saúde	29,30
11890	Jorge Jair Moura Borges	Sec. Saúde	12
10787	Juliana Ap. Cordeiro	Sec. Saúde	25,30
10831	Katia Possamai	Sec. Saúde	18
10457	Kátia Broner	Sec. Saúde	24
7981	Laurita Aimi	Sec. Saúde	40
11055	Luciana Cristaldo	Sec. Saúde	26
11032	Luiz A Wancin	Sec. Saúde	40
7824	Maicon Sgarbossa	Sec. Saúde	40
7784	Mara Rúbia Cordeiro	Sec. Saúde	30
3852	Marcia Araujo Matia	Sec. Saúde	24
3273	Maria Estela Cavichioli	Sec. Saúde	28
9393	Maria Helena Magalhães	Sec. Saúde	30
8331	Mônica Witiuk	Sec. Saúde	40
7683	Nara Teske	Sec. Saúde	04
11350	Nicoli Comel	Sec. Saúde	29
7674	Patricia K. Cruz	Sec. Saúde	32
11886	Paula Zitkiewicz	Sec. Saúde	18

10102	Rosa Meri Coluzzi	Sec. Saúde	37
10764	Sandra Correa	Sec. Saúde	27
10541	Sara Velasques	Sec. Saúde	20
3437	Sayonara Galina	Sec. Saúde	35
135	Sueli Bueno	Sec. Saúde	18
11347	Thiago Duarte	Sec. Saúde	39,37
10785	Vagner Gonçalves	Sec. Saúde	40
1065	Waltraud Zardo	Sec. Saúde	03
11105	Walter S. Neves	Sec. Saúde	40
10455	Willian C. Pinto	Sec. Saúde	30
1857	Adenir Zotto	Sec. Saúde	60
1964	Adelar Geraldo Piran	Sec. Saúde	60
1836	Aldecir Barpp	Sec. Saúde	60
2512	Altino Inácio Carneiro	Sec. Saúde	60
1453	Alvaro Santos de Castro	Sec. Saúde	54
1214	Marcio Bassani	Sec. Saúde	51
1849	Valdeci Alvarenga	Sec. Saúde	55,30
749	Valdecir José P. da Silva	Sec. Saúde	60
888	José Osni Batista	Sec. Saúde	60
1827	Odair Santana	Sec. Saúde	60
2650	Odiney Leite	Sec. Saúde	60
1535	Vilmar Dobner	Sec. Saúde	60
2497	Vilmar Goes	Sec. Saúde	60
1866	Vilmar Lezan	Sec. Saúde	60

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 22 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

### Portaria Nº 22.103

PORTARIA nº 22.103, de 22 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante os meses de setembro e outubro de 2012, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº Horas
11240	Ana Lucia Kletke	Ass. Social	64
11192	Doraci Ruppel	Ass. Social	72
830	Eloir do Carmo Antunes	Ass. Social	112
4081	Fátima R. G. Damaceno	Ass. Social	120

11189	João Bethier Neto	Ass. Social	88
3384	Lucimeri Vieira	Ass. Social	240
7746	Santina Piacentini	Ass. Social	120
1303	Dioclécio Alves de Moura	Bombeiros	110
1276	Geraldo Moraes da Silva	Bombeiros	110
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Bombeiros	110
7987	Alessandro Gonçalves	Dittesc	144
8337	Antonio Carlos Conceição	Dittesc	144
10300	Carlos Venâncio dos Santos	Dittesc	21
10302	Cristiano Rodrigues	Dittesc	144
10292	Edgar Aimi	Dittesc	144
7991	Eduardo Bittencourt	Dittesc	25
8336	Fernando Sinho- rin	Dittesc	144
9195	Gustavo P. Bos- cari	Dittesc	144
1444	José Scheffma- cher	Dittesc	144
1457	José Vilmar Mi- randa	Dittesc	144
9255	Lilian Ap. Olivei- ra	Dittesc	144
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Dittesc	144
10296	Viviane Wos- grau	Dittesc	144
674	Joventino Rodri- gues dos Passos	Fundema	112
1242	José Aldo Mora- es da Silva	Fundema	112
1347	João Maria Hor- nburg	Infra	144
569	Oracides Pires de Camargo	Infra	144
576	Daniel Pires de Camargo	Infra	144
10788	Aires Roberta Rosa	Sec. Saúde	21
7739	Alice Lafavera	Sec. Saúde	92
11810	Ana Paula Si- mioni	Sec. Saúde	28
11731	Cíntia Brasil	Sec. Saúde	182
11809	Clairton M Cor- rea	Sec. Saúde	09
11815	Deyse Heine	Sec. Saúde	18
11816	Eliane Navroski	Sec. Saúde	10
11890	Jorge Jair Moura Borges	Sec. Saúde	06
10831	Katia Possamai	Sec. Saúde	09
11032	Luiz A Wancin	Sec. Saúde	27
7824	Maicon Sgar- bossa	Sec. Saúde	06

8331	Mônica Witiuk	Sec. Saúde	37
11350	Nicoli Cornel	Sec. Saúde	09
11347	Thiago Duarte	Sec. Saúde	117
10785	Vagner Gonçalves	Sec. Saúde	128
11105	Walter S. Neves	Sec. Saúde	88
10455	Willian C. Pinto	Sec. Saúde	112
1857	Adenir Zotto	Sec. Saúde	07
1964	Adelar Geraldo Piran	Sec. Saúde	22
1836	Aldecir Barpp	Sec. Saúde	32
2512	Altino Inácio Carneiro	Sec. Saúde	19
1453	Alvaro Santos de Castro	Sec. Saúde	11
1214	Marcio Bassani	Sec. Saúde	15
1849	Valdeci Alvarenga	Sec. Saúde	22
749	Valdecir José P. da Silva	Sec. Saúde	41
888	José Osni Batista	Sec. Saúde	19
1827	Odair Santana	Sec. Saúde	65
2650	Odiney Leite	Sec. Saúde	41
1535	Vilmar Dobner	Sec. Saúde	41
2497	Vilmar Goes	Sec. Saúde	34
1866	Vilmar Lezan	Sec. Saúde	05

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
22 de outubro de 2012.  
CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

**Portaria Nº 22.104,**  
PORTARIA Nº 22.104, de 22 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

**R E S O L V E:**

PRORROGAR OS CONTRATOS, por tempo determinado, dos(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo e período da prorrogação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Luciane Faganello	Prof. 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda G Sousa	v.v. Mardiori Boscarri – licença tratamento de saúde	24/10/12 a 15/11/12

Maria Bernadete Polawski	Servente Educação	1.5/A	44	EMEB Tabajara	v.v. Juliana Cordeiro – licença tratamento de saúde	27/10/12 a 13/12/12
Veroni da Costa Varella Carvalho	Merendadeira	1.5/A	44	EMEB Hilda G Sousa	v.v. Ivanir Gonçalves – licença tratamento de saúde	19/10/12 a 17/11/12
Vilma Vezoli	Servente Educação	1.5/A	44	EMEB Henrique J Berger	v.v. Teresa Eclair Cardoso – licença tratamento de saúde	22/10/12 a 16/12/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
22 de outubro de 2012.  
CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI  
Secretário da Educação.

**Portaria Nº 22.110- Republicada**  
PORTARIA Nº 22.110, de 24 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**R E S O L V E:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisição	Período Gozo
3278	Frezezi de Oliveira	Auxiliar Enfermagem	Saúde	09/08/02 a 09/08/07 – 2 meses 09/08/07 a 09/08/12 – 1 mês	17/10/12 a 14/01/13
4032	Marcia Aparecida Fernandes Solovi	Merendeira	Educação	11/08/03 a 11/09/08 – 1 mês	19/11/12 a 19/12/12
229	Sélia Fátima Pandini	Atendente Enfermagem	Saúde	01/01/88 a 01/01/93 – 3 meses	01/11/12 a 28/02/13

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
24 de outubro de 2012.  
CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.



**Portaria Nº 22.112**

PORTARIA nº 22.112, de 24 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 90, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**R E S O L V E:**

CONCEDER aos Servidores públicos Municipais a seguir relacionados, férias regulamentares no mês de outubro de 2012, acrescido do adicional de férias, especificando: código, nome, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

CÓD.	NOME	PER. GOZO		PER. AQUISITIVO	
1794	CAMILO BASEGGIO	12/5/2007	11/05/2008	11/10/2012	09/11/2012
8553	CLAUDETE NATUS	16/6/2010	15/06/2011	24/10/2012	22/11/2012
11073	DIANETE CAETANO DA SILVA	01/6/2011	31/05/2012	01/10/2012	30/10/2012
9198	ELIANE DO AMARAL	02/3/2011	01/03/2012	01/10/2012	30/10/2012
10779	EVANDRO CARLOS FRITSCH	02/3/2011	01/03/2012	01/10/2012	10/10/2012
7736	IVANIR CORREIA DE JESUS	01/8/2011	31/07/2012	01/10/2012	30/10/2012
10067	JOÃO RODRIGO DE SOUZA	03/2/2011	02/02/2012	01/10/2012	30/10/2012
3174	JULIO CESAR PETRYKOWSKI	15/5/2007	14/05/2008	22/10/2012	20/11/2012
10950	LIZIANE PRANDINI	02/5/2011	01/05/2012	01/10/2012	30/10/2012
10620	LUCIANO FERNANDES VALOTA	18/2/2011	17/02/2012	22/10/2012	05/11/2012
181	MARINES DELAVECHIA COLACO	01/2/2010	31/01/2011	01/10/2012	30/10/2012
10511	MARISA CRISTINA MORONA	18/2/2011	17/02/2012	15/10/2012	13/11/2012
1002	OTAVIO ALVISIO SEHNEM	01/1/2010	31/12/2010	01/10/2012	30/10/2012
3262	ROSANGELA CRISTINA MALAT	01/8/2010	31/07/2011	08/10/2012	06/11/2012
1004	SEBASTIAO MIGUEL CACHOEIRA	27/5/2010	26/05/2011	01/10/2012	15/10/2012
3416	VALCYR NEDIVAL VASCONCELOS	09/9/2011	08/09/2012	15/10/2012	13/11/2012

Gabinete do Secretário da Administração, em 24 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

**Portaria Nº 22.114**

PORTARIA Nº 22.114, de 31 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador

**R E S O L V E:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas injustificadas dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, referente os meses de setembro e outubro de 2012, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº faltas
3612	Mardiori Boscari	01
11825	Felipe Aloisio Cruz	02horas
11763	Graciana Fontoura de Moraes	01
7779	Atilio da Silveira de Oliveira	01
11546	Aline Balbinotto	02
11628	Sonia Mara Weber	03horas
11638	Eliane Stoffelshaus	03
4588		
11651	Miguel Gustavo Reibnitz	02
11371	Cibele Urio	8horas
1048	Claudete Godinho	2h30min
11343	Flávia M. Maffessoni	4h12min
371	Gláucia Pellizzaro	3h23min
3751	Luiz Henrique Grando Padilha	4h30min
3834	Luiz Armando Cereza	3h36min
2609	Marcia Bonfanti	1hora
637	Marcia Mostiak	1h21min
1366		
10514	Osvaldo Vedana Junior	2horas
11805	Roberto Lanna	40h30min
3272	Silmara Radaeli	4h20min
11963	Sirlene Ribeiro Tuchilnowicz	11h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 31 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

**Portaria Nº 22.115**

PORTARIA nº 22.115, de 31 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

**R E S O L V E:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme

segue:

Cód	Nome	Dias de afastamento	A contar de
11546	Aline Balbinotto	30	08/10/12
2180	Almira Pires	120	11/10/12
11412	Ana Carla Casa-grande	09	27/09/12
8628	Angela Knebel	30	15/08/12
		05	21/09/12
2444	Antonia Rita Pontes	Indeterminado	05/10/12
6949	Antonia Sau Maciel	30	04/10/12
10941	Arlete T. Alves dos Santos	65	17/09/12
1771	Aurélíu Luiz Arrabar	90	08/10/12
11462	Clarisse Muniz de Moura	07	02/10/12
33	Claudia Ap. Marques	30	18/09/12
775	Daniel Rodrigo de Freitas	15	24/09/12
11760	Eliane Ap. Ferreira Drun	45	02/10/12
11053	Eliane Ap. França	30 e ½	01/10/12
11418	Eliane Scotti Alvarenga	30	02/10/12
1966	Iracilda Maria Nora	15	20/10/12
1190	Ivanir Ap. Gonçalves	30	19/10/12
11002	Ivanir Lurdes Heckler	60	03/10/12
4418	Janete de Fátima Pereira	30	18/09/12
11610	Jeana Zago	30	05/10/12
8429	Juliana Cordeiro	60	15/10/12
932	Jurema Teodoro	10	04/10/12
488	Leni da Silva Machado	60	05/10/12
877	Leonir Antonio dos Santos	60	03/10/12
7668	Lilian Eger Pontes	04	02/10/12
11498	Marcia Alves Luz	15	16/10/12
3612			
11574	Mardiuri Boscari	25	22/10/12
11977	Maria Helena Berto da Luz	16	02/10/12
11895	Mauri Bueno	45	18/10/12
11868	Miriam Olizete Fucks	07	14/09/12
11962	Neide Gonçalves da Silva Cordeiro	51	24/09/12
10830	Neusa Gonçalves dos Santos	10 e ½	25/09/12
11350	Nicolli Comel	15	12/09/12
724	Orli Ribeiro Tibes	23	01/10/12
	Raquel Teresinha Morona	18	11/10/12
1112	Rita Schumann	30	05/10/12
206	Rosely Aparecida Sorgatto	30	24/09/12
11869	Sandra de Fátima Ribeiro	10	24/09/12

11686	Sandra Tomazini Scolari Moraes	09	25/09/12
528			
11517	Shirley Schmitt	30	05/10/12
11980	Silvia Ap. Oleinik	15	02/10/12
9197	Simone Ap. Gonçalves Correa Machado	15	17/09/12
11916	Simone Eger	30	06/10/12
12054	Susana Pacheco Beck Henzel	20	15/09/12
11562	Suzana Cristina Voltolini	13	26/09/12
859	Tereza Eclair Cardoso	60	18/10/12
7673	Valéria da Silva	05	17/09/12
3631	Vilma de Oliveira	15	01/10/12
11862	Zilda Bures	10	03/10/12

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Secretário da Administração, em  
31 de outubro de 2012.

Carlos Vilmar Ribeiro

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**Portaria Nº 22.116**

PORTARIA Nº 22.116, de 31 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

**R E S O L V E:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas justificadas dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, referente os meses de setembro e outubro de 2012, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº faltas (dias)
349	Ana Maria Moretti Bortolon	05
10941	Arlete T. Alves dos Santos	65
7779	Atilio da Silveira de Oliveira	11
1771	Aurélíu Luiz Arrabar	90
33	Claudia Ap. Marques	30
775	Daniel Rodrigo de Freitas	15
688	Diocléia Alves de Moura	04
11053	Eliane Ap. França	30 e ½
2573	Elis Melani Hilgert de Almeida	05
11494	Erenice Priebe	05 e ½
3378	Iliane Pagotto	7 e ½
11002	Ivanir Lurdes Heckler	60
4418	Janete de Fátima Pereira	30
11327	Jorge Henrique Muller João	04
10491	José Serrão Cesar	04



932	Jurema Teodoro	10
10533	Laisa Tatiane Martins	05
1086	Larissa Fleck Savaris	05
11807	Lenize Heismann	07
877	Leonir Antonio dos Santos	60
7668	Lilian Eger Pontes	04
8948	Luciane Maria Fernandes Strauss	05
11498	Marcia Alves da Luz	03
10185	Maria Elena Pereira Alves	05
11977	Maria Helena Berto da Luz	16
8430	Maria Nedi Frederick	05
11901	Marilia Ap. Balbinotti	05
11895	Mauri Bueno	45
11868	Miriam Olizete Fucks	07
11962	Neide Gonçalves da Silva Cordeiro	51
10446	Nelci de Jesus Oliveira Balduino	05
10830	Neusa Gonçalves dos Santos	10 e ½
11350	Nicolli Comel	15
2580	Rosangela Aparecida Ribas de Mello	04
11474	Sandra de Fátima Ribeiro	10
11869	Silvia Ap. Oleinik	15
9197	Simone Ap. Gonçalves Correa Machado	15
917	Simone Figueiredo dos Reis	04
12054	Susana Pacheco Beck Henzel	20
719	Terezinha Auerbach	07
7673	Valéria da Silva	05
11862	Zilda Bures	10

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
31 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

#### Portaria Nº 22.121

PORTARIA Nº 22.121, de 1º de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

#### RESOLVE:

RESCINDIR O CONTRATO por tempo determinado, do cidadão Abaixo relacionado, especificando: nome, cargo, secretaria, referência, carga horária, a contar de 31 de outubro de 2012, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H
Ocimar Calisto de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	002	01	44

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
1º de novembro de 2012.  
CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

#### Portaria Nº 22.122

PORTARIA Nº 22.122, de 1º de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, licença para tratamento de saúde, conforme laudo de perícia médica emitida pelos médicos nomeados através da Portaria nº 22.092, de 11 de outubro de 2012, conforme segue:

Nome	Período de afastamento	A contar de
Nely Fátima Alves de Campos	60 dias	23/10/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
1º de novembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

#### Portaria Nº 22.123

PORTARIA Nº 22.123, de 1º de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: nome, cargo, secretaria e data do início da licença, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Data Início
Mariana Piacentini	Assessora Comunicação Social	001	24/10/2012
Caroline Sicka Fernandes	Agente Comunitário Saúde	006	31/10/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em  
1º de novembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

**Contrato 111-2012 Prefeitura**

Contrato nº 111/2012 - PREFEITURA - 2º aditamento ao contrato administrativo 147-2011, prorroga prazo de execução por 120 dias, da contratação de empresa habilitada para construção de uma unidade de educação infantil (CRECHE) Tipo B, modelo padrão da União com área de 1.118,48m² conforme solicitação e justificativa emitida pelo Engenheiro Fiscal da Obra e mediante parecer jurídico favorável nº 409/2012. O prazo de execução dos serviços que passa a vigorar é de 120 (cento e vinte) dias contados de 28 de outubro de 2012 e findando dia 25 de fevereiro de 2013, podendo ser prorrogado ainda no caso de interesse público devidamente justificado nos termos da Lei. Referente ao processo licitatório nº 85/2011 CC nº 03/2011. Contratado: ATUALBRASIL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA/CNPJ sob nº 11.069.491/0001-43. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

**Contrato 119-2012 Prefeitura**

Contrato nº 119/2012 - PREFEITURA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DOS 52º JASC NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Referente ao processo licitatório nº 132/2012 Convite nº 05/2012. Contratada: T.W.L EVENTOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA/CNPJ sob nº 04.310.407/0001-76. Valor Total: R\$ 119.576,40. Prazo: 31-12-2012.

**Contrato 120-2012 Prefeitura**

Contrato nº 120/2012 - PREFEITURA - 2º aditamento ao contrato de permissão 148-2010, prorroga prazo e aplica reajuste, da permissão e autorização de Uso para ocupação e exploração, à Título Precário, da Loja nº 5 (cinco), com 11,06 m2, situada no Terminal Rodoviário Selvino Caramori. A prorrogação de prazo para a autorização de uso pelo período de 12 meses, e aplicação de reajuste no percentual de 7,53 (sete virgula cinquenta e três por cento) de conformidade com o § 1º da Cláusula Terceira do Contrato Principal e mediante parecer jurídico favorável. O valor que passa a vigorar a contar da data assinatura do presente instrumento, com a aplicação do reajuste referente ao IGP-M acumulado nos últimos doze meses, sendo o valor mensal de R\$ 224,25 (duzentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos) totalizando o valor de R\$ 2.691,00 (dois mil seiscentos e noventa e um reais).

12	Mês	Autorização de Uso sala nº 05 do Terminal Rodoviário	224,25
----	-----	--	--------

Referente ao processo licitatório nº 132/2010 CC nº 01/2010. Autorizado/Contratado: GENOINO PIEROG - ME/CNPJ sob nº 02.208.040/0001-59. Prazo: 16/11/2013. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

**Contrato 121-2012 Prefeitura**

Contrato nº 121/2012 - PREFEITURA - 2º aditamento ao contrato administrativo 131-2011, prorroga prazo de locação de sistemas e aplica reajuste, para a locação de sistemas para todos os órgãos, fundos, fundações e autarquias do Município. Prorrogação do prazo contratual pelo período de 12 meses e concessão de reajuste no percentual de 7,5223%, conforme solicitação e justificativa emitida pelo Secretário de Administração e mediante parecer jurídico favorável nº 411/2012. Fica concedido o reajuste nos preços praticados no percentual de 7,5223% (sete virgula cinquenta e dois, vinte e três por cento), IGP acumulado nos últimos 12 meses, de conformidade com a Cláusula Quarta do Contrato Principal. Referente ao processo licitatório nº 71/2011 CC nº 02/2011. Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA/CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67.

Prazo: 10/11/2013. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

**Ata 139-2012 Prefeitura**

Ata nº 139/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2012 – Acréscimo de até 25% nas quantidades constantes na Ata Principal de Registro de Preços nº 67/2012 para contratação de empresa habilitada para confecção de material de confecção visual, adesivos, banner, placas, faixas e outros destinados ao IPPUC, a FUNDEMA e a Secretaria de Infraestrutura, Município como órgão gerenciador do registro. O preço certo e ajustado para a totalidade dos acréscimos é de R\$ 11.795,40 (onze mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos) para os acréscimos das quantidades inicialmente contratadas e valores unitários constantes na tabela acima e na Ata de Registro de Preços Principal nº 67/2012, perfazendo o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao total contratado, conforme acima descrito, estando o mesmo de acordo com os percentuais estabelecidos no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretária Municipal de Infraestrutura. Fornecedor: EVALDO MARTIN SCHULZE-ME- CNPJ nº 73.425.373/0001-88- Caçador, SC.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
03	21	UNID	BANNER EM LONA VINILICA (FRONT LIGH OU BACK LIGHT) COM IMPRESSÃO DIGITAL, MEDINDO 60 X 80 CM, IMPRESSO NO MÁXIMO COM 10 CORES, COM ACABAMENTO CONTENDO TUBETES, PONTEIROS E CORDÃO, SENDO 50 UNIDADES PARA A FUNDEMA E 35 UNIDADES PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.	NOVA ERA	14,65	307,65
04	13	UNID	BANNER EM LONA VINILICA COM IMPRESSÃO DIGITAL MEDINDO 120 X 180 CM, COM IMPRESSO NO MÁXIMO COM 10 CORES, ACABAMENTO CONTENDO TUBETES, PONTEIROS E CORDÃO, SENDO 40 UNIDADES PARA A FUNDEMA E 15 UNIDADES PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.	NOVA ERA	49,00	637,00



07	11	UNID	CONFECCÃO DE FAIXAS EM POLIETILENO COM RECORTE ELETRÔNICO EM VINIL AUTO ADESIVO, MEDINDO 70 X 400 CM, IMPRESSÃO COM NO MÁXIMO 10 CORES, COM ACABAMENTO CONTENDO TUBETES, PONTEIROS, E CORDÃO, SENDO 15 UNIDADES PARA A FUNDEMA E 30 UNIDADES PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.	NOVA ERA	71,50	786,50
10	25	UNID	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRAS/ CONVÊNIOS, MEDINDO 200X120CM, PLACAS EM CHAPAS GALVANIZADAS DE 26CM, COM ESTRUTURA EM MADEIRA DE LEI, COM RIPAS DE 1X2 POLEGADAS E 2 POSTES PARA SUSTENTAÇÃO, EM VIGAS DE MADEIRA DE LEI 3X4 POLEGADAS, PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.	NOVA ERA	198,00	4.950,00
12	37	UNID	CONFECCÃO DE PLACAS EM CHAPAS GALVANIZADAS 18MM MEDINDO 50 X 25CM, 2 CORES, PARA COLOCAÇÃO NAS RUAS DA MUNICIPALIDADE, PARA A FUNDEMA.	NOVA ERA	8,90	329,30
16	5	UNID	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECCÃO DE OUTDOOR FACE ÚNICA, EM LONA, COM CRIAÇÃO DE TEXTO, FOTOS, LAYOUT E ARTE FINAL, NO FORMATO 9MX3M, ACABAMENTO COM ACABAMENTO EM ILHOSOS PARA SER FIXADO COM CORDAS NA ESTRUTURA DE MADEIRA OU FERRO, PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.	NOVA ERA	490,00	2.450,00

20	5	UNID	VEICULAÇÃO DE OUTDOOR NO PERÍODO DE 15 DIAS, INCLUSO SERVIÇOS DE COLAGEM E ACABAMENTO, PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.	NOVA ERA	219,00	1.095,00
45	5	UNID	CAVALETE NO TAMANHO 2X1,20M, COM ESTRUTURA EM METALÃO 30X40, CHAPA GALVANIZADA Nº 24, PARA O IPPUC.	NOVA ERA	248,00	1.240,00
			TOTAL GERAL			11.795,45

As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade e asseguradas e reservadas às dotações orçamentárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do acréscimo.

## Camboriú

### PREFEITURA

#### Lei N.º 2.477/2012

LEI N.º 2.477/2012

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Camboriú, para o exercício de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Camboriú, relativo ao exercício financeiro de 2013, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu art. 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal 4.320 de 17/03/64 e na Lei Complementar 101 de 04/05/00, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública do Município de Camboriú;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública Municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais.

#### CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º Com referência as Metas Fiscais para 2013 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentadas em anexo:

- I - Demonstrativo de Metas Anuais;
- II - Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;



IV - Evolução do Patrimônio Líquido;  
V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;  
VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;  
VII - Projeção Atuarial do RPPS;  
VIII - Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;  
IX - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;  
X - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;  
XI - Planilha das Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento dos Programas Governamentais.

Art. 3º Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2013, são as especificadas, no Anexo de Metas e prioridades que integram esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no plano plurianual de 2010/2013.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, as novas ações criadas, as correções dos valores das receitas e despesas serão incluídas e corrigidas automaticamente no Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013.

§ 2º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º As metas e prioridades constantes da presente Lei farão parte integrante do Plano Plurianual do Município de Camboriú para o período de 2010 a 2013.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;  
II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo continua e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;  
III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;  
IV - Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestações diretas sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa as quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de conformidade com a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, por função,

sub-função, programa, projetos ou atividades, na forma dos seguintes Adendos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo I);  
II - Receitas Segundo a Categoria Econômica (Anexo II);  
III - Demonstrativo da Evolução da Receita (Anexo II);  
IV - Resumo Geral da Despesa (Anexo II);  
V - Demonstrativo da Evolução da Despesa (Anexo II);  
VI - Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo II);  
VII - Classificação da Despesa Conforme Funcional Programática (Anexo V);  
VIII - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária (Anexo VI);  
IX - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade (Anexo VII);  
X - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com os Recursos (Anexo VIII);  
XI - Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções (Anexo IX);  
XII - Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesas por Funções de Governo.

Art. 5º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e fonte de recursos.

Art. 6º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, do Poder Executivo, Fundos e Fundação abaixo descrito:

I - Câmara de Vereadores;  
II - Prefeitura Municipal;  
III - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;  
IV - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;  
V- Fundo Municipal de Saúde;  
VI - Fundo Municipal Agropecuário e Meio Ambiente;  
VII - Fundo Municipal de Educação;  
VIII - Fundo Municipal de Assistência Social;  
IX - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
X - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos;  
XI - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros;  
XII - Fundo Municipal de Saneamento Básico;  
XIII - Fundo de Melhoria da Polícia Militar;  
XIV- Fundação Municipal de Esportes.

Art. 7º A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

I - texto de lei;  
II - quadros orçamentários consolidados;  
III - anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida.

### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

#### SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 9º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2013 deverão se realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas,

observando-se o princípio da publicidade.

Art. 10. O Poder Legislativo Municipal terá como limites as despesas conforme o disposto no art. 29-A-CF (E.C. nº 25).

Art. 11. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 13. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, conforme dispõe as Metas Fiscais.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estarão limitados ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 14. Se a receita estimada para 2013, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o cumprimento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para a frota de veículos das secretarias;
- IV - redução dos investimentos programados.

Art. 16. É vedada a inclusão na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte e cultura.

Art. 17. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei orçamentária.

Art. 18. As expansões das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão no exercício de 2013, a 15% (quinze por cento) da receita apurada no exercício de 2012.

Art. 19. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo X desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2012.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 20. O orçamento para o exercício de 2013 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme anexo X desta lei.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçado ou orçado a menor.

Art. 21. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 22. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;
- II - emitir, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;
- III - o Poder Executivo emitirá até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores.

Art. 23. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, serão executados a partir da assinatura do convênio.

Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial por excesso de arrecadação.

Art. 24. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2013, são constantes do Anexo VIII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 25. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convenio, acordos ou ajustes previstos recursos

na lei orçamentária.

Art. 28. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo poderá ser autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal;

V - abrir créditos suplementares por excesso de arrecadação ou superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 30. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 40% (quarenta por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o previsto no Inciso I, II e III do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março 1964.

§ 1º Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

§ 2º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 31. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de pessoal e encargos sociais entre as administrações direta e indireta, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com Folha de Pagamento.

Art. 32. Durante a execução orçamentária de 2013, o Poder Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no Plano Plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo XI desta Lei e alterações posteriores.

Art. 33. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitidas por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua diretoria.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2013, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por Lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37. O Poder Executivo Municipal poderá conceder qualquer

vantagem ou aumento de remuneração ou proposta a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal pelos órgãos da administração Municipal, mediante a existência de previa dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º As alterações do quadro de cargos permanentes da Prefeitura, nas quantidades legalmente fixadas somente será possível nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico, de serviços prestados à comunidade, novas atribuições recebidas no exercício de 2012 ou no decorrer de 2013, respeitando-se os requisitos para preenchimento.

§ 2º Serão fixadas na lei orçamentária anual, despesas com pessoal específico para programas de formação de mão de obra. Treinamento, aperfeiçoamento, reciclagem, provas, concursos, tendo em vista as disposições legais e promoção, no âmbito do Município.

Art. 38. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 39. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal, poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 41. Os contratados de terceirização de mão de obra que se referirem à substituição de servidores públicos, serão contabilizados como "outras despesas de Pessoal", sub-elemento do elemento de despesa 3.1.90.34 - outras despesas de pessoal decorrente de contratação terceirizada.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão de obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 42. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43. O Poder Executivo Municipal autorizado em Lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Art. 45. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 47. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2013, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 48. São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivados da inobservância do caput deste artigo.

Art. 49. O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência, e previdência.

Art. 50. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar (educação infantil) e, 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos do art. 7º inciso III da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério obedecerá ao disposto na Emenda Constitucional nº 14/96 e às Leis nº 9.924/96, de 24.12.96.

Art. 51. A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 52. O Chefe do Poder Executivo Municipal de Camboriú enviará à Câmara Municipal, até trinta de outubro de dois mil e doze, a proposta orçamentária para o exercício de 2013.

§ 1º Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2013 fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, por meio de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do Exercício de 2012 o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 29 de outubro de 2012.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

#### Lei N.º 2.478/2012

LEI N.º 2.478/2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão de cópia frente e verso de todos os documentos confeccionados pela Administração Pública Municipal Direta, Indireta, Autarquias, Fundações e Poder Legislativo e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Administração Pública Municipal direta, indireta, Autarquias, Fundações e Poder Legislativo do Município de Camboriú, ficam obrigados a adotar a opção "frente e verso" toda vez que forem imprimir ou copiar algum documento.

Art. 2º Os órgãos da Administração Pública Municipal direta, indireta, Autarquias, Fundações e Poder Legislativo conscientizarão seus funcionários sobre a importância da redução de consumo e sobre a relevância ambiental da reutilização e redução dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo o papel.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 30 de outubro de 2012.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

**Lei N.º 2.479/2012**

LEI N.º 2.479/2012

Dispõe sobre a implantação de cursos de capacitação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída a realização anual de cursos de capacitação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) destinados aos servidores públicos que trabalham na Administração Pública Direta, Indireta, Autarquias e Fundações no Município de Camboriú.

Art. 2º Constitui objetivo do curso de capacitação em libras assegurar às pessoas com deficiência auditiva o direito de serem atendidas nos órgãos públicos municipais por servidores habilitados em língua de sinais.

Art. 3º O Poder Executivo fixará o efetivo mínimo de servidores, no âmbito de sua estrutura administrativa, com conhecimento, ciência e prática da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sendo assegurado ao menos um servidor capacitado em cada repartição pública.

Art. 4º Os cursos de capacitação a serem ministrados, bem como a estrutura técnica e especificações serão objeto de regulamentação por parte do Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios ou parcerias com Entidades Públicas ou Privadas, com o intuito de ministrarem o curso descrito no artigo 1º da presente LEI.

Art. 6º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessária.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 30 de outubro de 2012.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

**Lei N.º 2.480/2012**

LEI N.º 2.480/2012

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Camboriuense de Judô.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.453/2001, fica declarada de Utilidade Pública Municipal, a Associação Camboriuense de Judô, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 13.604.619/0001-57, com sede na Rua Guaraparim, 746, Bairro Taboleiro, neste Município

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 31 de outubro de 2012.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

**Lei N.º 2.481/2012**

LEI N.º 2.481/2012

Denominação de Servidão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Servidão: "RIO FELICIANO", a servidão situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Servidão Rural A", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 6977, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na servidão denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 31 de outubro de 2012.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

**Decreto N.º 1.543/2012**

DECRETO N.º 1.543/2012

Institui a Comissão Municipal do Processo Seletivo n.º 002/2012 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo n.º 002/2012, destinado à admissão de pessoal em caráter temporário e formação de cadastro reserva para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal do Processo Seletivo n.º 002/2012 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, a qual será integrada pelos seguintes membros:

- I - Marilena Soares - Presidente;
- II - Luciane Coito dos Santos - Membro;
- III - Denise Janaína Brezolim Santiago - Membro;
- IV - Ivoli Berkenbrock Duarte - Membro;
- V - Ivete Ferreira - Membro.

Parágrafo único. A comissão mencionada no caput deste artigo será vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Art. 2º Os integrantes da Comissão de que trata este Decreto exercerão suas atividades sem remuneração, sendo os serviços prestados considerados de interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 30 de outubro de 2012.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

### **Decreto N.º 1.544/2012**

DECRETO N.º 1.544/2012

Altera o Decreto Municipal n.º 1.443 de 28 de março de 2012.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas "a" e "b", bem como ficam acrescidas as alíneas "c" e "d" no inciso I do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 1.443 de 28 de março de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 1º ( )

I - ( )

- a) Claudete Tavares Jorge da Costa - Associação de Moradores do Centro;
- b) Ivan dos Santos Leal - Conselho de Segurança de Camboriú;
- c) Luis Antunes de Lima - Associação de Moradores do Rio do Meio;
- d) Rose Neide Pagliosa - Conselho Municipal do Idoso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 31 de outubro de 2012.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

### **Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 082/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 029/2012  
Contratado: AKON LTDA-ME  
Data: 04/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 116.810,00 (Cento e dezesseis mil oitocentos e dez reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO PARA A POLICLÍNICA REGIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONVÊNIO Nº. 8.231/2012-7 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 15/06/2012 - SOB O Nº. 19.353

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

### **Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 083/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 029/2012  
Contratado: INFOPLAN LTDA ME  
Data: 04/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO PARA A POLICLÍNICA REGIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONVÊNIO Nº. 8.231/2012-7 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 15/06/2012 - SOB O Nº. 19.353

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

### **Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 084/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 029/2012  
Contratado: SUPER-AR LTDA ME  
Data: 04/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 9.840,00 (Nove mil oitocentos e quarenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO PARA A POLICLÍNICA REGIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONVÊNIO Nº. 8.231/2012-7 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 15/06/2012 - SOB O Nº. 19.353

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

### **Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 085/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 029/2012  
Contratado: TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA  
Data: 04/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 70.990,00 (Setenta mil novecentos e noventa reais)



Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO PARA A POLICLÍNICA REGIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONVÊNIO Nº. 8.231/2012-7 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 15/06/2012 - SOB O Nº. 19.353

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

### Resumo de Contrato

RESUMO DE CONTRATO  
FMS

Contrato nº 086/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 029/2012  
Contratado: DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA  
Data: 04/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 3.422,29 (Três mil quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO PARA A POLICLÍNICA REGIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONVÊNIO Nº. 8.231/2012-7 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 15/06/2012 - SOB O Nº. 19.353

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

### Resumo de Contrato

RESUMO DE CONTRATO  
FMS

Contrato nº 087/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 027/2012  
Contratado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA  
Data: 04/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 28.858,10 (Vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e oito reais e dez centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

### Resumo de Contrato

RESUMO DE CONTRATO  
FMS

Contrato nº 088/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 027/2012  
Contratado: ALTERMED MATERIAL MED. HOSPITALAR LTDA  
Data: 04/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 38.420,62 (Trinta e oito mil quatrocentos e vinte reais e sessenta e dois centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

### Resumo de Contrato

RESUMO DE CONTRATO  
FMS

Contrato nº 089/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 027/2012  
Contratado: PRODIET FARMACÊUTICA LTDA  
Data: 04/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 8.377,00 (Oito mil trezentos e setenta e sete reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

### Resumo de Contrato

RESUMO DE CONTRATO  
FMS

Contrato nº 090/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 027/2012  
Contratado: DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA  
Data: 04/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 27.105,55 (Vinte e sete mil cento e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

### Resumo de Contrato

RESUMO DE CONTRATO  
FMS

Contrato nº 091/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 027/2012  
Contratado: LICIMED DIST. DE MED. CORRE. E PROD.MED.HOSP. LTDA  
Data: 04/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 9.670,00 (Nove mil seiscentos e setenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 092/2012

Processo: Pregão Presencial Nº 027/2012

Contratado: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Data: 04/10/2012

Prazo: 31 de dezembro de 2012

Valor: R\$ 13.583,50 (Treze mil quinhentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 093/2012

Processo: Pregão Presencial Nº 027/2012

Contratado: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

Data: 04/10/2012

Prazo: 31 de dezembro de 2012

Valor: R\$ 3.328,90 (Três mil trezentos e vinte e oito reais e noventa centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 094/2012

Processo: Pregão Presencial Nº 027/2012

Contratado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Data: 04/10/2012

Prazo: 31 de dezembro de 2012

Valor: R\$ 17.307,50 (Dezessete mil trezentos e sete reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 095/2012

Processo: Pregão Presencial Nº 027/2012

Contratado: MMNUTRI NUTRIÇÃO E FARMACEUTICA LTDA

Data: 04/10/2012

Prazo: 31 de dezembro de 2012

Valor: R\$ 9.200,00 (Nove mil e duzentos reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 096/2012

Processo: Pregão Presencial Nº 027/2012

Contratado: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Data: 04/10/2012

Prazo: 31 de dezembro de 2012

Valor: R\$ 8.150,00 (Oito mil cento e cinquenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 097/2012

Processo: Pregão Presencial Nº 030/2012

Contratado: MILTON HERRERA MOTTA ME

Data: 05/10/2012

Prazo: 31 de dezembro de 2012

Valor: R\$ 16.500,01 (Dezesseis mil quinhentos reais e um centavo)

Objeto: LOCAÇÃO DE TENDAS E PALCOS, PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS: ESCOLHA DA RAINHA DA PRIMAVERA, SEMANA DA SAÚDE BUCAL (EVENTOS DURANTE TODA A SEMANA NAS UNIDADES DE SAÚDE) DIA MUNDIAL DO DIABETICO, FESTA DO ENCERRAMENTO DO GRUPO HIPERDIA, DIA MUNDIAL DA PREVENÇÃO CONTRA A AIDS, DIA DE COMBATE A DENGUE "DIA D" Á SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 098/2012

Processo: Carta Convite Nº. 023/2012

Contratado: KLAIN ASSISTENCIA TÉCNICA

Data: 09/10/2012

Prazo: 31 de dezembro de 2012

Valor: R\$ 19.482,00 (Dezenove mil quatrocentos e oitenta e dois reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS QUE ENCOTRAM-SE

**DANIFICADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CÂMBORIÚ**

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO  
FMAS

Contrato nº 022/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 007/2012  
Contratado: TECNOALL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA  
Data: 15/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 13.000,00 (Treze mil reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (ESPELHO, MOUSE PAD, SQUEEZE, BONÉ, CANETA E SACOLA ECOLÓGICA), PARA SEREM UTILIZADOS PELOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CURSOS DE PROGRAMA PROJÓVEM ADOLESCENTE MELHORANDO A IDENTIFICAÇÃO DOS MESMOS DURANTE AS ATIVIDADES REALIZADAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CÂMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO  
ADITIVO  
FMS

Décimo Oitavo Termo Aditivo  
Contrato nº 074/2011  
Processo Dispensa Licitatória Nº 015/2011  
Contratado: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS CÂMBORIÚ LTDA  
Data: 02/10/2012  
Valor: R\$ 59.995,03 (Cinquenta e nove mil novecentos e noventa e cinco reais e três centavos)

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, por motivos de o edital de chamamento de laboratórios ainda está sendo elaborado, as partes resolvem aditar o valor contratual no correspondente a R\$ 59.995,03 (Cinquenta e nove mil novecentos e noventa e cinco reais e três centavos), conforme requisição da Secretaria de Saúde em anexo.

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO  
ADITIVO  
FUNDESB

Primeiro Termo Aditivo  
Contrato nº 001/2012  
Processo Pregão Presencial Nº 009/2011  
Contratado: AUTO POSTO DA PRAÇA LTDA  
Data: 02/10/2012  
Valor: R\$ 19.960,00 (Dezenove mil novecentos e sessenta reais)

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades

da Municipalidade para dar continuidade aos serviços realizados no município através dos veículos desta Secretaria, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 19.960,00 (Dezenove mil novecentos e sessenta reais), conforme solicitação da Secretaria.

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO  
FMAS

Contrato nº 023/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 008/2012  
Contratado: ALA COMERCIO LTDA ME  
Data: 18/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 4.429,00 (Quatro mil quatrocentos e vinte e nove reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS E AR CONDICIONADO PARA SEREM UTILIZADOS NA SALA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, SITUADO A RUA MONTE NEBLINA Nº400, BAIRRO MONTE ALEGRE NO MUNICÍPIO DE CÂMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO  
FMAS

Contrato nº 024/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 008/2012  
Contratado: INFOPLAN LTDA ME  
Data: 18/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 5.290,00 (Cinco mil duzentos e noventa reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS E AR CONDICIONADO PARA SEREM UTILIZADOS NA SALA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, SITUADO A RUA MONTE NEBLINA Nº400, BAIRRO MONTE ALEGRE NO MUNICÍPIO DE CÂMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO  
FMAS

Contrato nº 025/2012  
Processo: Pregão Presencial Nº 008/2012  
Contratado: AKON LTDA ME  
Data: 18/10/2012  
Prazo: 31 de dezembro de 2012  
Valor: R\$ 2.380,00 (Dois mil trezentos e oitenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS E AR CONDICIONADO PARA SEREM UTILIZADOS NA SALA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, SITUADO A RUA MONTE NEBLINA Nº400, BAIRRO MONTE ALEGRE NO MUNICÍPIO DE CÂMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVO

FME

Quarto Termo Aditivo

Contrato nº 073/2011

Processo Concorrência Pública nº. 001/2011

Contratado: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Data: 24/10/2012

Prazo: 25 de outubro de 2012 até 22 de janeiro de 2013 o prazo de execução e de 25 de novembro de 2012 até 22 de fevereiro de 2013

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução e vigência contratual por mais 90 (noventa) dias, vigorando de 25 de outubro de 2012 até 22 de janeiro de 2013 o prazo de execução e de 25 de novembro de 2012 até 22 de fevereiro de 2013 de vigência contratual, em virtude de intempéries, conforme solicitação da empresa em anexo.

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVO

FMS

Décimo Nono Termo Aditivo

Contrato nº 074/2011

Processo Dispensa Licitatória Nº 015/2011

Contratado: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS CAMBORIU LTDA

Data: 29/10/2012

Prazo: 31 de dezembro de 2012

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem prorrogar o prazo contratual de 1º de novembro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, por estar em andamento à elaboração do edital de Chamamento Público, conforme justificativa em anexo da Secretaria de Saúde.

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

**Resumo de Contrato**

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVO

FMS

Vigésimo Termo Aditivo

Contrato nº 074/2011

Processo Dispensa Licitatória Nº 015/2011

Contratado: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS CAMBORIU LTDA

Data: 31/10/2012

Valor: R\$ 59.994,41 (Cinquenta e nove mil novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos)

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, por motivos de o edital de chamamento de laboratórios ainda está sendo elaborado, as partes resolvem aditar o valor contratual no correspondente a R\$ 59.994,41 (Cinquenta e nove mil novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e um

centavos), conforme requisição da Secretaria de Saúde em anexo.

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

**Resumo Decontrato**

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 081/2012

Processo: Pregão Presencial Nº 028/2012

Contratado: ALTERMED MATERIAL MED. HOSPITALAR LTDA

Data: 03/10/2012

Prazo: 31 de dezembro de 2012

Valor: R\$ 3.010,00 (Três mil e dez reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR (SERINGA) PARA O PROGRAMA DE DIABETES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

## Campo Alegre

### PREFEITURA

**Decreto Nº 7.737 de 08 de Novembro de 2012**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 7.737 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012

ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E, DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) As Entidades sem fins Lucrativos, estabelecidas no Município de Campo Alegre/SC, interessadas em receber Subvenção Social, Contribuição e ou Firmar Convênio com a Municipalidade, deverão apresentar previamente os seguintes Documentos: Anexo I, II, III devidamente preenchidos em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Fica atribuído ao Controle Interno do Município, verificar a documentação exigida no Artigo anterior deste Decreto, notificando as Entidades para que apresentem os respectivos documentos até a data de 20 de novembro de 2012.

Parágrafo único: As Entidades que deixarem de apresentar a documentação, ou que apresentarem documentação em desacordo com seu Estatuto Social, com seu Regimento Interno ou com a Legislação aplicável à espécie, serão consideradas inabilitadas a perceber Recursos Públicos Municipais.

Art.3º) O Controle Interno encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças os Documentos elencados nos Anexos, que fazem parte integrante deste Decreto, após análise dos mesmos até a data de 30 de novembro de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.





## Doc. 3 – DECLARAÇÃO

## HABILITAÇÃO

Nº	DOCUMENTAÇÃO
01	Ofício do Presidente da Entidade dirigido ao Prefeito solicitando o recurso de forma sucinta, clara e precisa.
02	Cópias das atas de Posse da atual Diretoria e Conselho Fiscal, devidamente autenticadas em Cartório.
03	Cópia do Estatuto Social da Entidade, registrado no cartório competente e suas alterações, regulamentos ou compromissos da instituição, deve estar de acordo com o novo Código Civil (artigos 44 a 61 e seguintes), o estatuto deve ser completo e Digitado, descrevendo a Entidade como sem fins lucrativos, e observa: Finalidade da entidade, Mandato da diretoria, Dissolução e demais preceitos do Código Civil.
04	Cópia do CPF/MF e do RG do Presidente, do Diretor Financeiro/Tesoureiro, e do Presidente do Conselho Fiscal.
05	Prova de funcionamento regular da Instituição, firmada pelo Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores, Secretário Municipal da Área de atuação, ou Presidente de Conselho Municipal Competente.
06	Declaração original e recente do gerente do banco (Banco do Brasil S.A.), comprovando que a Entidade é correntista e que mantém a conta ativa. A conta precisa ser específica para recebimento de subvenção (custeio) e/ou para recebimento de auxílio (capital permanente). Para receber nas duas modalidades, subvenção (custeio) e auxílio (capital permanente) a entidade vai precisar de duas contas distintas. Para os casos de subvenção, a declaração do banco deverá constar o nome da Entidade - Subvenção, para os casos de auxílio, a declaração do banco deverá constar o nome da Entidade – Auxílio. Ambas as declarações precisam apresentar CNPJ/MF da entidade, número da agência e dígito e o número da conta corrente e dígito (validade: 60 dias).
07	Cópia do CPF/MF e do RG do Presidente, do Diretor Financeiro/Tesoureiro e, do Presidente do Conselho Fiscal.
08	Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF da Entidade. O código de natureza jurídica deve estar identificado do nº 301 a 309. Pode ser obtido no site da Receita Federal – <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a> (entrar em pessoa jurídica e situação cadastral).
09	Comprovante de endereço da Entidade (conta de água, ou de luz, ou de telefone, ou contrato de locação).
10	Cópia da Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social para os pedidos relativos à assistência social (quando se tratar de doações).

11	Relatório das atividades realizadas pela Entidade no período de junho a dezembro do ano anterior e de janeiro a junho do corrente ano, contendo as seguintes informações: objetivo, justificativa, número de pessoas atendidas, e se os resultados propostos foram atingidos ou não, justificando.
12	Ficha Cadastral (datada) assinada pelo Presidente, obrigatório informar telefone fixo para contato, conforme Doc. 01.
13	Plano de Aplicação assinado pelo Presidente da Entidade deve constar à quantidade e unidades de todos os itens requeridos e separar o que for custeio/subvenção (perecíveis) de investimento/auxílio (permanente). Deve conter a descrição completa dos bens a serem adquiridos, dos serviços a serem realizados e seus respectivos valores. No campo finalidade e justificativa deve ser demonstrado a necessidade da solicitação do recurso, o interesse público e os benefícios para a população, região e/ou comunidade. Comprovar o local onde serão alocados. Doc. 02.
14	Declaração assinada pelo Presidente atual da Entidade, pelo Diretor Financeiro/Tesoureiro, e pelo Presidente do Conselho Fiscal, pela correta aplicação dos recursos recebidos. Com firma reconhecida em Cartório, no Original. Doc. 03.

Campo Alegre/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

## Doc. 4 – HABILITAÇÃO

## MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

## PARECER DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO:

Campo Alegre/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

Agente de Controle Interno

## PARECER SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:

DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( )

Campo Alegre/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

Secretária Municipal de Finanças

## Doc. 5 – MANIFESTAÇÃO DA CONCEDENTE





**Decreto Nº 7.338 de 08 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.338 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012

INSTITUI O CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no Parágrafo 1º do Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006; DECRETA:

Art.1º) Fica instituído o CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL, em observância ao §1º do Artigo 97 da Lei Complementar Municipal n.º 006.

Art.2º) Ficam nomeados os seguintes Servidores Municipais: DENÍLSON DE SOUZA BANDEIRA - Médico Veterinário; LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ - Agente Administrativo III; NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ - Professor I; PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR - Agente Administrativo II; MAURO LUIS SCHOLZE - Instrutor de Música; BETINA MOREIRA DA SILVA - Agente Administrativo II; DANIELA CARLA BRESOLA - Fisioterapeuta; ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS - Agente Operacional III; MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA - Professor I; CLAUDIO DE SOUZA - Agente Operacional IV, para sob a Presidência do primeiro, comporem o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Os servidores ora designados deverão, em caráter consultivo, colher subsídios e formular sugestões que orientem a política de remuneração, relativa à revisão salarial anual para o exercício de 2013, dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) O Conselho fica instituído provisoriamente, apenas para desenvolver as atividades descritas no Artigo anterior deste Decreto.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

08 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 7.339 de 08 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.339 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO INERENTES AO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.199 DE 18 DE JULHO DE 2012 E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município contidas no art. 96, Parágrafo único;

Considerando a necessidade de adequação do município as previsões constitucionais e as previsões da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando a necessidade da implantação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público em convergência às normas internacionais e em atendimento às disposições do parágrafo único do art. 6º da Portaria STN nº 406 de 20 de junho de 2011 alterado pela Portaria STN nº. 828 de 14 de dezembro de 2011;

E considerando a necessidade de desenvolver as atividades inerentes ao Decreto Municipal nº 7.199 de 18 de julho de 2012;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Ficam nomeados os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão que dispõe sobre o DECRETO MUNICIPAL Nº 7.199.

Agente de Controle Interno Interino - José Luis Silva;  
Chefe do Serviço do Serviço Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo - Lílian Terezinha Bartsch;  
Chefe do Serviço de Contabilidade - Adriana Aparecida Pykosz Ruszack;  
Chefe do Serviço de Apoio à Educação - José Carlos Neneve Cordeiro;  
Agente Administrativo II - Maria Cristina Marciniack Munhoz;  
Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação - Zurita Maria Pacheco Rückl;  
Chefe do Serviço de Transporte e Frotas - Jarbas Jorge Catoni.

Art.2º) Caberá a Comissão nomeada no Art. 1º deste Decreto realizar todos atos previstos no Decreto Municipal nº 7.199 e emitir o relatório devidamente firmado pelos seus membros.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

08 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 08/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Campos Novos****PREFEITURA****Aviso de Licitação**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 20/11/2012 às 17:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço item, tendo como objeto . REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCERTO, MONTAGEM, BALANCEAMENTO E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS - 175/70 R13, 900X20, 7,50X16, 215X70 R14 E 215/75, R17,5 PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. O

Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário, 323, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 08 de NOVEMBRO de 2012.  
VILIBALDO ERICH SCHMID

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### Decreto Nº. 219/2012

DECRETO Nº. 219/2012  
AUTORIZA A CUSTEAR DESPESAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve

#### DECRETAR

Art.1º - Fica autorizado o servidor público municipal Sr. José Carvalho Junior a custear as despesas mínimas necessárias para manutenção dos atletas das delegações representantes do município de Canoinhas nos 52º Jogos Abertos de Santa Catarina - Etapa Estadual, que será realizado no município de Caçador-SC, no período de 06 a 16 de novembro de 2012.

Parágrafo Único - O servidor responsável pelas despesas é obrigado a prestar contas de sua aplicação, nos termos da lei e Resolução 16/94 do TCE.

Art. 2º - As delegações mencionadas no artigo anterior, representarão o Município nas modalidades de Karatê - categoria masculino e Bolão 23 - categorias feminino e masculino.

Parágrafo Primeiro - Os atletas da modalidade Karatê, estarão disputando a competição no período compreendido de 06 a 09 de novembro de 2012;

Parágrafo Segundo - Os atletas da modalidade Bolão 23, em ambas as categorias, disputarão a competição no período de 11 a 16 de novembro.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 31/10/2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### Republicação do Edital de Tomada de Preços Nº 32/2012.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 122/2012  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 32/2012  
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28 de novembro de 2012, às 11h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa para execução de obras relativas a construção de 04 (quatro) unidades habitacionais mista, com área de 40,00 m², na Rua Francisco de Paula e Silva, Bairro Industrial 01, nesta cidade de Canoinhas. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### Publicação de Decisão Em Processo Administrativo Nº 12/2012

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PUBLICAÇÃO DE DECISÃO EM PROCESSO  
ADMINISTRATIVO Nº 12/2012

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrição no CNPJ sob nº. 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais que através do Processo Administrativo nº. 030/2012, fica cancelado o Alvará de Licença para localização e/ou funcionamento provisório de JEAN CARLO SCHMIDT, CPF nº. 000.634.009-10, ocupante da vaga de táxi nº. 10, ponto nº. 01, na Rua Getúlio Vargas/Praça Lauro Muller.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

## Capinzal

### SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

#### Portaria N º 0073/2012/SIMAE-Cao

PORTARIA Nº 073/2012/SIMAE-CAO, de 07 de novembro de 2012.  
Designa Comissão para recebimento de obra.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de LEI, RESOLVE:

Designar os servidores Ademair de Giacometti, Edilson dos Santos Vilarino e Cristina da Silva, para comporem a Comissão de Fiscalização e Recebimento da obra, objeto do Processo Licitatório nº CAO/0202/2012, referente ao Edital de Tomada de Preço nº CAO/03/2012.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.  
Registre-se e Publique-se.

DIONÍSIO ALZIR ROSSET  
Diretor

**Portaria N º 0074/2012/SIMAE-Cao**

PORTARIA N º 074/2012/SIMAE-CAO, de 08 de novembro de 2012.

Designa Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, de servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 51, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012,

**RESOLVE:**

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, os quais constituem a Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, para avaliação do servidor JOSÉ RICARDO BATISTELLI, Agente Administrativo I, durante seu estágio probatório:

**Titulares:**

GILBERTO DURIGON;

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES e

CLEBER EMERSON BELOTTO.

**Suplentes:**

LUCIANO REGIS FERREIRA e

FRANCIELI APARECIDA DA ROSA.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

DIONÍSIO ALZIR ROSSET

Diretor

**Extrato de Contrato N º Cao/41/2012****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/41/2012

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: NEGUINHO CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 13.386.830/0001-40

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/25/2012, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

DATA DA ASSINATURA: 05/11/2012

VIGÊNCIA: 06/11/2012 A 31/12/2012

**Extrato de Contrato N º Cao/42/2012****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/42/2012

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: CRIVELATTI ENGENHARIA LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 85.327.591/0001-69

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL E ARQUITETÔNICO, E CONSTRUÇÃO DE UM RESERVATÓRIO, EM CONCRETO ARMADO, COM FORMATO CIRCULAR, COM DIÂMETRO INTERNO DE 16,90 METROS, ADAPTADO A ÁREA DISPONÍVEL NO LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA, APOIADO EM CHÃO FIRME, SEMI-ENTERRADO, COM CAPACIDADE PARA ARMAZENAMENTO DE NO MÍNIMO 1000 M³ DE ÁGUA TRATADA.

VALOR: R\$ 637.220,06 (SEISCENTOS E TRINTA E SETE MIL, DUZENTOS E VINTE REAIS E SEIS CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2012

VIGÊNCIA: 08/11/2012 A 07/03/2013

**Catanduvás****PREFEITURA****Lei Nº 2.382/2012 de 07 de Novembro de 2012.**

LEI Nº 2.382/2012 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 694.000,00 (Seiscentos e noventa e quatro mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNID. ORÇ. 0301 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

2008 Contribuições a Entidades e Associações

33 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 18.000,00

1103 Aquisição de Veículos e Equipamentos

25 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 6.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO

361 ENSINO FUNDAMENTAL

2020 Transporte Escolar e Manutenção da Educação

42 101 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Transf. Imp. Educ. R\$ 20.000,00

1021 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários

8 101 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Transf. Imp. Educ. R\$ 11.000,00

1028 Aquisição de Sistemas do Ensino e Centro de Inclusão Digital

10 101 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Transf. Imp. Educ. R\$ 9.000,00

2026 Conservação e Reforma de Espaços Educativos

45 101 OUT. DESPESAS CORRENTES - Rec. Transf. Imp. Educ. R\$ 9.000,00

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS

482 HABITAÇÃO URBANA

1040 Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares

13 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos próprios R\$ 444.035,20

UNID. ORÇ. 0602 DIVISÃO DOS TRANSPORTES

782 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

1107 Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Veículos

28 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos próprios R\$ 26.065,00

UNID. ORÇ. 0603 DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

334 FOMENTO AO TRABALHO

2055 Apoio a Empresas

56 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos próprios R\$ 5.400,00

1058 Infraestrutura em Áreas de Terra do Distrito Industrial

21 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos próprios R\$ 2.499,80

UNID. ORÇ. 0605 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
606 EXTENSÃO RURAL  
2063 Manutenção das Atividades Agropecuárias  
57 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos próprios R\$ 21.000,00

2101 Transferências a Instituições Privadas  
65 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos próprios R\$ 55.000,00

ÓRGÃO 07 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
UNID. ORÇ. 0701 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
181 SEGURANÇA PÚBLICA  
2070 Manutenção da Polícia Militar  
62 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos próprios R\$ 55.000,00

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
0074 Sentenças Judiciais  
5 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos próprios R\$ 12.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 694.000,00, (Seiscentos e noventa e quatro mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
UNID. ORÇ. 0301 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
2005 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração  
31 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 49.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO  
UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO  
361 ENSINO FUNDAMENTAL  
2017 Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB  
38 101 DESPESAS CORRENTES - Rec. Transf. Imp. Educ. R\$ 150.000,00

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
UNID. ORÇ. 0602 DIVISÃO DOS TRANSPORTES  
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
2051 Manutenção dos Serviços Urbanos  
53 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos próprios R\$ 405.000,00  
54 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 30.000,00

ÓRGÃO 07 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
UNID. ORÇ. 0701 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
843 SERVIÇOS DA DÍVIDA PÚBLICA.  
0072 Amortização e Encargos da Dívida  
2 100 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA - Recursos Próprios R\$ 30.000,00  
3 100 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Recursos Próprios 30.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 113.000,00 (Cento e treze mil reais), da seguinte dotação orçamentária do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS  
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
301 ATENÇÃO BÁSICA  
2091 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde  
81 100 DESPESAS CORENTES - Recursos Próprios R\$ 113.000,00

Art. 4º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo terceiro, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 113.000,00

(Cento e treze mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS  
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
301 ATENÇÃO BÁSICA  
2092 Manutenção do Programa ESF  
83 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 113.000,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 30 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNID. ORÇ. 3001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
2077 Manutenção da Assistência Social Geral  
71 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 9.000,00

Art. 6º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo quinto, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 30 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNID. ORÇ. 3001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
2077 Manutenção da Assistência Social Geral  
72 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 9.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 07 de Novembro de 2012.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CALUDINEI ANTONIO SELLA  
Séc. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 07/11/2012.

### Lei Nº 2.380/2012, de 7 de Novembro de 2012.

LEI Nº 2.380/2012, de 7 de novembro de 2012.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A CIDASC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio de Cooperação Técnica com a CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CNPJ sob nº 83.807.586/0001-28, estabelecida na Rodovia Admar Gonzaga, 1588, Itacorubi - Florianópolis-SC.

§ 1º Tem por objeto o Convênio a disponibilização ao Município, pela Cidasc, de um automóvel, para o desenvolvimento das atividades agropecuárias da Prefeitura.

§ 2º O Convênio terá como data de início 1º de novembro de 2012, e término em 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado por até quatro (4) anos, havendo interesse das partes.



Art. 2º Caberá ao Município a assunção integral de todas as despesas da utilização do veículo, bem como a responsabilidade civil decorrentes da utilização, devendo contratar e manter apólice de seguro do veículo em benefício da Cidasc.

Art. 3º As despesas decorrentes da Execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 7 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

### **Decreto Nº 1.854/2012 de 07 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 1.854/2012 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

“AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.382/12 de 07 de Outubro de 2012 e Lei Federal nº 4.350/64.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 694.000,00 (Seiscentos e noventa e quatro mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

#### **ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

UNID. ORÇ. 0301 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

2008 Contribuições a Entidades e Associações

33 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 18.000,00

1103 Aquisição de Veículos e Equipamentos

25 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 6.000,00

#### **ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**

UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO

361 ENSINO FUNDAMENTAL

2020 Transporte Escolar e Manutenção da Educação

42 101 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Transf. Imp. Educ. R\$ 20.000,00

1021 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários

8 101 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Transf. Imp. Educ. R\$ 11.000,00

1028 Aquisição de Sistemas do Ensino e Centro de Inclusão Digital

10 101 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Transf. Imp. Educ. R\$ 9.000,00

2026 Conservação e Reforma de Espaços Educativos

45 101 OUT. DESPESAS CORRENTES - Rec. Transf. Imp. Educ. R\$ 9.000,00

#### **ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS

482 HABITAÇÃO URBANA

1040 Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares

13 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos próprios R\$ 444.035,20

UNID. ORÇ. 0602 DIVISÃO DOS TRANSPORTES

782 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

1107 Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Veículos

28 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos próprios R\$ 26.065,00

UNID. ORÇ. 0603 DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

334 FOMENTO AO TRABALHO

2055 Apoio a Empresas

56 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos próprios R\$ 5.400,00

1058 Infraestrutura em Áreas de Terra do Distrito Industrial

21 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos próprios R\$ 2.499,80

UNID. ORÇ. 0605 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

606 EXTENSÃO RURAL

2063 Manutenção das Atividades Agropecuárias

57 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos próprios R\$ 21.000,00

2101 Transferências a Instituições Privadas

65 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos próprios R\$ 55.000,00

#### **ÓRGÃO 07 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO**

UNID. ORÇ. 0701 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

181 SEGURANÇA PÚBLICA

2070 Manutenção da Polícia Militar

62 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos próprios R\$ 55.000,00

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

0074 Sentenças Judiciais

5 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos próprios R\$ 12.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro, fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 694.000,00, (Seiscentos e noventa e quatro mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, nas seguintes dotações orçamentárias.

#### **ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

UNID. ORÇ. 0301 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

2005 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

31 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 49.000,00

#### **ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**

UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO

361 ENSINO FUNDAMENTAL

2017 Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB

38 101 DESPESAS CORRENTES - Rec. Transf. Imp. Educ. R\$ 150.000,00

#### **ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNID. ORÇ. 0602 DIVISÃO DOS TRANSPORTES

782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

2051 Manutenção dos Serviços Urbanos

53 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos próprios R\$ 405.000,00

54 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 30.000,00

#### **ÓRGÃO 07 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO**

UNID. ORÇ. 0701 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

843 SERVIÇOS DA DÍVIDA PÚBLICA.



0072 Amortização e Encargos da Dívida  
2 100 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA - Recursos Próprios R\$ 30.000,00  
3 100 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Recursos Próprios 30.000,00

Art. 3º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 113.000,00 (Cento e treze mil reais), da seguinte dotação orçamentária do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS  
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
301 ATENÇÃO BÁSICA  
2091 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde  
81 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 113.000,00

Art. 4º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo terceiro, fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 113.000,00 (Cento e treze mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS  
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
301 ATENÇÃO BÁSICA  
2092 Manutenção do Programa ESF  
83 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 113.000,00

Art. 5º - Fica o Setor Contábil, Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 30 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNID. ORÇ. 3001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
2077 Manutenção da Assistência Social Geral  
71 100 DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 9.000,00

Art. 6º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo quinto, fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 30 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNID. ORÇ. 3001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
2077 Manutenção da Assistência Social Geral  
72 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 9.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvás SC, 07 de Novembro de 2012.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CALUDINEI ANTONIO SELLA  
Séc. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 07/11/2012.

### **Decreto Nº 1.851, de 05 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 1.851, de 05 de novembro de 2012.

"PRORROGA PRAZO DE SINDICÂNCIA, SUBSTITUI MEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado em sessenta (60) dias, o prazo de conclusão da sindicância instaurada pelo Decreto Municipal nº 1.841, de 29 de agosto de 2012, conforme previsão do art. 6º.

Art. 2º Fica substituído membro da Comissão nomeada, passando a compô-la a Servidora Rosmeri Salete Tigre, excluindo-se a Servidora Francielle dos Santos Dias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás(SC), 05 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

### **Decreto Nº 1.852, de 05 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 1.852, de 05 de novembro de 2012.

"PRORROGA PRAZO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado em trinta (30) dias, o prazo de conclusão da sindicância instaurada pelo Decreto Municipal nº 1.842, de 29 de agosto de 2012, conforme previsão do art. 6º.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás(SC), 05 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

### **Decreto Nº 1.853, de 6 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 1.853, de 6 de novembro de 2012

"DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO PRÉVIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E DE USO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E OBSOLETOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, inciso VIII e art. 12, inciso II c/c art. 14 da Lei Orgânica



do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada Comissão Especial para avaliação prévia das condições físicas e de uso de bens móveis inservíveis e obsoletos do patrimônio público municipal, formada pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I - Ana Paula Begnini - CPF nº 047.201.699-70 - Presidente

II - Sandra Maria Dilda Bucco CPF nº 655.869.309-78 - Secretária

III - Ronaldo Adriano Luvison CPF nº 030.947.429-98 - Membro

Art. 2º Ao final dos trabalhos e no prazo de dez (10) dias a Comissão emitirá laudo indicando valor mínimo de alienação ou sem valor comercial para cada um ou grupo de bens avaliados.

Parágrafo único. Excepcionalmente e tendo em vista peculiaridades especiais e técnicas de cada um dos bens a serem avaliados, poderão os Membros consultar o mercado atual dos mesmos e se valer de outras fontes.

Art. 3º Eventuais despesas necessárias à execução dos encargos previstos no presente Decreto serão previamente autorizadas, sendo que pela participação na presente comissão, os membros não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 6 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretario de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

**2º Adendo ao Edital do Processo Licitatório Nº 0092/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0043/2012**

2º ADENDO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2012  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2012

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEIe

Considerando a necessidade de alterar a quantidade e unidade do item nº 1.3 do Anexo I do Edital - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 0043/2012, por interesse da Administração Municipal;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições que constam do edital de Pregão Presencial nº 0043/2012, conforme segue:

a) A descrição do item nº 1.3 do Anexo I do Edital - Termo de Referência passa a ter a seguinte redação:

**Plano**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (mensal)	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.3	Mensalidade serviço tarifa ZERO entre os celulares do plano.	25	linhas		

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 08 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDEMIR TCHOI BUCCO

Assessor Jurídico

OAB nº 9686/SC

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

**Decreto Nº 62/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 62/2012

"DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA TODA A ÁREA DO MUNICÍPIO, ATINGIDA POR GRANIZO".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50, inciso XVIII da Lei Orgânica do Município, pelo art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

**CONSIDERANDO QUE:**

- a ocorrência de granizo, no dia 04 de novembro de 2012, atingindo todo o Município, conforme mapa das áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;

- como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA".

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas

para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se à mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, depois de adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se à convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e à realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, do Município de Chapadão do Lageado -SC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
6 de novembro de 2012.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Errata Contrato Nº 74/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
ERRATA  
CONTRATO Nº 74/2012 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, SC, vem a público para retificar o Extrato do Contrato nº 74/2012-FMS, celebrado com a EMPRESA PAULO ANTONIO BALBINOT - ME, publicado no Diário Municipal, Edição nº 1103 no dia 23/10/2012, Página 29 e 30, na seguinte conformidade: onde lê-se: Contratada: PAULO ANTONIO BALBINOT & CIA LTDA - leia-se: Contratada: PAULO ANTONIO BALBINOT - ME.

#### Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 2/2012 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2012 - FMAS

A Superintendente do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que ratificou o ato da Senhora Neusa Aparecida Dahmer, Diretora de Assistência Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do art. 25, inciso II c/c art. 13, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação serviços de Palestra, visando a programação do 3º Seminário de Intervenção em Violência Doméstica Contra a Mulher, em favor da empresa: MBDIAS PUBLICAÇÕES E EVENTOS LTDA, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Concórdia, SC, 05 de novembro de 2012.  
CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
Superintendente do FMAS.

#### Edital de Notificação Convênio Merenda Escolar - Pnae - Ensino Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 9ª parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 31.608,00 (trinta e um mil seiscentos e oito reais).

Concórdia SC, 05 de novembro de 2012.  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

#### Edital de Notificação Convênio Merenda Escolar - Pnae - Eja

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 9ª parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 336,00 (trezentos e trinta e

seis reais).

Concórdia SC, 05 de novembro de 2012  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Editais de Notificação Convênio Merenda Escolar - Pnae - Pré Escola**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 9ª parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 14.930,00 (catorze mil novecentos e trinta reais).

Concórdia SC, 05 de novembro de 2012  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Editais de Notificação Convênio - Pconcórdiafmas/ Igdbfg/Bolsafamília**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/ IGDBFG/BOLSAFAMÍLIA, repasse no valor de R\$ 4.801,23 (quatro mil oitocentos e um reais e vinte e três centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 07 de novembro de 2012.  
CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 74/2012

DECRETO No 74 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.  
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 975 de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.884,59 para a seguinte dotação orçamentária:

08 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura  
08.01 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura  
08.01.25.752.2512.2.030 - 3.3.90.00 - 03.17 - 95 - Aplicações Diretas 19.884,59

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro da Fonte de Recursos da COSIP (03.17) do Exercício Anterior no valor de R\$ 19.884,59.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 07 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

#### Decreto Nº 75/2012

DECRETO No 75 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.  
"DISPÕE SOBRE ATIVIDADES CONSIDERADAS DE ALTO RISCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º os órgãos e entidades municipais responsáveis pelo licenciamento, para efeito de definição de atividade de alto grau de risco, em relação ao Microempreendedor Individual - MEI, adotará a lista constante no Anexo I da Resolução (CGSIM) n. 22, de 22/06/2012, em relação à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, o Anexo II da Resolução (CGSIM) n. 22, de 22/06/2012.

§ 1º O grau de risco será considerado alto se uma ou mais atividades do estabelecimento forem assim classificadas.

§ 2º Definidas as atividades de alto risco na forma deste artigo, consideram-se de baixo risco as demais atividades constantes da tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas \_ CNAE.

Art. 2º Aplicam-se ao Alvará de Funcionamento Provisório e ao Alvará de Fundamento Definitivo as demais normas concernentes aos alvarás previstas na legislação do município, principalmente as relativas à interdição ou desinterdição do estabelecimento, cessação, nulidade e restabelecimento do alvará e a imposição de restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

#### Decreto Nº 76/2012

DECRETO No 76 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.  
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 975 de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

08 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

08.01 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

08.01.15.451.2511.2.011-3.3.90.00 - 03.00 - 101 - Aplicações Diretas 60.000,00

07 - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

07.01 - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

07.01.20.606.2510.2.009 - 3.3.90.00 - 03.00 - 105 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro da Fonte de Recursos Ordinários (03.00) do Exercício Anterior no valor de R\$ 80.000,00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

#### **Portaria Nº 421/2012**

PORTARIA Nº 421/2012, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria 401/2012 nos seguintes termos:

Onde se lê: Atribuir Adicional de Responsabilidade na ordem de 40% sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao Servidor Municipal, Sr. MADIAN GLEICON ROMANINI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, para além de suas funções específicas para o cargo, desempenhar as atividades de coordenador dos procedimentos licitatórios do Município de Cordilheira Alta.

Leia-se: Atribuir Adicional de Responsabilidade na ordem de 40% sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao Servidor Municipal, Sr. MADIAN GLEICON ROMANINI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, para além de suas funções específicas para o cargo, desempenhar as atividades de Pregoeiro do Município de Cordilheira Alta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de outubro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

#### **Portaria Nº 422/2012**

PORTARIA N.º 422/2012, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO FILHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 07 (sete) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde do filho, a Servidora Municipal, Sra. GISSELI SPERANÇA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

#### **Portaria Nº 423/2012**

PORTARIA N.º 423/2012, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. ELOEDES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

#### **Portaria Nº 424/2012**

PORTARIA N.º 424/2012, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de



saúde, a Servidora Municipal, Sra. SIDIANE MARIA ZAMIANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

#### **Portaria Nº 425/2012**

PORTARIA N.º 425/2012, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. JUSTINA GRACIANI VILANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

#### **Portaria Nº 426/2012**

PORTARIA 426/2012, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012  
"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e atendendo o disposto no artigo 10, I, II da Lei Complementar 70/2009:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Atribuir Gratificação por Tempo de Serviço, no percentual de 3% (três por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a Servidora Municipal, Sra. MARIA TEREZINHA LUSA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, 08 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### **Portaria Nº 427/2012**

PORTARIA Nº 427/2012, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao Servidor Municipal, Sr. DIRCEU CESAR GUOLO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2011 a 14/04/2012, que serão gozadas no período de 26/11/2012 a 25/12/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês novembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

DIRCEU CESAR GUOLO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Corupá**

**PREFEITURA**

#### **Decreto Nº. 512/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.**

DECRETO Nº. 512/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 51.172,00 (cinquenta e um mil e cento e setenta e dois reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$  
08.000 Secretaria Municipal de Educação  
08.001 Divisão de Educação  
012.361.0047.2020 Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.22 Aplicações Diretas 51.172,00

TOTAL 51.172,00



Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.22 - Transferência de Convênios - Educação no valor de R\$ 51.172,00 ( cinquenta e um mil e cento e setenta e dois reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
22 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## Curitiba

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial Nº 52/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2012

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por ITEM, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E FOSSA CÉPTICA PARA CONCLUSÃO DA CASA DE ALCEANIR ALVES VELHO E SIMONE SCHLICHTING, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 23/11/2012, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 23/11/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 07 de Novembro de 2012.  
NEWTONPINHEIRO                      ADAILTON ALVES  
Presidente do Fundo                      Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial Nº 87/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2012

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por ITEM, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei Nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE ITENS PARA CONSTRUÇÃO E MATERIAL ELÉTRICO, OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DA CASA DO PAPAI NOEL, QUE SERÁ LOCALIZADA JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL, COM INÍCIO PREVISTO DAS COMEMORAÇÕES NATALINAS EM 01/12/2012. Os interessados em participar do certame deverão entregar o

envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 26/11/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 15:00 horas do dia 26/11/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos junto a Prefeitura de Curitiba na Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário das 13:00 horas as 19:00 horas e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 06 de novembro de 2012.  
CRISTINA MARIA A. MORAES EHRHARDT  
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES  
Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial Nº53/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº53/2012.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Serviços para digitalização de documentos de Contabilidade e Licitações do Fundo Municipal de Saúde. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 26/11/2012, às 14h30, mesma data e horário marcados para o início da sessão do Pregão. Os interessados poderão ter acesso a integra do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), porém este não substitui o oficial que poderá ser retirado pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitiba, 07 de novembro 2012.  
ALZANI ADRIANO SCUR                      RICARDO BROCARDO  
Secretário Mun. Saúde                      Pregoeiro

#### Contrato Nº...: 298/2012

Contrato Nº...: 298/2012  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME  
Valor : 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais)  
Vigência : Início: 01/10/2012 Término: 12/10/2012  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2012  
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (36) Saldo: 9.827,45

Objeto : Termo Aditivo ao Contrato original nº260/2012.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

#### Contrato Nº...: 299/2012

Contrato Nº...: 299/2012  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : Marcos Martarello - ME  
Valor : 5.070,00 (cinco mil e setenta reais)  
Vigência : Início: 03/10/2012 Término: 31/12/2012  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2011  
Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (32) Saldo:

Objeto : Termo Aditivo ao Contrato original nº64/2012.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012



**Contrato Nº...: 300/2012**

Contrato Nº...: 300/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA

Valor : 5.376,24 (cinco mil trezentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos)

Vigência : Início: 08/10/2012 Término: 07/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de peças para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo de Saúde

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 301/2012**

Contrato Nº...: 301/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor : 228,00 (duzentos e vinte e oito reais)

Vigência : Início: 08/10/2012 Término: 31/12/2012

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação:

Objeto : Fornecimento de licenças de uso com acessos simultâneo, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação do sistema de Tesouraria, em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 302/2012**

Contrato Nº...: 302/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Cansan Textil Ind. Com Ltda

Valor : 603,50 (seiscentos e três reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 11/10/2012 Término: 11/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de camisetas para implementação das ações do Projeto Sorriso 2012.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 303/2012**

Contrato Nº...: 303/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Hospfar Ind. Com. Prod. Hospitalares Ltda

Valor : 5.176,36 (cinco mil cento e setenta e seis reais e trinta e seis centavos)

Vigência : Início: 15/10/2012 Término: 14/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 304/2012**

Contrato Nº...: 304/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Promefarma Representações Comerciais Ltda

Valor : 7.366,19 (sete mil trezentos e sessenta e seis reais e

dezenove centavos)

Vigência : Início: 15/10/2012 Término: 14/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 305/2012**

Contrato Nº...: 305/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : MF Serviços Médicos Ltda.

Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 16/10/2012 Término: 31/12/2012

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 50/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Credenciamento de empresas do ramo interessadas na prestação de serviços de consultas médicas especializadas.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 306/2012**

Contrato Nº...: 306/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Grafica e Editora j Graf Ltda

Valor : 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 22/10/2012 Término: 21/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material gráfico para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 307/2012**

Contrato Nº...: 307/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Cansan Textil Ind. Com Ltda

Valor : 2.485,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)

Vigência : Início: 24/10/2012 Término: 24/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais para implementação de campanhas de saúde promovidas pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 308/2012**

Contrato Nº...: 308/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Dilunas Ind. Com. Confec. Ltda

Valor : 5.841,00 (cinco mil oitocentos e quarenta e um reais)

Vigência : Início: 24/10/2012 Término: 24/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais para implementação de campanhas de saúde promovidas pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 309/2012**

Contrato Nº...: 309/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : JULIO CESAR RIBEIRO CONFECÇÕES - ME -

Valor : 7.000,00 (sete mil reais)

Vigência : Início: 24/10/2012 Término: 24/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais para implementação de campanhas de saúde promovidas pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 310/2012**

Contrato Nº...: 310/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Sumny Impressos Graficos Ltda ME

Valor : 3.490,00 (três mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência : Início: 24/10/2012 Término: 24/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais para implementação de campanhas de saúde promovidas pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 311/2012**

Contrato Nº...: 311/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA

Valor : 722,00 (setecentos e vinte e dois reais)

Vigência : Início: 29/10/2012 Término: 28/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente e materiais de informática para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 312/2012**

Contrato Nº...: 312/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : DIAL SUPRI DISTRIBUIDORA LTDA - ME

Valor : 354,44 (trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 29/10/2012 Término: 28/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente e materiais de informática para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 313/2012**

Contrato Nº...: 313/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Dinâmica Com. Suprim. P/Inform. e Escritório Ltda

Valor : 3.223,12 (três mil duzentos e vinte e três reais e doze

centavos)

Vigência : Início: 29/10/2012 Término: 28/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente e materiais de informática para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 314/2012**

Contrato Nº...: 314/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Escimate Com. Mat. Escritório e Inform. Ltda.

Valor : 2.807,15 (dois mil oitocentos e sete reais e quinze centavos)

Vigência : Início: 29/10/2012 Término: 28/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente e materiais de informática para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 315/2012**

Contrato Nº...: 315/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Infotriz Comercial Ltda.

Valor : 1.083,15 (um mil e oitenta e três reais e quinze centavos)

Vigência : Início: 29/10/2012 Término: 28/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente e materiais de informática para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 316/2012**

Contrato Nº...: 316/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : M Mobile Eireli

Valor : 482,75 (quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 29/10/2012 Término: 28/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente e materiais de informática para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Curitiba, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº...: 317/2012**

Contrato Nº...: 317/2012

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : NATALICIO DE JESUS GERALDO

Valor : 280,50 (duzentos e oitenta reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 29/10/2012 Término: 28/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012  
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente e materiais de informática para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Curitibanos, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº.: 318/2012**

Contrato Nº.: 318/2012

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Roberto Tessaro & Cia. Ltda.

Valor : 1.236,92 (um mil duzentos e trinta e seis reais e noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 29/10/2012 Término: 28/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de expediente e materiais de informática para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Curitibanos, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº.: 319/2012**

Contrato Nº.: 319/2012

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : AP Oeste Distrib. Alim. Ltda.

Valor : 3.308,50 (três mil trezentos e oito reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 29/10/2012 Término: 28/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de gêneros de alimentação para consumo em Unidades de Saúde do município

Curitibanos, 6 de Novembro de 2012

**Contrato Nº.: 320/2012**

Contrato Nº.: 320/2012

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Roberto Tessaro & Cia. Ltda.

Valor : 3.556,62 (três mil quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos)

Vigência : Início: 29/10/2012 Término: 28/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de gêneros de alimentação para consumo em Unidades de Saúde do município

Curitibanos, 6 de Novembro de 2012

## Forquilha

### PREFEITURA

**Extrato de Contrato FMS Nº 48/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 48/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 13.484,70 (treze mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº 49/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 49/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - BH FARMA COMÉRCIO LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 9.870,00 (nove mil oitocentos e setenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº 50/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 50/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - CIAMED DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 12.477,00 (doze mil quatrocentos e setenta e sete reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº 51/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 51/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 917,29 (novecentos e dezessete reais e vinte e nove centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº 52/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 52/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 13.150,25 (treze mil cento e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº 53/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 53/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - EXTRA DIST. DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA.

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 14.906,30 (quatorze mil novecentos e seis reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº 54/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 54/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - WERBRAN DIST. DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA.

OBJETO- contratação de pessoa jurídica especializada para

aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 12.245,00 (doze mil duzentos e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº 55/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 55/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME.

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 15.131,30 (quinze mil cento e trinta e um reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº 56/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 56/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 15.179,42 (quinze mil cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº 57/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 57/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - PRODIET FARMACEUTICA LTDA.

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 15.968,50 (quinze mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/



FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato FMS Nº 58/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 58/2012  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRATADO - DIMACI MG MATERIAL CIRURGIO LTDA.

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 27.777,01 (vinte e sete mil setecentos e setenta e sete reais e um centavo).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/ FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato FMS Nº 59/2012**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 59/2012  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRATADO - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 13.079,61 (treze mil setenta e nove reais e sessenta e um centavo).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), 1701.2055.3390 (39) (40).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/ FMS/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2012.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Fraiburgo**

**PREFEITURA**

#### **Lei Complementar Nº 152/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2003.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o § 2º do artigo 15 com a seguinte redação:

“§ 2º. Para os efeitos deste imposto considera-se imóvel sem

edificação, o terreno e o solo sem benfeitoria ou edificação, assim entendido também o imóvel que contenha:

I – construção que possa ser removida sem destruição ou alteração;

II – construção paralisada;

III – construção interditada, condenada, em ruínas, ou em demolição;

IV – construção com área de:

a) 08% (oito por cento) da área do terreno para imóveis com até 600,00m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados);

b) 03% (três por cento) da área do terreno para imóveis com até 2.000,00m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados);

c) 01% (um por cento) da área do terreno para imóveis com até 10.000,00m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados).”

Art. 2º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o inciso I do artigo 23 com a seguinte redação:

“I – 0,18% (dezoito centésimos por cento), para os imóveis edificados ou em construção;”

Art. 3º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o item 4.02 do artigo 49 com a seguinte redação:

“4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia, exames relacionados com segurança e medicina do trabalho e congêneres.”

Art. 4º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o inciso I do artigo 131 com a seguinte redação:

“I – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 11.01, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 16.01, 17.05, 17.09, 20, da lista de serviços;”

Art. 5º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o artigo 494 com a seguinte redação:

“Art. 494. A Nota Fiscal de Serviços – Série Avulsa – NFV:

I – é de uso facultativo, para os contribuintes:

a) inscritos no Cadastro Mobiliário – CAMOB e que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte;

b) inscritos no Cadastro Mobiliário – CAMOB e que exerçam de forma eventual a prestação de serviço;

II – será emitida, pela AF – Autoridade Fiscal, em 3 (três) vias por meio eletrônico, com as seguintes destinações:

a) a primeira e terceira vias serão entregues ao prestador de serviços;

b) a segunda via será conservada na REPAF – Repartição Fiscal competente.”

III – através de solicitação, será entregue ao prestador de serviço, mediante o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pela prestação de serviço.”

Art. 6º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o inciso V do artigo 546 com a seguinte redação:

“V – de 500 U.F.Ms:

a) por exercer atividade sem a respectiva licença;

b) por qualquer ação ou omissão não prevista nos incisos anteriores, que importe descumprimento de obrigação acessória prevista na legislação tributária.”

Art. 7º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a



vigorar com o inciso I e o § 2º do artigo 560 com a seguinte redação:

“I – o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificando o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto;

§ 2.o Para os efeitos do disposto no § 1.o, os atos referidos nos incisos I e II valerão pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da cientificação do sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto, prorrogáveis, sucessivamente, por igual período com qualquer outro ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos.”

Art. 8º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o artigo 635 acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

“V – o ingresso de demanda judicial que vise discutir o mesmo objeto ou a ele faça menção, bem como, cause repercussão que possa levar a decisões conflitantes entre as esferas administrativa e judicial.”

Art. 9º. As tabelas 2, 18, 23 e 24 passam a vigorar de acordo com o Anexo I desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2012  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### ANEXO I

2) ALC – ALÍQUOTA CORRESPONDENTE – ISSQN				
ITEM	Serviços Tributáveis	TPPC	SPL	PJ
LS	ISSQN	ALC	ALC	ALC
A-47	Art. 47 do CTM	Art.56	Art.61	Art.66
<b>1</b>	<b>Serviços de informática e congêneres</b>			<b>3%</b>
	1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.			3%
	1.02 – Programação.			3%
	<b>1.03 – Processamento de dados e congêneres.</b>			<b>3%</b>
	1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.			3%
	1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.			3%
	1.06 – Assessoria e consultoria em informática.			3%
	1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.			3%
	1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.			3%
<b>2</b>	<b>Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.</b>			<b>3%</b>
	2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.			3%
<b>3</b>	<b>Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.</b>			<b>3%</b>
	3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.			3%
	3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.			3%
	3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.			3%
	3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.			3%
<b>4</b>	<b>Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.</b>			<b>2%</b>
	4.01 – Medicina e biomedicina.	760,00	570,00	2%
	4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia, exames relacionados com segurança e medicina do trabalho e congêneres.			2%
	4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.			2%
	4.04 – Instrumentação cirúrgica.	150,00	112,50	2%
	4.05 – Acupuntura.	150,00	112,50	2%
	4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	150,00	112,50	2%
	4.07 – Serviços farmacêuticos.	150,00	112,50	2%

	4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	150,00	112,50	2%
	4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	150,00	112,50	2%
	4.10 – Nutrição.	150,00	112,50	2%
	4.11 – Obstetrícia.	760,00	570,00	2%
	4.12 – Odontologia.	760,00	570,00	2%
	4.13 – Ortopédia.	760,00	570,00	2%
	4.14 – Próteses sob encomenda.	760,00	570,00	2%
	4.15 – Psicanálise.	760,00	570,00	2%
	4.16 – Psicologia.	760,00	570,00	2%
	4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.			2%
	4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	760,00	570,00	2%
	4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.			2%
	4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.			2%
	4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.			2%
	4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.			3%
	4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.			3%
5	<b>Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.</b>			3%
	5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	150,00	112,50	3%
	5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.			3%
	5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.			3%
	5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	150,00	112,50	3%
	5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.			3%
	5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	150,00	112,50	3%
	5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	150,00	112,50	3%
	5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	150,00	112,50	3%
	5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	150,00	112,50	3%
6	<b>Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.</b>			3%
	6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	50,00		3%
	6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	50,00		3%
	6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.			3%
	6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	50,00		3%
	6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	150,00		3%

7	Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.			2%
	7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	760,00	570,00	3%
	7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	50,00		2%
	7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	760,00	570,00	3%
	7.04 – Demolição.	50,00		2%
	7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	50,00		2%
	7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	50,00		3%
	7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	50,00		2%
	7.08 – Calafetação.	50,00		3%
	7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	50,00		3%
	7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	50,00		3%
	7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	50,00		3%
	7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	50,00		3%
	7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	150,00		3%
	7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	50,00		3%
	7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	150,00		3%
	7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	150,00		3%
	7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	150,00		3%

	7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, <b>geológicos, geofísicos e congêneres.</b>	150,00		3%
	7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	150,00		3%
	7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e <b>congêneres.</b>	150,00		3%
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.			2%
	8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	50,00		2%
	8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	50,00		2%
9	Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e <b>congêneres.</b>			3%
	9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).			3%
	9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e <b>congêneres.</b>	150,00		3%
	9.03 – Guias de turismo.	150,00		3%
10	<b>Serviços de intermediação e congêneres.</b>			3%
	10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de <b>planos de saúde e de planos de previdência privada.</b>	150,00		3%
	10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos <b>quaisquer.</b>	150,00		3%
	10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	150,00		3%
	10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	150,00		3%
	10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	150,00		3%
	10.06 – Agenciamento marítimo.	150,00		3%
	10.07 – Agenciamento de notícias.	150,00		3%
	10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	150,00		3%
	10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	150,00		3%

	10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	150,00		3%
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, <b>vigilância e congêneres.</b>			3%
	11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.			3%
	11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	150,00		3%
	11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.			3%
	11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.			3%
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e <b>congêneres.</b>			3%
	12.01 – Espetáculos teatrais.	75,00		3%
	12.02 – Exibições cinematográficas.			5%
	12.03 – Espetáculos circenses.			5%
	12.04 – Programas de auditório.			5%
	12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e <b>congêneres.</b>			5%
	12.06 – Boates, taxi-dancings e <b>congêneres.</b>			5%
	12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, <b>concertos, recitais, festivais e congêneres.</b>			5%
	12.08 – Feiras, exposições, congressos e <b>congêneres.</b>			5%
	12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.			5%
	12.10 – Corridas e competições de animais.			5%
	12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.			5%
	12.12 – Execução de música.			5%
	12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, <b>concertos, recitais, festivais e congêneres.</b>			5%
	12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.			5%
	12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou <b>folclóricos, trios elétricos e congêneres.</b>			5%
	12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou <b>congêneres.</b>			5%
	12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	150,00		5%
13	Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.			3%
	13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive <b>trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.</b>	50,00		3%
	13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e <b>congêneres.</b>	50,00		3%
	13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	50,00		3%
	13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	50,00		3%
14	Serviços relativos a bens de terceiros.			3%



	14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	50,00		3%
	<b>14.02 – Assistência técnica.</b>	<b>150,00</b>		<b>3%</b>
	14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	150,00		3%
	14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	150,00		3%
	14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, <b>plastificação e congêneres</b> , de objetos quaisquer.	50,00		3%
	14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	50,00		3%
	<b>14.07 – Colocação de molduras e congêneres.</b>	<b>50,00</b>		<b>3%</b>
	14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, <b>revistas e congêneres.</b>	50,00		3%
	14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	50,00		3%
	14.10 – Tinturaria e lavanderia.	50,00		3%
	14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	50,00		3%
	14.12 – Funilaria e lanternagem.	50,00		3%
	14.13 – Carpintaria e serralheria.	50,00		3%
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.			5%
	15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e <b>congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.</b>			5%
	15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.			5%
	15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.			5%
	15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de <b>capacidade financeira e congêneres.</b>			5%
	15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, <b>renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.</b>			5%

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.			5%
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.			5%
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.			5%
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).			5%
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.			5%
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.			5%
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.			5%
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.			5%
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.			5%

	15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.			5%
	15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.			5%
	15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.			5%
	15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.			5%
16	Serviços de transporte de natureza municipal.			3%
	16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.	150,00		3%
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.			3%
	17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	150,00	112,50	3%
	17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	150,00		3%
	17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	150,00		3%
	17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	250,00		3%
	17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	250,00		3%
	17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	150,00		3%
	17.07 – Franquia (franchising).	250,00		3%
	17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	250,00	187,50	3%
	17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	150,00		3%
	17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	150,00		3%
	17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	250,00	187,50	3%
	17.12 – Leilão e congêneres.	150,00		3%
	17.13 – Advocacia.	760,00	570,00	3%

	17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	250,00	187,50	3%
	17.15 – Auditoria.	250,00	187,50	3%
	17.16 – Análise de Organização e Métodos.	250,00		3%
	17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	250,00		3%
	17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	250,00	187,50	3%
	17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	250,00	187,50	3%
	17.20 – Estatística.	150,00		3%
	17.21 – Cobrança em geral.	150,00		3%
	17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	150,00		3%
	17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	150,00		2%
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e <b>gerência de riscos seguráveis e congêneres.</b>			3%
	18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e <b>gerência de riscos seguráveis e congêneres.</b>	150,00		3%
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.			3%
	19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	20,00		3%
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.			3%
	20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, <b>serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.</b>	380,00		3%
	20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, <b>logística e congêneres.</b>	380,00		3%
	20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, <b>logística e congêneres.</b>	380,00		3%
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.			3%

	21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.			3%
22	Serviços de exploração de rodovia.			3%
	22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.			3%
23	Serviços de programação e comunicação visual, <b>desenho industrial e congêneres.</b>			3%
	23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, <b>desenho industrial e congêneres.</b>	380,00		3%
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, <b> sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.</b>			3%
	24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e <b>congêneres.</b>	150,00		3%
25	Serviços funerários.			3%
	25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	380,00		3%
	25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	380,00		3%
	<b>25.03 – Planos ou convênio funerários.</b>	<b>380,00</b>		3%
	25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	150,00		3%
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de <b>correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.</b>			3%
	26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de <b>correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.</b>	150,00		3%
27	Serviços de assistência social.			3%
	<b>27.01 – Serviços de assistência social.</b>	<b>760,00</b>		3%
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.			3%
	28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	150,00		3%
29	Serviços de biblioteconomia.			3%
	29.01 – Serviços de biblioteconomia.	150,00		3%
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.			3%
	30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	760,00		3%
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e <b>congêneres.</b>			3%
	31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e <b>congêneres.</b>	760,00		3%
32	Serviços de desenhos técnicos.			3%



	32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	380,00		3%
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.			3%
	33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	380,00		3%
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.			3%
	34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	150,00		3%
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.			3%
	35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	760,00		3%
36	Serviços de meteorologia.			3%
	36.01 - Serviços de meteorologia.	150,00		3%
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.			3%
	37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	380,00		3%
38	Serviços de museologia.			3%
	38.01 - Serviços de museologia.	150,00		3%
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.			3%
	39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	760,00		3%
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.			3%
	40.01 - Obras de arte sob encomenda.	380,00		3%

18) TABELA DE CUSTOS DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE AMBULANTE, EVENTUAL E FEIRANTE ANEXO ESPECÍFICO PRÓPRIO				
	ATIVIDADE PREPONDERANTE	UFM POR DIA	UFM POR MÊS	UFM POR ANO
1	Alimentos preparados, inclusive refrigerantes	8,50	50,00	100,00
2	Aparelhos Elétricos de uso doméstico	50,00	100,00	250,00
3	Armarinhos e miudezas	50,00	100,00	250,00
4	Artefatos de couro	50,00	100,00	250,00
5	Artigos carnavalescos	50,00	100,00	250,00
6	Artigos para fumantes	50,00	100,00	250,00
7	Artigos de papelaria, religiosos, brinquedos e artigos ornamentais, louças, ferragens, artefatos plásticos ou de borracha, vassouras, escovas e semelhantes	20,00	50,00	150,00
8	Artigos para automóveis, confecções de todos os tipos, tecidos, malhas, meias, gravatas, lenços e assemelhados	50,00	100,00	250,00
9	Cosméticos e Perfumes	20,00	50,00	150,00
10	Artigos de fotografia	50,00	100,00	250,00
11	Baralhos e outros artigos de jogos	50,00	100,00	250,00
12	Bebidas alcoólicas	50,00	100,00	250,00
13	Fogos de artifício	50,00	100,00	250,00
14	Frutas e Legumes	20,00	100,00	250,00
15	Gêneros alimentícios em geral	50,00	250,00	1.000,00

16	Jóias, peles, pelicas, plumas e confecções de couro em geral	50,00	100,00	250,00
17	Circos, parques, jogos e diversões	100,00	500,00	1.000,00
18	Feiras e demais eventos equiparados	500,00	-----	-----
18.01	Participante de feira ou evento	50,00	100,00	-----
19	Outros artigos e/ou atividades não especificados e/ou não mencionados nesta tabela	50,00	-----	-----

23) TABELA DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO COMPULSÓRIOS OBRAS EM GERAL ANEXO ESPECÍFICO PRÓPRIO			
		ESPECIFICAÇÃO DAS OBRAS	VALORES EXPRESSOS EM UFM
1		Alinhamento ou nivelamento, por metro quadrado	2,50
2		Aprovação de plantas para construção	
	A	De alvenaria, por metro quadrado	0,60
	B	De materiais mistos, por metro quadrado	0,48
	C	De madeira, por metro quadrado	0,36
	D	Para substituição de plantas até 50m <sup>2</sup>	20,00
		Para substituição de plantas de 50,01m <sup>2</sup> a 100,00m <sup>2</sup>	30,00
		Acima de 100m <sup>2</sup> , por metro quadrado	0,40
	E	Para substituição de projeto de dimensionamento de sistema de tratamento de efluentes	10,00
	F	De tratamento de água e esgoto	12,00
	G	Para reformas até 100m <sup>2</sup>	30,00
		Acima de 100m <sup>2</sup> , por metro quadrado	0,40
3		Aprovação de loteamentos e desmembramentos	
	A	Até 30.000 (trinta mil) metros quadrados, por lote	30,00
	B	Acima de 30.000 (trinta mil) metros quadrados, por lote	24,00
4		Análise de Projetos Hidrossanitários até 100m <sup>2</sup>	21,00
		Para cada metro quadrado de projeto analisado acima de 100m <sup>2</sup>	0,21
5		Alvará de construções	
	A	De alvenaria, por metro quadrado	0,25
	B	De materiais mistos, por metro quadrado	0,18
	C	De madeira, por metro quadrado	0,15
	D	De consertos, reformas e reparos que não impliquem em reconstrução, por metro quadrado.	0,15
	E	Renovação de alvará de construção	6,00
6		Alvará de demolição	
	A	De alvenaria, por metro quadrado	0,25
	B	De materiais mistos, por metro quadrado	0,18
	C	De madeira, por metro quadrado	0,15
7		Alvará de habite-se	
	A	De alvenaria, por metro quadrado	0,25
	B	De materiais mistos, por metro quadrado	0,18
	C	De madeira, por metro quadrado	0,15
8		Numeração de prédios	6,00

24) TABELA DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO COMPULSÓRIOS			
SERVIÇOS DIVERSOS			
ANEXO ESPECÍFICO PRÓPRIO			
		ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALORES EXPRESSOS EM UFM
<b>1</b>		<b>Contratos, distratos, termos e atos lavrados com o Município, inclusive prorrogações e transferências</b>	
	A	Até 50 U.F.M.	12,00
	B	Acima de 50 U.F.M.	24,00
<b>2</b>		<b>Concessão de favor, privilégio ou permissão para explorar atividades ou serviços, sobre o valor</b>	3%
<b>3</b>		<b>Atestados</b>	
	A	De qualquer natureza	6,00
<b>4</b>		<b>Averbações</b>	
	A	De baixas, transferências, ou outras alterações cadastrais	6,00
	B	Outras averbações	6,00
<b>5</b>		<b>Inscrições</b>	
	A	Fornecimento de cartão de inscrição	6,00
<b>6</b>		<b>Certidões</b>	
	A	Certidão negativa de tributos, por pessoa	5,00
	B	Certidões diversas, por um só ato ou fato administrativo, por pessoa	6,00
	C	Certidões diversas, por ato ou fato que crescer, por pessoa	12,00
	D	Certidão de dívida ativa	6,00
<b>7</b>		<b>Emolumentos</b>	
	A	Termos lavrados em livros fiscais, por livro	5,00
	B	Rubrica de folhas de livros fiscais, por folha	0,13
	C	Registro de títulos de habilitação profissional	6,00
	D	Laudos de avaliação de bens imóveis, por imóvel	80,00
<b>8</b>		<b>Requerimentos</b>	
	A	De licença para construção	6,00
	B	De vistoria	6,00
	C	De habite-se	6,00
	D	De proposta	6,00
	E	De contestação à representação	9,60
	F	Outros requerimentos não especificados	6,00
	G	Cópia xerox (unidade)	0,36
	H	Autenticação de documentos públicos, por página	1,80
	I	Fornecimento de relatórios, por página	0,36
	J	Fornecimento de Nota Fiscal Avulsa	6,00
<b>09</b>		<b>Serviços de cadastro mobiliário</b>	
	A	De pessoa física	6,00
	B	De pessoa jurídica	6,00

**Decreto Nº 0305/2012**

DECRETO Nº 0305, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0034, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0034 de 17 de outubro de 2012, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0032/2012- Sf**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2012 - SF

Objeto: Aquisição de materiais elétricos e prestação de serviços para reforma da bomba instalada na captação de água do rio Mansinho, no bairro Liberata. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 22.11.2012. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 07 de novembro de 2012.

ADEMIR PEDRO PERIN  
Presidente da SANEFRAI

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0160/2012 - PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0160/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de Kit lanche e sacos de papel e de plástico para distribuição às crianças durante as festividades de final de ano do município de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 26.11.2012. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 08 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

**Garopaba****PREFEITURA****Decreto N.º 155/2012.**

DECRETO N.º 155, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente e,

## DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo, no dia 16 de novembro de 2012 (sexta-feira).

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da administração municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Novembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

**Portaria N.º 746/2012.**

PORTARIA N.º 746, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

FAZ CESSAR DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

## RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, a designação para exercer interinamente, o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, do Senhor RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, CPF n.º 579.332.949-87, em 01 de novembro de 2012.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 747/2012.**

PORTARIA N.º 747, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ARTUR EMILIO LOPES, CPF n.º 210.108.200-44, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 01/11/2012,

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Comunicado de Audiência Pública - Pdm**

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Garopaba/SC, e em cumprimento a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, torna público e CONVIDA todos os cidadãos interessados para participarem da segunda AUDIÊNCIA PÚBLICA de revisão e complementação do Plano Diretor Municipal - PDM, que fará realizar no dia 05 de dezembro de 2012, às 19:30 horas, no auditório da Escola Municipal Pinguirito, à Rua Vice-Prefeito João Nicomedes Lentz, 1.353 - Bairro Pinguirito, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas de comunidades.

Garopaba, 07 de Novembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Informações:

Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente

Tel: (48) 3254-8140

E-mail: obras@garopaba.sc.gov.br

**Extrato de Ata de Registro de Preço Nº68/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2012 PMG

Ata nº. 68/2012; Processo nº. 188/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: BELLENZIER PNEUS LTDA; COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA; DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA; GF PNEUS COOMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA; ROBERTO IMICH - ME; RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA; TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA; Objeto: aquisição de pneus para atender os veículos que compõe a frota municipal. Valor: R\$ 196.286,00; Data da Assinatura: 09/11/2012.

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº 11/2012**

RESOLUÇÃO Nº 11/2012

"Aprova as Contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de outubro de 2012"

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de outubro de 2012 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 07 de novembro de 2012.

ROGÉRIO LINHARES

Vice-Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos sete dias do mês de novembro de 2012.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 09/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

**Gaspar**

**PREFEITURA****Aviso do Pregão Presencial Nº 144/2012**

PREFEITURA DE GASPARG/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 144/2012

OBJETO: Registro de preços de cartuchos, toners e suprimentos de informática. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 28/11/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 28/11/2012 às 9h30min. no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 08/11/2012.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

**Aviso do Pregão Presencial Nº 160/2012**

PREFEITURA DE GASPARG/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 160/2012

OBJETO: Registro de Preços de fraldas descartáveis, infantil e geriátrica, para distribuição gratuita.. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá



ocorrer até as 9h do dia 26/11/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 26/11/2012 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 08/11/2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

### **Decisão da Concorrência Pública Nº 149/2012**

DECISÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 149/2012

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito de Gaspar, vem junto aos autos da Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 149/2012, que tem por objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de fiscalização eletrônica nas vias e acessos do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, proferir a seguinte DECISÃO:

Fica SUSPENSO, o Processo Licitatório acima epigrafado, atendendo ao disposto no Ofício nº 21.675/2012 encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC no dia 01/11/2012.

Intimem-se as partes interessadas.

Gaspar, 5 de novembro de 2012.

## **Guaramirim**

### **PREFEITURA**

#### **Aviso de Licitação 89/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
REABERTURA  
Edital: Pregão - 89/2012  
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO SW (PERUA), 0 (ZERO) KM, PARA POLICIAMENTO OSTENSIVO DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

Entrega dos Envelopes: 27/11/2012 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 27/11/2012 às 09:05h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br).

GUARAMIRIM (SC), 08/11/2012.  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

## **Herval d'Oeste**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Nº 3.091/2012.**

DECRETO Nº 3.091/2012.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso I e II da Lei Municipal 2.914 de 23/12/11 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

Proj./Ativ. 2.061 Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-13

Outras despesas correntes Aplicações Diretas

Valor: R\$ 60.000,00

Proj./Ativ. 2.060 Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000- 9

Outras despesas correntes - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º. O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no corrente exercício.

Art. 3º. Fica aberto crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

ÓRGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

Proj./Ativ. 2.060 Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000- 9

Outras despesas correntes - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 65.000,00

Art. 4º. O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação da dotação abaixo identificada, na mesma importância citada no artigo 3º deste Decreto:

ÓRGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

Proj./Ativ. 2.060 Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade de aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - 7

Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 65.000,00

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 06 de novembro de 2012.

NELSON GUINDANI  
Prefeito

**Portaria Nº 1084/2012**  
PORTARIA Nº 1084/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,  
RESOLVE:

RETIFICAR o percentual de Adicional de Insalubridade, incorporado aos proventos de aposentadoria do ex-servidor JOÃO MARIA XAVIER (Matr. 156), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível 4/2, Referência "E", 40 horas semanais, concedida em 30 de abril de 2010, de 14,70% para o percentual de 14,00%, revisto de acordo com a legislação pertinente; referente ao período aquisitivo compreendido entre Junho de 1998 a Maio de 1999 e Junho de 2002 a Maio de 2008, para fins de comprovação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no processo de aposentadoria do inativo supracitado.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, as Portarias nº 301/2010 e nº 452/2010.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Novembro de 2012.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Editais de Chamada Pública Nº 002/2012 - CMDCA/Ho****1. PREÂMBULO**

1.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d'Oeste/SC - CMDCA/HO, no uso de suas atribuições legais e na observância do preconizado pela Constituição Federal, Lei Federal nº 8.069/1990, as Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, especialmente a Resolução nº 74/2001, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar Comunitária - PNCFC, Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Lei Federal 10.216/2001, a Lei Municipal nº 2.611/2008 e de acordo com a deliberação do CMDCA/HO em Reunião Ordinária realizada em 28/08/2012 no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS deste Município, conforme Ata nº. 099/2012 e em conformidade com a Resolução CMDCA/HO nº 005/2012; COMUNICA aos interessados que está promovendo abertura do edital de chamada pública, para inscrição das entidades não governamentais sem fins lucrativos, bem como dos serviços, programas e projetos governamentais de proteção e socioeducativos destinados às crianças e adolescentes de Herval d'Oeste/SC, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os envelopes contendo a documentação serão recebidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, situado na Rua Dorival de Brito s/ nº, Prédio da Estação Ferroviária, Centro, Herval d'Oeste - SC, CEP 89610-000, a partir do dia 29/10/2012, no horário das 13:30 às 17:00 horas.

**2. DAS ENTIDADES**

2.1. Poderão se inscrever todas as entidades e organizações não governamentais sem fins lucrativos e todos os serviços, programas e projetos governamentais, que tenham por objetivo a execução de Programas de Proteção e Socioeducativos destinados às crianças e aos adolescentes no município de Herval d'Oeste.

**3. DAS DEMONSTRAÇÕES DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS**

3.1. As entidades e organizações no ato da inscrição comprovarão documentalmente:

3.1.1. Ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída, conforme disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro e no art. 2º da Lei nº 8.742, de 1993;

3.1.2. Demonstrar a aplicação de suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

3.1.3. Apresentar Plano de Trabalho contendo o especificado no Anexo III da Resolução CMDCA/HO nº 005/2012;

**4. DO FUNCIONAMENTO**

4.1. O funcionamento das entidades e organizações não governamentais sem fins lucrativos e todos os serviços, programas e projetos governamentais de proteção e socioeducativos de crianças e adolescentes será fiscalizado pelo Conselho Tutelar, após a inscrição realizada e o deferimento do registro por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/HO.

**5. DO RECONHECIMENTO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES**

5.1. A inscrição das entidades e organizações não governamentais sem fins lucrativos e todos os serviços, programas e projetos governamentais de proteção e socioeducativos de crianças e adolescentes, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d'Oeste é o reconhecimento público das ações realizadas, no âmbito da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Herval d'Oeste e da legislação pertinente.

**6. DOS CRITÉRIOS DE INSCRIÇÃO**

6.1. Os critérios para a inscrição de entidades e organizações não governamentais sem fins lucrativos e todos os serviços, programas e projetos governamentais de proteção e socioeducativos de crianças e adolescentes, deverão cumulativamente:

6.1.1. Executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

6.1.2. Garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da entidade ou organização, bem como da efetividade na execução de seus serviços, programas e projetos.

**7. DA INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS DE PROTEÇÃO E SÓCIOEDUCATIVOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

7.1. Em caso de interrupção dos serviços, projetos e programas, a entidade deverá comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

7.1.1. O prazo de interrupção não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade e/ou do programa.

**8. DA DOCUMENTAÇÃO**

8.1. As entidades e organizações governamentais e não governamentais deverão apresentar os documentos elencados na Resolução CMDCA/HO nº 005/2012 juntamente com as fichas cadastrais preenchidas, conforme modelo fornecido nos ANEXOS I e II da

própria resolução, e também, o requerimento preenchido como o modelo contido no Anexo II do Edital, para a obtenção da inscrição.

8.2. Todas as cópias dos documentos apresentados deverão estar devidamente autenticadas ou acompanhados do original para autenticação no ato da entrega dos documentos.

## 9. DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

9.1. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d'Oeste as seguintes atribuições:

9.1.1. Receber e analisar os pedidos de inscrição e a documentação respectiva;

9.1.2. Providenciar visita à entidade ou organização governamental ou não governamental e emissão de parecer sobre as condições para o funcionamento, para posterior discussão e deliberação dos pedidos de inscrição em reunião plenária;

9.1.3. Após aprovação da inscrição, guardar a documentação garantido o acesso aos documentos sempre que se fizer necessário, em função do exercício do controle social, obedecendo à ordem cronológica de apresentação do requerimento de inscrição.

## 10. DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

10.1. Após análise e deferimento da inscrição, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fornecerá a entidade o comprovante de inscrição conforme modelo apresentado no ANEXO III do presente Edital e emitirá Resolução própria dando publicidade ao referido ato.

10.1.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estabelecerá numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

## 11. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

11.1. As entidades e organizações não governamentais sem fins lucrativos e todos os serviços, programas e projetos governamentais de proteção e socioeducativos de crianças e adolescentes, devidamente inscritos, deverão renovar as inscrições perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a cada dois anos, 30 (trinta) dias antes do vencimento da data do registro inicial, apresentando as documentações conforme o disposto na Resolução CMDCA/HO nº 005/2012.

11.2. A inscrição dos programas de proteção social e socioeducativos desenvolvidos com crianças e adolescentes é por prazo indeterminado.

## 12. DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

12.1. A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos e legislação pertinente a matéria, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

12.2. Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade ou organização poderá recorrer.

12.3. O prazo recursal será de 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao da ciência da decisão.

12.4. As entidades inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, programas e/ou projetos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 30 dias.

## 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As entidades assumem os custos para a preparação e apresentação de seus requerimentos, sendo que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por estas despesas, independentemente da condução ou do resultado da solicitação.

13.2. A apresentação do Requerimento de Inscrição, implicará na aceitação, por parte da entidade, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS e na Resolução CMDCA/HO nº 005/2012 e seus Anexos.

13.3. A Entidade é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados respondendo civil e criminalmente pelos mesmos em qualquer fase da Inscrição e Fiscalização.

13.4. Os casos omissos neste EDITAL DE CREDENCIAMENTO serão solucionados pelo CMDCA/HO, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

13.5. Será competente o Foro da Comarca de HERVAL D'OESTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste CREDENCIAMENTO.

13.6. O edital, resoluções e seus anexos estarão à disposição das Entidades interessadas por tempo indeterminado, junto ao site do Município NA INTERNET no seguinte endereço: <http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>, ou junto ao setor de expediente do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

13.7. Os documentos que integram o presente EDITAL estão dispostos em 03 (três) anexos, a saber:

ANEXO I - RESOLUÇÃO CMDCA/HO nº 005/2012 E SEUS ANEXOS I, II E III;

ANEXO II - MODELO DO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO NO CMDCA/HO;

ANEXO III - MODELO DO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CMDCA/HO.

Herval d'Oeste/SC, 07 de novembro de 2012.  
JAQUELINE RAZERA  
Presidente do CMDCA/HO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 002/2012- CMDCA/HO  
ANEXO I

RESOLUÇÃO CMDCA nº 005/ 2012

"DISCIPLINAR O ATO DE REGISTRO DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVOS DESTINADOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESENVOLVIDOS POR ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE HERVAL D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JAQUELINE RAZERA, Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Ordinária nº 2.611/2008,

Considerando o contido no Ofício nº 0064/2012/PJ/HER e Portaria nº 0023/2011/PJ/HER;

Considerando a Resolução CONANDA nº 74 de 13 de setembro de

2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos;

Considerando o contido nos artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente que determina, respectivamente, que as entidades governamentais e não governamentais inscrevam seus Programas de Proteção e Sócio- Educativos destinados às crianças e aos adolescentes junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e que as entidades não governamentais devam como condição para o seu funcionamento, ser registradas neste Conselho;

Considerando a Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

**RESOLVE:**

Art.1º As entidades não governamentais sem fins lucrativos que tenham por objetivo a execução de Programas de Proteção e Sócio - Educativos destinados à criança e ao adolescente deverão proceder a inscrição neste Conselho mediante a apresentação da seguinte documentação:

- I. Ficha cadastral devidamente preenchida e assinada (constando nome, endereço, CNPJ, natureza jurídica, regime de atendimento, etc.);
- II. Cópia do Registro Profissional e/ou cédula de identidade dos responsáveis pelo projeto programa;
- III. Estatuto registrado em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- IV. Plano de trabalho para o exercício em curso;
- V. Cópia da ata da eleição dos membros da atual diretoria, devidamente registrada em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- VI. Cópia de documento de inscrição no CNPJ atualizado;
- VII. Ofício solicitando a inscrição/recadastramento no CMDCA;
- VIII. Atestado de funcionamento assinado pelo presidente da entidade.

Parágrafo Único. A renovação da inscrição deverá ser feita a cada dois anos mediante a apresentação dos documentos exigidos nos incisos II, IV, VI, VII e VIII e os demais somente se houver alguma alteração.

Art. 2º As entidades, Programas e Projetos governamentais, sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a execução de Programas de Proteção e Sócio-Educativos destinados a crianças e adolescentes deverão proceder a inscrição neste Conselho mediante apresentação da seguinte documentação:

- I. Ficha cadastral devidamente preenchida e assinada (constando nome, endereço, regime de atendimento, etc.);
- II. Cópia do Registro Profissional e/ou cédula de identidade dos responsáveis pelo projeto programa;
- III. Plano de Trabalho para o exercício em curso;
- IV. Ofício solicitando a inscrição/recadastramento no CMDCA;
- V. Atestado de funcionamento assinado por autoridade competente.

Parágrafo Único. A renovação da inscrição deverá ser feita a cada dois anos mediante a apresentação dos documentos exigidos nos incisos II, III, IV e V, e o constante no inciso I somente se houver alguma alteração.

Art. 3º Aquelas entidades sem fins lucrativos que façam a intermediação do trabalho de adolescentes, promovam o trabalho educativo e ofereçam cursos de profissionalização e aprendizagem, além de apresentar a documentação prevista no art. 1º, devem apresentar anualmente os seguintes documentos:

- I. Relação dos adolescentes inscritos no programa ou na entidade, na qual devem constar as seguintes informações: nome, data de

nascimento, filiação, escolaridade, endereço, tempo de participação no programa ou na entidade, endereço da empresa ou órgão público onde estão inseridos;

II. Relação dos cursos oferecidos, na qual devem constar as seguintes informações: programa, carga horária, duração, data de matrícula, número de vagas oferecidas, idade dos participantes.

Parágrafo Único. As entidades de base estadual deverão fazer o registro no CMDCA do Município e enviar cópia do mesmo ao respectivo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º. Integram a presente Resolução os Anexos I, II e III.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), 13 de setembro de 2012.

JAQUELINE RAZERA

Presidente do CMDCA/HO





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2012- CMDCA/HO

### ANEXO I

#### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005/ 2012

**“DISCIPLINAR O ATO DE REGISTRO DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVOS DESTINADOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESENVOLVIDOS POR ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE HERVAL D' OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

***JAQUELINE RAZERA, Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Ordinária nº 2.611/2008,***

**Considerando** o contido no Ofício nº 0064/2012/PJ/HER e Portaria nº 0023/2011/PJ/HER;

**Considerando** a Resolução CONANDA nº 74 de 13 de setembro de 2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos;

**Considerando** o contido nos artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente que determina, respectivamente, que as entidades governamentais e não governamentais inscrevam seus Programas de Proteção e Sócio- Educativos destinados às crianças e aos adolescentes junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e que as entidades não governamentais devam como condição para o seu funcionamento, ser registradas neste Conselho;

**Considerando** a Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

#### **RESOLVE:**

---

Rua Nereu Ramos, 389 - Térreo – Centro  
89610-000 – Herval d'Oeste – SC





**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
**CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008**

**Art.1º** As entidades não governamentais sem fins lucrativos que tenham por objetivo a execução de Programas de Proteção e Sócio – Educativos destinados à criança e ao adolescente deverão proceder a inscrição neste Conselho mediante a apresentação da seguinte documentação:

- I. Ficha cadastral devidamente preenchida e assinada (constando nome, endereço, CNPJ, natureza jurídica, regime de atendimento, etc.);
- II. Cópia do Registro Profissional e/ou cédula de identidade dos responsáveis pelo projeto programa;
- III. Estatuto registrado em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- IV. Plano de trabalho para o exercício em curso;
- V. Cópia da ata da eleição dos membros da atual diretoria, devidamente registrada em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- VI. Cópia de documento de inscrição no CNPJ atualizado;
- VII. Ofício solicitando a inscrição/recadastramento no CMDCA;
- VIII. Atestado de funcionamento assinado pelo presidente da entidade.

**Parágrafo Único.** A renovação da inscrição deverá ser feita a cada dois anos mediante a apresentação dos documentos exigidos nos incisos II, IV, VI, VII e VIII e os demais somente se houver alguma alteração.

**Art. 2º** As entidades, Programas e Projetos governamentais, sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a execução de Programas de Proteção e Sócio-Educativos destinados a crianças e adolescentes deverão proceder a inscrição neste Conselho mediante apresentação da seguinte documentação:

- I. Ficha cadastral devidamente preenchida e assinada (constando nome, endereço, regime de atendimento, etc.);
- II. Cópia do Registro Profissional e/ou cédula de identidade dos responsáveis pelo projeto programa;
- III. Plano de Trabalho para o exercício em curso;
- IV. Ofício solicitando a inscrição/recadastramento no CMDCA;
- V. Atestado de funcionamento assinado por autoridade competente.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
**CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008**

**Parágrafo Único.** A renovação da inscrição deverá ser feita a cada dois anos mediante a apresentação dos documentos exigidos nos incisos II, III, IV e V, e o constante no inciso I somente se houver alguma alteração.

**Art. 3º** Aquelas entidades sem fins lucrativos que façam a intermediação do trabalho de adolescentes, promovam o trabalho educativo e ofereçam cursos de profissionalização e aprendizagem, além de apresentar a documentação prevista no art. 1º, devem apresentar anualmente os seguintes documentos:

- I. Relação dos adolescentes inscritos no programa ou na entidade, na qual devem constar as seguintes informações: nome, data de nascimento, filiação, escolaridade, endereço, tempo de participação no programa ou na entidade, endereço da empresa ou órgão público onde estão inseridos;
- II. Relação dos cursos oferecidos, na qual devem constar as seguintes informações: programa, carga horária, duração, data de matrícula, número de vagas oferecidas, idade dos participantes.

**Parágrafo Único.** As entidades de base estadual deverão fazer o registro no CMDCA do Município e enviar cópia do mesmo ao respectivo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 4º.** Integram a presente Resolução os Anexos I, II e III.

**Art. 5º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 6º.** Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), 13 de setembro de 2012.

**JAQUELINE RAZERA**  
*Presidente do CMDCA/HO*

---

Rua Nereu Ramos, 389 - Térreo – Centro  
89610-000 – Herval d'Oeste – SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008

**ANEXO I - RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005/ 2012**

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - C M D C A / H O**

Lei Municipal nº 2.611/2008 - Resolução CMDCA nº 005/2012

**C A D A S T R O D A E N T I D A D E**

NOME/RAZÃO SOCIAL:.....

ENDEREÇO:.....

FONE: ..... FAX: .....

E-MAIL: .....

PÁGINA DA INTERNET:.....

CGC/CNPJ:.....

INSCRIÇÃO NO CEDCA:.....

INSCRIÇÃO NO CNAS:.....

INSCRIÇÃO NO CEAS:.....

INSCRIÇÃO NO CMAS:.....

REGISTRO CIVIL:.....

DIRETORIA: CARGO/NOME

A) .....

B) .....

C) .....

D) .....

Rua Nereu Ramos, 389 - Térreo – Centro  
89610-000 – Herval d'Oeste – SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008

E) .....

F) .....

**FINALIDADE ESTATUTÁRIA:** .....

.....

.....

.....

**INSTALAÇÕES FÍSICAS:** .....

.....

.....

.....

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** .....

**DOCUMENTOS ANEXOS:**

( ) cópia do estatuto

( ) ata da fundação

( ) registro da entidade

( ) cópia da ata da eleição da diretoria

( ) Cópia do Registro Profissional e/ou cédula de  
identidade dos responsáveis

( ) outros .....

**RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:** .....

**LOCAL E DATA:** .....

**ASSINATURA:** .....

---

Rua Nereu Ramos, 389 - Térreo – Centro  
89610-000 – Herval d'Oeste – SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008

**ANEXO II - RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005/ 2012**

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - C M D C A / H O**

Lei Municipal nº 2.611/2008 - Resolução CMDCA nº 005/2012

**C A D A S T R O D O P R O G R A M A / P R O J E T O**

**ÓRGÃO/ENTIDADE:** .....

.....

**CNPJ:** .....

**GOVERNAMENTAL ( ) NÃO GOVERNAMENTAL ( ) OUTRA ( )**

**ENDEREÇO:** .....

**FONE:** ..... **FAX:** .....

**E-MAIL:** .....

**PÁGINA DA INTERNET:** .....

**TÍTULO DO PROGRAMA/PROJETO:** .....

.....

**RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA:** .....

**OBJETIVOS:** .....

.....

.....

.....

Rua Nereu Ramos, 389 - Térreo - Centro  
89610-000 - Herval d'Oeste - SC





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008

**DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:**.....

.....  
.....  
.....  
.....

**REGIME DE ATENDIMENTO:**

- ( ) orientação e apoio sócio-familiar
- ( ) apoio sócio-educativo em meio aberto
- ( ) colocação familiar
- ( ) abrigo
- ( ) liberdade assistida
- ( ) semi-liberdade
- ( ) internação

**Nº DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS:**.....

**CUSTO MENSAL (APROX.):**.....

**ORIGEM DOS RECURSOS:**.....

.....  
.....

**PERÍODO DE FUNCIONAMENTO:**.....

**OUTRAS INFORMAÇÕES:**.....

.....  
.....  
.....

---

Rua Nereu Ramos, 389 - Térreo – Centro  
89610-000 – Herval d'Oeste – SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008

Submetido à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/HO em reunião no dia.....de.....de.....

**Aprovado:** (    )

**Não aprovado:** (    )

---

**Presidente do CMDCA/Herval d' Oeste**

**ENCAMINHAMENTOS:**

Anexar documentação: (    ) SIM (    ) NÃO

Outro:.....

Apresentar relatório: (    ) SIM (    ) NÃO

**DOCUMENTOS ANEXOS:**

(    ) Projeto

(    ) Cópia do Registro Profissional e/ou cédula de identidade dos responsáveis

(    ) Relatório econômico-financeiro ou equivalente

(    ) Relatório técnico

(    ) Outros:.....

---

Rua Nereu Ramos, 389 - Térreo – Centro  
89610-000 – Herval d'Oeste – SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008

**ANEXO III - RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005/ 2012**

**INFORMAÇÕES QUE DEVEM SER INSERIDAS NO PLANO DE TRABALHO**

- I** Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;
- II** Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;
- III** Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;
- IV** Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;
- V** Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados;
- VI** Cronograma físico de execução;
- VII** Cronograma financeiro de desembolso;
- VIII** Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2012- CMDCA/HO

### ANEXO II

#### REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d' Oeste/SC

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado e mediante a apresentação da documentação exigida anexa a este, vem requerer a sua inscrição e a dos **programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e adolescentes** abaixo descritos, junto a esse Conselho.

#### A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade \_\_\_\_\_

CNPJ \_\_\_\_\_

Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_ FAX \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

#### B - Denominação do Programa de Proteção e Sócio-educativo:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Termos em que,  
Pede deferimento.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da entidade

\_\_\_\_\_  
Rua Nereu Ramos, 389 - Térreo – Centro  
89610-000 – Herval d'Oeste – SC



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CMDCA – HERVAL D' OESTE (SC) – Lei Municipal nº 2611/2008

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2012- CMDCA/HO

### ANEXO III

#### COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE HERVAL D' OESTE/SC

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

A entidade \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede em  
\_\_\_\_\_, é inscrita neste Conselho, sob o número \_\_\_\_\_, desde  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

A entidade executa (rá) o(s) seguinte(s) programa(s) (listar todos, constando os endereços respectivos caso a entidade os desenvolva em mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):

---

---

---

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Presidente do Conselho

\_\_\_\_\_  
Rua Nereu Ramos, 389 - Térreo – Centro  
89610-000 – Herval d'Oeste – SC



**Ibiam****PREFEITURA****Termos Aditamento 01/2012**

TERMO DE ADITAMENTO Nº 001/2012 AO  
CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS E OUTRAS AVENÇAS Nº  
001/2006

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - ZINIPEL TUBOS DE PAPEL LTDA - ME

CNPJ: 07.931.253/0001-28

OBJETO - Fica alterado o objeto constante da Cláusula Primeira do Contrato Originário, ficando autorizada a utilização, pela CESSIO-NÁRIA, da área total constante da matrícula nº 7.492 do CRI da Comarca de Tangará/SC, no cumprimento e ampliação do objeto do Contrato de Cessão de Direitos e Outras Avenças nº 001, data-do de 09 de junho de 2006.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 001/2012 AO  
CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS E OUTRAS AVENÇAS Nº  
001/2007

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - MAUTRA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEI-RAS LTDA,

CNPJ: 08.411.493/0001-64

OBJETO - Fica alterado o objeto constante da Cláusula Primeira do Contrato Originário, ficando autorizada a utilização, pela CESSIO-NÁRIA, da área total constante da matrícula nº 7.493 do CRI da Comarca de Tangará/SC, no cumprimento e ampliação do objeto do Contrato de Cessão de Direitos e Outras Avenças nº 001, data-do de 10 de dezembro de 2007.

**Iomerê****PREFEITURA****Decreto 1354/2012**

DECRETO Nº 1354 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do município de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo em todas as repartições públicas da Administração Pública Municipal no dia 16 de novembro de 2012, com exceção da Creche Municipal.

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 05 de novembro de 2012

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

**Chamada Pública Agricultura Familiar**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Chamada Pública nº 0002/2012

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público que estará procedendo a chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

A abertura das propostas se dará no dia 19/11/2012 as 09h. Cópia do Edital pode ser adquirido no site: [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 08 de novembro de 2012

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

**Itapoá****PREFEITURA****Errata a Tomada de Preço N.º 14/2012**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA A TOMADA DE PREÇO N.º 14/2012 -

PROCESSO Nº 78/2012

TOMADA DE PREÇO N.º 14/2012 - PROCESSO Nº 78/2012

OBJETO: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento De materiais para construção de Unidade de Saúde para funcionamento da extensão rural da Unidade de Saúde da Família do Pontal do Norte, compreendendo 61,64 m² de área total, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

O Município de Itapoá torna público que da licitação em epígrafe:

AONDE LÊ-SE

DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a ampliação da Unidade Básica de Saúde da Família do Samambaial, com área total de 65 m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA:

DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento

De materiais para construção de Unidade de Saúde para funcionamento da extensão rural da Unidade de Saúde da Família do Pontal do Norte, compreendendo 61,64 m<sup>2</sup> de área total, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

Justificam-se os termos da presente errata como erro material.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas na referida Ata de Sessão Pública

Itapoá, 07 de novembro de 2012.

ISABELA R. DUTRA POHL

Presidente da Comissão de Licitação

### Extrato do Contrato Nº 52/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2012

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA com sede à Rua João Pio Duarte Silva, nº 42, Bairro: Córrego Grande, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.037-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.089.950/0001-60 e Inscrição Estadual Isento.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2012 - PROCESSO Nº 85/2012;

Objeto: Contratação de empresa para confecção e impressão de carnês de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e TLLF (Taxa de Licenciamento e Localização de Funcionamento) referentes ao exercício de 2013, conforme especificações do Anexo V do Edital. Valor total: R\$ 18.145,00 (dezoito mil cento e quarenta e cinco reais).

Orçamento: Órgão 05 - Secretaria de Administração e Finanças, Unidade 01 - Departamento de Administração, Ficha: 32, Projeto/Atividade: 2177 - Manutenção do Convênio de Trânsito - Elemento: 3.3.90, Subelemento: 3.3.90.39.63, Vínculo: 15600. Órgão 05 - Secretaria de Administração e Finanças, Unidade 01 - Departamento de Administração, Ficha: 36, Projeto/Atividade: 2022 - Manutenção do Departamento de Finanças - Elemento: 3.3.90, Subelemento: 3.3.90.39.63, Vínculo: 14200.

Data da assinatura: 07/11/2012;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2012

Itapoá, 08 de novembro de 2012.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal

Joaçaba

PLASS

### Decreto Nº 4.184 de 01 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 4.184 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 16 da Lei Municipal 4.210 de 16/12/11 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos próprios do PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

Proj./Ativ.: 2.008 - ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.201.0

Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 01 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

## SIMAE

### Portaria JHL 175/2012

PORTARIA SIMAE - JHL - Nº 175/2012 DE 07/11/2012

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA" .

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE -Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna - SC, nomeada pela Portaria FNS-114/97, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido o Servidor Adriano Mascarello, do cargo de Auxiliar de Operações, Padrão-2, Nível-1, Referência A, Matrícula 146, Lotado na Diretoria Técnica Água, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de Novembro de 2012.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente



Sistema de Indicadores de  
Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do  
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

[indicadores.fecam.org.br](http://indicadores.fecam.org.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Homologação CV 0013/2012 - SIMAE**
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
 Rua Tiradentes, 123  
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**CONVITE**  
**Nr.: 13/2012 - CV**

Processo Administrativo: 77/2012  
 Processo de Licitação: 77/2012  
 Data do Processo: 16/10/2012

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 77/2012  
 b ) Licitação Nr.: 13/2012-CV  
 c ) Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenhariaia  
 d ) Data Homologação: 08/11/2012  
 e ) Data da Adjudicação: 08/11/2012 Sequência: 0  
 f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVA ADUTORA DA EAT-017 AO NOVO RAP-017, PARA MELHORAR O ABASTECIMENTO NO LOTEAMENTO FARDO E BAIRRO SANTA TEREZA.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
- 008089 - L B COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	1	0,0000	69.719,44
	1		69.719,44

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (25) Saldo: 360.561,89

Joaçaba, 8 de Novembro de 2012.

-----  
 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**Pregão Presencial JHL 0056/2012 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0081/2012

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0056/2012

PROTOCOLO JHL 3000/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0056/2012 - Licitação 0081/2012, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: Aquisição De Materiais Diversos Para Montagem do Barriete da EAT-006 de propriedade do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 23/11/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 23/11/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 09/11/2012 a 23/11/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 09 de Novembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**Resumo Contrato JHL 0132/2012 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0132/2012

TERMO DE QUARTO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0109/2011

TOMADA DE PREÇO JHL Nº 0009/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2011

PROTOCOLO Nº 3013/2011

Data: 05/11/2012

Objeto: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA EM 20 DIAS, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 57, § 1º, INCISO II E III, DA LEI 8.666/93.

Contratado: IDEAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE FIBRA DE VIDRO LTDA ME

VALOR TOTAL DO CONTRATO: SEM ALTERAÇÃO DE VALORES

PROGRAMA: PERMANECE OS MESMOS

ELEMENTO: PERMANECE OS MESMOS

Prazo de vigência: 10/11/2012 a 30/11/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**Lages****PREFEITURA****CC 15-2012 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 15-2012 PML

Objeto: Construção do CEIM Nadir, no Bairro Penha.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 11/12/2012 às 13:30h

Valor Estimado: R\$ 1.704.062,74

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$10,00.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 07 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

**Resultado CC 04-2012 SEMASA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA Nº 04/2012 - SEMASA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA O GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS EXECUTIVOS, AS BUILT, READEQUAÇÕES E DEMAIS ESTUDOS COMPLEMENTARES, RELATIVOS AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ARAUCÁRIA, REDES COLETORAS, LIGAÇÕES DOMICILIARES, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO NO MUNICÍPIO DE LAGES-SC.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado final do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: CONSÓRCIO ARAUCÁRIA, constituído por PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. (líder) e L'Art Arquitetura e Engenharia Ltda.

VALOR: R\$ 1.219.195,78

Lages, 07 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

**Resultado CC 11-2012 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA Nº 11/2012 - PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA O GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS EXECUTIVOS, AS BUILT, READEQUAÇÕES E DEMAIS ESTUDOS COMPLEMENTARES, RELATIVOS AO PLANO DE SANEAMENTO INTEGRADO - CANALIZAÇÃO DO RIBEIRÃO PONTE



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



**GRANDE E CONSTRUÇÃO DA AVENIDA PONTE GRANDE E IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE LAGES - SC.**

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado final do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: CONSÓRCIO PONTE GRANDE, constituído por PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. (líder) e L'Art Arquitetura e Engenharia Ltda.

VALOR: R\$ 2.206.251,36

Lages, 07 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

**Editais Nº 007/2012 - Processo Seletivo Simplificado**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2012

"Abre inscrições e baixa normas para a seleção de servidor em caráter temporário, para o cargo de Médico-PSF"

O Município de Leoberto Leal, com base nas Leis Municipais nº 158, de 02 de maio de 2000, Lei nº 333, de 14 de abril de 2003, Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005, Lei nº 705, de 27 de maio de 2010, e Lei nº 815, de 29 de junho de 2011, torna públicas as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado para a contratação de servidor em caráter temporário para o Cargo de Médico - PSF, com carga horária de 40 horas semanais para atuar nos programas desenvolvidos pelo município e no Programa Saúde da Família, no Município de Leoberto Leal, por prazo determinado.

#### I – Das Inscrições

Período: de 12/11/2012 a 11/12/2012

Local: Prefeitura Municipal – Setor de Pessoal, localizada a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, município de Leoberto Leal.

Horário: 13h00min às 19h00min.

1.1 O candidato preencherá a ficha de inscrição que lhe será fornecida;

1.2 Não serão aceitas inscrições pelos correios, e-mail, fax, ou com falta de qualquer dos documentos exigidos neste Edital;

1.3 A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado através de procuração pública, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição;

1.4 O candidato cuja documentação não for considerada em ordem terá sua inscrição indeferida pela Comissão Especial do Processo Seletivo;

#### II – Dos Documentos necessários para inscrição:

2.1 O Candidato deverá anexar cópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade, CPF,
- b) Comprovante de residência.

#### III – Da Homologação e Publicação das Inscrições:

3.1 É responsabilidade do candidato, ou do seu representante legal, confirmar sua inscrição;

3.2 As inscrições recebidas que atenderem as normas do presente Edital serão homologadas no prazo de até 02 (dois) dias após o encerramento das inscrições.

3.3 As inscrições que forem indeferidas serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios, no site oficial do município: [www.leoberto-leal.sc.gov.br](http://www.leoberto-leal.sc.gov.br) e afixadas no Mural de Publicações Legais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, no prazo de até 02 (dois) dias do encerramento das inscrições.

#### IV – Das Exigências para a Contratação:

4.1 Os candidatos aprovados serão contratados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

4.2 Para fins de contratação serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter idade mínima de 18 anos;
- c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) Estar em dia com o serviço militar;
- e) Apresentar comprovante de escolaridade mínima exigida para o cargo;

4.3 A classificação neste Processo Seletivo Simplificado, não assegura ao candidato o direito de ingresso automático. A contratação é de competência da Prefeitura Municipal, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

#### V – Da Prova e da Classificação:

5.1 O Processo Seletivo Simplificado será somente de Provas Escritas.

1. Será considerado classificado na prova escrita o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

2. Em caso de empate, terá preferência o candidato que tiver maior idade.

3. As provas escritas serão de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo apenas 01 (uma) correta.

3.1 A prova objetiva é composta pelos seguintes conteúdos: Língua Portuguesa 15 (quinze) questões; Conhecimentos Gerais 10 (dez) questões; e Conhecimentos Específicos da Profissão 15 (quinze) questões.

3.2 No preenchimento do cartão resposta, será atribuída a nota 0 (zero), à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

- a) Contenha(m) emenda(s) e/ou rasuras(s), ainda que legível(is);
- b) Contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) Não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s).

3.3 Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova, quando de sua avaliação, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente pelo candidato.

B) As provas serão realizadas no dia 16 de dezembro de 2012, às 09h00min, nas dependências da Casa da Cidadania, situada na Avenida Adolfo Scheidt, nº 326, centro, município de Leoberto Leal/SC, e obedecerão aos seguintes critérios:

- 1. A Prova Escrita terá duração máxima de 03h00min;
- 2. Durante a realização da prova não será admitida qualquer espécie de consulta, nem uso de máquina calculadora e/ou aparelhos eletrônicos de comunicação, sob pena de desclassificação do candidato;
- 3. Para a realização da prova, o candidato deverá trazer somente caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, lápis e borracha;
- 4. A prova deverá ser realizada pelo próprio candidato, que somente será admitido para realizar a prova se estiver munido de documento de identidade original com foto;
- 5. Os 03 (três) últimos candidatos da sala de provas somente



poderão retirar-se do local simultaneamente.

#### VI – Das Vagas:

6.1 O quadro de vagas e as especificações são as constantes do quadro abaixo:

Código do Cargo	Cargos	Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação Necessária para a Posse	Remun. Inicial	Tipos de Provas
01	Médico-PSF	02	40	Conclusão de curso superior em Medicina, com registro no respectivo Conselho Regional.	9.423,08+ valor de sobreaviso	Escrita

Obs: Conforme Lei Municipal n.º 815/2011, ao contratado que cumprir sobreaviso diário, de segunda a sexta-feira, por período das 17h00min de um dia às 07h30min do dia seguinte serão pagos R\$ 1.870,00 (um mil, oitocentos e setenta reais) e sobreaviso de final de semana, por período das 07h30min de sábado às 07h30min da segunda-feira seguinte, serão pagos R\$ 1.670,00 (um mil, seiscentos e setenta reais).

#### VII – Do Prazo de Validade:

7.1 – O presente processo seletivo, para todos os efeitos, tem validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal de Leoberto Leal.

#### VIII – Da Responsabilidade pelo Processo Seletivo;

8.1 O presente Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital:

#### IX – Do Regime Empregatício e do Regime Previdenciário:

9.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Processo Seletivo, serão admitidos em caráter temporário, sob o regime Estatutário, e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social.

#### X – Da Homologação:

10.1 Os resultados final do processo seletivo, será homologado pela Prefeita Municipal e Publicado no Diário Oficial dos Municípios, no Mural da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e no site oficial do Município: [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br)

#### XI – Das Disposições Finais:

- Os inscritos deverão estar cientes do cumprimento da carga horária, que não será inferior a 40 (quarenta) horas semanais;
- A classificação dos candidatos será publicada no Diário oficial dos Municípios e fixada no Mural da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.
- Os candidatos serão chamados por ordem de classificação, conforme disponibilidade de vagas e necessidade do Município.
- Após a escolha de vaga, caso o candidato venha a desistir da mesma, não lhe será oferecida outra vaga.
- O candidato que se julgar prejudicado na classificação, terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação do resultado, para solicitar reconsideração na Secretaria Municipal de

#### Administração e Finanças.

f) A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no interno teor deste Edital Simplificado e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

g) Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos conjuntamente, pela Comissão do Processo Seletivo.

h) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 07 de novembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

## ANEXO I

## CONTEÚDOS GERAIS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA A PROVA

DISCIPLINA	CONTEÚDOS
Língua Portuguesa	Linguagem Escrita; vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de Verbos usuais; Regência; Concordância, Formação de Palavras, Discurso Direto e Indireto, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Redação.
Conhecimentos Gerais	Atualidades do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; Histórico Municipal (aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município e Estatuto dos Servidores Municipais); Constituição Federal nos assuntos relacionados aos direitos e deveres do cidadão, administração pública, servidor público, saúde e previdência social, código de ética médica.
Conhecimentos Específicos	Médico Clínico Geral /SUS Generalidades e conceitos fundamentais; Atualidades sobre pesquisas médicas; Exames de Rotina; Diagnósticos, terapia e prevenção de doenças relacionadas a: Parada circulatória, Blastomicose Sul americana EBV (EPSTEIN – BARR – VÍRUS); Pneumonias; Diarréia; Infecção urinária; Tumores ósseos; Úlcera péptica; Parasitose; Hormônios – suas funções, órgãos produtores, forma sintética – recomendação; Uso de anestésicos; Noções sobre prevenção e controle de zoonoses; Esquema e vacinação; Hipertensão arterial sistêmica; Insuficiência cardíaca; Doença valvular cardíaca; Diabetes mellitus; Hipotireoidismo; Hipertireoidismo; Lúpus eritematoso sistêmico; Dermatofitoses; Prevenção do câncer; Pneumonia comunitária; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Asma; Insuficiência renal crônica; Litíase renal; Constituição Federal – na parte relacionada ao SUS; Estratégia da Saúde da Família – PSF e PACS; Situação da Saúde da Família. Perfil epidemiológico; Normas Operacionais da Assistência a Saúde.

Leoberto Leal/SC, 07 de novembro de 2012.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 007/2012		Nº da Inscrição
Código do Cargo/ Emprego:	Nome do Cargo/Emprego:	
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: M ( ) F ( )
CPF:	Título Eleitoral:	Fone:
Estado Civil:	e-mail -	
Endereço:	Bairro:	
Município:	Estado:	CEP:
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Concurso Público, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.		
Leoberto Leal, em ...../...../.....	Assinatura do Candidato:	

## Via da Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 007/2012		Nº da Inscrição
Código do Cargo/ Emprego:	Nome do Cargo/Emprego:	
Nome do(a) Candidato(a):		
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta do Azul) e chegar 45 minutos de antecedência..		
Leoberto Leal, em ...../...../.....	Assinatura do Responsável (Empresa/Prefeitura)	

## Via do Candidato

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Edital de Receita FMS

##### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais provenientes do Fundo Nacional de Saúde:

02/10/2012	Programa Vigilância em Saúde	3.479,89
10/10/2012	Programa de Atenção Básica /PAB	10.739,08
19/10/2012	Programa de Agentes Comunitários de Saúde/PACS	9.581,00
22/10/2012	Programa Farmácia Básica	2.349,40
22/10/2012	Programa Saúde da Família/PSF	14.260,00
22/10/2012	Programa Saúde da Família/PSF Bucal	4.460,00
29/10/2012	Transferência do SUS	594,89
31/10/2012	Programa de Atenção Básica /PAB	11.000,00

Luzerna(SC), 07 de novembro de 2012.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

#### Edital de Receita FMS

##### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros estaduais provenientes do Fundo Estadual de Saúde:

23/10/2012	Co-financiamento da Atenção Básica	4.200,00
24/10/2012	Co-financiamento da Atenção Básica	4.000,00

Luzerna(SC), 07 de novembro de 2012.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1461 de 06 de Novembro de 2012

LEI Nº 1461 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:  
Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0404 - GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO GERAL

0404.025.752.0250.2083 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública

0404 - 33900000 - Aplicações Diretas

0404 - 11700 - Contribuição para o Cosip R\$ 28.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0404 - GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO GERAL

0404.025.752.0250.1082 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública

0404 - 44900000 - Aplicações Diretas

0404 - 11700 - Contribuição para o Cosip R\$ 18.000,00

0404.025.752.0250.2083 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública

0404 - 44900000 - Aplicações Diretas

0404 - 11700 - Contribuição para o Cosip R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 06 DE NOVEMBRO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

#### Lei Nº. 1462 de 06 de Novembro de 2012

LEI Nº. 1462 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:  
Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

**0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO**

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação  
R\$ 100.000,00

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação  
R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2034 - Reforma e Ampliação de Postos de Saúde

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde R\$  
180.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 06 DE NOVEMBRO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

**Decreto 2581 de 06 de Novembro de 2012**

DECRETO 2581 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1461 de 06 de Novembro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0404 - GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO GERAL

0404.025.752.0250.2083 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública

0404 - 33900000 - Aplicações Diretas

0404 - 11700 - Contribuição para o Cosip R\$ 28.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0404 - GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO GERAL

0404.025.752.0250.1082 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública

0404 - 44900000 - Aplicações Diretas

0404 - 11700 - Contribuição para o Cosip R\$ 18.000,00

0404.025.752.0250.2083 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública

0404 - 44900000 - Aplicações Diretas

0404 - 11700 - Contribuição para o Cosip R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 06 DE NOVEMBRO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

**Decreto Nº. 2582 de 06 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº. 2582 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1462 de 16 de Novembro de 2012, DECRETA::

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação  
R\$ 100.000,00

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação  
R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2034 - Reforma e Ampliação de Postos de Saúde

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde R\$  
180.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 06 DE NOVEMBRO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

**Decreto Nº. 2583 de 06 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº. 2583 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12218 - Transferências Municipalização Fundeb 60% R\$ 20.000,00

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12219 - Transferências Municipalização Fundeb 40% R\$ 10.000,00

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12219 - Transferências Municipalização Fundeb 40% R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,  
EM 06 DE NOVEMBRO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Decreto N.º 069/2012.

DECRETO n.º 069/2012.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.521/2011, de 19 de Dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 9.539,88 (Nove mil, quinhentos e trinta e nove reais, oitenta e oito centavos), nestes termos:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00.01.0179.0 - Aplicações Diretas (222) R\$ 9.539,88

Total R\$ 9.539,88

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do orçamento, depositado no Banco do Brasil S.A, Agência 2294-2, conta nº 13.487-2.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

#### Portaria N° 333/2012

PORTARIA n° 333/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei n° 1409/2009 e suas alterações, Lei n° 1547/2012, de 04 de abril de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora SIMONI SALVALAIO, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n° 1547/2012 - 4 A - 100%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto, em substituição ao servidor Jorge Luiz Carvalho Coral, em virtude do retorno do mesmo da Licença Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 241/2012.

Meleiro, 08 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### Portaria N° 334/2012

PORTARIA n° 334/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei n° 1409/2009 e suas alterações, Lei n° 1547/2012, de 04 de abril de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora DERLI DORDETE, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n° 1547/2012 - 4 A - 100%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto, em substituição ao servidor Jorge Luiz Carvalho Coral, em virtude do retorno do mesmo da Licença Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 249/2012.



Meleiro, 08 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Extrato Contrato Nº 118-2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 118/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: HELIO RECCO ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1.000 m<sup>3</sup> DE SAIBRO DE COMPOSIÇÃO DE ARENITO (AREÃO) PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Valor: R\$ 8.000,00

Vigência: Início: 08/10/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 08 de outubro de 2012.

### Extrato Contrato Nº 119-2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 119/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MEL-TEC INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, 04 NOTEBOOKS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E 01 TELA DE PROJEÇÃO TENSIONADA TETV120 120" PARA A ESCOLA MUNICIPAL INÊS TONELI NAPOLI.

Valor: R\$ 8.350,00

Vigência: Início: 29/10/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 29 de outubro de 2012.

**Monte Carlo**

**PREFEITURA**

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 67/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2012

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com o FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Lebon Régis, s/nº, na cidade de Friburgo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº

78.989.126/0001-28, neste ato representada pelo Sr. EDGAR RODRIGUES DE MORAES, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR DE PALESTRAS, CURSOS E MATERIAL GRÁFICO EDUCATIVO E INFORMATIVO, PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS CONFORME A NECESSIDADE, DE ACORDO COM O PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA 2012, E PARA OUTRAS SECRETARIAS E FUNDOS CONFORME ANEXO VII.

Pela entrega do objeto abaixo descrito o FORNECEDOR receberá as importâncias em R\$ pelo LOTE que foi vencedor, pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregue, conforme segue:

LOTE: 4					
	ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA (6102)		QTDE	UNIT.	TOTAL
13	Material de apoio pedagógico para realização de campanhas educativas sobre BULLYING.	UN	2050	1,83	3757,06
	Descrição:				
	A publicação deverá conter no mínimo 20 páginas coloridas, com 30 cm				
	altura x 27 cm largura				
	impressas em papel jornal "bright", formato e acabamento				
	refilado.				
	Quanto à linguagem:				
	A publicação deverá ter conteúdo informativo e obrigatoriamente				
	finalizado com desenhos, de modo a despertar interesse pela				
	leitura por parte do público infantil-juvenil.				
	A publicação deverá conter atividades para preenchimento da				
	própria publicação, bem como histórias em quadrinhos, que				
	tenham relação com o conteúdo e auxiliem na fixação deste,				
	proporcionando interação com o leitor.				
	Quanto ao conteúdo mínimo - Prevenção do Bullying:				
	Breve definição de bullying;				
	Breve histórico do bullying;				
	Orientações para a escola no combate ao bullying;				
	Agressores, alvos e testemunhas;				

	Orientações aos pais para identificar se o filho está sofrendo				
	bullying e como ajudá-lo				
14	Material de apoio pedagógico para realização de campanhas	UN	2050	1,83	3757,24
	educativas sobre Educação de Trânsito.				
	Descrição:				
	A publicação deverá conter no mínimo 20 páginas coloridas, 20 páginas				
	coloridas, com 30 cm altura x 27 cm largura				
	impressas em papel jornal "bright", formato e acabamento				
	refilado.				
	Quanto à Linguagem:				
	A publicação deverá ter conteúdo informativo e obrigatoriamente				
	finalizado com desenhos, de modo a despertar interesse pela				
	leitura por parte do público infanto-juvenil.				
	A publicação deverá conter atividades pra preenchimento na				
	própria publicação, bem como histórias em quadrinhos, que				
	tenham relação com o conteúdo e auxiliem na fixação deste,				
	proporcionando interação com o leitor.				
	Breve definição sobre o que é o trânsito;				
	Informações básicas sobre regras e leis de trânsito;				
	Informações básicas sobre o Código de Trânsito Brasileiro;				
	Informações sobre os dispositivos de segurança;				
	Principais infrações de trânsito e suas punições				
15	Material de apoio pedagógico para realização de campanhas	UN	2050	1,83	3757,24
	educativas sobre FAMÍLIA.				
	Descrição:				
	A publicação deverá conter no mínimo 20 páginas coloridas, 20 páginas				
	coloridas, com 30 cm altura x 27 cm largura				
	impressas em papel jornal "bright", formato e acabamento				
	refilado.				

	Quanto à Linguagem:				
	A publicação deverá ter conteúdo informativo e obrigatoriamente				
	finalizado com desenhos, de modo a despertar interesse pela				
	leitura por parte do público infanto-juvenil.				
	A publicação deverá conter atividades pra preenchimento na				
	própria publicação, bem como histórias em quadrinhos, que				
	tenham relação com o conteúdo e auxiliem na fixação deste,				
	proporcionando interação com o leitor.				
	Importância da Família;				
	Dicas aos pais de como educar seus filhos;				
	Importância de impor limites;				
	Papel da família e da escola no desenvolvimento das crianças				
16	Material de apoio pedagógico para realização de campanhas	UN	2050	1,83	3757,24
	educativas sobre DST 'S				
	Descrição:				
	A publicação deverá conter no mínimo 20 páginas coloridas, 20 páginas				
	coloridas, com 30 cm altura x 27 cm largura				
	impressas em papel jornal "bright", formato e acabamento				
	refilado.				
	Quanto à Linguagem:				
	A publicação deverá ter conteúdo informativo e obrigatoriamente				
	finalizado com desenhos, de modo a despertar interesse pela				
	leitura por parte do público infanto-juvenil.				
	A publicação deverá conter atividades pra preenchimento na				
	própria publicação, bem como histórias em quadrinhos, que				
	tenham relação com o conteúdo e auxiliem na fixação deste,				
	proporcionando interação com o leitor.				
	O que são doenças transmissíveis sexualmente;				
	*Diferenciação dos tipos de doenças;				

	*Gravidez na adolescência.				
17	Material de apoio pedagógico para realização de campanhas educativas sobre VIOÊNCIA	UN	2050	1,83	3757,24
	Descrição:				
	A publicação deverá conter no mínimo 20 páginas coloridas, 20 páginas coloridas, com 30 cm altura x 27 cm largura				
	impressas em papel jornal "bright", formato e acabamento				
	refilado.				
	Quanto à Linguagem:				
	A publicação deverá ter conteúdo informativo e obrigatoriamente				
	finalizado com desenhos, de modo a despertar interesse pela				
	leitura por parte do público infanto-juvenil.				
	A publicação deverá conter atividades pra preenchimento na				
	própria publicação, bem como histórias em quadrinhos, que				
	tenham relação com o conteúdo e auxiliem na fixação deste,				
	proporcionando interação com o leitor.				
	*Tipos de violência				
	*Homofobia				
	*Violência contra a Mulher				
	*Violência contra Idosos;				
	*Abuso Sexual				
18	Material de apoio pedagógico para realização de campanhas educativas sobre COLETA SELETIVA	UN	2050	1,83	3757,24
	Descrição:				
	A publicação deverá conter no mínimo 20 páginas coloridas, 20 páginas coloridas, com 30 cm altura x 27 cm largura				
	impressas em papel jornal "bright", formato e acabamento				
	refilado.				
	Quanto à Linguagem:				
	A publicação deverá ter conteúdo informativo e obrigatoriamente				
	finalizado com desenhos, de modo a despertar interesse pela				

	leitura por parte do público infanto-juvenil.				
	A publicação deverá conter atividades pra preenchimento na				
	própria publicação, bem como histórias em quadrinhos, que				
	tenham relação com o conteúdo e auxiliem na fixação deste,				
	proporcionando interação com o leitor.				
	*Importância da Reciclagem;				
	*Meio ambiente				
	*Incentivo a coleta seletiva				
19	Material de apoio pedagógico para realização de campanhas educativas sobre DROGAS	UN	2050	1,83	3757,24
	Descrição:				
	A publicação deverá conter no mínimo 20 páginas coloridas, 20 páginas coloridas, com 30 cm altura x 27 cm largura				
	impressas em papel jornal "bright", formato e acabamento				
	refilado.				
	Quanto à linguagem:				
	A publicação deverá ter conteúdo informativo e obrigatoriamente				
	finalizado com desenhos, de modo a despertar interesse pela				
	leitura por parte do público infanto-juvenil.				
	A publicação deverá conter atividades para preenchimento da				
	própria publicação, bem como histórias em quadrinhos, que				
	tenham relação com o conteúdo e auxiliem na fixação deste,				
	proporcionando interação com o leitor.				
	*O que são drogas, seus tipos, sintomas de dependência, tratamento.				
20	CARTILHA SOBRE GRAVIDEZ COM APROXIMADAMENTE 100.000	UN	5000	0,80	4024,50
	CARACTERES, 14 PAGINAS				
	NUMERADAS COM 28 FIGURAS EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE				
	120				

	G/M² A CAPA, E PAPEL COUCHÊ 90 G/M² AS FOLHAS INTERNAS,				
	com 20 cm de altura x 14 cm largura.				
21	CARTILHA SOBRE TABAGISMO COM APROXIMADAMENTE 100.000	UN	7000	0,80	5634,30
	CARACTERES, 14 PAGINAS				
	NUMERADAS COM 28 FIGURAS EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE				
	120				
	G/M² A CAPA, E PAPEL COUCHÊ 90 G/M² AS FOLHAS INTERNAS,				
	com 20 cm de altura x 14 cm largura.				
22	CARTILHA SOBRE ALIMENTAÇÃO COM APROXIMADAMENTE	UN	3000	0,80	2414,70
	100.000 CARACTERES, 14 PAGINAS				
	NUMERADAS COM 28 FIGURAS EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE				
	120				
	G/M² A CAPA, E PAPEL COUCHÊ 90 G/M² AS FOLHAS INTERNAS,				
	com 20 cm de altura x 14 cm largura.				
23	CARTILHA PARA CAMPANHA EDUCATIVA SOBRE HIPERTENSÃO	UN	5000	0,80	4024,50
24	CARTILHA SOBRE HIPERTENSÃO COM APROXIMADAMENTE	UN	5000	0,80	4024,50
	100.000 CARACTERES, 14 PAGINAS				
	NUMERADAS COM 28 FIGURAS EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE				
	120				
	G/M² A CAPA, E PAPEL COUCHÊ 90 G/M² AS FOLHAS INTERNAS,				
	com 20 cm de altura x 14 cm largura.				
25	CARTILHA SOBRE CONSELHO TUTELAR COM	UN	2000	0,69	1377,00
	APROXIMADAMENTE 100.000 CARACTERES, 12 PAGINAS				
	NUMERADAS COM 28 FIGURAS EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE				
	120				
	G/M² A CAPA, E PAPEL COUCHÊ 90 G/M² AS FOLHAS INTERNAS,				
	com 20 cm de altura x 14 cm largura.				
				TOTAL	47800,00

As despesas decorrentes da entrega do Objeto do presente certamente correrão a conta de dotação específica do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Monte Carlo, do orçamento do exercício de 2012,:

15 13.01 2.021 3.3.90.00.00.00.00.00  
PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 43/2012, Pregão Presencial nº 26/2012 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 07 de novembro de 2012.

Município de Monte Carlo  
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES  
Órgão Gerenciador

ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA  
EDGAR RODRIGUES DE MORAES  
Fornecedor

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 68/2012 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2012

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com o FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: ZULMA DE FATIMA ANHAYA SANTANA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Enio Lopes de Albuquerque, nº 1278 na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 15.295.083/0001-60, neste ato representada pela Sra. Zulma de Fatima Anhaya Santana doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 162/2011 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR DE PALESTRAS, CURSOS E MATERIAL GRÁFICO EDUCATIVO E INFORMATIVO, PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS CONFORME A NECESSIDADE, DE ACORDO COM O PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA 2012, E PARA OUTRAS SECRETARIAS E FUNDOS CONFORME ANEXO VII.

Pela entrega do objeto abaixo descrito o FORNECEDOR receberá as importâncias em R\$ pelo LOTE que foi vencedor, pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregue, conforme segue:

LOTE: 1					
	FATIMA ANHAYA SANTANA ME (10263)		QTDE	UNIT.	TOTAL
1	CURSO DE DANÇA DE SALÃO TURMAS C/ MIN. 10 ALUNOS E MAX.	MENS	6	656,76	3940,56
	20 COM DURAÇÃO DE 6 MESES				
2	CURSO DE CORAL TURMAS C/ MIN. 10 ALUNOS E MAX. 15 COM	MENS	6	507,28	3043,68
	DURAÇÃO DE 6 MESES				
3	CURSO DE VIOLÃO TURMAS C/ MIN. 10 ALUNOS E MAX. 20 COM	MENS	6	644,86	3869,16
	DURAÇÃO DE 6 MESES				
				TOTAL	10853,40

As despesas decorrentes da entrega do Objeto do presente certamente correrão a conta de dotação específica do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Monte Carlo, do orçamento do exercício de 2012,;

15 13.01 2.021 3.3.90.00.00.00.00.00  
PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 43/2012, Pregão Presencial nº 26/2012 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 07 de novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FIA

ANTONINHO T. GONÇALVES

Órgão Participante

ZULMA DE FATIMA ANHAYA SANTANA ME

ZULMA DE FATIMA ANHAYA SANTANA

Fornecedor

## Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 69/2012

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2012

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com o FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: MANOEL CARLOS DE SOUZA SOBRINHO EIRELI ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de Novembro, nº 323 na cidade de Capinzal-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 15.068.098/0001-96, neste ato representada pela Sr. Manoel Carlos de Souza sobrinho doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 162/2011 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR DE PALESTRAS, CURSOS E MATERIAL GRÁFICO EDUCATIVO E INFORMATIVO, PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS CONFORME A NECESSIDADE, DE ACORDO COM O PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA 2012, E PARA OUTRAS SECRETARIAS E FUNDOS CONFORME ANEXO VII.

Pela entrega do objeto abaixo descrito o FORNECEDOR receberá as importâncias em R\$ pelo LOTE que foi vencedor, pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregue, conforme segue:

LOTE: 2					
	MANOEL CARLOS DE SOUZA EIRELI ME (10281)		QTDE	UNIT.	TOTAL
4	CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIRAS TUTELARES E CONSELHO CSO	1	4400,00	4400,00	
	DE DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE				
	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:				
	ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - LEI 8.069/90;				
	CARACTERÍSTICAS DO CONSELHO TUTELAR;				
	FUNÇÕES LEGAIS;				



ÉTICA NO TRABALHO DO CONSELHO TUTELAR;				
ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR;				
HABILIDADES BÁSICAS;				
PRINCIPAIS INTERLOCUTORES;				
O DIA A DIA DO CONSELHEIRO TUTELAR;				
O QUE É UM CASO RELEVANTE PARA O CONSELHO TUTELAR;				
COMO IDENTIFICAR AMEAÇAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS;				
COMO ENTENDER E ENCAMINHAR UM CASO PRÁTICO (MODELOS);				
MODELOS E ENCAMINHAMENTOS;				
DIREITOS E DEVERES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;				
INSTÂNCIAS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS.				
DURAÇÃO 65 HORAS				
ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR;				
CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CONSELHO DE DIREITO				
DURAÇÃO 35 HORAS.				
TOTAL CARGA HORÁRIA 100 HORAS.				
			TOTAL	4400,00

LOTE: 3					
	MANOEL CARLOS DE SOUZA EIRELI ME (10281)		QTDE	UNIT.	TOTAL
5	PALESTRA SOBRE HIPERTENÇÃO COM MÉDICO DURAÇÃO 30 MINUTOS	UN	10	617,08	6170,77
6	PALESTRA DIABETES C/ ENDOCRINOLOGISTA DURAÇÃO 30 MINUTOS	UN	10	506,34	5063,41
7	PALESTRA DIABETES COM PSICÓLOGO DURAÇÃO 30 MINUTOS	UN	10	329,67	3296,71
8	PALESTRA DEPRESSÃO COM PSQUIATRA DURAÇÃO 30 MINUTOS	UN	10	506,34	5063,41
9	PALESTRA DEPRESSÃO COM PSICÓLOGO DURAÇÃO 30 MINUTOS	UN	10	337,28	3372,79
10	PALESTRA ALCOOL COM PSQUIATRA DURAÇÃO 30 MINUTOS	UN	10	498,73	4987,33
11	PALESTRA ALCOOL COM PSICÓLOGO DURAÇÃO 30 MINUTOS	UN	10	337,28	3372,79
12	PALESTRA TABAGISMO COM PSICÓLOGO DURAÇÃO 30 MINUTOS	UN	10	337,28	3372,79
				TOTAL	34700,00

As despesas decorrentes da entrega do Objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Monte Carlo, do orçamento do exercício de 2012,:

15 13.01 2.021 3.3.90.00.00.00.00.00  
PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 43/2012, Pregão Presencial nº 26/2012 – Registro de Preços.



O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 07 de novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FIA

Antoninho T. Gonçalves

Órgão Participante

MANOEL CARLOS DE SOUZA SOBRINHO EIRELI ME

Manoel Carlos de Souza Sobrinho

Fornecedor

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 088/2012

DECRETO Nº 088/2012, em 05 de Novembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir processo de transição governamental para preservação da continuidade dos serviços públicos, visando aos superiores interesses do povo de Morro da Fumaça;

CONSIDERANDO, ainda, que a nova gestão administrativa necessita conhecer dados fundamentais, sem os quais dificultar-se-ia a implantação de seus projetos, programas de governo e compromissos de campanha, já a partir do início do exercício do novo mandato;

CONSIDERANDO, finalmente, que os agentes e autoridades administrativas, têm o dever constitucional de pautarem-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficácia, razoabilidade, precaução e transparência,

#### DECRETA:

Art. 1º - Para efeitos deste decreto, transição governamental é o processo que objetiva propiciar condições para que o prefeito eleito possa receber do seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do novo governo.

Art. 2º - Fica instituída Comissão de Transição Governamental integrada pelo Sr. Baltazar De Roche, Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, pelo Sr. Renato Cechinel, Controlador Interno e pela Sra. Vanessa Mussó Garcia, Advogada, que representarão a Administração 2009-2012.

Art. 3º - Representarão o Prefeito eleito, o Sr. Michel Maccari, o Sr. Roque Salvan e a Sra. Lucilene Pagnan Cechinel.

Art. 4º - O processo de transição governamental terá início nesta data e se encerra com a posse do prefeito eleito.

Art. 5º - As informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos de Governo serão fornecidas às pessoas indicadas pelo Prefeito eleito.

Art. 6º - Os pedidos de acesso às informações de que trata o artigo 4º, qualquer que seja a sua natureza, deverão ser formulados à Comissão de Transição Governamental, por escrito (ofício, e-mail, etc.), por telefone, fac símile ou qualquer outra forma apta de comunicação.

Art. 7º - Salvo os casos expressos em lei, fica vedado a qualquer servidor público a prestação de informações relativas à transição disciplinada neste decreto, exceto quando expressamente autorizado.

Art. 8º - Os Secretários Municipais deverão encaminhar à Equipe de Transição Governamental informações circunstanciadas sobre:

I - programas realizados e em execução relativos a atual gestão governamental;

II - assuntos que demandarão ação ou decisão da administração nos cem

primeiros dias do novo governo;

III - projetos que aguardam implementação ou que tenham sido interrompidos.

Art. 9º - As reuniões de servidores com integrantes da equipe de transição devem ser objeto de agendamento e registro sumário em atas que indiquem os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas.

Art. 10 - O Presidente da Comissão de Transição Governamental, eleito posteriormente pela equipe, baixará as normas complementares necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 11 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,  
em 05 de Novembro de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

#### Edital de Convocação

Edital de Convocação Parcial Referente ao Concurso Público nº 001/2012

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no concurso público, referente ao edital 01/2012, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 - Centro, no horário das 08:00h às 12:00h e para início dos procedimentos relativos à nomeação.

#### ZELADORA DE ESCOLA

Classificação	Inscrição	Nome
16º	110	VANOLDA INACIO CARDOZO

**PSICOPEDAGOGA**

Classificação	Inscrição	Nome
1º	036/B	ELAINE CRISTINA BORTOLATO SERAFIN

Morro da Fumaça, de 09 de Novembro de 2012.  
BALTAZAR PELLEGRIN  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:**

BALTAZAR DE ROCHE  
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Aviso de Republicação Licitação Pregão Presencial 80/2012 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2012FMAS  
REPUBLICAÇÃO

Devido a falta de fornecedores interessados no P.P 80/2012 FMAS que tem como OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA, BANHO, DECORAÇÃO, VESTUÁRIO E CALÇADOS, DESTINADOS AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS. Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações que fica a mesma republicada para: Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 22/11/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 22/11/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 25 de outubro de 2012.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Processo Licitatório Nº 086/2012 - PP Nº 051/2012 ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 086/2012 - Pregão Presencial nº 051/2012

Objeto: Contratação, em regime de empreitada por preço unitário, de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas elétricos, hidráulicos, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá o fornecimento nos postos de serviço de todo o material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, nas estruturas físicas pertencentes a prefeitura de Nova Trento, conforme especificações constantes do

Anexo I e II deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 23/11/2012 até as 15:00 horas.  
Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - e-mail [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### Anexos RREO Novo Horizonte

ANEXOS DA LRF-RREO 5ºBIM.2012 - PREF.NOVO HORIZONTE

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/4

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>8.749.029,00</b>	<b>8.749.029,00</b>	<b>1.830.256,34</b>	<b>20,92</b>	<b>9.652.123,46</b>	<b>110,32</b>	<b>-903.094,46</b>
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>270.000,00</b>	<b>270.000,00</b>	<b>46.243,26</b>	<b>17,13</b>	<b>224.722,44</b>	<b>83,23</b>	<b>45.277,56</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>270.000,00</b>	<b>270.000,00</b>	<b>46.243,26</b>	<b>17,13</b>	<b>224.722,44</b>	<b>83,23</b>	<b>45.277,56</b>
Contribuição Previdenciária	270.000,00	270.000,00	46.243,26	17,13	224.722,44	83,23	45.277,56
Contribuição Previdenciária	270.000,00	270.000,00	46.243,26	17,13	224.722,44	83,23	45.277,56
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>1.876.499,60</b>	<b>20,81</b>	<b>9.876.845,90</b>	<b>109,51</b>	<b>-857.816,90</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>1.876.499,60</b>	<b>20,81</b>	<b>9.876.845,90</b>	<b>109,51</b>	<b>-857.816,90</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>1.876.499,60</b>	<b>20,81</b>	<b>9.876.845,90</b>	<b>109,51</b>	<b>-857.816,90</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>816.521,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>718.230,68</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	816.521,00	—	—	718.230,68	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Continuação 3/4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>8.729.529,00</b>	<b>2.967.167,75</b>	<b>11.696.696,75</b>	<b>1.101.212,84</b>	<b>9.296.860,38</b>	<b>1.598.818,28</b>	<b>8.511.167,51</b>	<b>72,77</b>	<b>3.185.529,24</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.300.205,00</b>	<b>2.056.689,21</b>	<b>9.356.894,21</b>	<b>985.897,15</b>	<b>8.110.480,78</b>	<b>1.386.178,83</b>	<b>7.511.242,08</b>	<b>80,27</b>	<b>1.845.652,13</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.582.601,00	822.575,31	4.405.176,31	648.307,66	3.501.873,38	673.994,71	3.467.884,23	78,72	937.292,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	-6.200,00	13.800,00	8.960,37	12.387,44	8.960,37	12.387,44	89,76	1.412,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.697.604,00	1.240.313,90	4.937.917,90	328.629,12	4.596.219,96	703.223,75	4.030.970,41	81,63	906.947,49
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>547.324,00</b>	<b>910.478,54</b>	<b>1.457.802,54</b>	<b>115.315,69</b>	<b>1.186.379,60</b>	<b>212.639,45</b>	<b>999.925,43</b>	<b>68,59</b>	<b>457.877,11</b>
INVESTIMENTOS	512.324,00	921.978,54	1.434.302,54	111.474,79	1.167.175,10	208.798,55	980.720,93	68,38	453.581,61
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	35.000,00	-11.500,00	23.500,00	3.840,90	19.204,50	3.840,90	19.204,50	81,72	4.295,50
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	877.000,00	0,00	877.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	877.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>289.500,00</b>	<b>6.100,00</b>	<b>295.600,00</b>	<b>46.243,26</b>	<b>224.722,44</b>	<b>46.243,26</b>	<b>224.722,44</b>	<b>76,02</b>	<b>70.877,56</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	289.500,00	6.100,00	295.600,00	46.243,26	224.722,44	46.243,26	224.722,44	76,02	70.877,56
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>2.973.267,75</b>	<b>11.992.296,75</b>	<b>1.147.456,10</b>	<b>9.521.582,82</b>	<b>1.645.061,54</b>	<b>8.735.889,95</b>	<b>72,85</b>	<b>3.256.406,80</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>2.973.267,75</b>	<b>11.992.296,75</b>	<b>1.147.456,10</b>	<b>9.521.582,82</b>	<b>1.645.061,54</b>	<b>8.735.889,95</b>	<b>72,85</b>	<b>3.256.406,80</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.140.955,95	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>2.973.267,75</b>	<b>11.992.296,75</b>	<b>1.147.456,10</b>	<b>9.521.582,82</b>	<b>1.645.061,54</b>	<b>9.876.845,90</b>	<b>72,85</b>	<b>3.256.406,80</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.819.439,38

FONTE:

Continua 3/4



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Continuação 4/4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

---

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

---

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

---

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	8.729.529,00	11.696.696,75	1.101.212,84	9.296.860,38	1.598.818,28	8.511.167,51	97,43	72,77	3.185.529,24
Habitação	46.002,00	13.594,35	0,00	11.501,33	0,00	11.501,33	0,13	84,60	2.093,02
Habitação Rural	46.002,00	13.594,35	0,00	11.501,33	0,00	11.501,33	0,13	84,60	2.093,02
Agricultura	1.040.006,00	1.490.994,92	233.689,82	1.363.671,28	173.176,01	1.163.623,74	13,32	78,04	327.371,18
Recursos Hídricos	25.000,00	18.000,00	0,00	17.955,30	0,00	17.955,30	0,21	99,75	44,70
Promoção da Produção Vegetal	9.000,00	3.000,00	2.835,00	2.835,00	2.835,00	2.835,00	0,03	94,50	165,00
Promoção da Produção Animal	55.000,00	50.000,00	0,00	49.933,81	620,00	49.229,81	0,56	98,46	770,19
Extensão Rural	936.005,00	1.419.993,92	230.854,82	1.292.947,17	169.721,01	1.093.603,63	12,52	77,01	326.390,29
Telecomunicações	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	5.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Indústria	45.001,00	102.597,00	0,00	100.889,91	69.202,80	70.892,80	0,81	69,10	31.704,20
Promoção Industrial	45.001,00	102.597,00	0,00	100.889,91	69.202,80	70.892,80	0,81	69,10	31.704,20
Transporte	880.000,00	1.712.358,91	104.587,93	1.597.835,07	188.690,46	1.536.802,23	17,59	89,75	175.556,68
Transporte Rodoviário	880.000,00	1.712.358,91	104.587,93	1.597.835,07	188.690,46	1.536.802,23	17,59	89,75	175.556,68
Desporto e Lazer	161.503,00	191.503,00	14.711,18	165.797,69	20.191,76	151.583,78	1,74	79,15	39.919,22
Desporto Comunitário	161.503,00	191.503,00	14.711,18	165.797,69	20.191,76	151.583,78	1,74	79,15	39.919,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	289.500,00	295.600,00	46.243,26	224.722,44	46.243,26	224.722,44	2,57	76,02	70.877,56
Legislativa	3.000,00	3.600,00	523,72	2.653,73	523,72	2.653,73	0,03	73,71	946,27
Ação Legislativa	3.000,00	3.600,00	523,72	2.653,73	523,72	2.653,73	0,03	73,71	946,27
Administração	45.000,00	39.500,00	6.476,83	29.834,32	6.476,83	29.834,32	0,34	75,53	9.665,68
Administração Geral	45.000,00	39.500,00	6.476,83	29.834,32	6.476,83	29.834,32	0,34	75,53	9.665,68
Assistência Social	6.000,00	6.000,00	1.110,86	5.472,02	1.110,86	5.472,02	0,06	91,20	527,98
Assistência Comunitária	6.000,00	6.000,00	1.110,86	5.472,02	1.110,86	5.472,02	0,06	91,20	527,98
Saúde	75.000,00	75.000,00	12.694,62	62.310,85	12.694,62	62.310,85	0,71	83,08	12.689,15
Atenção Básica	75.000,00	75.000,00	12.694,62	62.310,85	12.694,62	62.310,85	0,71	83,08	12.689,15
Educação	93.000,00	88.000,00	12.439,01	60.973,55	12.439,01	60.973,55	0,70	69,29	27.026,45
Ensino Fundamental	86.000,00	86.000,00	12.025,91	59.940,80	12.025,91	59.940,80	0,69	69,70	26.059,20
Educação Infantil	7.000,00	2.000,00	413,10	1.032,75	413,10	1.032,75	0,01	51,64	967,25

Continua 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	289.500,00	295.600,00	46.243,26	224.722,44	46.243,26	224.722,44	2,57	76,02	70.877,56
Agricultura	41.000,00	43.000,00	7.090,96	33.421,04	7.090,96	33.421,04	0,38	77,72	9.578,96
Extensão Rural	41.000,00	43.000,00	7.090,96	33.421,04	7.090,96	33.421,04	0,38	77,72	9.578,96
Transporte	22.000,00	34.000,00	5.039,74	25.783,59	5.039,74	25.783,59	0,30	75,83	8.216,41
Transporte Rodoviário	22.000,00	34.000,00	5.039,74	25.783,59	5.039,74	25.783,59	0,30	75,83	8.216,41
Desporto e Lazer	4.500,00	6.500,00	867,52	4.273,34	867,52	4.273,34	0,05	65,74	2.226,66
Desporto Comunitário	4.500,00	6.500,00	867,52	4.273,34	867,52	4.273,34	0,05	65,74	2.226,66
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>11.992.296,75</b>	<b>1.147.456,10</b>	<b>9.521.582,82</b>	<b>1.645.061,54</b>	<b>8.735.889,95</b>	<b>100,00</b>	<b>72,85</b>	<b>3.256.406,80</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.013.491,64</b>	<b>1.170.399,67</b>	<b>931.807,45</b>	<b>1.046.580,81</b>	<b>879.732,58</b>	<b>1.219.281,44</b>	<b>1.076.492,89</b>	<b>855.121,53</b>	<b>1.007.463,82</b>	<b>939.564,03</b>	<b>941.703,13</b>	<b>1.122.446,38</b>	<b>12.204.085,37</b>	<b>10.254.004,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	33.907,66	25.401,47	16.114,27	20.204,07	20.085,26	33.081,61	24.597,54	17.757,26	72.155,77	18.656,93	28.355,80	28.232,90	338.550,54	278.000,00
I.P.T.U.	718,54	1.251,88	0,00	0,00	0,00	13.126,98	4.597,63	215,72	2.150,13	1.421,77	682,81	254,79	24.420,25	24.000,00
I.R.R.F	17.240,11	10.724,90	12.604,08	9.618,46	10.354,17	10.262,05	10.608,27	10.232,50	10.261,22	10.539,76	12.426,10	10.817,97	135.689,59	115.000,00
I.S.S.	7.049,02	11.347,13	2.699,08	1.308,52	4.659,08	1.776,62	3.099,23	1.751,09	3.609,69	2.053,29	6.218,08	2.712,55	48.283,38	50.000,00
I.T.B.I.	6.326,84	1.246,40	802,31	0,00	1.684,00	3.115,50	3.978,75	4.561,14	53.844,94	3.364,15	2.714,60	12.478,49	94.117,12	45.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.573,15	831,16	8,80	9.277,09	3.388,01	4.800,46	2.313,66	996,81	2.289,79	1.277,96	6.314,21	1.969,10	36.040,20	44.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	31.725,71	16.738,51	16.755,34	16.804,98	16.481,97	19.437,13	18.091,11	13.778,94	22.901,04	18.392,33	18.254,72	18.446,58	227.808,36	214.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	136.913,12	33.378,96	108.646,23	152.109,06	127.233,96	302.875,45	135.198,44	5.358,14	177.836,74	143.934,94	107.157,41	312.861,61	1.743.504,06	631.001,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	210,00	1.080,00	120,00	300,00	450,00	360,00	180,00	300,00	90,00	180,00	90,00	210,00	3.570,00	4.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	42,00	17,00	38,00	21,00	38,00	21,00	38,00	21,00	38,00	38,00	21,00	38,00	371,00	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	15.436,21	16.034,11	1.228,53	7.491,84	4.185,70	7.306,72	7.300,72	4.449,88	3.762,00	4.608,25	6.436,74	8.704,86	86.945,56	124.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	789.847,27	1.076.032,43	785.653,11	845.734,14	709.761,35	854.331,25	888.906,30	812.658,93	723.005,78	752.389,98	779.924,45	753.617,92	9.771.862,91	8.952.003,00
Cota-Parte do F.P.M.	407.763,82	685.720,81	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	5.073.238,41	4.700.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	250.251,31	254.296,59	245.633,12	214.013,35	231.663,34	242.613,13	217.972,58	225.284,69	220.315,80	220.532,58	255.937,84	241.129,94	2.819.644,27	2.700.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	4.034,37	3.490,29	9.683,95	8.666,96	11.306,21	9.945,62	17.024,48	12.624,88	19.668,85	15.764,41	13.606,28	15.813,32	141.629,62	115.000,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	63,62	158,58	55,75	18,39	0,00	0,00	0,00	12,82	42,70	2.694,16	3.366,96	6.412,98	6.000,00
Outras Transferências Correntes	63.407,91	65.299,56	38.506,60	42.860,23	51.622,26	91.088,25	91.541,82	87.178,15	107.826,38	105.609,97	135.593,06	103.975,43	984.509,62	602.003,00
Transferências da LC 61/1989	5.175,44	5.854,46	1.959,38	4.093,27	3.645,04	3.866,41	4.376,22	3.909,54	3.645,79	4.029,76	4.075,30	3.938,83	48.569,44	60.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.261,11	1.261,11	1.215,62	1.215,62	1.214,97	1.214,97	1.214,97	1.214,97	1.214,97	1.214,97	0,00	2.429,94	14.673,22	19.000,00
Transferências do FUNDEB	57.953,31	60.045,99	57.510,11	53.486,22	56.216,16	59.352,27	57.676,52	56.540,49	52.268,65	54.231,30	60.929,22	56.975,11	683.185,35	750.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.409,67	1.717,19	3.251,97	3.915,72	1.496,34	1.868,28	2.180,78	797,38	7.674,49	1.363,60	1.463,01	334,51	31.472,94	49.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>163.986,62</b>	<b>162.952,66</b>	<b>153.225,89</b>	<b>165.251,03</b>	<b>136.866,35</b>	<b>157.309,97</b>	<b>164.475,86</b>	<b>146.088,84</b>	<b>134.089,69</b>	<b>135.360,28</b>	<b>133.566,77</b>	<b>135.512,38</b>	<b>1.788.686,34</b>	<b>1.717.000,00</b>
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	30.301,70	15.241,20	15.298,83	15.373,67	16.481,97	16.532,02	16.538,45	12.300,99	21.507,73	16.850,76	16.863,14	16.978,14	210.268,60	196.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	133.684,92	147.711,46	137.927,06	149.877,36	120.384,38	140.777,95	147.937,41	133.787,85	112.581,96	118.509,52	116.703,63	118.534,24	1.578.417,74	1.520.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>849.505,02</b>	<b>1.007.447,01</b>	<b>778.581,56</b>	<b>881.329,78</b>	<b>742.866,23</b>	<b>1.061.971,47</b>	<b>912.017,03</b>	<b>709.032,69</b>	<b>873.374,13</b>	<b>804.203,75</b>	<b>808.136,36</b>	<b>986.934,00</b>	<b>10.415.399,03</b>	<b>8.537.004,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/4

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>1.067.000,00</b>	<b>1.067.000,00</b>	<b>498.994,72</b>	<b>1.945.014,10</b>	<b>1.099.213,70</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	190.000,00	212.000,00	22.588,52	125.574,72	112.644,16
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	28.580,31
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	28.580,31
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	190.000,00	212.000,00	22.588,52	125.574,72	84.063,85
Pessoal Civil	0,00	0,00	15.680,71	86.092,80	84.063,85
Aposentadorias	0,00	0,00	10.390,40	53.799,81	47.361,60
Pensões	0,00	0,00	3.752,12	19.420,69	17.370,90
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.538,19	12.872,30	19.331,35
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	190.000,00	212.000,00	6.907,81	39.481,92	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4



Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Demais Despesas Previdenciárias	190.000,00	212.000,00	6.907,81	39.481,92	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>190.000,00</b>	<b>212.000,00</b>	<b>22.588,52</b>	<b>125.574,72</b>	<b>112.644,16</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>877.000,00</b>	<b>855.000,00</b>	<b>476.406,20</b>	<b>1.819.439,38</b>	<b>986.569,54</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			607.000,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	8.381.934,97	8.722.048,93	6.691.632,96
FONTE:			

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 4/4

FONTE:

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

---

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

---

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

---

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	59.534,25	414.170,65	410.329,75
DEDUÇÕES (II)	1.066.962,04	143.389,67	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.154.509,16	500.826,38	249.821,23
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	200,39
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	87.547,12	357.436,71	350.585,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.007.427,79	270.780,98	410.329,75
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.007.427,79</b>	<b>270.780,98</b>	<b>410.329,75</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>			
		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
<b>VALOR</b>		<b>139.548,77</b>	<b>1.417.757,54</b>

<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>63.832,34</b>

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	6.902.609,55	8.245.642,73	8.722.048,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.902.609,55	8.245.642,73	8.722.048,93
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-6.902.609,55	-8.245.642,73	-8.722.048,93
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-6.902.609,55</b>	<b>-8.245.642,73</b>	<b>-8.722.048,93</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>8.390.003,00</b>	<b>1.456.227,13</b>	<b>7.384.024,41</b>	<b>6.771.177,62</b>
Receita Tributária	278.000,00	56.588,70	279.241,41	187.383,81
I.P.T.U.	24.000,00	937,60	22.449,83	17.142,93
I.S.S.	52.000,00	8.930,63	29.887,23	28.041,34
I.T.B.I.	45.000,00	15.193,09	86.543,88	30.032,65
I.R.R.F.	145.000,00	23.244,07	107.724,58	81.955,71
Outras Receitas Tributárias	145.000,00	8.283,31	32.635,89	30.211,18
Receita de Contribuição	484.000,00	82.944,56	404.066,58	356.560,03
Receitas Previdenciárias	467.000,00	80.084,54	389.448,14	342.500,99
Outras Contribuições	467.000,00	2.860,02	14.618,44	14.059,04
Receita Patrimonial Líquida	2.000,00	60,00	60,00	1.462,50
Receita Patrimonial	631.001,00	420.019,02	1.573.211,98	801.360,35
(-) Aplicações Financeiras	631.001,00	419.959,02	1.573.151,98	799.897,85
Transferências Correntes	7.447.003,00	1.299.335,75	6.618.243,10	6.144.690,13
F.P.M.	3.760.000,00	506.461,66	3.183.803,34	3.119.072,31
I.C.M.S.	2.160.000,00	397.653,39	1.852.076,97	1.794.378,18
Convênios	2.160.000,00	123.846,62	335.591,46	114.963,00
Outras Transferências Correntes	1.527.003,00	271.374,08	1.246.771,33	1.116.276,64
Demais Receitas Correntes	179.000,00	17.298,12	82.413,32	81.081,15
Dívida Ativa	36.000,00	1.097,09	16.704,27	16.097,97
Diversas Receitas Correntes	143.000,00	16.201,03	65.709,05	64.983,18
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>25,00</b>	<b>313,45</b>	<b>919.669,51</b>	<b>301.762,00</b>
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	370.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	80.200,00	60.700,00
Transferências de Capital	18,00	313,45	469.469,51	241.062,00
Convênios	18,00	313,45	469.469,51	241.062,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>313,45</b>	<b>469.469,51</b>	<b>241.062,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>8.390.021,00</b>	<b>1.456.540,58</b>	<b>7.853.493,92</b>	<b>7.012.239,62</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>9.652.494,21</b>	<b>1.432.422,09</b>	<b>7.735.964,52</b>	<b>6.009.235,82</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.700.776,31	720.237,97	3.692.606,67	2.763.404,01
Juros e Encargos da Dívida (IX)	13.800,00	8.960,37	12.387,44	6.390,54
Outras Despesas Correntes	4.937.917,90	703.223,75	4.030.970,41	3.239.441,27
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>9.638.694,21</b>	<b>1.423.461,72</b>	<b>7.723.577,08</b>	<b>6.002.845,28</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.457.802,54</b>	<b>212.639,45</b>	<b>999.925,43</b>	<b>416.752,49</b>
Investimentos	1.434.302,54	208.798,55	980.720,93	390.137,27
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	23.500,00	3.840,90	19.204,50	26.615,22
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.434.302,54</b>	<b>208.798,55</b>	<b>980.720,93</b>	<b>390.137,27</b>

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>882.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>11.954.996,75</b>	<b>1.632.260,27</b>	<b>8.704.298,01</b>	<b>6.392.982,55</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.564.975,75</b>	<b>-175.719,69</b>	<b>-850.804,09</b>	<b>619.257,07</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	718.230,68	0,00
Superávit Financeiro	-	-	718.230,68	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

## DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

## VALOR CORRENTE

<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-554.508,00</b>
--	--------------------

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

\_\_\_\_\_  
 SANTOS ZILLI  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 RICHARDSON BATISTI  
 SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
 DIANA A. SANAGIOTTO  
 CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
 VALDEMAR P. GOBI  
 TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	87.547,12	87.547,12	-	-	50.897,67	455.468,63	497.646,78	497.646,78	7.219,52	1.500,00
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	87.547,12	87.547,12	0,00	0,00	50.897,67	455.468,63	497.646,78	497.646,78	7.219,52	1.500,00
SECRET. AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE	0,00	86.002,14	86.002,14	0,00	0,00	50.897,67	260.982,76	304.660,91	304.660,91	7.219,52	-0,00
SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	1.544,98	1.544,98	0,00	0,00	0,00	87.205,99	87.205,99	87.205,99	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.279,88	105.779,88	105.779,88	0,00	1.500,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>87.547,12</b>	<b>87.547,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.897,67</b>	<b>455.468,63</b>	<b>497.646,78</b>	<b>497.646,78</b>	<b>7.219,52</b>	<b>1.500,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

SANTOS ZILLI  
 PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI  
 SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
 CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
 TÊC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Continuação 2/3

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	450.000,00	534.654,60	87.480,72	447.148,02	83,63
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	450.000,00	534.654,60	87.480,72	447.148,02	83,63
14- OUTRAS DESPESAS	304.000,00	234.000,00	15.727,08	133.730,73	57,15
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	304.000,00	234.000,00	15.727,08	133.730,73	57,15
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	754.000,00	768.654,60	103.207,80	580.878,75	75,57
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL <sup>1</sup> ((13 – 18) / (11) x 100) %					78,93
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 <sup>2</sup>				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	1.959.500,00	1.959.500,00	306.211,58	1.683.869,79	85,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	56.000,00	51.000,00	3.197,94	42.755,11	83,83
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	56.000,00	51.000,00	3.197,94	42.755,11	83,83
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.514.000,00	1.709.354,60	259.871,12	1.402.207,14	82,03
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	754.000,00	768.654,60	103.207,80	580.878,75	75,57
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	760.000,00	940.700,00	156.663,32	821.328,39	87,31
25- ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.570.000,00	1.760.354,60	263.069,06	1.444.962,25	82,08
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-731.835,31
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.317,63
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					14.654,60
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-715.863,08
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.160.825,33
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					32,08

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	70.000,00	75.419,24	10.858,82	61.091,29	81,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	100.004,00	513.860,13	107.430,10	379.691,62	73,89
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	170.004,00	589.279,37	118.288,92	440.782,91	74,80
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.740.004,00	2.349.633,97	381.357,98	1.885.745,16	80,26
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	6.569,23	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	565.186,05	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	564.765,84	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.317,63	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	8.307,07	0,00

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 14.654,60, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	2,00	370.000,00		-369.998,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.457.802,54	999.925,43	0,00	457.877,11
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.457.802,54	999.925,43	0,00	457.877,11
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.457.800,54	-629.925,43		-827.875,11

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	5,00	80.200,00	-80.195,00
Alienação de Bens Imóveis	1,00	0,00	1,00
Alienação de Bens Móveis	4,00	80.200,00	-80.196,00
<b>TOTAL</b>	5,00	80.200,00	-80.195,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	71.088,92	70.819,17	0,00	269,75
Investimentos	71.088,92	70.819,17	0,00	269,75
<b>TOTAL</b>	71.088,92	70.819,17	0,00	269,75

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	11.088,92	9.380,83	20.469,75

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	7.838.000,00	7.838.000,00	6.735.479,14	85,93
Impostos	234.000,00	234.000,00	246.605,52	105,39
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	24.000,00	24.000,00	22.449,83	93,54
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	45.000,00	45.000,00	86.543,88	192,32
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	50.000,00	50.000,00	29.887,23	59,77
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	115.000,00	115.000,00	107.724,58	93,67
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	3.878,61	96,97
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	3.878,61	96,97
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	7.600.000,00	7.600.000,00	6.484.995,01	85,33
Da União	4.725.000,00	4.725.000,00	3.998.254,14	84,62
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	4.700.000,00	4.700.000,00	3.979.753,78	84,68
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6.000,00	6.000,00	6.349,36	105,82
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	19.000,00	19.000,00	12.151,00	63,95
Do Estado	2.875.000,00	2.875.000,00	2.486.740,87	86,50
Cota-Parte do ICMS	2.700.000,00	2.700.000,00	2.315.096,37	85,74
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	60.000,00	60.000,00	37.539,54	62,57
Cota-Parte do IPVA	115.000,00	115.000,00	134.104,96	116,61
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.701.029,00	2.701.029,00	4.438.388,12	164,32
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.520.000,00	-1.520.000,00	-1.297.021,36	85,33
<b>TOTAL</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>9.876.845,90</b>	<b>109,51</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.770.500,00	1.883.121,61	1.450.745,61	77,04
Pessoal e Encargos Sociais	944.000,00	963.904,69	806.754,83	83,70
Outras Despesas Correntes	826.500,00	919.216,92	643.990,78	70,06
DESPESAS DE CAPITAL	43.503,00	240.320,70	63.433,08	26,40
Investimentos	43.503,00	240.320,70	63.433,08	26,40

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 2/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	43.503,00	240.320,70	63.433,08	26,40
Investimentos	43.503,00	240.320,70	63.433,08	26,40
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>1.814.003,00</b>	<b>2.123.442,31</b>	<b>1.514.178,69</b>	<b>71,31</b>
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.814.003,00	2.123.442,31	1.514.178,69	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	314.003,00	569.434,35	318.801,68	21,05
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	286.000,00	508.233,93	267.483,84	17,67
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	28.003,00	61.200,42	51.317,84	3,39
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>1.554.007,96</b>	<b>1.195.377,01</b>	<b>78,95</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=&gt;<sup>2</sup> [(V - VI) / I]</b>	<b>17,75</b>
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.814.003,00	2.123.442,31	1.514.178,69	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.814.003,00</b>	<b>2.123.442,31</b>	<b>1.514.178,69</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	9.019.029,00
Previsão Atualizada			—	9.019.029,00
Receitas Realizadas			1.876.499,60	9.876.845,90
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	718.230,68
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	9.019.029,00
Créditos Adicionais			—	2.973.267,75
Dotação Atualizada			—	11.992.296,75
Despesas Empenhadas			1.147.456,10	9.521.582,82
Despesas Liquidadas			1.645.061,54	8.735.889,95
Superavit Orçamentário			—	1.140.955,95
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			1.147.456,10	9.521.582,82
Despesas Liquidadas			1.645.061,54	8.735.889,95
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				10.415.399,03
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			498.994,72	1.945.014,10
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			22.588,52	125.574,72
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			476.406,20	1.819.439,38
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		63.832,34	1.417.757,54	2.221,06
Resultado Primário		-554.508,00	-850.804,09	153,43
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	87.547,12	0,00	87.547,12	0,00
EXECUTIVO	87.547,12	0,00	87.547,12	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	506.366,30	7.219,52	497.646,78	1.500,00
EXECUTIVO	506.366,30	7.219,52	497.646,78	1.500,00
TOTAL:	593.913,42	7.219,52	585.193,90	1.500,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.160.825,33	25%	32,08
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		447.148,02	60%	78,93
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			370.000,00	-369.998,00
Despesa de Capital Líquida			999.925,43	457.877,11

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

  

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	80.200,00	-80.195,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	70.819,17	269,75

  

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.195.377,01	15,00	17,75

  

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 07/11/2012

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

**PEGAS**   
 Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Palhoça

## PREFEITURA

**Ato Nº. 431/2012.**

ATO Nº. 431/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ARI LEONEL FILHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Dire-tor Geral, Nível AD-DG, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita e Regularização Fun-diária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 08/10/2012.

Palhoça, SC, em 08 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Ato Nº. 432/2012.**

ATO Nº. 432/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO TARCISIO SCHMIDT JÚNIOR, para ocupar o cargo de Provi-mento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Finanças da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 08 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Ato Nº. 433/2012.**

ATO Nº. 433/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO MARCELO ANTONIO PIERRI JUNIOR, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Ato Nº. 434/2012.**

ATO Nº. 434/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR TACIANA MOREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de As-essor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventi-va da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.408, de 02 de julho de 2012, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Ato Nº. 435/2012.**

ATO Nº. 435/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR JESSICA DE SOUZA TEODORO, para ocupar o cargo de Provimento em Comis-são de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.408, de 02 de julho de 2012, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Ato Nº. 436/2012.**

ATO Nº. 436/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR JULIANO SOUZA DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.448, de 01 de novembro de 2012, com efeitos a contar de 05/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Ato Nº. 437/2012.**

ATO Nº. 437/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO JACKSON FELIPE DE ABREU, para ocupar



o cargo de Provi-mento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Ato Nº. 438/2012.**  
ATO Nº. 438/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO SIMONE DE MELLO WEINGARTNER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Ato Nº. 440/2012.**  
ATO Nº. 440/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
NOMEAR JACKSON FELIPE DE ABREU, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.448, de 01 de novembro de 2012, com efeitos a contar de 05/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Ato Nº. 441/2012.**  
ATO Nº. 441/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
NOMEAR SIMONE DE MELLO WEINGARTNER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4,

Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.448, de 01 de novembro de 2012, com efeitos a contar de 05/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Ato Nº. 442/2012.**  
ATO Nº. 442/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
NOMEAR MAURECI DAMAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos, Lazer e Esportes da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.448, de 01 de novembro de 2012, com efeitos a contar de 05/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2962/2012**  
PORTARIA Nº 2962/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELIETE AVANI DA SILVA LIS-BOA, matrícula nº. 300019, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Finanças, averbar tempo de contribuição pela Prefeitura Municipal de Palhoça, totalizando 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) dias, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 03/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2967/2012**  
PORTARIA Nº 2967/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
REMOVER NO INTERESSE DO SERVIDOR PÚBLICO o servidor OSVALDO BOSSO-LAN NETO, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para Secretaria de Governo, de acordo com o Artigo 90 da Lei

nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2968/2012**  
PORTARIA Nº 2968/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JOÃO SCHMITZ, Matrícula nº 500371, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2969/2012**  
PORTARIA Nº 2969/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JOSÉ DEMÉTRIO, Matrícula nº 500462, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2970/2012**  
PORTARIA Nº 2970/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JOSÉ FRANCISCO VIEIRA ROSA, Matrícula nº 500088, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2971/2012**  
PORTARIA Nº 2971/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JOSÉ MANOEL DE ABREU, Matrícula nº 500383, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2972/2012**  
PORTARIA Nº 2972/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JULIANO RODRIGUES BRASIL, Matrícula nº 500899, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2973/2012**  
PORTARIA Nº 2973/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LAURY RUFATTO, Matrícula nº 500315, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2974/2012**  
PORTARIA Nº 2974/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JOICE MARIA DA SILVA, Matrícula nº 400974, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Se-cretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

#### **Portaria Nº 2975/2012**

PORTARIA Nº 2975/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) KÁTIA REGINA DA SILVA, Matrícula nº 300130, no cargo de Agen-te de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

#### **Portaria Nº 2976/2012**

PORTARIA Nº 2976/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LENITA ALTHOFF, Matrícula nº 800051, no cargo de Agente de Ser-viços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

#### **Portaria Nº 2977/2012**

PORTARIA Nº 2977/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LENITA MARIA MENDES, Matrícula nº 500291, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Se-cretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

#### **Portaria Nº 2978/2012**

PORTARIA Nº 2978/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JOICE MENEZES, Matrícula nº 801588, no cargo de Agente de Servi-ços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

#### **Portaria Nº 2979/2012**

PORTARIA Nº 2979/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JORGE TOMAZ, Matrícula nº 800909, no cargo de Agente de Servi-ços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

#### **Portaria Nº 2980/2012**

PORTARIA Nº 2980/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JOSELIA DA SILVA MACHADO, Matrícula nº 801480, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2981/2012**

PORTARIA Nº 2981/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JOSIANE ALVES, Matrícula nº 801474, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2982/2012**

PORTARIA Nº 2982/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JOSIANE DOS SANTOS, Matrícula nº 801532, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2983/2012**

PORTARIA Nº 2983/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JOZIANI FARIAS PEREIRA DA SILVA, Matrícula nº 801457, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2984/2012**

PORTARIA Nº 2984/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JUCELANDIA DE SOUZA, Matrícula nº 801611, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2985/2012**

PORTARIA Nº 2985/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JUCELIA ANDRADE DE SOUZA, Matrícula nº 801490, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2986/2012**

PORTARIA Nº 2986/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,



**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JULIANE MADALLOZZO, Matrícula nº 801623, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2987/2012**

PORTARIA Nº 2987/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) KATIA DOS SANTOS KATH MARQUES, Matrícula nº 801537, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2988/2012**

PORTARIA Nº 2988/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) KATIA REGINA DA COSTA, Matrícula nº 800896, no cargo de A-gente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2989/2012**

PORTARIA Nº 2989/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) KATIA VALDETE DUTRA, Matrícula nº 801564, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2990/2012**

PORTARIA Nº 2990/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LAURA CRISTINA ANTONIO PEDRO, Matrícula nº 801467, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2991/2012**

PORTARIA Nº 2991/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LAURO TELES DOS SANTOS, Matrícula nº 800535, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 2992/2012**

PORTARIA Nº 2992/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) KATIA WILDNER ATHANAZIO, Matrícula nº 300106, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº 2993/2012**

PORTARIA Nº 2993/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) KLEBER CONCEIÇÃO DE SOUZA, Matrícula nº 500905, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2994/2012**

PORTARIA Nº 2994/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LEONARDO WELLINGTON ADÃO, Matrícula nº 150085, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2995/2012**

PORTARIA Nº 2995/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VALDETE MARIA PINHO, Matrícula nº 801045, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de

Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2996/2012**

PORTARIA Nº 2996/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VERA REGINA SIEGEL, Matrícula nº 300407, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2997/2012**

PORTARIA Nº 2997/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VALDIR ANACLETO, Matrícula nº 500320, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2998/2012**

PORTARIA Nº 2998/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VALDIR MARINO DA SILVA, Matrícula nº 500453, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal



**Portaria Nº 2999/2012**

PORTARIA Nº 2999/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VALMIR PAULO OLIVEIRA, Matrícula nº 500903, no cargo de A-gente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3000/2012**

PORTARIA Nº 3000/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VALTER DA SILVEIRA, Matrícula nº 500275, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura-ra.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3001/2012**

PORTARIA Nº 3001/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ZELINDRO DA ROSA FARIAS NETO, Matrícula nº 500425, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3002/2012**

PORTARIA Nº 3002/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VALMIR DOS SANTOS, Matrícula nº 900041, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento da Região Sul e Turismo, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3003/2012**

PORTARIA Nº 3003/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VANDA FRANCISCA DA SILVA, Matrícula nº 500406, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 3004/2012**

PORTARIA Nº 3004/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VERA DE SOUZA DA SILVA, Matrícula nº 801174, no cargo de A-gente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº 3005/2012**

PORTARIA Nº 3005/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VERGINIA

BOMBAZAR, Matrícula nº 801435, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

#### **Portaria Nº 3006/2012**

PORTARIA Nº 3006/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VIVIANE CRISTINA DO NASCIMENTO JOCHEM, Matrícula nº 801519, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

#### **Portaria Nº 3007/2012**

PORTARIA Nº 3007/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ZILMA GORETTI DA SILVA, Matrícula nº 800125, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

#### **Portaria Nº 3008/2012**

PORTARIA Nº 3008/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096,

de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ZILMA MARGARIDA DA SILVA CAMPOS, Matrícula nº 300135, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

#### **Portaria Nº 3009/2012**

PORTARIA Nº 3009/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VANIO LAURO GARCIA, Matrícula nº 500321, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

#### **Portaria Nº 3010/2012**

PORTARIA Nº 3010/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) VERONI COSTA, Matrícula nº 401134, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

#### **Portaria Nº 3011/2012**

PORTARIA Nº 3011/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 286, § 8º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) WANDERLEI VALADARIO DO NASCIMENTO, Matrícula nº 150081, no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura-ra.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3015/2012**  
PORTARIA Nº 3015/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELISETE SCHMIDT DA SILVA, matrícula nº. 200009, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Receita e Regularização Fundiária, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos e 05 (cinco) meses, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 12/07/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2500/2012.**  
PORTARIA Nº. 2500/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MAURO DO AMARAL, de acordo com a Lei nº. 096/2010. nº.2508/2088 e Edital nº.002/2012, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2012 a 03/09/2013.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2501/2012.**  
PORTARIA Nº. 2501/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FRANCISCO JOSÉ GARCIA, de acordo com a Lei nº. 096/2010. nº.2508/2088 e Edital nº.002/2012, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde

e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2012 a 03/09/2013.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2502/2012.**  
PORTARIA Nº. 2502/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO JULIANA DA SILVA DE ABREU, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Passagem do Maci-ambú da Secretaria Municipal da Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura admitido através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 10/09/2013.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2503/2012.**  
PORTARIA Nº. 2503/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO, de acordo com o Decreto nº.1066 de 01 de março de 2010, DIL-CEIA SOARES, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2504/2012.**  
PORTARIA Nº. 2504/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO, de acordo com o Artigo 86 da Lei nº.096

de 15 de dezembro de 2010, o servidor (a) JULIANE SCHWINDEN DUARTE SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2505/2012.**  
PORTARIA Nº. 2505/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARLISE DA SILVA, de acordo com o a Lei nº.3335/2010 e Edital nº.008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da (o) GE Prof.Maria Luiza de Souza, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 27/08/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Sandra Regina de M. Mo-reira, que se encontra em Licença para Assuntos Particulares. .

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2506/2012.**  
PORTARIA Nº. 2506/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL, para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Capítulo II Seção I, Artigo 324, 325, 326, 327, 328 e 329 da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ocupantes do cargo de Professor, da Secretaria de Educação e Cultura.

Matrícula	Nome	Cargo	Nível De	Para	Data
800459	Andréa Maria da Silva	Professora de Séries/ Anos Iniciais	DOCII-B	DOCIII-B	19/06/2012
800704	Casturina Ap.Maciell Silva Sell	Professora de Educação Infantil	DOC I-D	DOCIII-D	13/06/2012
801042	Catia Regina Stahelin Pereira	Supervisor Escolar	PED II-B	PED III-B	25/06/2012

800671	Cleide Lima Pereira	Professora de Séries/ Anos Iniciais	DOCII-C	DOCIII-C	04/06/2012
801081	Cleusa Maria A.Saraiva	Professora de Séries/ Anos Finais	DOCII-E	DOCIII-E	15/06/2012
800594	Cristina Maria da S.Alexandre	Professora de Educação Infantil	DOCII-D	DOCIII-D	11/06/2012
800667	Juceleia Concilia da Silva	Professora de Educação Infantil	DOCI-D	DOCII-D	12/06/2012
800806	Maria Aparecida Berreta	Professora de Educação Infantil	DOCII-E	DOCIII-E	27/06/2012
800819	Maria Celina Jorge	Professora de Educação Infantil	DOCI-D	DOCIII-D	06/06/2012
800687	Matilde Zimmermann	Professora de Educação Infantil	DOCI-E	DOCIII-E	11/06/2012
801161	Raquel Coelho	Professora de Séries/ Anos Finais	DOCII-C	DOCIII-C	22/06/2012
800700	Renato Valdecir Kuss	Professora de Séries/ Anos Iniciais	DOCII-E	DOCIII-E	06/06/2012
800699	Rosimar Maria Correa	Professora de Séries/ Anos Iniciais	DOCII-E	DOCIII-E	22/06/2012
800820	Sarah Cristina Pfleger	Professora de Educação Infantil	DOCI-D	DOCII-D	25/06/2012
801101	Tâmara de Souza Delfino Rosa	Professora de Séries/ Anos Finais	DOCII-C	DOCIII-C	18/06/2012
800397	Tatiane Grun Lemos	Professora de Séries/ Anos Iniciais	DOCI-D	DOCII-D	25/06/2012
800429	Valdete Te-reza Botelho	Professora de Educação Infantil	DOCI-D	DOCII-D	13/06/2012
800199	Viviane Laurita de Q.Coelho	Assistente Técnico Pedagógico	PEDII-J	PEDIII-J	12/06/2012
800628	Zeneide da Silva Bernardes	Professora de Educação Infantil	DOCII-D	DOCIII-D	18/06/2012

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2507/2012.**  
PORTARIA Nº. 2507/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,



**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSE DA SILVA MATTOS, matrícula nº.700005, titular do cargo de Fiscal de Obras, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, lotado (a) no (a) Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Defesa Civil, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 25/01/1997 a 25/01/2002, por 01(um) mês, com efeitos a contar de 12/09/2012 a 12/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2508/2012.**

PORTARIA Nº. 2508/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO DILCEIA SOARES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Farmácia Popular da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 10/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2509/2012.**

PORTARIA Nº. 2509/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº.2472/2012 do (a) servidor (a) ELISAN-GELA BRUNO MARTINS, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei nº.2559 de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de 04/09/2012 a 31/10/2012, face ao impedimento da titular Mirian Meurer, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2510/2012**

PORTARIA Nº. 2510/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº.2559 de 19 de abril de 2007, a servidora TATHIANA DOS SANTOS WAGNER, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 15/08/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2511/2012**

PORTARIA Nº. 2511/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110 da Lei nº.097 de 15 de dezembro de 2010, TACIANE TAFFAREL, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2512/2012.**

PORTARIA Nº. 2512/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO MARGARETH MATTOS DE SÁ, de acordo com a Lei nº.080 de 14 de dezembro de 2009, do cargo de Médico, com 10 (dez) horas/semanais do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2513/2012.**

PORTARIA Nº. 2513/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO EVA FELTRIN, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a partir de 11/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2514/2012.**

PORTARIA Nº. 2514/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SIMONE DE ESPÍNDOLA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Fisioterapeuta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Bela Vista da Secretaria Municipal Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2515/2012.**

PORTARIA Nº. 2515/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO THERESA KATARINA BEZERRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Fisioterapeuta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Bela Vista da Secretaria Municipal Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2516/2012.**

PORTARIA Nº. 2516/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO RENATA MARCANTONIO SCAIM, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Nova Geração, da Secretaria Municipal Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº.097 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 10/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2517/2012.**

PORTARIA Nº. 2517/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO EVA FELTRIN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Enseada do Brito da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 12/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2518/2012**

PORTARIA Nº. 2518/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ELISANGELA CARDOSO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Jardim Eldorado da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 12/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva



**Portaria Nº. 2519/2012.**

PORTARIA Nº. 2519/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSA PACHECO CANDIDO, de acordo com a Lei nº.3335/2010 e Edital nº.008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da (o) PETI, da Secretaria da Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2520/2012.**

PORTARIA Nº. 2520/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LOURDES KNOT FARIAS, de acordo com a Lei nº.3335/2010 e Edital nº.008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da (o) CAIC, da Secretaria da Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07/08/2012 a 15/12/2012 face ao impedimento da titular Beatriz de Pinho que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2521/2012**

PORTARIA Nº. 2521/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIANA SAVEDRA, de acordo com a Lei nº.3335/2010 e Edital nº.008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da (o) CEI Vovó Maria, da Secretaria da Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 10/08/2012 a 15/12/2012 face ao impedimento da titular Rita de Cassia Cascaes da Silva, que LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2522/2012.**

PORTARIA Nº. 2522/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MARGARETH MATTOS DE SÁ, para ocupar o cargo de Médico Pediatra, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Frei Damião, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.080 de 14 de dezembro de 2009, com efeitos a contar de 11/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2523/2012.**

PORTARIA Nº. 2523/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANIELA MARICHA DE ASSIS, de acordo com a Lei nº.3335/2010 e Edital nº.008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da (o) CEI Vovó Maria, da Secretaria Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 27/08/2012 a 15/12/2012 face ao impedimento da titular Maria Aparecida Garcia que LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2524/2012**

PORTARIA Nº. 2524/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARLENE CAETANA LAURENTI-NO, de acordo com a Lei nº.3335/2010 e Edital nº.008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da (o) CEI Vó Laura, da Secretaria Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2012 a 15/12/2012 face ao impedimento da titular Solange Coelho da Silva que LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2525/2012.**  
PORTARIA Nº. 2525/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR VERUSCA FEITOZA DOS REIS, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Especial, na Escola Básica Neri Brasileiro Martins, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 03/09/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2526/2012.**  
PORTARIA Nº. 2526/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ATAISE RAFAEL SILVA, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vida Melhor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 03/09/2012 à 03/12/2012, face ao impedimento da titular Maria da Lapa L.Scheidt, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2527/2012.**  
PORTARIA Nº. 2527/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ELENIR SANTOS, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vó Laura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 13/08/2012 à 13/10/2012, face ao impedimento da titular Luciane S.Juttel, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2528/2012.**  
PORTARIA Nº. 2528/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ELIANE NERI DE MORAIS, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Especial, no GE Evanda Sueli Juttel Machado, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 04/09/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Thuany da Rosa, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2529/2012.**  
PORTARIA Nº. 2529/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSIKA DE AMORIM, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Especial, no CEI Ulisses Guimarães, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) de hora atividade, para o período de 23/08/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Cleusa M.da Silva, que se encontra AEE.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2530/2012.**  
PORTARIA Nº. 2530/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DEBORA MOTA COLLAÇO ELEUTERIO, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Reunida Isabel Botelho de Paulo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 30/08/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Lea R.P.Silva, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2531/2012.**  
PORTARIA Nº. 2531/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SONIA MARA REINERT, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, na CEI Anjinho da Guarda, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) de hora atividade, para o período de 17/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA faz-se necessário tendo em vista, o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2532/2012.**  
PORTARIA Nº. 2532/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SAMANTA MANUELA MEIREL, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infan-til, disciplina Educação Infantil, na CEI Anjinho da Guarda, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) de hora atividade, para o período de 17/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA faz-se necessário tendo em vista, o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2533/2012.**  
PORTARIA Nº. 2533/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MAGNA CRISTINA SAIBERT, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, na CEI Anjinho da Guarda, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) de hora atividade, para o período de 17/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA faz-se necessário tendo em vista, o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2534/2012.**  
PORTARIA Nº. 2534/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR VANESSA VERA DELFINO, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, na CEI Anjinho da Guarda, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) de hora atividade, para o período de 17/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA faz-se

necessário tendo em vista, o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2535/2012.**  
PORTARIA Nº. 2535/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CRISTIANE ZUGNO LAURINDO, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, na CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) de hora atividade, para o período de 07/08/2012 à 04/11/2012, face ao impedimento da titular Wanderleia Pierri Galvani, que se encontra em Licença Prêmio.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2536/2012.**  
PORTARIA Nº. 2536/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EDUARDO LIBERATO SOTERO, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, na CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 23/08/2012 à 01/10/2012, face ao impedimento da titular Denis Paulo Ferrari, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2537/2012.**  
PORTARIA Nº. 2537/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FERNANDA MIELLY RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, na CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 28/08/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Mauricio Schmitt, que se encontra em Cargo Comissionado.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2538/2012**  
PORTARIA Nº. 2538/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SIMONE APARECIDA S.MACHADO, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 31/07/2012 à 01/10/2012, face ao impedimento da titular Anelozi Poletti, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2539/2012.**  
PORTARIA Nº. 2539/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RITA FERNANDES LEÃO MARQUES, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo



Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 14/08/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Lenir Geni S.Cruz, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2540/2012.**  
PORTARIA Nº. 2540/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA CLAUDIA DE SOUZA PEDRO, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Especial, na CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) de hora atividade, para o período de 08/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2541/2012.**  
PORTARIA Nº. 2541/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARTA APARECIDA DE MATTOS, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Especial, na CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 14/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2542/2012.**  
PORTARIA Nº. 2542/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOSE TADEU DE A.SOUZA, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Especial, na CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 14/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2543/2012.**  
PORTARIA Nº. 2543/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADILSON PIERRI, matrícula nº.500331, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/07/2007 a 18/07/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/09/2012 à 04/10/2012

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2544/2012**  
PORTARIA Nº. 2544/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**



CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA MARIA PEREIRA, matrícula nº.300067, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/05/2002 a 11/05/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/09/2012 à 17/10/2012

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2545/2012.**

PORTARIA Nº. 2545/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86 da Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARCOS FELLIPPE SANTIAGO, matrícula nº.802315, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, nomeados através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta, com efeitos a contar de 10/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

MARIAH TEREZINHA DO NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva da FMP

**Portaria Nº. 2546/2012.**

PORTARIA Nº. 2546/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Nomear Comissão Técnica Especial de Licitação para julgar propostas técnicas para estudos e projetos de intervenção em Urbanização, Esgotamento Sanitário e Macrodrenagem da Prefeitura Municipal de Palhoça, os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura:

NOME	FUNÇÃO
Alexsander da Silva	Engenheiro Civil
Cacio Abramo Gasperim	Arquiteto
Ricardo Mattiello	Engenheiro Sanitarista

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2547/2012.**

PORTARIA Nº. 2547/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adelaide de Oliveira Nunes	Chefe unidade Básica	07	20/08/12	I-Z 54-0,II-S 02-4
Ademir Pio Martins	Motorista	120	01/09/12	I-M 16, II-M 19
Adriana Scheiber Cardoso	ASO	02	13/08/12	I-R 10,II-M 25-5
Adriana Scheiber Cardoso	ASO	02	22/08/12	I-R 10,II-M 25-5
Adriana Scheiber Cardoso	ASO	14	23/08/12	I-R 10,II-M 25-5
Alessandra Lúcia V.e Silva	Assistente Administrativo	07	22/08/12	I-Z 76-3
Aline Cristiane Carvalho	Professor	07	26/08/12	I-F 29
Ana Carolina Narcizo Nazareth	ASO	26	16/08/12	I-G 56
Ana Paula O.Vieira	Professor	15	22/08/12	I-Z 54-0
Ana Paula Rangel	Orientador Educacional	60	06/09/12	I-F 32-2
Ana Paula S.de Oliveira	ASG	07	17/08/12	I-O 26-8
Ana Paula S.de Oliveira	ASG	30	23/08/12	I-O 26-8
Andréa Patrícia Alves	Socorrista	04	23/08/12	I-M 54-4
Andreia Feijo	ASO	20	28/08/12	I-G 56-0,II-M 77-2
Andréia Nejaire dos Santos	Técnico em Enfermagem	28	20/08/12	I-
Andréia Osvaldina Mafra	Professor	12	20/08/12	I-G 52
Anelozzi Poletti	Professor	15	30/07/12	I-F 43-1
Anelozzi Poletti	Professor	05	20/08/12	I-F 43-1
Anelozzi Poletti	Professor	15	30/08/12	I-F 43-1
Ângela Hilda da Silva	Auxiliar de Enfermagem	60	28/08/12	I-M 75-1
Angelita Pereira	Técnico em Educação	30	29/08/12	I-Z 76-3
Arlete Apolônia da S.Padoin	ASG	60	25/08/12	
Bernardete M.Silvio Duarte	ASG	20	14/08/12	I-F 31-2,II-F 32-2
Bernardete M.Silvio Duarte	ASG	90	04/09/12	I-F 32-2
Bianca do Nascimento	Merendeira	30	20/08/12	I-M 75, II-M 65
Carine Correa	Professor	60	17/08/12	I-S 82-0
Celecina de Souza M.Hasse	Merendeira	90	23/08/12	I-Z 54-0
Cleusa de Oliveira	Professor	05	16/08/12	I-F 31, II-M 54

Cleusa de Oliveira	Professor	07	23/08/12	I-F 31,II-M 54
Cris G.de Macedo M.Barreto	Professor	07	17/08/12	I-J 10
Daiane Goulart Fernando	Professor	180	21/08/12	I-Z 33
Darlene Damazio de Melo	Orientador Educacional	07	27/08/12	I-Z 76-3
Débora de Almeida Correa	ACS	15	29/08/12	I-Z 76-3
Débora de Almeida Correia	ASG	15	13/08/12	I-Z 76-3
Débora Regina Bruggmann	Professor	180	20/08/12	I-Z 33
Denis Paulo Ferrari	Professor	26	16/08/12	I-F 32-2
Douglas Ruhland	Professor	30	20/08/12	I-F 41-2
Elaine dos Santos	ASG	30	27/08/12	I-M 25-5
Eliane de Melo Marcos	ASG	07	17/08/12	I-Z 76-3
Eliete Agstinha de Medeiros	ACS	45	18/08/12	I-M 79
Elisete Moreira dos santos Pitta	Merendeira	05	30/08/12	I-F 32-1
Elizabete Fleger dos Santos	ASG	30	01/09/12	I-M 75-5,II-G 56-0
Enia Mara Martins	ASO	60	17/08/12	I-Z 54-0
Fabiane Sulzbach	Odontóloga	36	06/09/12	I-L 20
Gilmar Mauricio Barbosa	ACE	07	23/08/12	I-M 54
Giseli G.Rodrigues	Professor	40	04/09/12	I-S 92-3
Helena Maria Schmoeller	Merendeira	11	23/08/12	I-M 54-4
Helio Semann	Artífice	90	29/08/12	I-M 75-5,II-M 75-1
Ilson Laurentino Guimarães	Motorista	05	20/08/12	I-M 54-5
Iraci da luz Fernandes	Merendeira	08	21/08/12	I-M 25-5
Ivone da Rosa Andrade Souza	Técnico em Enfermagem	04	03/09/12	I-M 54-2
Izabel Cristina S.Gonçalves	ASO	40	29/08/12	I-M 54-5
Janaina D.Ricardo Rogerio	Professor	90	07/07/12	I-M 54-5, II-M 16
Janete Maria M.Lamarque	Assistente Administrativo	10	20/08/12	I-F 41-2
Jaqueline Ramos Depieri	Professor	30	27/08/12	I-Z 76-3
Jean Carlos de Almeida	Monitor	30	02/09/12	I-K 52, II-J 11
Joice Lílian Rodrigues	Professor	15	24/08/12	I-Z 54-0
Joice Menezes	ASO	45	13/08/12	I-Z 54-0, II-I 83-9

Joyce Rejane de Souza	Assistente Administrativo	15	03/09/12	I-M 54-2
Juliana Edna da Silva	ACS	04	22/08/12	I-O 26-9
Karoline Wessler	ACD	04	17/08/12	I-M 54
Kátia Regina da Silva Albino	Merendeira	30	20/08/12	I-M 79-7
Kátia Regina G.Leite	Telefone	20	28/08/12	-
Larissa Santana	ASO	05	19/08/12	I-Z 76-3
Lenita Ferreira Maria Rabelo	Psicóloga	32	18/08/12	I-Z 54-0
Letícia Lampert Gonçalves	Professor	30	28/07/12	I-C 34
Lourdes Neide Martins	Agente Administrativo I	30	31/08/12	I-M 25-5
Luciane Márcia Silveira	Professor	30	07/09/12	I-Z 54-0
Luiz Felipe Cascaes	Assistente Administrativo	03	27/08/12	I-M 80
Maciel João da Cunha	Monitor	90	23/08/12	I-Z 54-0
Maria Angerca Mendes	ASG	40	25/08/12	I-M 54-5,II-M 51,III-M 54-1
Maria Aparecida Garcia	ASG	30	21/08/12	I-M 75-5
Maria do Horto Lopes Leal	Médica	60	12/09/12	I-Z 54-0
Maria Eunice D. Santos	Técnico em Enfermagem	20	20/08/12	I-F 41, II-G 44
Maria Gorete Flores Pereira	ASG	22	22/08/12	I-S 80
Maria Gorete Q.Chaves Souza	Assistente Administrativo	30	22/08/12	I-C 50
Maria Josélia Florestmann	Professor	60	28/08/12	II-S 83-2
Maria Laurentino Leal	Merendeira	30	15/08/12	I-M 65-8, II-M 72
Maria Rosania Marcos Medeiros	ASG	30	17/08/12	I-I 20, II-I 24-8
Mariza Regina de Souza	Professor	15	22/08/12	I-O 16
Marta Mara Martins Batisti	Merendeira	20	20/08/12	I-Z 76-3
Maryland Figueiredo da Silva	Auxiliar de Enfermeira	90	20/08/12	I-F 33
Matildes Merencia R.da Silva	Assessor	14	29/08/12	I-J 38
Maureci da Silva	Professor	30	29/08/12	
Michelle Paula Santiago	Merendeira	08	20/08/12	I-M 54-5
Milton José Pacheco	ASO	120	24/08/12	I-Z 54-0
Mirian Meurer	Professor	60	27/08/12	I-F 43-2
Nazaré Knaul de A.Schurhaus	ASO	60	01/09/12	I-Z 54-0
Nazareno João Miguel	Assessor	07	29/08/12	I-M 54-5

Neuracio Pereira Silva	ACS	15	04/09/12	I-M 25-5
Raquel Mara Martins Weiss	Professor	180	31/08/12	I-Z 33
Rosamar Lemos	Professor	90	27/08/12	I-C 18-7
Rosana Marlene da Silva	ASO	14	23/08/12	I-Z 54-0
Rosana Oliveira Jeremias	ASG	180	29/08/12	I-M 16, II-M 19
Roseli Alves de Oliveira Rosar	ASG	30	03/09/12	I-M 75-5
Rosemere Aparecida S.Venson	Merendeira	90	28/08/12	I-Z 54-0
Rosemeri Hilda Coelho	Assistente Adm.Auxiliar	30	29/08/12	I-O 60
Rosilda de Souza Weingartner	ASO	60	28/08/12	I-M 54-3
Rosineia Marli Martins	ACS	30	06/09/12	I-M 54-5, II-M 54-4
Sergio Luiz Lehmkuhl	Assistente Administrativo	60	25/08/12	I-M 75, II-M 54
Simone Kunen Moraes	Professor	180	15/08/12	I-Z 33
Simone Maria da Silva	Professor	15	22/08/12	I-Z 35
Sirlene Mello	ASO	180	21/08/12	I-Z 33
Solange Coelho da Silva	Merendeira	30	17/08/12	I-S 92-9
Sonia Regina Leal	Professor	30	04/09/12	I-F 41
Sueli Batista Martins	Agente Adm. Auxiliar	08	17/08/12	I-M 17-0
Suzana Angélica da Silva	ASG	120	27/08/12	I-F 71
Tamna Amanda	Assistente Téc.Pedagógico	15	24/08/12	I-F 41-0, II-F 41-1
Valdinéia B.Gomes	ASG	18	10/08/12	I-M 53-9
Vanderleia Alves	ASG	30	31/08/12	I-F 32-2
Wanderleia de Fátima Rossi	Assistente Administrativo	30	24/08/12	I-Z 54-0
Zenaide Alves	ASP	04	03/09/12	I-M 77-1
Zenaide Alves	ASP	05	10/09/12	I-M 77-1
Zenir Aparecida Schch	ASG	90	25/08/12	I-M 54-5, II-M 54-4

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
 Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2548/2012.**  
 PORTARIA Nº. 2548/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**  
 CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Nadini de Souza, estudante

regu-larmente matriculada no curso de Nível Médio da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº.25 de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº.28 de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº.186 de 16 de novembro de 2005, com início em 10/09/2012 e término em 31/12/12, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Faculdade Municipal de Palhoça - FMP.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
 Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2549/2012.**  
 PORTARIA Nº. 2549/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicação Interna nº 219/2010 da Superintendência de Gestão de Pessoas;  
 Considerando o Memorando nº315/2010 da Secretaria de Assistência Social de Palhoça;

**RESOLVE:**

1.0 Determinar instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüida a servidora pública V.C.F. , nos termos do art.231, 235 e 236 da Lei Complementar nº96 de 15 de dezembro de 2010. Haja vista que a servidora, matrícula 100222, ocupante do cargo de Assistente Social vem, supostamente, ferindo o artigo 214, inciso IV em conformidade com o art.217, inciso III da Lei Complementar nº096/2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) CLAUDIA MARTINI DOS SANTOS - Mat. 801097 - presidente  
 B) PATRICIA ADELAIDE DA SILVA - Mat. 800230 - membro  
 C) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA - Mat. 801101 - secretária

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art.237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
 Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2550/2012.**  
 PORTARIA Nº. 2550/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicação Interna nº 507/2012/GTS da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça;  
 Considerando Comunicação Interna nº525/2012/GTS da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça;

**RESOLVE:**

1.0 Determinar instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público F.S. , nos termos do

art.231, 235 e 236 da Lei Complementar nº96 de 15 de dezembro de 2010. Haja vista que a servidor, matrícula 401537, ocupante do cargo de En-fermeiro vem, supostamente, ferindo o artigo 210, letra "d" da Lei Complementar nº096/2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no i-tem precedente, Comissão Processante que será integrada pelos mem-bros, que vão a seguir individuados:

A) CLAUDIA MARTINI DOS SANTOS - Mat. 801097 - presidente  
B) LILIAN REGINA ALVES DA ROSA - Mat. 800737 - membro  
C) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA - Mat. 801101 - secre-tária

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art.237 da Lei Complemen-tar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina preventiva

**Portaria Nº. 2551/2012.**  
PORTARIA Nº. 2551/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicação Interna nº 63/2012/GTS expedida pela Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça;  
Considerando Comunicação Interna nº33/2011/DGT expedida pela Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça;

**RESOLVE:**

1.0 Determinar instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figu-rando como argüido o servidor público J.J.L. , nos termos do art.231, 232 e 233 da Lei Complementar nº96 de 15 de dezembro de 2010. Considerando que a servidor, matrícula 401082, ocupan-te do cargo de Enfermeiro - lotado na Unidade Básica de Saúde Rio Grande, vem, supostamente, ferindo os artigos 193, incisos III e X; 214, incisos II, III e IV da Lei Complementar nº096/2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no i-tem precedente, Comissão Processante que será integrada pelos mem-bros, que vão a seguir individuados:

A) CLAUDIA MARTINI DOS SANTOS - Matrícula 801097 - Presi-dente  
B) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA - Matrícula 801101 - Secretária  
C) PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA - Matrícula 800230

3.0 Fixar, 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, por eficácia do diploma legal, artigo 237 da Lei Complementar nº096/2010, contados da publicação da presente Portaria, prorro-gável, em caso de força maior por mais 60 (sessenta) dias.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina preventiva

**Portaria Nº. 2552/2012.**  
PORTARIA Nº. 2552/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ELAINE DE OLIVEIRA RODRIGUES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfer-magem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Médio Ari-riu da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Admi-nistração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, confor-me a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2553/2012**  
PORTARIA Nº. 2553/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ALTENISE AGOSTINHO DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em En-fermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Passagem do Maciambú da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Pre-ventiva da Administração Dire-ta desta Prefeitura, admitido atra-vés de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 13/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2554/2012.**  
PORTARIA Nº. 2554/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DA CONCEIÇÃO CRUZ, matrícula nº800161, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quin-quênio de 07/05/1996 a 07/05/2001, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/09/2012 à 10/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal



**Portaria Nº. 2555/2012.**  
PORTARIA Nº. 2555/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61 da Lei nº.096/2010 de 15/12/2010, o servidor NILTON CESAR DA SILVA, matrícula nº.500393, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

O servidor encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 04, item 02.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 30/08/2012, de acordo com as folhas 08,09.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2556/2012.**  
PORTARIA Nº. 2556/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº.096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA APARECIDA BERRETA, matrícula nº.800806, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

O servidor encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 06/08/2012, de acordo com as folhas 10 e 11.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2557/2012.**  
PORTARIA Nº. 2557/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANDREA DE ABREU, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo nº.005/2011, no cargo de Professor (ACT), disciplina Séries Iniciais, Habilitado com Graduação, no (a) Programa Sócio Educativo - PETI - Atividades Complementares, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria de Educação e Cultura, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período de 23/08/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2558/2012.**  
PORTARIA Nº. 2558/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO INÊS DE SOUZA PHILLIPPI, do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Administração da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura. A contar de 10/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2559/2012.**  
PORTARIA Nº. 2559/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ZENAIDE BAUER DE FREITAS, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2560/2012.**  
PORTARIA Nº. 2560/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso



de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARCIA ADRIANA FERREIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2561/2012.**

PORTARIA Nº. 2561/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIANE ESPINDOLA BROERING, matrícula nº.400234, titular do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/20111, referente ao quinquênio de 04/01/2004 a 04/01/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/10/2012 à 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2562/2012.**

PORTARIA Nº. 2562/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EUNICE LUZ DOS SANTOS, matrícula nº.400031, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/20111, referente ao quinquênio de 11/05/2002 a 11/05/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/09/2012 à 10/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2563/2012.**

PORTARIA Nº. 2563/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOÃO FILLIPE HERR, de acordo com a Lei nº.096/2010, nº.2508/2008 e Edital nº.001/2012, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/09/2012 a 12/09/2013.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2564/2012.**

PORTARIA Nº. 2564/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIO CEZAR MACEDO, matrícula nº800476, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 1925 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 19/05/2000 a 19/05/2005, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/09/2012 à 10/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2566/2012.**

PORTARIA Nº. 2566/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO JANAINA VITORINO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Fisioterapeuta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2567/2012.**  
PORTARIA Nº. 2567/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDSON EUGENIO DA SILVA, ma-trícula nº.500006, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária da Administração Direta, de acordo com o Artigo 101 da Lei 991/2000, referente ao quinquênio de 03/09/2001 a 03/09/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/09/2012 a 18/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2568/2012.**  
PORTARIA Nº. 2568/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVANIA HERONDINA PERES, ma-trícula nº.800549, titular do cargo de Contador, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 19/02/1998 a 19/02/2003, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/09/2012 a 18/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2569/2012.**  
PORTARIA Nº. 2569/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SIMONE FÁTIMA SUELOS DA SILVA OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Especial, no CEI Padre Réus, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 01/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2570/2012.**  
PORTARIA Nº. 2570/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GABRIELA DE AGAPITO PRAZERES, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Especial, no CEI Padre Réus, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 01/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2571/2012.**  
PORTARIA Nº. 2571/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR BRUNA ROGÉRIA PORTO, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Padre Réus, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 01/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA faz-se necessário, tendo em vista o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2572/2012.**  
PORTARIA Nº. 2572/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MIRIAN DE CASSIA AMARAL DA SILVA OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.005/2011, no cargo de

Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Padre Réus, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trin-ta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 01/08/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA faz-se necessário, tendo em vista o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2573/2012.**  
PORTARIA Nº. 2573/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA VANIA PAULI DA SILVA, matrícula nº.800341, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei nº.096/2011, referente ao quinquênio de 10/03/2003 a 10/03/2008, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 16/09/2012 à 16/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2574/2012**  
PORTARIA Nº. 2574/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO EDUARDO SOUZA KREMER DOS SANTOS, do cargo de Agente de Segurança, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 13/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2575/2012.**  
PORTARIA Nº. 2575/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER EXCEPCIONAL para CINTIA CRISTINA MATOS, matrícula nº.401517, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096/2011, pelo período de 01 (um) ano, com efeitos a contar de 03/07/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2576/2012.**  
PORTARIA Nº. 2576/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o decreto nº.1.066 de 01 de março de 2010, EVALDO LUIZ SELL, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2577/2012.**  
PORTARIA Nº. 2577/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NEIDA SILVEIRA DE SOUZA STHIAGO, de acordo com a Lei nº.096/2010, Lei nº.2508/2008 e Edital nº.001/2012, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/09/2012 a 17/09/2013.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2578/2012.**  
PORTARIA Nº. 2578/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZABETE ALVES DA SILVA, matrícula nº.800573, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da

Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/12/2003 a 18/12/2008, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 14/09/2012 à 14/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2579/2012.**  
PORTARIA Nº. 2579/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para APARECIDA DA ROSA ESPINDOLA, matrícula nº.800972, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/06/2003 a 16/06/2008, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 10/09/2012 à 10/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2580/2012.**  
PORTARIA Nº. 2580/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o decreto nº.1.066, de 01 de março de 2010, ELI ODILIA BRUCHADO TEIXEIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2012

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2581/2012.**  
PORTARIA Nº. 2581/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DENISE DE SOUZA DE ESPÍNDOLA, matrícula nº.800593, titular do cargo de Professor, do

Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 26/12/2006 a 25/12/2011, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 07/08/2012 à 07/11/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2582/2012.**  
PORTARIA Nº. 2582/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABIANA ROSALINA DE SOUZA RAMOS, matrícula nº.800780, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 30/09/1997 a 30/09/2002, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/09/2012 à 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2583/2012.**  
PORTARIA Nº. 2583/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para WANDERLEIA PIERRI GALVANI, matrícula nº.800293, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 18/06/1999 a 18/06/2004, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 07/08/2012 à 07/11/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2584/2012.**  
PORTARIA Nº. 2584/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LENIR GENI DA SILVA CRUZ,



matrícula nº.800685, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2007 a 08/02/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/09/2012 à 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2585/2012.**  
PORTARIA Nº. 2585/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALMIR DA SILVA LOPES, matrícula nº.190046, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 22/07/1995 a 22/07/2000, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 17/09/2012 à 17/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2586/2012.**  
PORTARIA Nº. 2586/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA KLOPPPEL, matrícula nº.800747, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 17/09/2012 à 17/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2587/2012.**  
PORTARIA Nº. 2587/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANDIRA MARIA DA SILVA, matrícula nº.800689, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 07/02/2002 a 07/02/2007, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio 07/02/2007 a 07/02/2012, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 19/09/2012 à 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2588/2012.**  
PORTARIA Nº. 2588/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ERNANDE JOÃO MIGUEL, matrícula nº.300224, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/1988 a 10/05/1993, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio 10/05/1993 a 10/05/1998, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/09/2012 à 01/12/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2589/2012.**  
PORTARIA Nº. 2589/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KELLY CRISTINA MARTINS, matrícula nº.800195, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/08/1998 a 07/08/2003, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/09/2012 à 18/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva



**Portaria Nº. 2590/2012.**  
PORTARIA Nº. 2590/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANE TEREZINHA DE LIMA MULBERSTEDT, matrícula nº.200012, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/05/2002 a 01/05/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/09/2012 à 18/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2591/2012.**  
PORTARIA Nº. 2591/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE NOMEAR:**

Artigo 1º. Ficam nomeados para comporem a Comissão para que iniciem os trabalhos de revisão e projeto de alteração das Leis 024/2004, 018/2002 e Decreto do Livro Eletrônico, cujo o objetivo de atualizar e formalizar procedimentos de fiscalização quanto ao recolhimento e lançamento dos tributos de obras,.

- Alessandra de Andrade Klettenberg;
- Eunice Batista Martins;

Geórgia Batista Martins.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2592/2012.**  
PORTARIA Nº. 2592/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR os servidores para compor o Conselho Fiscal da FCAM, de acordo com o Decreto nº.1.346/2003, por um período de 02 (dois) anos.

Representante da Secretaria de Finanças  
Titular: Fabricia Martins  
Suplente: Deise Lima Souza

Representante da Secretaria de Administração  
Titular: Daniela Martins da Rosa  
Suplente: Caroline Araldi

Representante da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária  
Titular: Francisco de Assis da Silva  
Suplente: Marlene Scutz

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2593/2012.**  
PORTARIA Nº. 2593/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZENEIDE ALVES, matrícula nº.400067, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/07/2003 a 02/07/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/09/2012 à 18/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2594/2012.**  
PORTARIA Nº. 2594/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TANIA REGINA PIERRI, matrícula nº.800010, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/02/2002 a 11/02/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/09/2012 à 17/10/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2595/2012.**  
PORTARIA Nº. 2595/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº.097 de 15 de dezembro de 2010, MARIANA SUYAN MARTINS DUTRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2596/2012.**  
PORTARIA Nº. 2596/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº.097 de 15 de dezembro de 2010, MARIO JOAO DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/09/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2597/2012.**  
PORTARIA Nº. 2597/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art.24 da Lei nº.1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Patrícia do Rosário Dantas	20	40	06/09/2012 a 14/10/2012

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2598/2012.**  
PORTARIA Nº. 2598/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o decreto nº.1.066 de 01 de março de 2010, TATIANA CRISTINA RODRIGUES, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2012

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2599/2012**  
PORTARIA Nº. 2599/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora EMILIA APARECIDA DA SILVA MATTOS MACADO, matrícula nº.800242, ocupante da categoria funcional de Assis-tente Técnico Pedagógico, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias e averbar tempo de contribuição pelo IPREV, totalizando 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 11 di-as, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº.096 de 15 de janeiro 2010, conforme certidão fornecida pelo INSS, IPREV e certidão RH às folhas 02; com efeitos a contar de 20/08/2012.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2600/2012.**  
PORTARIA Nº. 2600/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora VALDINEIA BORBA, matrícula nº.800242, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado (a) na Secretaria da Receita e Regularização Fundiária, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 01 (um) ano, 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº.096 de 15 de janeiro 2010, de acordo com certidão do INSS e certidão RH às folhas 02; com efeitos a contar de 28/08/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2601/2012.**  
PORTARIA Nº. 2601/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora RITA DE CASSIA DA SILVA SILVEIRA DE SOUZA, matrícula nº.200022, ocupante da categoria funcional de Assis-tente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Administração, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 09 (nove) anos, 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº.096 de 15 de janeiro 2010, conforme certidão fornecida pelo INSS nº.04

e certidão RH às folhas 02; com efeitos a contar de 03/09/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2602/2012.**  
PORTARIA Nº. 2602/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 4º. Da Lei nº.116 de 14 de dezembro de 2011, o (a) servidor (a) HELEN BRESSAN GAZOLA, matrícula nº.401020, no cargo de Nutricionista, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de N01/01/2011

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2603/2012.**  
PORTARIA Nº. 2603/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº.1977 de 03 de julho de 2012 que conce-deu licença para Concorrer a cargo eletivo do servidor JOSE VANDERLEI FAGUNDES, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com requerimento, tendo em vista que seu nome não consta na relação oficial de candidatos.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2604/2012.**  
PORTARIA Nº. 2604/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para o (a) servidor (a) VIVIANE DOS SANTOS, matrícula nº.400367, ocupante da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, nos termos do artigo 170, da Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, por um período de 48 (quarenta e oito) meses, com efeitos a contar de 05/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2605/2012.**  
PORTARIA Nº. 2605/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JAIRO EUCLIDES PEREIRA, de acordo com a Lei nº.096/2010, Lei nº.2508/2008 e Edital nº.002/2012, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/09/2012 a 17/09/2013.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2606/2012.**  
PORTARIA Nº. 2606/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO RENATA DE SOUZA FAGUNDES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Cirurgião Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Cambirela, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.3.002 de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2607/2012.**  
PORTARIA Nº. 2607/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO PAULA CRISTINA COSTA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS II, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2608/2012.**  
PORTARIA Nº. 2608/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO THAYOMARA DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Passa Vinte, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, admiti-da através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.3002 de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2609/2012.**  
PORTARIA Nº. 2609/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ELEOMAR PAES, para ocupar o cargo da cate-goria funcional de Psicólogo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Di-reta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, de acordo com o Ar-tigo 4º da Lei nº.116 de 14 de dezembro de 2011, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2610/2012.**  
PORTARIA Nº. 2610/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO FERNANDA EYMAEL KOCHE, para ocu-par o cargo da categoria funcional de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Uni-dade Básica de Saúde da Ponte do Imaruim, da Administração

Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde, admiti-da através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.3.002 de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2611/2012.**  
PORTARIA Nº. 2611/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO FERNANDO TRINDADE ROBALLO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventi-va, da Ad-ministração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, de acor-do com o Artigo 4º da Lei nº.116 de 14 de dezembro de 2011, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2612/2012.**  
PORTARIA Nº. 2612/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANA PAULA DOS SANTOS CARMINATTI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Alto Aririu, da Adminis-tração Di-reta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.3.002 de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2613/2012.**  
PORTARIA Nº. 2613/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,



79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO CAMILA MATIOLLO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Farmacêutico, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2614/2012.**

PORTARIA Nº. 2614/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ADELAIDE OLIVEIRA NUNES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2615/2012**

PORTARIA Nº. 2615/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANGELITA ZAMBERLAN NEDEL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, de acordo com o Artigo 4º da Lei nº.116 de 14 de dezembro de 2011, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2616/2012.**

PORTARIA Nº. 2616/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO FERNANDA BEATRIZ DOS SANTOS FRANCISCO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2617/2012.**

PORTARIA Nº. 2617/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ELI ODILIA BRUCHADO TEIXEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Grupo Escolar Francisca Raimunda Farias da Costa, da Secretaria Municipal Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2618/2012.**

PORTARIA Nº. 2618/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o decreto nº.1.066 de 01 de março de 2010, AMARILDO CARDOSO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/09/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva



**Portaria Nº. 2619/2012**

PORTARIA Nº. 2619/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

PRORROGAR ESTAGIO REMUNERADO, Alice Assing, estudante regular-mente matriculada no Curso de Nível Superior da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNI-SUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº.25 de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº.28 de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº.186 de 16 de novembro de 2005, com início em 02/08/2012 e término em 02/09/2012, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais, na Procuradoria Geral do Município - Ciretran.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2620/2012.**

PORTARIA Nº. 2620/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTAGIO REMUNERADO, Gustavo Apolinário, estudante regularmente matriculada no Curso de Nível Médio da Escola de Educação Básica Irmã Tereza, nos termos estabelecidos pelo artigo 92 da Lei Complementar nº.25 de 14 de fevereiro de 2005, com a redação dada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº.28 de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº.186 de 16 de novembro de 2005, com início em 20/09/2012 e término em 31/12/2012, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Faculdade Municipal de Palhoça.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2621/2012.**

PORTARIA Nº. 2621/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o decreto nº.1.066, de 01 de março de 2010, MAGDA MARIA SANTOS DO NASCIMENTO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2622/2012.**

PORTARIA Nº. 2622/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO VANESSA CRISTINA DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2623/2012.**

PORTARIA Nº. 2623/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO TATIANA CRISTIANA RODRIGUES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Argemira de Farias da Silveira, da Secretaria Municipal Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2624/2012.**

PORTARIA Nº. 2624/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MAGDA MARIA DOS SANTOS DO NASCIMENTO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vovó Dolores, da Secretaria Municipal Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2625/2012.**  
PORTARIA Nº. 2625/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SALESIO DE AZEVEDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, admiti-da através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2626/2012.**  
PORTARIA Nº. 2626/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO RAFAEL HASS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Almoxarifado, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº.001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2627/2012.**  
PORTARIA Nº. 2627/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº.097 de 15 de dezembro de 2010, JENILSON DOMINGOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2628/2012.**  
PORTARIA Nº. 2628/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº.1967/2012 do (a) servidor (a) NATHALIE CATARINA SCHADEN CRUZ, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei nº.2559 de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de 20/09/2012 a 17/11/2012, face ao impedimento da titular Michele Patrícia Moreira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2629/2012.**  
PORTARIA Nº. 2629/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº.2538/2012 do (a) servidor (a) SIMONE APARECIDA DE SOUZA MACHADO, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei nº.2559 de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de 02/10/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular DEisi Schmidt, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2630/2012.**  
PORTARIA Nº. 2630/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº.2167/2012 do (a) servidor (a) JEANE APARECIDA SANTOS MARTINS, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei nº.2559 de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal

da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de 15/09/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2631/2012.**  
PORTARIA Nº. 2631/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº.2468/2012 do (a) servidor (a) BRUNA NUNES DA SILVEIRA, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei nº.2559 de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de 15/09/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2632/2012.**  
PORTARIA Nº. 2632/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº.2527/2012 do (a) servidor (a) ELENIR SANTOS, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei nº.2559 de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de 14/10/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2633/2012.**  
PORTARIA Nº. 2633/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86 da Lei nº.096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) GLAUCIA CRISTINA KHALIL, titular de cargo de Enfermeiro, nomeado através de

Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/09/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2634/2012.**  
PORTARIA Nº. 2634/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO THAYSE ROSA, do cargo de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 19/09/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2635/2012.**  
PORTARIA Nº. 2635/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CATARINA MARIA NUNES, matrícula nº.400018, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/08/1996 a 05/08/2001, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 05/08/2001 a 05/08/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/09/2012 à 19/11/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2636/2012.**  
PORTARIA Nº. 2636/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, a servidora LUCIANA SOUZA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da

Administração Direta, com efeitos a contar de 17/09/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2637/2012.**  
PORTARIA Nº. 2637/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art.24 da Lei nº.1683 de 08 de maio de 2003, dos servidores abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Pre-feitura.

Nome	De	Para	Período
Elaine Thiesen	20	30	03/09/2012 a 15/12/2012

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária de Educação e Cultura

**Portaria Nº. 2638/2012.**  
PORTARIA Nº. 2638/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3322 de 21 de novembro de 2011, que nomeou para o Concurso à servidora ELIZANGELA DORVALINO COELHO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nome que deverá ser ELIZANGELA DORVALINO COELHO, e não consta na portaria anterior.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2639/2012.**  
PORTARIA Nº. 2639/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO, DALMON BERNARDES GODOY, para ocupar o cargo da categoria funcional de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Bela Vista da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de saúde, admitida

através de Concurso Público Edital nº.001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº.3.002 de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2951/2012.**  
PORTARIA Nº. 2951/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora IVANI ADELAIDE SILVA, matrícula nº. 800924, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 02, item 03.

Pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 10/10/2012, de acordo com às folhas 25,26.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 2952/2012.**  
PORTARIA Nº. 2952/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2536 de 03 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora EDUARDO LIBERTO SOTERO, para ocupar o cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, face o impedimento do titular Denis Paulo Ferrari, que se encontra em LTS, pelo período de 02/10/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.



**Portaria Nº. 2953/2012.**  
PORTARIA Nº. 2953/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOÃO RENATO ANDRADE, matrícula nº. 300223, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Finanças, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/05/2005 a 02/05/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 23/10/2012 à 23/11/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2954/2012.**  
PORTARIA Nº. 2954/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2223 de 30 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Deter-minado a servidora ANDRIZA APARECIDA DA SILVA, para ocupar o cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nome que deverá ser ANDRIZA APARECIDA DA SILVA, não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2955/2012.**  
PORTARIA Nº. 2955/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2474 de 03 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIA CRISTINA MARTINS, para ocupar o cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, face o impedimento do titular Ana Maria da Rosa, que se encontra em LTS - Estado, pelo período de 16/09/2012 a 11/11/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 2956/2012.**  
PORTARIA Nº. 2956/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2471 de 03 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora KARINA RAIMUNDO, para ocupar o cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura-ra, face o impedimento do titular Mirian Meurer, que se encontra em LTS, pelo período de 04/09/2012 a 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 2957/2012.**  
PORTARIA Nº. 2957/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2791 de 17 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor CLEMILSON DA ROSA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 2958/2012**  
PORTARIA Nº. 2958/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2135 de 20 de julho de 2012, que Concedeu Licença Premio a servidora MICHELLI NAZARÉ FERREIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saude e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deverá ser 02 (dois) meses, referente ao quinquênio de 25/04/2002 a 25/04/2007, não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2959/2012.**  
PORTARIA Nº. 2959/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,



79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3368 de 25 de novembro de 2011, que Nomeou por Concurso à servidora LIVIA BRINGHENTI, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que deverá ser Farmacêutico, não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 2960/2012.**

PORTARIA Nº. 2960/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Jaime Bezerra do Monte	10	16	01/10/2012 a 15/12/2012
Marcelo José Calvacanti	40	32	01/10/2012 a 15/12/2012

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

**Portaria Nº. 2961/2012.**

PORTARIA Nº. 2961/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDNA REGINA DE SOUZA SOTERO, matrícula nº. 801051, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/04/2004 a 01/04/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 05/11/2012 à 05/12/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 2963/2012.**

PORTARIA Nº. 2963/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELISIERE DALIANE MOURA CIRI-NO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Auxiliar de serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Grupo Escolar Frei Damião da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/10/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Valquiria O. da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 2964/2012.**

PORTARIA Nº. 2964/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IMBRILINA SILVEIRA FERREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Auxiliar de serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Ulisses Guimarães da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/10/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Ana Paula Simiano, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 2965/2012.**

PORTARIA Nº. 2965/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LAURECI MARIA DE MATTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Auxiliar de serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/10/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Maria Laurentino Leal, que se encontra

em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 2966/2012.**  
PORTARIA Nº. 2966/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SILVANA SEMIEN-TCOSKI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Auxiliar de serviços Gerais, com 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vó Laura da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/10/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Márcia Regina da Conceição, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 3012/2012.**  
PORTARIA Nº. 3012/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABIANA D ´AVILA DA CUNHA, matrícula nº. 400218, titular do cargo de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/08/2003 a 10/08/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 22/11/2012 à 22/12/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 3013/2012.**  
PORTARIA Nº. 3013/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO GISELE ROSEANE DE MELO, titular do cargo

de Agente Co-munitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

**Portaria Nº. 3014/2012**  
PORTARIA Nº. 3014/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO AUDA M. R. DA CRUZ VARELA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

**Portaria Nº. 3016/2012.**  
PORTARIA Nº. 3016/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO VANDIRA SCHLEMPER CHAPOVAL, titular do cargo de Agen-te Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preven-tiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

**Portaria Nº. 3017/2012**  
PORTARIA Nº. 3017/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
NOMEAR POR CONCURSO TELMA RENILDE DE FREITAS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Cambirela da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012,

homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

### Resultado Pregão 171-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

171/2012

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2012, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem a aquisição de material permanente para o Serviço de Acolhimento Institucional - Casa Lar Masculina e Feminina, para Secretaria de Assistência Social, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 04, 05 e 06 totalizando R\$ 5.690,00 (cinco mil seiscentos e noventa reais).

GEORGIA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 02 e 03 totalizando R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Palhoça, 08 de novembro de 2012

### Resultado Pregão 172-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

172/2012

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2012, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para confecção de uniformes para os Agentes de Serviço Operacionais, para a Secretaria de Educação, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

PRO SURF WEAR INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ficou classificada em 1º lugar no lote 01 totalizando R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

Palhoça, 08 de novembro de 2012

### Resultado Pregão 173-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

### RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

173/2012

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2012, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para manutenção das tampas dos bueiros e bocas de lobo das caixas de drenagem pluviais das ruas e avenidas deste Município, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

RONALDO DA ROSA JR EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 01 e 02 totalizando R\$ 225.500,00 (duzentos e vinte cinco mil e quinhentos reais).

Palhoça, 08 de novembro de 2012  
Câmara Municipal

### Projeto de Lei Nº 1.032/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.032/2012.

UTILIDADE PÚBLICA. A.E.R.C - Cerâmica Silveira Futebol Clube.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:  
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a A.E.R.C. Cerâmica Silveira Futebol Clube, inscrita no CNPJ sob nº 79.831.681/0001-90, com sede e foro na Rua Paulo José de Souza, S/Nº, bairro São Sebastião, Palhoça - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

### Projeto de Lei Nº 1.130/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.130/2012.

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Área do mapa que compõe o Anexo I do artigo 3º da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante na presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA	LOCAL	CROQUI	ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
Setor			ARP – P1 – Área Residencial Predominante Popular
04	Guarda do Cubatão	01	AMC – 7 – Área Mista Central

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 817/2011**

PROJETO DE LEI Nº 817/2011.

DENOMINA O MUNICÍPIO DE PALHOÇA COMO CIDADE AMIGA DO MANGUE, ESTABELECEANDO RESPONSABILIDADE SOBRE PROTEÇÃO DOS MANGUEZAIS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Cidade Amiga do Mangue o Município de Palhoça, estabelecendo responsabilidades sobre proteção dos manguezais.

Art. 2º A Fundação do Meio Ambiente do Município de Palhoça, elaborará estudos sobre a proteção dos manguezais, divulgando na rede municipal de ensino.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2012.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 821/2011**

PROJETO DE LEI Nº 821/2011.

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, A SEMANA DE PREVENÇÃO CONTRA DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Passa a fazer parte do calendário oficial do Município de Palhoça, a Semana da Prevenção contra Desaparecimento de Crianças e Adolescentes, que deverá realizar-se na 3º semana de junho.

Art. 2º Na semana da Prevenção contra o Desaparecimento de Crianças e Adolescentes, o poder público municipal, em conjunto com a coletividade, em especial com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Municipal da Educação e o Conselho Tutelar, promoverão eventos e atividades que visem informar a população sobre maneiras de prevenção contra o desaparecimento de crianças e adolescentes, bem como as medidas a serem tomadas quando da ocorrência do fato.

Parágrafo único. Os eventos e atividades destinadas às crianças, serão realizadas precipuamente nas Instituições de Ensino, não sendo vedada a realização em local diverso, a critério da comissão especial.

Art. 3º Para a organização da Semana da Prevenção, deverá ser

composta uma comissão especial, participando desta, sem receber nenhum provento:

I - 01 (um) representante do Executivo, membro da Secretaria de Educação, indicado pelo Prefeito;

II - 01 (um) representante do Legislativo Municipal, indicado pelo seu Presidente;

III - 01 (um) representante do Conselho Tutelar.

IV - 02 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º As entidades civis que estiverem interessadas em compor a comissão especial para participação da organização da Semana de Prevenção, deverão inscrever-se, junto a secretaria da educação do município, durante o meses de janeiro a fevereiro.

Parágrafo único. Das entidades inscritas, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias da realização da semana de prevenção, serão sorteadas 5 (cinco) para compor a comissão especial, devendo cada qual indicar o seu representante.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 843/2011**

PROJETO DE LEI Nº 843/2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O MUSEU DA COLONIZAÇÃO DE PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Museu da Colonização de Palhoça.

Art. 2º O Museu da Colonização de Palhoça, tem por objetivo dar visibilidade e despertar a consciência da população sobre a importância de conhecer e preservar a história e a memória dos colonizadores e do processo de colonização do litoral de Santa Catarina, especialmente do município de Palhoça, oportunizando o acesso à informação, à documentação e ao acervo e também como instrumento importante de educação patrimonial.

Art. 3º O Museu da Colonização de Palhoça, terá como finalidades:

I - preservar a memória e guardar a história da colonização de Palhoça, fomentando o estudo, a pesquisa e a extensão;

II - recolher, ordenar e expor objetos, peças, documentos, fotos de valor histórico, material e/ou imaterial, referentes aos colonizadores e ao processo de colonização do litoral Catarinense, especialmente de Palhoça;

III - realizar pesquisas, estudos, conferências, publicações sobre temas, acontecimentos e agentes que contribuíram no processo de colonização regional e local;



IV - salvaguardar e preservar o patrimônio histórico, material e/ou imaterial, dos colonizadores e do processo de colonização regional e local.

Art. 4º O Museu da Colonização de Palhoça, será administrado pela Secretaria de Educação e Cultura de Palhoça, através da Gerência de Cultura, Patrimônio Histórico e Memória e demais setores da referida Secretaria.

Art. 5º As despesas de manutenção e funcionamento do Museu da Colonização de Palhoça, constarão em previsão orçamentária da Secretaria de Educação e Cultura, podendo, também, receber recursos provenientes de doações, transferências, convênios, captação de recursos via projetos e subvenções por meio de Leis de Incentivo e Fomento e outros meios previstos em Lei do Município, Estado e País.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 862/2011**

PROJETO DE LEI Nº 862/2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DISPOR QUE AS PARADAS DE ÔNIBUS DE PALHOÇA POSSUAM PAINÉIS COM MAPA INDICATIVO DE SUA LOCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:  
Art. 1º As paradas de ônibus do Centro de Palhoça, bem como dos pontos turísticos da Cidade, possuirão painéis com mapa indicativo de sua localização, de modo a orientar os usuários do sistema público de transporte.

Art. 2º A despesa para a implantação deste projeto poderá ser custeada pela iniciativa privada, por meio da venda de espaço publicitário no próprio painel.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 878/2011**

PROJETO DE LEI Nº 878/2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DISPOR SOBRE OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE S.P.D.A. - SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (PÁRA-RAIOS) NORMATIZADO E SUBSTITUIÇÃO E RETIRADA DE PÁRA-RAIOS RADIOATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam os proprietários de edificações com mais de 3 (três) andares obrigados a instalar S.P.D.A. - Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (pára-raios) normatizado e substituição e retirada de pára-raios radioativos.

§ 1º A obrigatoriedade do disposto no artigo, aplica-se também a edificações escolares e assistências em geral, tais como creches, asilos, hospitais, ambulatórios, casa de saúde, bem como as edificações destinadas ao funcionamento de centros comerciais (Shopping Center e outros), casas de diversões públicas tais como cinema, ambientes de shows, danças e espetáculos em geral, templos, hotéis, estádios, ginásios esportivos estabelecimentos congêneres, os quais deverão ser dotados de pára-raios contra descargas atmosféricas.

§ 2º A retirada do material radioativo, seu transporte e sua destinação deverão obedecer as normas e legislação pertinentes.

§ 3º Os responsáveis pela desativação dos captadores iônicos radioativos deverão providenciar sua entrega ao órgão governamental competente, qual seja CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear, com o objetivo de evitar a dispersão radioisótopos no meio ambiente.

§ 4º A inspeção do SPDA (Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas), deverá ser feita anualmente e comprovada através de laudo técnico.

§ 5º O Poder Executivo poderá estipular o valor da multa em UFIRs pelo descumprimento da obrigatoriedade desta Lei e, persistindo a infração, interdição com desocupação, a cargo e critério à autoridade Municipal competente.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, no que couber.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei, será por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 971/2011**

PROJETO DE LEI Nº 971/2011.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO FARMACÊUTICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Farmacêutico, a ser comemorado no dia 12 de fevereiro de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.



**Projeto de Lei Nº 979-2011**

PROJETO DE LEI Nº 979/2011.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO PADEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Padeiro, a ser comemorado no dia 13 de Abril de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2012

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### Lei Nº 1.631, de 05 de Novembro de 2012

LEI Nº 1.631, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO, E SEM ENCARGOS, ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE RUA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a receber em doação de Leocides Zanella e Maria Carinhato Zanella, brasileiros, casados entre si, inscritos no CPF sob nº 168.157.009-25 e 981.689.249-91, respectivamente, residentes em Pinheiro Preto - SC, uma área de terra medindo 1.088,73 m² (mil e oitenta e oito metros e setenta e três centímetros quadrados), área esta que faz parte de área maior registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, matrícula nº 7.378, para fins de implantação de Rua, a saber:

I - extensão da área a ser recebida em doação: 1.088,73 m² (mil e oitenta e oito metros e setenta e três centímetros quadrados);

II - confrontações:

a) NORTE: Área 01, remanescente da Matrícula n. 7.378, com distância total de 34,53 m em dois alinhamentos;

b) SUL: Com a estrada municipal na divisa da área pertencente à Antonio Wilsen, com distância de 12,09 m;

c) LESTE: Confronta-se com a estrada municipal na divisa da área pertencente à Alcir Zanella, com distância de 18,65 m, em outro plano com área 02 - Remanescente da matrícula 7.378, com distância total de 60,66 m, em vários alinhamentos;

d) OESTE: Com a área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7378, com distância total de 67,51 m.

Parágrafo único. A área de terra de que trata este artigo fora avaliada em R\$ 21.774,60 (vinte e um mil setecentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos), e será utilizada para implantação de Rua.

Art. 2º Faz parte da presente lei o Anexo contendo Planta Planimétrica e Memorial Descritivo da área objeto da doação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO

LEI Nº 1.631, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO, E SEM ENCARGOS, ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE RUA.

(PLANTA PLANIMÉTRICA E MEMORIAL DESCRITIVO)

### Lei Nº 1.632, de 06 de Novembro de 2012

LEI Nº 1.632, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO, E SEM ENCARGOS, ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE RUA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro

Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a receber em doação de Alcir Zanella e Vera Luci de Oliveira Zanella, brasileiros, casados entre si, inscritos no CPF sob nº 295.205.689-72 e 518.241.169-34, respectivamente, residentes em Pinheiro Preto - SC, uma área de terra medindo 2.946,31 m² (dois mil novecentos e quarenta e seis metros e trinta e um centímetros quadrados), área esta que faz parte de área maior registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, matrícula nº 7.385, para fins de implantação de Rua, a saber:

I - extensão da área a ser recebida em doação: 2.946,31 m² (dois mil novecentos e quarenta e seis metros e trinta e um centímetros quadrados);

II - confrontações:

a) NORTE: com a Rua Antonio Costenaro e Filho, com distância de 12,00 m;

b) SUL: com área 02 - Área remanescente da matrícula nº 7.385, com distância de 16,89 m;

c) LESTE: com terras de Arlindo Boesing e com área 02 - Área remanescente da matrícula n. 7.385, com distância de 238,09 m, em vários alinhamentos;

d) OESTE: com área 01 - Área remanescente da matrícula nº 7.385, com distância total de 235,34 m em vários alinhamentos, e em outro plano com a Estrada Municipal na divisa da área pertencente a Leocides Zanella, com distância de 18,65 m.

Parágrafo único. A área de terra de que trata este artigo fora avaliada em R\$ 58.726,20 (cinquenta e oito mil setecentos e vinte e seis reais e vinte centavos).

Art. 2º Faz parte da presente lei o Anexo contendo Planta Planimétrica e Memorial Descritivo da área objeto da doação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO

LEI Nº 1.632, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO, E SEM ENCARGOS, ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE RUA.

(PLANTA PLANIMÉTRICA E MEMORIAL DESCRITIVO)

### Lei Nº 1.633, de 06 de Novembro de 2012.

LEI Nº 1.633, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO, E SEM ENCARGOS, ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE RUA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a receber em doação de Darci Peliclioli e sua esposa Antonia Zago Peliclioli, inscritos no CPF sob nº 168.156.459-91 e 023.335.399-25, respectivamente, Deomir Sebastião Peliclioli e sua esposa Marisa Dambrós Peliclioli, inscritos no CPF sob nº 195.784.749-20 e 652.257.919-72, respectivamente, Euclésio José Peliclioli, inscrito no CPF sob nº 296.550.219-04, Valdelir Peliclioli e sua esposa Nelsi Maria Peliclioli, inscritos no CPF sob nº 195.768.209-44 e 024.336.119-03, respectivamente, e Iraci Maria Peliclioli Ribeiro, casada com Pedro

Dorneles Xavier Ribeiro, inscritos no CPF sob nº 449.595.329-04 e 423.475.059-04, uma área de terra medindo 2.045,63 (dois mil e quarenta e cinco metros e sessenta e três centímetros quadrados), área esta que faz parte de área maior registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, matrícula nº 5.134, para fins de implantação de Rua, a saber:

I - extensão da área a ser recebida em doação: 2.045,63 (dois mil e quarenta e cinco metros e sessenta e três centímetros quadrados);

II - confrontações:

a) NORTE: 25,70 m, com Antonio Hack

b) SUL: 13,24 m, com Amábilio Olivo

c) LESTE: 165,54 m, com Iraci Maria Pelicoli e outros

d) OESTE: 174,52 m, com Iraci Maria Pelicoli e outros

Parágrafo único. A área de terra de que trata este artigo fora avaliada em R\$ 40.912,60 (quarenta mil novecentos e doze reais e sessenta centavos), e será utilizada para implantação de Rua - Prolongamento da Rua Pedro José Rabuske.

Art. 2º Faz parte da presente lei o Anexo contendo Planta Planimétrica e Memorial Descritivo da área objeto da doação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO

LEI Nº 1.633, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO, E SEM ENCARGOS, ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE RUA.

(PLANTA PLANIMÉTRICA E MEMORIAL DESCRITIVO)

#### Portaria Nº 377, de 06 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 377, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

HOMOLOGA RESULTADO ESCOLHA DE BENEFICIÁRIOS PARA COMPRA DE LOTES REFERENTE LOTEAMENTO PÚBLICO "TRANQUILO BENJAMIN GUZZI", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto no § 2º do art. 9º da Lei n. 1.260, de 07 de agosto de 2007, e

Considerando a decisão da comissão de que trata o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 1.260, de 07 de agosto de 2007,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a decisão da comissão que escolheu os beneficiários à aquisição de lotes localizados no Loteamento Público "Tranquilo Benjamin Guzzi", na forma da relação abaixo:

NOMES CON-TEMPLADOS	Nº LOTE	Nº QUADRA	M²	VALOR À VISTA
ADÃO PEREIRA	LOTE 01	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
OELITO DOS SANTOS	LOTE 01	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
ELMA OLINDA SHULZ	LOTE 06	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
HEBERTON SCHULZ	LOTE 06	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
EDSON ANDRES BOESIN	LOTE 02	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
JULIANI MARLA JUNGES	LOTE 02	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00

JORGE JARDIN	LOTE 07	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
ROSALINA DE AVILA JARDIN	LOTE 07	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
JULIAN RODRIGO CHITES	LOTE 01	QUADRA 10	290	R\$: 14.500,00
LUIZ CARLOS SOTEL	LOTE 01	QUADRA 10	290	R\$: 14.500,00
JOSÉ GILBERTO DE OLIVEIRA	LOTE 07	QUADRA 10	290	R\$: 14.500,00
EDINEI DE OLIVEIRA	LOTE 07	QUADRA 10	290	R\$: 14.500,00
ADRIANA SALETE NEIS	LOTE 01	QUADRA 13	290	R\$: 12.081,40
AIDORI VIEIRA CARDOSO	LOTE 03	QUADRA 13	240	R\$: 10.000,00
ALTIVIR RODRIGUES DA SILVA	LOTE 03	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
ANDRÉ PADILHA DE OLIVEIRA	LOTE 03	QUADRA 10	240	R\$: 8.000,00
ANTÔNIO MARTINS	LOTE 07	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
ÁUREO LAUTERIO DOS SANTOS	LOTE 08	QUADRA 10	240	R\$: 10.000,00
BELARMINA BORBA DE MORAIS	LOTE 04	QUADRA 15	240	R\$: 8.000,00
CARLOS RENATO BERTA MAZURECK	LOTE 03	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
CLAUCIR SHIMITZ	LOTE 05	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
DEIVID BACH	LOTE 10	QUADRA 13	240	R\$: 8.000,00
DORVALINO CORRÊA DE MELO	LOTE 02	QUADRA 15	240	R\$: 8.000,00
EMERSON JOSÉ SCHNEIDER	LOTE 02	QUADRA 13	290	R\$: 12.081,40
ILMO KARLING	LOTE 04	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
INORI LOCH	LOTE 09	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
JACIRA RODRIGUES	LOTE 09	QUADRA 10	240	R\$: 10.000,00
JANETE RODRIGUES LOPES MONTEIRO	LOTE 06	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
JOÃO ADEMIR ALVEZ RIBEIRO	LOTE 06	QUADRA 10	290	R\$: 12.081,40
JOÃO DOMINGOS DAS CHAGAS	LOTE 11	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
JOÃO MARIA DE PROENÇA	LOTE 05	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
JOÃO SOTEL	LOTE 10	QUADRA 10	240	R\$: 10.000,00
JOAQUIN ALEXANDRINO PEREIRA	LOTE 02	QUADRA 10	290	R\$: 12.081,40
JOSÉ MORAIS	LOTE 05	QUADRA 15	290	R\$: 12.081,40

LUCIANE MENDES MOURA CORRÊA	LOTE 09	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
LUIZ CARLOS MARCONDES	LOTE 04	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
MARLI OLIVIO	LOTE 08	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
MOISES SOARES	LOTE 05	QUADRA 13	240	R\$: 10.000,00
OSNI DE ANDRADE	LOTE 04	QUADRA 10	240	R\$: 8.000,00
RICARDO MEIRA MORAIS	LOTE 05	QUADRA 15	290	R\$: 12.081,40
RODRIGO BACKES	LOTE 04	QUADRA 13	240	R\$: 10.000,00
SELMO DE ANDRADE	LOTE 08	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
SIRLEI GUIMARÃES SCHMIDT BACH	LOTE 07	QUADRA 13	290	R\$: 12.081,40
VALCIR ANTUNES DE LIMA	LOTE 09	QUADRA 13	240	R\$: 8.000,00
VALDACIR RAMOS DA CUNHA	LOTE 08	QUADRA 13	240	R\$: 8.000,00
VALDIR RIBEIRO	LOTE 10	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
VELCI MORAIS DA SILVA	LOTE 06	QUADRA 13	290	R\$: 12.081,40
VILMAR EDSON DOS SANTOS	LOTE 05	QUADRA 10	240	R\$: 8.000,00
WALDECIR MENDES DA SILVA	LOTE 10	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
WALDIR KLAGENBERG	LOTE 01	QUADRA 15	290	R\$: 12.081,40

Parágrafo único. Os beneficiários deverão ser convocados a assinar o contrato de compromisso de venda e compra.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,  
06 de novembro de 2012.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **Contrato de Fornecimento N. 0315/2012.** CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 0315/2012.

Termo de Contrato de CONserto NOS VEICULOS DA SECRETARIA DA SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA., autorizado através do Processo nº 0283/2012, Dispensa de Licitação nº. 0193/2012.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111.  
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: MECÂNICA HOCHIOVE LTDA.  
CNPJ nº. 01.898.970/0001-19

Endereço: Rua Pedro José Rabuske, 25.  
Pinheiro Preto / SC

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente contrato de prestação de serviços nos veículos da Sec. da Educação, MODALIDADE DISPENSA que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, consistente: 1|conserto vazamento água, trocar trambulador do cambio, revisar filtros, revisar suspensão e freios, trocar óleo, motor, revisar cubos diante e tras, trocar caixa filtro ar, no veículo corsa MCE 7523, 2|revisar freios dianteiro e tras, trocar rolamento cubo, tras, conserto suspensão dianteira, trocar pivôs e batente, conserto vazamento hidráulico, conserto sistema elétrica, ducato MHU 4450, 3|trocar óleo e filtros, revisar suspensão diante e tras, trocar carter e junta, trocar paracheque, trocar buchas, eixo tras, trocar parafuso coletor no veículo Celta MBR, 4|amortecedor traseiro, 5|PIVO SUSPENSÃO, 6|bucha eixo traseiro, 7|reparo, 8|filtro lubrificante lk, 9|examinar luzes, trocar pastilhas de freio, trocar buchas, estabilizadora, trocar buchas de molas susp tras no veículo, micro onibus MII 5655, 10|aditivo radiador, 11|rolamento cubo dianteiro, 12|PASTILHA DE FREIO, 13|pivo inferior, 14|termostato com tampa, 15|carter, 16|junta carter, 17|COXIM MOTOR, 18|filtro lubrificante, 19|bucha eixo tras, 20|terminal direção MBB, 21|pastilha de freio, 22|paracheque DT MBB, 23|parafuso sextavado 10x30,

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 5.426,90 (cinco mil quatrocentos e vinte e seis reais e noventa centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Unidade Orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE  
APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 05 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:



4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a) 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi entregue a mercadoria;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte escolar, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

As multas previstas nas letras a) e b) são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 05 de Setembro de 2012.

Contratante

Prefeitura De Pinheiro Preto

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contratada

MECÂNICA HOCHIOVE LTDA

Testemunhas:

1- Nome: CPF:

2- Nome: CPF

#### Contrato de Fornecimento N. 0316/2012.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 0316/2012.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO de medicamentos para a Secretaria de Saúde deste município, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado De Santa Catarina, e a empresa FARMACIA E DROGARIA SOMENSI LTDA, autorizado através do Processo nº 0284/2012, Dispensa de Licitação nº. 0194/2012.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MECÂNICA RUBINI

CNPJ n.º 10.647.867/0001-97

Endereço: Rua Paulo Pgliari, 160

Bairro: Dois Pinheiros

VIDEIRA / SC 89.560-000



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente contrato AQUISIÇÃO de medicamentos MODALIDADE DISPENSA que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, consistente: 1|mao de obra, 2|jogo de sapatas, 3|cilindro de roda, 4|AMORTECEDOR, 5|fluido de freio, 6|oleo de motor, 7|FILTRO DE AR, 8|aditivo radiador, 9|jogo de pastilhas de freio.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os medicamentos para a secretaria da saúde, no valor de R\$ 1.273,50 (um mil duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos medicamentos.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

**APLICAÇÕES DIRETAS**

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS MEDICAMENTOS.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato. Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Certame.

4.2 - Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato sem justificativa por escrito aceita por esta Municipalidade, caducará o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas no presente Edital.

4.3. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.4. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.5. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega dos medicamentos, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;  
e) a dissolução da empresa;  
f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;  
g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e  
h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.7. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.8. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.9. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.10. PENALIDADES**

4.10.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a) 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi entregue a mercadoria;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte escolar, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

As multas previstas nas letras a) e b) são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.10.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 05 de Setembro de 2012.

Município De Pinheiro Preto  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

Contratada  
MECÂNICA RUBINI

Testemunhas:

1- Nome: CPF:

2- Nome: CPF

**Porto Belo**

**PREFEITURA**

**Anexo VII - TP 006/2012**

Anexo VII

Tomada de Preço 006/2012

Lista dos membros da Subcomissão de análise técnica do processo licitatório, conforme item 9.2 do edital:

Com vínculo funcional ou contratual com o Município:

Mariana Ferrary  
Andre Balestra  
Roberto Albertino de Souza  
Alexandre Stodieck  
Marcos Aurélio Jaques  
Eduardo Sancho

Sem vínculo funcional ou contratual com o Município:

Jamille de Freitas Machado  
Janaína Martins Ramos  
Izabel Altemburg Soppa

O sorteio dos 03 (três) membros da Subcomissão, será realizado no dia 17 de Novembro de 2012, na Secretaria de Administração do Município de Porto Belo as 08:30 hs.

RODRIGO TRUFFA DA COSTA  
Pregoeiro

**Aviso de Licitação Carta Convite 045/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO  
CARTA CONVITE Nº 045/2012

OBJETO - REFERENTE À MANUTENÇÃO DE PINTURA E REPAROS

EM DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE PORTO BELO CONFORME PROJETOS E PLANILHA EM ANEXO.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 09:00 hs do dia 22/11/2012, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo - SC, 09 de novembro de 2012.

ALCENIR LEMOS CORREA RODRIGO TRUFFA DA COSTA  
Secretário de Administração Presidente da Comissão

**Porto União**

**PREFEITURA**

**Extrato de Edital de Pregão Presencial 022/2012 - FAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 034/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 022/2012 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item do tipo presencial, para aquisição de material de limpeza, higiene e gêneros alimentícios para atendimento de pessoas em situação de violação de direitos - CREAS - PPMC. O recebimento dos envelopes se dará até as 14:00 do dia 29 de Novembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [licitportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 09 de Novembro de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

**Extrato de Edital de Pregão Presencial 078/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 136/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 078/2012

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, menor preço por item, do tipo presencial, para contratação de profissional com formação como engenheiro de minas ou técnico em mineração, legalmente habilitado no CREA para exercer atividade como técnico responsável pela extração de basalto e britagem na Pedreira do Rio Bonito, pelo período de 12 meses, com carga horária de 08 (oito) horas de serviço mensal. O recebimento dos envelopes se dará até as 10:00 do dia 28 de Novembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 10:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [licitportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal

de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 09 de Novembro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

### **Termo de Revogação Dopregão Presencial 007/2012 FUNREBOM**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 008/2012 FUNREBOM  
Pregão Presencial 007/2012 FUNREBOM  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 07 de Novembro de 2012  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

## **Rio do Sul**

### **PREFEITURA**

#### **Lei Complementar Nº 254/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 254, de 06 de Novembro de 2012.  
"ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 207, DE 28 DE SETEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O ES-TATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNI-CIPAIS".

#### **O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:**

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Altera o Art. 83 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Art. 83 O servidor contemplado com a ajuda financeira de que trata a presente Lei Complementar deverá permanecer em efetivo exercício em cargo integrante do quadro permanente de pessoal, vinculado ao Município, por no mínimo, período idêntico ao do recebimento do auxílio escolar.  
" (NR)

Art. 2º Altera o Art. 148, §1º §2º da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010 e lhe insere no artigo os parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 148 O servidor estável poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração e da contribuição previdenciária relativa a parte patronal será do órgão ou entidade cessionária, e nas hipóteses dos incisos II e III, conforme dispuser a Lei ou Convênio relativo ao respectivo ato.

§ 2º O período em que o servidor estável estiver cedido não interrompe o tempo de contagem para a progressão na carreira, nem tampouco as vantagens decorrentes do exercício no cargo de origem.

§ 3º A cessão far-se-á mediante Portaria publicada no Diário Oficial do Município como ato de colaboração mútua em caráter de excepcionalidade entre os órgãos ou entidades, para fim

determinado, por prazo determinado e, sem alteração da lotação no órgão de origem.

§ 4º Precede o ato de cedência do servidor, a observância da similitude das atribuições do cargo de origem com aquelas a serem desempenhadas no órgão ou entidade solicitante, exceto no caso de exercício em cargo comissionado.

§ 5º É vedado a cessão de servidor que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar ou de sindicância.

§ 6º Nos casos de requisição, por ser ato irrecusável que implica a transferência do exercício do servidor, aplica-se as regras dispostas nos §§ 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo, mantido nesta hipótese, o ônus da remuneração para o cedente." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

06 de Novembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

#### **Lei Complementar Nº 255/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 255, de 06 de Novembro de 2012.  
"CONSIDERA, PARA EFEITOS DO ART. 482-A DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, FAIXA DE TERRA COMO EDIFICÁVEL".

#### **O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:**

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica definido, nos termos do art. 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006 com suas alterações posteriores, a faixa de terras do imóvel da matrícula nº 40.199 do Cartório de Registro de Imóveis de Rio do Sul, de propriedade de Anderson Luis Gutjahr e Janaica Warmling Gutjahr, devidamente identificada no mapa descrito no Anexo I desta Lei Complementar, como edificável.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Planejamento deverá verificar no projeto arquitetônico e no projeto estrutural do imóvel a ser construído sobre a faixa definida no art. 1º desta Lei Complementar se, nos termos do inciso II do art. 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006 com suas alterações posteriores, há viabilidade técnica da edificação com garantia do acesso a rede pública pluvial.

Art. 3º O alvará da construção a ser edificada sobre a faixa de terras definida no art. 1º desta Lei Complementar somente poderá ser liberado pela Secretaria Municipal de Planejamento se, nos termos do inciso III do art. 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006 com suas alterações posteriores, o proprietário do imóvel renunciar ao seu direito de indenização decorrente da servidão de passagem de tubulação, conforme termo definido no anexo II desta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

06 de Novembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 011/2009**

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 011/2009 firmado em 05/10/2009, com término previsto para 30/09/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAURILIA APARECIDA MACHADO, portador(a) do CPF nº 796.567.819-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 011/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 011/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2012 e encerrando-se em 15/10/2012."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário de Administração

MAURILIA APARECIDA MACHADO  
Contratado((a))

**Testemunhas:**

Nome: . Nome: .  
CPF: . CPF: .

**13º Termo Aditivo ao Contrato Nº 114/2009**

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0114/2009 firmado em 16/02/2009, com término previsto para 30/09/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANIA TRAVAGLIA, portador(a) do CPF nº 747.906.689-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0114/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0114/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2012 e encerrando-se em 10/10/2012."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário de Administração

IVANIA TRAVAGLIA  
Contratado((a))

**Testemunhas:**

Nome: . Nome: .  
CPF: . CPF: .

**3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 550/2012**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 550/2012 firmado em 18/04/2012, com término previsto para 30/09/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) WALTER MIRANDA COSTA, portador(a) do CPF nº 046.991.859-40, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 550/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 550/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2012 e encerrando-se em 31/10/2012."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário de Administração

WALTER MIRANDA COSTA  
Contratado((a))

**Testemunhas:**

Nome: . Nome: .  
CPF: . CPF: .

**9º Termo Aditivo ao Contrato Nº 254/2010**

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2010 firmado em 14/06/2010, com término previsto para 19/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIO OLMIRO AVILLA CARPES, portador(a) do CPF nº 501.353.410-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº



254/2010, iniciando-se a prorrogação em 20/10/2012 e encerrando-se em 31/10/2012.”

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ANTONIO OLMIRO AVILLA CARPES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .

#### Convênio 22/2012

CONVÊNIO Nº. 22/2012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/Fundo Municipal de Saúde DE RIO DO SUL E A FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - FUSAVI “CNES 2568713”

Pelo presente instrumento, de um lado o município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti nº. 154, Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representado pela Secretária, Sra. TÂNIA REGINA CIPRIANI, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. RG 1.676.017-4, expedida pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob nº. 542.636.119-34, doravante denominada simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF nº. 73.433.427/0001-57, situada na Rua Tuiuti, nº. 218 – Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo Sr. GIOVANI NASCIMENTO, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. RG 1.225.960.8, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº. 523.143.409-49, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA, representados, neste ato, pelo seu Diretor Clínico, Dra. Ottávia de Vasconcelos Zainho Helbok, CRM/SC nº. 10.811, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06 e GM/MS 1.034/2010, o Edital de Chamada Pública nº. 31/2012, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente Convênio tem por objeto integrar a CONVENIADA ao Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida e de acordo com o Plano Operativo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares (ANEXO I) previamente definidos entre as partes (metas quantitativas e qualitativas).

Parágrafo primeiro - Os serviços ora conveniados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme o Plano de

Saúde Estadual, a PPI - Programação Pactuada Integrada e o PDR - Plano Diretor Regionalizado, devendo ser ofertados conforme indicações técnicas de planejamento da saúde, compatibilizando-se demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

Parágrafo segundo - Os serviços conveniados compreendem a utilização, pelos usuários locais do SUS e dos municípios devidamente pactuados, mediante a observância dos requisitos da capacidade instalada da CONVENIADA, incluídos seus equipamentos médico-hospitalares, os quais poderão ser empregados para atender clientela particular, inclusive a proveniente de Convênios com entidades privadas, desde que mantidos, no mínimo de 60% (sessenta por cento) da disponibilidade da capacidade instalada e serviços em favor da clientela universalizada do SUS, de acordo com o Decreto nº 7.237/2010.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - Para atender ao objeto deste Convênio, a CONVENIADA obriga-se a realizar:

I - preferencialmente o acesso ao SUS pelas Unidades Básicas de Saúde – atenção primária, ressalvadas as situações de urgência e emergência.

II – o encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência;

III - a prescrição de medicamentos observando-se a Política Nacional de Medicamentos, excetuadas as situações aprovadas pela Comissão de Ética Médica e considerado também os limites de competência de dispensação conforme as normas do SUS, sobretudo a RENAME e demais instrumentos, bem como a prescrição de medicamentos genéricos, exceto nos casos em que for absolutamente inviável a utilização dos mesmos;

IV - atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;

V - observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelos demais níveis de gestão do SUS;

VI – estabelecimento de metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes desse Convênio;

VII – a gratuidade das ações e dos serviços executados no âmbito deste Convênio;

VIII – a disponibilização de todos os serviços aqui conveniados para regulação do Gestor Municipal e/ou Estadual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA

3.1 - Para o cumprimento do objeto deste Convênio, a CONVENIADA se responsabiliza por oferecer ao usuário os recursos necessários ao atendimento integral, conforme especificado a seguir:

I - Assistência médico-ambulatorial, compreendendo:

- a) atendimento médico por especialidade, com realização de todos os procedimentos específicos necessários para cada área, incluindo os de rotina, urgência ou emergência;
- b) assistência social;
- c) assistência farmacêutica, de enfermagem, de nutrição e outras, quando indicadas.

II - Assistência técnico-profissional e hospitalar, compreendendo:

- a) Os serviços de auxílio diagnóstico e tratamento disponível



necessários ao atendimento dos usuários do SUS;  
b) encargos profissionais e nosocomiais necessários, incluindo os de plantonistas;  
c) utilização de sala de cirurgia, material e serviços do centro cirúrgico e instalações correlatas;  
d) medicamentos prescritos e outros materiais utilizados, sangue e hemoderivados;  
e) serviços de enfermagem;  
f) serviços gerais;  
g) fornecimento padronizado de roupa hospitalar;  
h) alimentação com observância das dietas prescritas;  
i) procedimentos especiais e outros necessários ao adequado atendimento do usuário.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO

4.1 - A CONVENIADA se compromete a disponibilizar aos usuários do SUS todos os seus serviços constantes neste Convênio conforme as normas de regulação definidas pela CONVENIENTE e cumprir as metas e condições especificadas no Plano Operativo de Serviços, parte integrante deste Convênio e da Portaria GM/MS nº. 635/2005.

I - A CONVENIENTE se compromete a:

a) transferir os recursos previstos neste Convênio a CONVENIADA, conforme Cláusula Décima;  
b) controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços conveniados;  
c) estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;  
d) analisar os relatórios elaborados pela CONVENIADA, comparando-se as metas de qualidade e quantidade com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados;

II - O Convênio contará com uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação:

a) A Comissão será constituída pelo Gestor Municipal de Saúde, da Comissão Intergestores Regional, da Regional de Saúde, da CONVENIADA, e do Conselho Municipal de Saúde, sendo constituída por 01(um) representante indicado de cada instituição, devendo reunir-se uma vez por mês. Esta Comissão terá as atribuições de acompanhar a execução do presente Convênio, principalmente no tocante aos seus custos, no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I, e na avaliação da qualidade da atenção prestada à saúde dos usuários;  
b) a CONVENIADA fica obrigada a fornecer à Comissão de Acompanhamento e Avaliação todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades;  
c) a existência da Comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades pertinentes ao Sistema Nacional de Auditoria (federal, estadual e municipal).

III - A CONVENIADA deverá:

a) submeter-se às avaliações sistemáticas do Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS/MS;  
b) promover as correções apontadas na avaliação, nos prazos acordados com a CONVENIENTE, sendo o seu resultado utilizado como critério de avaliação de desempenho do Convênio e como indicador para eventual penalidade a ser aplicado, quando não efetivados os ajustes nos padrões considerados imprescindíveis, necessário e recomendável, de risco e qualidade, resguardado sempre o direito à ampla defesa e ao contraditório.

#### CLAUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS COMUNS

5.1 - São encargos comuns dos partícipes:

I - a criação de mecanismos que assegurem a transferência gradativa das atividades de atenção básica prestadas pela CONVENIADA para a rede assistencial da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a pactuação entre as partes;

II - a elaboração de fluxos e protocolos técnicos operacionais de encaminhamento para as ações de saúde;

III - a elaboração do Plano Operativo;

IV - a educação permanente de recursos humanos;

V - o aprimoramento da atenção à saúde;

VI - o estabelecimento de parceria na definição da oferta e demanda de ações e serviços de saúde.

#### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

6.1 - Os serviços ora conveniados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONVENIADA e/ou por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas no parágrafo primeiro desta cláusula, sejam admitidos nas dependências da CONVENIADA para prestar serviços na área da saúde.

Parágrafo primeiro - Para os efeitos deste Convênio, consideram-se profissionais do estabelecimento da CONVENIADA:

I – os membros de seu corpo clínico;

II – o profissional que tenha vínculo de emprego com a CONVENIADA;

III - o profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviço a CONVENIADA ou que esteja autorizado por esta a fazê-lo.

Parágrafo segundo - Equipara-se ao profissional autônomo definido no item III do parágrafo primeiro desta cláusula, a empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área da saúde, nas dependências da CONVENIADA;

Parágrafo terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e a normatização suplementar, exercidos pela CONVENIENTE sobre a execução do objeto deste Convênio, a CONVENIADA, reconhece, nos termos da legislação vigente, a prerrogativa de controle e auditoria dos órgãos gestores do SUS, na forma da Lei 8080/90, combinada com o Decreto 7508/11, ficando certo que as alterações decorrentes de tais competências normativas, serão objeto de termo aditivo específico e/ou de notificação dirigida à CONVENIADA;

Parágrafo quarto - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONVENIADA a utilização de pessoal para a execução do objeto deste Convênio, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONVENIENTE e/ou ao Ministério da Saúde;

Parágrafo quinto - A CONVENIADA fica obrigada nos casos de urgência e emergência, e não havendo leitos disponíveis nas enfermarias, proceder a internação do paciente em outras acomodações, até que ocorra a vaga em leitos de enfermarias, sem cobrança adicional, a qualquer título;

Parágrafo sexto - A CONVENIADA ficará eximida de responsabilidade pelo não-atendimento aos usuários do SUS, na hipótese da ocorrência de atraso superior a 90 (noventa) dias no repasse dos pagamentos devidos pelo poder público, ressalvadas situações de

calamidade pública, grave ameaça à ordem interna e/ou situações de urgência ou emergência.

Parágrafo sétimo - Na hipótese de ocorrência do disposto no parágrafo sexto da presente Cláusula, a CONVENIADA não poderá, abruptamente, interromper os atendimentos sem que haja comunicação escrita formalizada junto à Secretaria Municipal e Estadual de Saúde, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da efetiva interrupção.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONVENIADA

7.1 – Sem prejuízo das demais responsabilidades descritas no presente instrumento, compete, ainda, a CONVENIADA, obrigando-se a seu completo e absoluto cumprimento:

I - manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico, pelo prazo de 20 (vinte) anos, ressalvados outros prazos previstos em lei;

II - não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação;

III – atender os usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços;

IV - justificar aos usuários ou aos seus representantes, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste Convênio;

V – permitir, respeitada a rotina do serviço e salvo os casos em que houver recomendação médica em contrário, visita diária por período mínimo de 02 (duas) horas, a usuários do SUS internados, conforme diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH;

VI – esclarecer os usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

VII - respeitar a decisão do usuário, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

VIII - garantir a confidencialidade dos dados e das informações sobre os usuários;

IX - assegurar aos usuários o direito à assistência religiosa e espiritual por ministro de culto religioso de sua livre vontade e escolha, sem indução de qualquer natureza;

X - permitir o acesso ao estabelecimento de saúde, pelos membros da Comissão de Acompanhamento e Avaliação no exercício de suas funções, exigindo sua identificação;

XI – manter em pleno funcionamento as diversas Comissões: de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH, de Análise de Óbitos, de Revisão de Prontuários, de Ética Médica e Intra-Hospitalar de Captação e/ou Transplante quando se fizer necessário;

XII – instalar, no prazo previsto para cada hipótese, outras Comissões que venham a ser criadas por lei ou norma infra-legal, independentemente de notificação da CONVENIENTE;

XIII - notificar a CONVENIENTE sobre eventual alteração de seus atos constitutivos ou de sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos;

XIV – manter atualizada a sua ficha cadastral do CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, responsabilizando-se pela fidedignidade dos dados apresentados à CONVENIENTE para promoção destes registros;

XV – Seguir as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH, para os serviços conveniados;

XVI – submeter-se às determinações expedidas pelo Sistema Único de Saúde e/ou pelo Gestor local/Estadual de Saúde;

XVII – preencher a CIHA - Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial, nos termos da Portaria/MS/GM nº. 1.171, de 19 de maio de 2011;

XVIII – os serviços conveniados deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde – PNASS.

Parágrafo primeiro – A CONVENIADA se obriga a apresentar, mensalmente, relatório descritivo e analítico sobre os atendimentos realizados, integrantes do objeto do presente Convênio.

Parágrafo Segundo - O formato do relatório e a periodicidade de entrega de que trata o § 1º da presente Cláusula, poderão ser alterados a critério do Gestor ouvidos a Comissão de Acompanhamento e Avaliação;

Parágrafo terceiro - A CONVENIADA declara estar devidamente habilitada quanto aos critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, mediante apresentação do competente Alvará Sanitário, expedido pela Autoridade Sanitária, parte integrante do presente instrumento, que deverá ser renovado anualmente conforme legislação pertinente, nele constando o responsável técnico pela entidade, na forma da Lei.

Parágrafo quarto – A CONVENIADA deverá comunicar imediatamente a CONVENIENTE quando ocorrer substituição do Diretor Clínico ou Técnico, bem como do responsável pelos serviços auxiliares de diagnóstico e terapia.

Parágrafo quinto – A CONVENIADA se compromete a comunicar à CONVENIENTE e a Comissão de Acompanhamento e Avaliação eventual indisponibilidade de equipamentos e/ou instrumentos necessários para ao cumprimento dos serviços conveniados.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA GRATUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

8.1 – É expressamente vedado à CONVENIADA realizar qualquer espécie de cobrança, seja por entrega de material médico/hospitalar ou medicamento a usuário, seu acompanhante ou responsável, bem como por qualquer serviço prestado em razão deste Convênio.

Parágrafo primeiro - A CONVENIADA deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS.

Parágrafo segundo - A CONVENIADA responsabilizar-se-á por qualquer tipo de cobrança indevida, feita a usuário ou a seu representante por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste Convênio;

Parágrafo terceiro – A CONVENIADA se obriga a fornecer aos usuários e a CONVENIENTE, documento de histórico de atendimento e/ou resumo de alta, para dar continuidade a seu tratamento, o qual deverá conter os seguintes dados:

- a) nome do usuário;  
 b) nome do estabelecimento;  
 c) localidade;  
 d) motivo da internação (relatório circunstanciado do tratamento e sua evolução);  
 e) data do atendimento ou internação e alta;  
 f) diagnóstico pelo Código Internacional de Doenças (CID) na versão vigente à época da alta;

Parágrafo quarto - O cabeçalho do documento citado no Parágrafo terceiro dessa cláusula deverá conter o seguinte esclarecimento: "Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições, sendo expressamente vedada a cobrança direta ao usuário ou ao seu preposto, de qualquer valor e a qualquer título".

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONVENIADA

9.1 - A CONVENIADA será responsável pela indenização de danos causados a usuários, aos órgãos do SUS e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária; de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.

Parágrafo primeiro - A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Convênio por órgãos do SUS não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONVENIADA.

Parágrafo segundo - A responsabilidade de que trata o parágrafo anterior estende-se a casos de danos decorrentes de defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo terceiro - Poderá ser suspenso o repasse dos recursos financeiros, no caso da diminuição da oferta de leitos por especialidade, sem a devida comunicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1 - A CONVENIADA receberá, mensalmente, da CONVENIENTE os recursos para a cobertura dos serviços conveniados, de acordo com o pactuado neste documento e no seu respectivo Plano Operativo.

10.2 - A base para a construção dos valores aqui conveniados é a Programação Pactuada e Integrada – PPI, a série histórica e as tabelas de procedimentos do SUS.

10.3 - O valor anual estimado para a execução do presente Convênio importa em R\$ 25.465.917,36 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e dezessete reais e trinta e seis centavos), conforme abaixo especificado:

Resumo da programação Orçamentária	Mensal	Anual
Pós-fixado (alta complexidade hospitalar)	560.872,14	6.730.465,68
Pós-fixado (FAEC - Fundo de Ações Estratégicas e Compensações)	37.073,27	444.879,24
Pré-fixado	1.524.214,37	18.290.572,44
TOTAL	2.122.159,78	25.465.917,36

I - O componente pós-fixado, que corresponde aos Procedimentos de Alta Complexidade, já cadastrados, será repassado à CONVENIADA, a posteriori (pós-produção, aprovação, processamento e apenas concomitantemente à respectiva transferência financeira),

de acordo com a produção mensal e o(s) termo(s) de compromisso de garantia de acesso aprovada pela SMS/SES/CIB, até o limite de transferência do FNS, respeitado, similarmente, o limite estadual para as modalidades de Alta Complexidade e conforme programação disposta no Plano Operativo Anual, estimando-se um valor médio mensal de R\$ 560.872,14 (quinhentos e sessenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e quatorze centavos), setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos).

Detalhamento Pós-Fixado Alta Complexidade - HOSPITALAR	Mensal	Anual
Neurologia/Neurocirurgia	15.815,21	189.782,52
Cirurgia Cardíaca - Adulto	372.131,01	4.465.572,12
Cardiologia Intervencionista	110.225,44	1.322.705,28
Cardiologia – Implante Marca Passo	46.943,34	563.320,08
Cirurgia Vascular	15.757,14	189.085,68
Total	560.872,14	6.730.465,68

II - O componente pós-fixado, que corresponde aos Procedimentos Estratégicos - FAEC, já cadastrados, será repassado à CONVENIADA, a posteriori (pós-produção, aprovação, processamento e apenas concomitantemente à respectiva transferência financeira), de acordo com a produção mensal conforme aprovada pela CONVENIENTE, até o limite de transferência do FNS, respeitado, similarmente, o limite estadual para a modalidade de Procedimentos Estratégicos e conforme programação disposta no Plano Operativo Anual, estimando-se um valor médio mensal de R\$ 37.073,27 (trinta e sete mil e setenta e três reais e vinte e sete centavos).

Detalhamento do FAEC (estratégico)	Mensal	Anual
FAEC - hospitalar / Política Nacional/Estadual de Cirurgias Eletivas	15.242,69	182.912,28
FAEC - Ações Relacionadas à Doação de Órgãos - (transplante)	3.830,58	45.966,96
FAEC - ambulatorial / mamografia rastreamento	18.000,00	216.000,00
TOTAL	37.073,27	444.879,24

III - A parcela pré-fixada importa em R\$ 18.290.572,44 (dezoito milhões, duzentos e noventa mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), a ser transferida ao hospital em parcelas fixas mensais de R\$ 1.524.214,37 (um milhão, quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e quatorze reais e trinta e sete centavos), conforme discriminado abaixo, e oneram recursos do Fundo de Saúde:

Detalhamento do Pré-Fixado	Mensal	Anual
Média complexidade hospitalar	976.454,96	11.717.459,52
Alta complexidade ambulatorial	32.980,13	395.761,56
Termos de Compromisso Alta Complexidade ambulatorial	20.933,45	251.201,40
Média complexidade ambulatorial	124.600,26	1.495.203,12

Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde – INTEGRASUS	57.453,67	689.444,04
IAC - Programa de Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos IAC/MS	231.772,23	2.781.266,76
Incentivo à Contratação / Hospital Filantrópico-IAC/SES	78.699,67	944.396,04
IAPI - Incentivo ao Atendimento ambulatorial e hospitalar à População Indígena	1.320,00	15.840,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.524.214,37</b>	<b>18.290.572,44</b>

Parágrafo primeiro - O recurso financeiro relativo ao Programa de Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos – IAC, previsto no art. 3º. da Portaria 3.123 de 07 de dezembro de 2006, bem como seus reajustes, com total anual de R\$ 2.781.266,76 (dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos), serão repassados em parcelas mensais de R\$ 231.772,23 (duzentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos).

Parágrafo segundo - Dez por cento (10%) do valor pré-fixado (média complexidade das internações), conforme inciso III do caput desta Cláusula, que remontam a R\$ 97.645,49 (noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos) por mês, serão repassados mensalmente e vinculados ao cumprimento das metas de qualidade discriminadas no Plano Operativo Anual após análise e comprovação pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Convênio e respeitará os seguintes percentuais:

Faixa de Desempenho/Pontuação	Percentual do Total de Recursos destinados ao Desempenho
Até 50%	50%
51 – 75%	75%
76 – 90%	90%
91 - 100%	100%

Parágrafo terceiro – Noventa por cento (90%) do valor pré-fixado (média complexidade das internações), conforme inciso III do caput desta Cláusula, que remontam a R\$ 878.809,47 (oitocentos e setenta e oito mil, oitocentos e nove reais e quarenta e sete centavos) por mês, serão repassados mensalmente e vinculados ao cumprimento das metas de físico-financeiras discriminadas no Plano Operativo Anual do Convênio após análise da produção aprovada demonstrada no relatório de processamento, e respeitará os seguintes percentuais:

Faixa de Desempenho/Pontuação	Percentual do Total de Recursos destinados ao Desempenho
66 a 70%	70%
71 a 75%	75%
76 a 80%	80%
81 a 85%	85%
86 a 90%	90%
91 a 94%	95%
95 a 100%	100%

I - Considera-se plenamente satisfatório o cumprimento das metas físico-financeiras relacionados ao componente fixo da orçamentação, que apresente uma variação em torno de 5% (cinco por cento) para menos, ou seja, cumprimento de 95% a 100% das metas de produção, quando será repassado 100% dos recursos

orçamentários relacionados ao componente fixo;

II - O cumprimento das metas físico-financeiras entre 66 e 94% corresponderá ao recebimento proporcional de recursos, conforme definido no quadro do caput deste parágrafo;

III - O cumprimento de menos de 70% das metas pactuadas, por 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) meses alternados, irá implicar no pagamento por produção dos procedimentos realizados para o SUS por um período máximo de 02 (dois) meses, período definido como limite para a apresentação de um novo Plano Operativo, pactuado entre o gestor e o estabelecimento hospitalar;

IV - Caso apresente percentual de cumprimento de metas superior ao percentual de 105%, por 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) meses alternados, as metas do Plano Operativo deverão ser revisadas para aprovação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Convênio, mediante decisão do gestor do SUS e de acordo com as disponibilidades orçamentárias;

V - Será desligado do Programa de Reestruturação e Contratação dos Hospitais Filantrópicos no SUS, caso não seja pactuado um novo Plano Operativo conforme acima previsto ou ainda se não cumprir, pelo menos 70% das metas pactuadas nos 03 (três) meses subsequentes à aprovação do novo Plano Operativo, voltando o pagamento do Hospital a ser executado por produção dos procedimentos realizados para o SUS.

Parágrafo quarto - O cumprimento das metas quantitativas de atendimento, estabelecidas no Plano Operativo deverá ser um dos requisitos a ser considerado na avaliação qualitativa. A avaliação deverá ser global e não de procedimentos específicos.

Parágrafo quinto - Os valores previstos poderão ser alterados, de comum acordo entre a conveniente e a conveniada, mediante a celebração de Termo Aditivo que será devidamente publicado e enviado ao Ministério da Saúde, sendo que no caso de necessidade de recursos adicionais, os mesmos serão provenientes da área denominada Teto da Média e Alta Complexidade.

Parágrafo sexto - A Secretaria Estadual de Saúde aumentará o teto financeiro deste Convênio na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS e/ou habilitar novo serviço com o respectivo aporte de recursos.

Parágrafo sétimo - Anualmente, quando da renovação do Plano Operativo, deverá ser feito à revisão das metas e dos valores financeiros alocados ao Convênio.

Parágrafo oitavo - A revisão mencionada no parágrafo anterior deverá ter prazo de implementação em no máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da solicitação do postulante.

Parágrafo nono - É vedada a revisão nos primeiros 90 (noventa) dias de sua vigência, com exceção nos casos de alteração da PPI e habilitação de serviços novos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

11.1 - As despesas decorrentes deste Convênio correrão, no presente exercício, à conta da Unidade Orçamentária:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/atividade: 2.080 – BLMAC – Manutenção da Gestão Plena - MAC



Parágrafo único – As despesas decorrentes deste Convênio serão cobertas por repasses do Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde observadas as previsões constantes da Cláusula Décima Terceira deste Convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DA HABILITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DOS VALORES:

12.1 - O valor estipulado neste Convênio será pago da seguinte forma:

I - A CONVENIADA apresentará mensalmente à CONVENENTE as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados, obedecendo ao procedimento e aos prazos estabelecidos pela CONVENENTE.

II – A CONVENENTE revisará e processará as faturas e documentos recebidos da CONVENIADA observando, para tanto, as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde/SC e pela CONVENENTE, nos termos das respectivas competências e atribuições legais;

III – A CONVENENTE, após a revisão dos documentos, efetuará o pagamento do valor finalmente apurado, depositando-o na conta da CONVENIADA no Banco do Brasil S/A, Agência 3.420-7 – Rio do Sul/SC, Conta Corrente 10.302-0, até o último dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, salvo os valores relativos ao FAEC, os quais serão depositados após o repasse do Ministério da Saúde;

IV - Os laudos referentes à internação serão obrigatoriamente revisados pelos órgãos competentes do SUS, respeitada a Portaria MS/GM nº 113/97;

V - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, a CONVENENTE entregará à CONVENIADA um comprovante, carimbado e assinado pelo responsável pelo recebimento.

VI - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados ou pela conferência técnica e administrativa, serão devolvidas à CONVENIADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível;

VII - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa da CONVENENTE, esta garantirá à CONVENIADA o pagamento, no prazo avençado neste Convênio, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando o Ministério da Saúde eximido do pagamento de multa e sanções financeiras;

VIII - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do SUS, sendo informado os percentuais destas para acompanhamento da Comissão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR:

13.1 – Para a definição das Metas Físico-Financeiras considerar-se-á o acompanhamento quantitativo da parcela pré-fixada sobre os procedimentos definidos na Tabela SUS como de média complexidade, financiados pelo Fundo/Bloco de Média e Alta Complexidade (MAC), de acordo com a capacidade instalada identificada e acordada entre as duas Convenientes, a serem cumpridas de acordo com o Plano Operativo Anual de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares (Anexo I)

13.2 - O não-cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação

de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Convênio não transfere à CONVENENTE a obrigação de pagar os serviços ora conveniados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONTROLE, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO:

14.1 - A execução do presente Convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, à verificação do movimento das internações e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo primeiro - Poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

Parágrafo segundo - A CONVENENTE efetuará vistorias nas instalações da CONVENIADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste Convênio.

Parágrafo terceiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONVENIADA poderá ensejar a não prorrogação deste Convênio ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo quarto - A fiscalização exercida pela CONVENENTE sobre os serviços ora conveniada, não eximirá a CONVENIADA da sua plena responsabilidade perante o Ministério da Saúde, e mesmo frente à CONVENENTE ou ainda quanto aos usuários e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do presente Convênio.

Parágrafo quinto - A CONVENIADA facilitará à CONVENENTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CAUSAS DE RESCISÃO E DAS SANÇÕES:

15.1 - A inobservância, pela CONVENIADA, de cláusula ou obrigação constante deste Convênio ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará à CONVENENTE a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 1993, e legislação do componente Federal, Estadual e Municipal de auditoria do SUS, ou seja:

I - advertência;

II - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por até 02 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida desde que a administração seja ressarcida dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

IV - multa a ser cobrada segundo os seguintes critérios:

a) pela inexecução total do objeto Convênio, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços conveniados;

b) pelo retardamento no início da prestação dos serviços conveniados, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor estimado dos serviços em atraso até o 10º dia, data a partir da qual se



caracterizará o inadimplemento absoluto;  
 c) pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços não executados ou executados em desacordo com o presente Convênio ou com as normas legais e infra-legais aplicáveis à espécie;  
 d) pela rescisão do Convênio por culpa da CONVENIADA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços conveniados.

Parágrafo primeiro - As sanções previstas nos itens I, II e III desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com multa.

Parágrafo segundo. A CONVENIADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da publicação, para interpor recurso contra a aplicação de qualquer penalidade, a ser apresentado diretamente a CONVENIENTE, com cópia para a Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

Parágrafo terceiro - O valor de eventuais multas será descontado dos pagamentos por ventura devidos à CONVENIADA.

Parágrafo quarto - A imposição de qualquer das sanções não ilidirá o direito da CONVENIENTE de exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade tiver acarretado para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal ou ética a serem imputadas ao autor do fato.

Parágrafo quinto - A violação ao disposto nos incisos II e III desta cláusula, além de sujeitar a CONVENIADA às sanções previstas nesta cláusula, autorizará a CONVENIENTE a reter, do montante devido à CONVENIADA, o valor indevidamente cobrado, para fins de ressarcimento ao usuário do SUS.

Parágrafo sexto - A CONVENIADA deverá garantir o acesso às suas dependências aos representantes da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, no exercício do seu poder de fiscalização, nos termos da Lei 8.142/90 e demais instrumentos legais que dispõem sobre o assunto.

Parágrafo sétimo - Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento de metas aprovadas.

15.2 - A rescisão deste Convênio obedecerá às disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, no que couber.

Parágrafo primeiro - Em caso de rescisão, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a CONVENIADA estará obrigada a continuar a prestação dos serviços conveniados por mais 90 (noventa) dias, sob pena inclusive de, em havendo negligência de sua parte, ser-lhe imposta multa duplicada, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Parágrafo segundo - Poderá a CONVENIADA rescindir o presente Convênio no caso de descumprimento das obrigações por parte do Ministério da Saúde ou da CONVENIENTE, em especial no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Ministério da Saúde, mediante notificação prévia, devidamente motivada conforme estatuído no presente instrumento.

Parágrafo terceiro - Em caso de rescisão do presente Convênio por parte da CONVENIENTE, não caberá à CONVENIADA direito a qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços executados até a data do evento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

16.1 - Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste Convênio

ou de sua rescisão, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo primeiro - Da decisão da CONVENIENTE que rescindir o presente Convênio, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo segundo - A CONVENIENTE deverá manifestar-se sobre o pedido de reconsideração de que trata o §1º desta cláusula no prazo de 15 (quinze) dias, podendo recebê-lo e atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público após manifestação da Assessoria Jurídica da CONVENIENTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

17.1 - O prazo de vigência do presente Convênio será de até 60 (sessenta) meses, devendo ser prorrogado anualmente mediante termo aditivo, tendo por termo inicial a data de sua assinatura até 31.12.2012.

Parágrafo único. A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do Convênio, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento da CONVENIENTE, o repasse financeiro do Ministério da Saúde, e a assinatura do termo aditivo de prorrogação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1 - O presente Convênio será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DECIMA NONA – DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro de Comarca do município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Convênio, que não puderem ser resolvidas pelas partes e para definir responsabilidades e sanções em caso de inadimplência.

E, por estarem justos e conveniados, de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firma-se o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul (SC), 28 de agosto de 2012.

TÂNIA REGINA CIPRIANI Secretária Municipal de Saúde CONVENIENTE	GIOVANI NASCIMENTO Presidente – Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí CONVENIADA
---	---

#### Testemunhas:

SIEGFRIED HILDEBRAND Gerente Geral – FUSAVI CPF: 019.336.209-00	LUCIANE ARAÚJO MATTANA Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF: 882.569.600-00
---	---

#### ANEXO I

##### PLANO OPERATIVO

Hospital: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ-FUSAVI / CNES 2568713

Município: RIO DO SUL – SC.

Referente CONVÊNIO nº. \_\_\_\_/2012.

Este Plano Operativo é parte integrante do Convênio, que é um instrumento no qual são apresentados as ações, os serviços, as atividades, as metas quantitativas e qualitativas e os indicadores pactuados entre gestor e prestador de serviços de saúde.

#### a) ATENÇÃO À SAÚDE

##### Urgência e Emergência:

A porta de entrada para os atendimentos dar-se-á através do pronto socorro / serviço de urgência e emergência, em área física do próprio hospital, com garantia de assistência médica e de outros profissionais 24 horas/dia, tanto em regime ambulatorial como hospitalar.

Por Grupo/SubGrupo de Procedimentos	Meta mês	Recurso financeiro
02.02 – Diagnóstico em laboratório Clínico	2.028	8.923,96
02.03 – Diagnóstico Por Anatomia Patológica	4	154,70
02.04 – Diagnóstico Por Radiologia	1.357	10.896,71
02.05 – Diagnóstico Por Ultra-Sonografia	57	1.700,00
02.06 – Diagnóstico Por Tomografia	40	4.577,60
02.09 – Diagnóstico por Endoscopia	3	100,97
02.11 – Diagnóstico em especialidades - diversos	52	95,54
02.11 – Diagnóstico em especialidades - eletrocardiograma	194	999,10
03.01 – Consulta/atendimento Urgência/emergência	3.876	58.140,00
03.01 – Atendimentos Enfermagem / Administração Medicamento	2.084	1.312,92
03.03.09 e 04.08 – traumato-ortopedia	167	5.925,16
03.09 – Terapias Especializadas	14	21,12
04.00 – Procedimentos Cirúrgicos - diversos	15	366,60
04.17 - Anestesiologia	4	89,08
<b>TOTAL</b>	<b>9.895</b>	<b>93.303,46</b>

Referências pactuadas: o hospital é referência especializada Nível III, sendo referência para 54 municípios, pertencentes as Secretarias de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, Ituporanga, Ibirama, Taió, Curitiba, Lages e São Joaquim.

##### ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL (detalhamento dos serviços):

##### 1) Consultas especializadas (através da Central de Marcação de Consultas do Gestor):

Procedimentos/consultas especialidade	Meta mês	Recurso Financeiro
0301010048 - Cirurgião Dentista / Bucomaxilofacial	30	300,00
0301010072 – Ortopedia-traumatologia	250	2.500,00
0301010072 – Consulta anestesiologia (pré-anestésica)	96	960,00
<b>TOTAL</b>	<b>376</b>	<b>3.760,00</b>

##### 2) Exames de Apoio e Diagnóstico (eletivo\_externo):

Por Grupo/SubGrupo de Procedimentos	Meta mês	Recurso Financeiro
02.02 – Diagnóstico Por Laboratório Clínico	2.272	10.000,00
02.04 – Diagnóstico Por Radiologia	1.700	14.994,13

02.04 – Diagnóstico Por Radiologia / Mamografia (unilateral)	32	718,55
02.12 e 03.06 – Diagnóstico e Procedimentos Hemoterapia	59	1.169,72
<b>TOTAL</b>	<b>4.063</b>	<b>26.882,40</b>

##### 3) Outros Procedimentos Ambulatoriais (eletivo\_externo):

Por Grupo/SubGrupo de Procedimentos	Meta mês	Recurso Financeiro
04.00 – Procedimentos cirúrgicos – diversos	5	122,20
03.03.09 e 04.08 – Tratamento clínico e Cirurgia do Sistema Osteomuscular	15	532,20
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>654,40</b>

##### 4) Alta Complexidade / Ambulatorial (eletivo\_externo).

Por Grupo/SubGrupo de Procedimentos	Meta mês	Recurso Financeiro
02.11 – Diagnóstico em Especialidade - Cardiologia / Cateterismo cardíaco.	33	20.285,76
02.06 – Diagnóstico Por Tomografia Computadorizada	110	12.694,37
<b>TOTAL</b>	<b>143</b>	<b>32.980,13</b>

##### 4.1 – TERMOS DE COMPROMISSO/TCGA de ALTA COMPLEXIDADE (ambulatorial) – Consultas e Exames/Procedimentos.

As cotas mensais dos Termos de Compromisso Para Garantia de Acesso/TCGA dos Serviços de Alta Complexidade - Ambulatorial, estão detalhados abaixo:

##### 4.1.1 – TC Cardiologia:

Por Procedimento e Grupo/SubGrupo	Meta mês	Recurso Financeiro
0205010032 – Ecocardiografia Transtorácica	144	5.880,96
0205010024 – Ecocardiografia Transesofágica	3	495,00
0211020036 - Eletrocardiograma	177	911,55
0211020044 – Monitoramento Sistema Holter 24hs	33	990,00
0211020060 – Teste Esforço / Teste Ergométrico	89	2.670,00
0301010072 – consultas Cardiologia (clínicas e cirúrgicas)	429	4.290,00
0301130019 – Avaliação Clínica Marca Passo	18	567,00
<b>TOTAL</b>	<b>893</b>	<b>15.804,51</b>

##### 4.1.2 – TC Cirurgia Vascular:

Por Procedimento e Por Grupo/SubGrupo	Meta mês	Recurso Financeiro
---------------------------------------	----------	--------------------

02.05 – Diagnóstico Por Ultra-Sonografia / Sistema Circulatório	15	612,60
02.10 – Diagnóstico Por Radiologia Intervencionista/Arteriografia	2	557,48
0301010072 – Consultas Cirurgião vascular	19	190,00
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>1.360,08</b>

#### 4.1.3 – TC Neurologia / Neurocirurgia:

Por Procedimento e Por Grupo/SubGrupo	Meta mês	Recurso Financeiro
0211050059 – Eletroencefalograma	30	750,00
0211050067 - Eletro-neuromiograma	15	405,00
02.05 – Diagnóstico Por Ultra-Sonografia / Sistema Circulatório	18	735,12
02.10 – Diagnóstico Por Radiologia Intervencionista/Arteriografia	1	278,74
0301010072 – consultas Neurologia/Neurocirurgia	160	1.600,00
<b>TOTAL</b>	<b>224</b>	<b>3.768,86</b>

\*90 através do TC e 70 com recursos do FMS.

#### ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:

##### 1 - Das internações por especialidade - MÉDIA COMPLEXIDADE:

Internações por especialidade	Meta mês	Recurso Financeiro	Média Permanência	Leitos Exist.	Leitos SUS
Clínica médica	192	254.336,16	5,0	64	53
Clínica cirúrgica	255	492.828,72	4,3	75	62
Clínica Pediatria	72	152.228,16	6,5	20	16
Clínica Obstetrícia	127	71.153,02	2,5	27	17
Recursos Portaria/MS/GM nº. 3.163/11 – Tratamento IAM / Clínica Médica	////////	5.908,90	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>646</b>	<b>976.454,96</b>	<b>////////</b>	<b>186</b>	<b>148</b>

#### Referências Pactuadas (\*) - Média Complexidade:

MUNICÍPIO	AIHs	MUNICÍPIO	AIHs	MUNICÍPIO	AIHs
Agrolândia	18	Indaial	1	Rio do Campo	7
Agronômica	16	Ituporanga	15	Rio do Oeste	22
Apiúna	3	José Boiteux	9	Rio do Sul	230
Ascurra	1	Lages	9	Salete	8

Atalanta	7	Laurentino	19	Santa Terezi-nha	7
Aurora	13	Leoberto Leal	2	São Joa-quim	1
Bom Jardim da Serra	1	Lontras	32	São José do Cerrito	1
Braço do Trombudo	12	Mirim Doce	8	Taió	25
Chapadão do Lageado	3	Otacílio Costa	1	Trombudo Central	22
Correia Pinto	1	Petrolândia	5	Urubici	1
Dona Emma	4	Pouso Redondo	38	Vidal Ramos	9
Ibirama	23	Presidente Getúlio	21	Vitor Meireles	3
Imbuia	9	Presidente Nereu	5	Witmar-sum	3
Diversos					31
<b>Total</b>					<b>646 AIH's/mês</b>

\*as referências acima se destinam ao atendimento da demanda de urgência/emergência e procedimentos eletivos..

#### 1.1 - CIRURGIAS ELETIVAS de Média Complexidade / Financiamento - MAC:

Do total da clínica cirúrgica 255/mês, item 1, estima-se que 20,0% sejam realizadas em caráter eletivo.

Por Grupo/SubGrupo de Procedimentos	Meta mês	Recurso Financeiro
04.07 – cirurgia aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	26	Custo médio R\$ 755,05.
04.08 – cirurgia do sistema osteomuscular	7	
04.09 – cirurgias do parêntese genitourinário	7	
04.10 – cirurgia da mama	4	
04.00 – Procedimentos Cirúrgicos Diversos	7	
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>38.507,55</b>

#### 1.2 - CIRURGIAS ELETIVAS de Média Complexidade / Financiamento FAEC (estratégico):

Procedimentos elegíveis através da Política de Cirurgias Eletivas.

Por Grupo/SubGrupo de Procedimentos	Meta mês	Recurso Financeiro
04.07 – cirurgia aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	17	Custo médio R\$ 525,61
04.08 – cirurgias do sistema osteomuscular	2	
04.09 – cirurgias do parêntese genitourinário	4	
04.10 – cirurgia da mama	2	
04.00 – Procedimentos Cirúrgicos - Diversos	4	
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>15.242,69</b>

**1.3 - Leitos de Unidade de Terapia Intensiva-UTI:**

Tipos de leitos de UTI	leitos SUS
Adulto	20
Pediátrico	2
Neonatal	4
Intermediários Neonatal	10
TOTAL	36

**2 – Das internações de ALTA COMPLEXIDADE::**

Por Grupo / área de alta complexidade (Termos de Compromisso em anexo)	Meta Mês	Recurso Financeiro
04.06.01 – Cardiologia / Cirurgia Cardíaca (Incorporados valores PT/GM 3.429/10 (68.292,90))	23	372.131,01
04.06.03 – Cardiologia / Intervencionista	18	110.225,44
04.06.02 - Cirurgia Vascular	6	15.757,14
04.06.01 – Cardiologia / Marca-Passo	6	46.943,34
04.03 e 04.08 – Neurologia/Neurocirurgia (Incorporados valores PT/GM 4.035/10 (2.130,21) e PT/GM 168/11 (185,00))	5	15.815,21
TOTAL	58	560.872,14

**3 - Atenção Ambulatorial e Hospitalar – financiamento FAEC (estratégico):****3.1 – AMBULATORIAL:**

Por Procedimento	Meta mês	Recurso Financeiro
0204030188-Mamografia bilateral para rastreamento	400	18.000,00

**3.2 – HOSPITALAR:**

Por Grupo/SubGrupo de Procedimento	Meta mês	Recurso Financeiro
05.03 – Ações Relacionadas à Doação de Órgãos, Tecidos e Células	2	3.830,58
TOTAL	2	3.830,58

**b) Comissões atuantes obrigatoriamente****1) Comissão de Revisão de Óbitos.**

Apresentação mensal de relatório da Comissão de Revisão de óbitos com análise dos óbitos ocorridos por faixa etária e medidas adotadas;

Notificação dos óbitos maternos e neonatais identificando: nome da mãe, endereço, idade e Centro de Saúde que realizou o pré-natal

Encaminhar mensalmente relatório dos óbitos maternos e infantis

ao Gestor local

**2) Comissão de Revisão de Prontuários**

Apresentação trimestral de relatório, contendo itens relacionados à organização dos prontuários e a qualidade dos registros.

**3) Comissão de Infecção Hospitalar**

CCIH - Enviar relatório trimestral ao gestor local.

**c) Participação nas Políticas Prioritárias do SUS****1) Humaniza-SUS**

Implementação da política de humanização:

Priorizar áreas com maior desconforto e espera dos pacientes; Implementar canal de comunicação entre a instituição e usuários e trabalhadores, com sistemática de respostas e divulgação dos resultados;

Implementar visita aberta no mínimo de 2h/dia e considerando horários especiais (integrals) para acompanhante de crianças, gestantes e "casos especiais".

Indicador:

Percentual de implementação do projeto.

**2) Política Nacional de Medicamentos ações a serem implementadas:**

Promoção do uso racional de medicamentos, destacando a adoção de medicamentos genéricos.

Desenvolver o processo educativo dos consumidores de medicamentos.

Garantia da segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, mediante o desenvolvimento da capacidade administrativa de imposição do cumprimento das normas sanitárias, organizadas no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

**3) Saúde do Trabalhador**

Levantamento trimestral de absenteísmo, incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho em funcionários do Serviço.

**4) Capitação de órgãos ações a serem implementadas:**

Capacitação total para a localização de potencial doador de órgãos, com possibilidade diagnóstica completa para morte encefálica atestada pelo SNT.

Organização e pleno funcionamento de Comissão Intra-Hospitalar de Captação de Órgãos, com equipe nomeada e disponível para a função (nos moldes da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar);

Apresentação e relatórios de atividades à respectiva Central de Transplante Estadual.

Notificação à Central de Transplantes do Estado de todos os casos de ocorrências de morte encefálica (potenciais doadores de órgãos) na instituição, no momento de seu diagnóstico.

Criação de uma rotina hospitalar que permita a entrevista aos familiares de todos os pacientes que evoluem para óbito durante a internação a fim de oferecer a possibilidade de doação de córneas.

Eficácia na captação de órgãos e tecidos.

Indicadores:

Captação efetiva de córneas, atingindo x % de doadores em relação ao número de óbitos. (10% = "padrão ouro").

Taxa de mortalidade institucional (média mensal, por série histórica), para o cálculo da captação efetiva de doadores de córneas.

Notificações de ocorrências de morte encefálica:

Número de doadores captados.



**Parâmetros:**

Estima-se que 10% dos óbitos ocorridos em UTI e 1% dos óbitos de uma determinada população sejam com diagnóstico de morte encefálica;

**5) Alimentação e Nutrição ações a serem implementadas:**

Elaborar e atualizar protocolos clínico-nutricionais e cardápios para as patologias que necessitam de terapia nutricional mais frequentes no hospital, diferenciados para as fases do ciclo de vida (principalmente crianças, adultos e idosos); e por nível de atendimento (ambulatório, emergência, cirúrgico, pediátrico, internações gerais e unidade intensivas)

Avaliar e acompanhar o estado nutricional dos pacientes internados e orientar a dieta para alta hospitalar ou tratamento ambulatorial;

Acompanhar a implantação e o monitoramento dos procedimentos relacionados à preparação de dietas enterais e alimentação infantil (lactário), de acordo com as normatizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Capacitar os profissionais que trabalham na área de alimentação e nutrição e promover rotinas de apresentação de discussões sobre o tema e estudos de caso com equipes multidisciplinares.

Estimular práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;

**6) HIV/DST/AIDS ações a serem implementadas:**

Realização de teste rápido para HIV em sangue periférico em 100% de parturientes que não apresentem teste HIV no pré-natal; Realizar teste rápido para Aids nos usuários que procuram o serviço de urgência.

Realização de VDRL e TPHA confirmatório (reagentes para VDRL) em 100% das gestantes que ingressarem na maternidade para parto, nos termos da Portaria 2.104/GM, de 19/11/2002. Nos casos de aborto, desde que pactuado com o gestor.

Disponibilizar administração do AZT xarope na maternidade para os RN filhos de mães soropositivas para HIV diagnosticadas no pré-natal ou na hora do parto, garantindo-se que a primeira dose seja administrada, ainda na sala de parto.

**7) Desenvolvimento Profissional**

Desenvolver uma política de Educação Permanente para os trabalhadores do hospital visando desenvolvimento profissional e o fortalecimento do trabalho multiprofissional, a diminuição da segmentação do trabalho e a implantação do cuidado integral.

Indicador:

Número de horas de treinamento por mês

**8) Gestão Hospitalar**

Desenvolvimento em conjunto com o gestor de protocolos de referência e contra-referência;

Aplicação de ferramentas gerenciais que induzam:

- gestão participativa
- qualificação gerencial
- sistema de avaliação de custos
- sistema de informação

Apresentar mensalmente relatório de desempenho das metas estabelecidas neste Plano e ações apontadas neste contrato/convênio ;

Implantação / implementação de adoção de linhas de cuidados multidisciplinar, minimamente, nas seguintes áreas: assistência em Pediatria, Neonatologia, Gineco/Obstetrícia, Geriatria, Ortopedia, Neurologia.

Rio do Sul (SC), 28 de agosto de 2012.

TÂNIA REGINA CIPRIANI Secretária Municipal de Saúde	GIOVANI NASCIMENTO Presidente FUSAVI
--	---

**Testemunhas:**

SIEGFRIED HILDEBRAND Gerente Geral – FUSAVI CPF: 019.336.209-00	LUCIANE ARAÚJO MATTANA Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF: 882.569.600-00
---	---

**Convênio 23/2012**

CONVÊNIO nº. 23/2012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/Fundo Municipal de Saúde de RIO DO SUL E A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA EM RIO DO SUL / HOSPITAL SAMÁRIA "CNES 2379627"

Pelo presente instrumento, de um lado o município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti nº. 154, Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representado pela Secretária, Sra. TÂNIA REGINA CIPRIANI, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. RG 1.676.017-4, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob nº. 542.636.119-34, doravante denominada simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul, mantenedora do Hospital Samária, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.763.798/0004-30, situada a Rua Roberto Koch, nº. 621 – Bairro Sumaré, Rio do Sul/SC, neste ato representado pela Sra. ASTRID HELGA DYCK, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. RG 152.199, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob nº. 901.611.819-53, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA, representados, neste ato, pelo seu Diretor Clínico, Dr. Ralfino Haffemann, CRM/SC nº. 909, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06 e GM/MS 1.034/2010, o Edital de Chamada Pública nº. 31/2012, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 – O presente Convênio tem por objeto integrar a CONVENIADA ao Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida e de acordo com o Plano Operativo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares (ANEXO I) previamente definidos entre as partes (metas quantitativas e qualitativas).

Parágrafo primeiro - Os serviços ora conveniados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme o Plano de Saúde Estadual, a PPI - Programação Pactuada Integrada e o PDR - Plano Diretor Regionalizado, devendo ser ofertados conforme indicações técnicas de planejamento da saúde, compatibilizando-se demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

Parágrafo segundo - Os serviços conveniados compreendem a utilização, pelos usuários locais do SUS e dos municípios devidamente pactuados, mediante a observância dos requisitos da capacidade instalada da CONVENIADA, incluídos seus equipamentos



médico-hospitalares, os quais poderão ser empregados para atender clientela particular, inclusive a proveniente de Convênios com entidades privadas, desde que mantidos, no mínimo de 60% (sessenta por cento) da disponibilidade da capacidade instalada e serviços em favor da clientela universalizada do SUS, de acordo com o Decreto nº 7.237/2010.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - Para atender ao objeto deste Convênio, a CONVENIADA obriga-se a realizar:

I - preferencialmente o acesso ao SUS pelas Unidades Básicas de Saúde – atenção primária, ressalvadas as situações de urgência e emergência.

II – o encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência;

III - a prescrição de medicamentos observando-se a Política Nacional de Medicamentos, excetuadas as situações aprovadas pela Comissão de Ética Médica e considerado também os limites de competência de dispensação conforme as normas do SUS, sobretudo a RENAME e demais instrumentos, bem como a prescrição de medicamentos genéricos, exceto nos casos em que for absolutamente inviável a utilização dos mesmos;

IV - atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;

V - observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelos demais níveis de gestão do SUS;

VI – estabelecimento de metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes desse Convênio;

VII – a gratuidade das ações e dos serviços executados no âmbito deste Convênio;

VIII – a disponibilização de todos os serviços aqui conveniados para regulação do Gestor Municipal e/ou Estadual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA

3.1 - Para o cumprimento do objeto deste Convênio, a CONVENIADA se responsabiliza por oferecer ao usuário os recursos necessários ao atendimento integral, conforme especificado a seguir:

I - Assistência médico-ambulatorial, compreendendo:

- a) atendimento médico por especialidade, com realização de todos os procedimentos específicos necessários para cada área, incluindo os de rotina, urgência ou emergência;
- b) assistência social;
- c) assistência farmacêutica, de enfermagem, de nutrição e outras, quando indicadas.

II - Assistência técnico-profissional e hospitalar, compreendendo:

- a) Os serviços de auxílio diagnóstico e tratamento disponível necessários ao atendimento dos usuários do SUS;
- b) encargos profissionais e nosocomiais necessários, incluindo os de plantonistas;
- c) utilização de sala de cirurgia, material e serviços do centro cirúrgico e instalações correlatas;
- d) medicamentos prescritos e outros materiais utilizados, sangue e hemoderivados;
- e) serviços de enfermagem;
- f) serviços gerais;

- g) fornecimento padronizado de roupa hospitalar;
- h) alimentação com observância das dietas prescritas;
- i) procedimentos especiais e outros necessários ao adequado atendimento do usuário.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO

4.1 - A CONVENIADA se compromete a disponibilizar aos usuários do SUS todos os seus serviços constantes neste Convênio conforme as normas de regulação definidas pela CONVENIENTE e cumprir as metas e condições especificadas no Plano Operativo de Serviços, parte integrante deste Convênio e da Portaria GM/MS nº. 635/2005.

I - A CONVENIENTE se compromete a:

- a) transferir os recursos previstos neste Convênio a CONVENIADA, conforme Cláusula Décima;
- b) controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços conveniados;
- c) estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- d) analisar os relatórios elaborados pela CONVENIADA, comparando-se as metas de qualidade e quantidade com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados;

II - O Convênio contará com uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação:

- a) A Comissão será constituída pelo Gestor Municipal de Saúde, da Comissão Intergestores Regional, da Regional de Saúde, da CONVENIADA, e do Conselho Municipal de Saúde, sendo constituída por 01(um) representante indicado de cada instituição, devendo reunir-se uma vez por mês. Esta Comissão terá as atribuições de acompanhar a execução do presente Convênio, principalmente no tocante aos seus custos, no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I, e na avaliação da qualidade da atenção prestada à saúde dos usuários;
- b) a CONVENIADA fica obrigada a fornecer à Comissão de Acompanhamento e Avaliação todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades;
- c) a existência da Comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades pertinentes ao Sistema Nacional de Auditoria (federal, estadual e municipal).

III - A CONVENIADA deverá:

- a) submeter-se às avaliações sistemáticas do Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS/MS;
- b) promover as correções apontadas na avaliação, nos prazos acordados com a CONVENIENTE, sendo o seu resultado utilizado como critério de avaliação de desempenho do Convênio e como indicador para eventual penalidade a ser aplicado, quando não efetivados os ajustes nos padrões considerados imprescindíveis, necessário e recomendável, de risco e qualidade, resguardado sempre o direito à ampla defesa e ao contraditório.

#### CLAUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS COMUNS

5.1 - São encargos comuns dos partícipes:

I - a criação de mecanismos que assegurem a transferência gradativa das atividades de atenção básica prestadas pela CONVENIADA para a rede assistencial da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a pactuação entre as partes;

II - a elaboração de fluxos e protocolos técnicos operacionais de encaminhamento para as ações de saúde;

III - a elaboração do Plano Operativo;

IV - a educação permanente de recursos humanos;

V - o aprimoramento da atenção à saúde;

VI - o estabelecimento de parceria na definição da oferta e demanda de ações e serviços de saúde.

#### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

6.1 - Os serviços ora conveniados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONVENIADA e/ou por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas no parágrafo primeiro desta cláusula, sejam admitidos nas dependências da CONVENIADA para prestar serviços na área da saúde.

Parágrafo primeiro - Para os efeitos deste Convênio, consideram-se profissionais do estabelecimento da CONVENIADA:

I – os membros de seu corpo clínico;

II – o profissional que tenha vínculo de emprego com a CONVENIADA;

III - o profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviço a CONVENIADA ou que esteja autorizado por esta a fazê-lo.

Parágrafo segundo - Equipara-se ao profissional autônomo definido no item III do parágrafo primeiro desta cláusula, a empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área da saúde, nas dependências da CONVENIADA;

Parágrafo terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e a normatização suplementar, exercidos pela CONVENIENTE sobre a execução do objeto deste Convênio, a CONVENIADA, reconhece, nos termos da legislação vigente, a prerrogativa de controle e auditoria dos órgãos gestores do SUS, na forma da Lei 8080/90, combinada com o Decreto 7508/11, ficando certo que as alterações decorrentes de tais competências normativas, serão objeto de termo aditivo específico e/ou de notificação dirigida à CONVENIADA;

Parágrafo quarto - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONVENIADA a utilização de pessoal para a execução do objeto deste Convênio, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONVENIENTE e/ou ao Ministério da Saúde;

Parágrafo quinto - A CONVENIADA fica obrigada nos casos de urgência e emergência, e não havendo leitos disponíveis nas enfermarias, proceder a internação do paciente em outras acomodações, até que ocorra a vaga em leitos de enfermarias, sem cobrança adicional, a qualquer título;

Parágrafo sexto - A CONVENIADA ficará eximida de responsabilidade pelo não-atendimento aos usuários do SUS, na hipótese da ocorrência de atraso superior a 90 (noventa) dias no repasse dos pagamentos devidos pelo poder público, ressalvadas situações de calamidade pública, grave ameaça à ordem interna e/ou situações de urgência ou emergência.

Parágrafo sétimo - Na hipótese de ocorrência do disposto no parágrafo sexto da presente Cláusula, a CONVENIADA não poderá, abruptamente, interromper os atendimentos sem que haja comunicação escrita formalizada junto à Secretaria Municipal e Estadual de Saúde, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da efetiva

interrupção.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONVENIADA

7.1 – Sem prejuízo das demais responsabilidades descritas no presente instrumento, compete, ainda, a CONVENIADA, obrigando-se a seu completo e absoluto cumprimento:

I - manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico, pelo prazo de 20 (vinte) anos, ressalvados outros prazos previstos em lei;

II - não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação;

III – atender os usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços;

IV - justificar aos usuários ou aos seus representantes, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste Convênio;

V – permitir, respeitada a rotina do serviço e salvo os casos em que houver recomendação médica em contrário, visita diária por período mínimo de 02 (duas) horas, a usuários do SUS internados, conforme diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH;

VI – esclarecer os usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

VII - respeitar a decisão do usuário, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

VIII - garantir a confidencialidade dos dados e das informações sobre os usuários;

IX - assegurar aos usuários o direito à assistência religiosa e espiritual por ministro de culto religioso de sua livre vontade e escolha, sem indução de qualquer natureza;

X - permitir o acesso ao estabelecimento de saúde, pelos membros da Comissão de Acompanhamento e Avaliação no exercício de suas funções, exigindo sua identificação;

XI – manter em pleno funcionamento as diversas Comissões: de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH, de Análise de Óbitos, de Revisão de Prontuários, de Ética Médica e Intra-Hospitalar de Captação e/ou Transplante quando se fizer necessário;

XII – instalar, no prazo previsto para cada hipótese, outras Comissões que venham a ser criadas por lei ou norma infra-legal, independentemente de notificação da CONVENIENTE;

XIII - notificar a CONVENIENTE sobre eventual alteração de seus atos constitutivos ou de sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos;

XIV – manter atualizada a sua ficha cadastral do CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, responsabilizando-se pela fidedignidade dos dados apresentados à CONVENIENTE para promoção destes registros;

XV – Seguir as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH, para os serviços conveniados;

XVI – submeter-se às determinações expedidas pelo Sistema Único de Saúde e/ou pelo Gestor local/Estadual de Saúde;

XVII – preencher a CIHA - Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial, nos termos da Portaria/MS/GM nº. 1.171, de 19 de maio de 2011;

XVIII – os serviços conveniados deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde – PNASS.

Parágrafo primeiro – A CONVENIADA se obriga a apresentar, mensalmente, relatório descritivo e analítico sobre os atendimentos realizados, integrantes do objeto do presente Convênio.

Parágrafo Segundo - O formato do relatório e a periodicidade de entrega de que trata o § 1º da presente Cláusula, poderão ser alterados a critério do Gestor ouvidos a Comissão de Acompanhamento e Avaliação;

Parágrafo terceiro - A CONVENIADA declara estar devidamente habilitada quanto aos critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, mediante apresentação do competente Alvará Sanitário, expedido pela Autoridade Sanitária, parte integrante do presente instrumento, que deverá ser renovado anualmente conforme legislação pertinente, nele constando o responsável técnico pela entidade, na forma da Lei.

Parágrafo quarto – A CONVENIADA deverá comunicar imediatamente a CONVENIENTE quando ocorrer substituição do Diretor Clínico ou Técnico, bem como do responsável pelos serviços auxiliares de diagnóstico e terapia.

Parágrafo quinto – A CONVENIADA se compromete a comunicar à CONVENIENTE e a Comissão de Acompanhamento e Avaliação eventual indisponibilidade de equipamentos e/ou instrumentos necessários para ao cumprimento dos serviços conveniados.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA GRATUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

8.1 – É expressamente vedado à CONVENIADA realizar qualquer espécie de cobrança, seja por entrega de material médico/hospitalar ou medicamento a usuário, seu acompanhante ou responsável, bem como por qualquer serviço prestado em razão deste Convênio.

Parágrafo primeiro - A CONVENIADA deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS.

Parágrafo segundo - A CONVENIADA responsabilizar-se-á por qualquer tipo de cobrança indevida, feita a usuário ou a seu representante por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste Convênio;

Parágrafo terceiro – A CONVENIADA se obriga a fornecer aos usuários e a CONVENIENTE, documento de histórico de atendimento e/ou resumo de alta, para dar continuidade a seu tratamento, o qual deverá conter os seguintes dados:

- nome do usuário;
- nome do estabelecimento;
- localidade;
- motivo da internação (relatório circunstanciado do tratamento e sua evolução);
- data do atendimento ou internação e alta;
- diagnóstico pelo Código Internacional de Doenças (CID) na versão vigente à época da alta;

Parágrafo quarto - O cabeçalho do documento citado no Parágrafo terceiro dessa cláusula deverá conter o seguinte esclarecimento: “Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições, sendo expressamente vedada a cobrança direta ao usuário ou ao seu preposto, de qualquer valor e a qualquer título”.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONVENIADA

9.1 - A CONVENIADA será responsável pela indenização de danos causados a usuários, aos órgãos do SUS e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária; de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.

Parágrafo primeiro - A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Convênio por órgãos do SUS não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONVENIADA.

Parágrafo segundo - A responsabilidade de que trata o parágrafo anterior estende-se a casos de danos decorrentes de defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo terceiro - Poderá ser suspenso o repasse dos recursos financeiros, no caso da diminuição da oferta de leitos por especialidade, sem a devida comunicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1 - A CONVENIADA receberá, mensalmente, da CONVENIENTE os recursos para a cobertura dos serviços conveniados, de acordo com o pactuado neste documento e no seu respectivo Plano Operativo.

10.2 - A base para a construção dos valores aqui conveniados é a Programação Pactuada e Integrada – PPI, a série histórica e as tabelas de procedimentos do SUS.

10.3 - O valor anual estimado para a execução do presente Convênio importa em R\$ 1.608.803,40 (um milhão, seiscentos e oito mil, oitocentos e três reais e quarenta centavos), conforme abaixo especificado:

Resumo da Programação Orçamentária	Mensal	Anual
Pós-fixado (FAEC–Fundo de Ações Estratégicas e Compensações)	8.264,34	99.172,08
Pré-fixado	125.802,61	1.509.631,32
<b>TOTAL</b>	<b>134.066,95</b>	<b>1.608.803,40</b>

I - O componente pós-fixado, que corresponde aos Procedimentos Estratégicos - FAEC, já cadastrados, será repassado à CONVENIADA, a posteriori (pós-produção, aprovação, processamento e apenas concomitantemente à respectiva transferência financeira), de acordo com a produção mensal conforme aprovada pela CONVENIENTE, até o limite de transferência do FNS, respeitado, similantemente, o limite estadual para a modalidade de Procedimentos Estratégicos e conforme programação disposta no Plano Operativo Anual, estimando-se um valor médio mensal de R\$ 8.264,34 (oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

Detalhamento do PÓS-FIXADO	Mensal	Anual
FAEC (Política Nacional/ Estadual de cirurgias eletivas)	8.264,34	99.172,08

TOTAL	8.264,34	99.172,08
-------	----------	-----------

II - A parcela pré-fixada importa em R\$ 1.509.631,32 (um milhão, quinhentos e nove mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos), a ser transferida ao hospital em parcelas fixas duodecimais de R\$ 125.802,61 (cento e vinte e cinco mil, oitocentos e dois reais e sessenta e um centavos), conforme discriminado abaixo, e oneram recursos do Fundo de Saúde:

Detalhamento do PRÉ-FIXADO	Mensal	Anual
Média complexidade ambulatorial	14.404,17	172.850,04
Média complexidade hospitalar	83.464,77	1.001.577,24
INTEGRASUS	3.273,23	39.278,76
Incentivo à Contratualização / Hospital Filantrópico-IAC/MS	21.663,20	259.958,40
Incentivo à Contratualização / Hospital Filantrópico-IAC/SES/SC	2.997,24	35.966,88
TOTAL	125.802,61	1.509.631,32

Parágrafo primeiro - O recurso financeiro relativo ao Programa de Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos – IAC, previsto no art. 3º. da Portaria 3.123 de 07 de dezembro de 2006, bem como seus reajustes, com total anual de R\$ 259.958,40 (duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), será repassado em parcelas mensais de R\$ 21.663,20 (vinte e um mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

Parágrafo segundo - Dez por cento (10%) do valor pré-fixado (média complexidade das internações), conforme inciso III do caput desta Cláusula, que remontam a R\$ 8.346,47 (oito mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos) por mês, serão repassados mensalmente e vinculados ao cumprimento das metas de qualidade discriminadas no Plano Operativo Anual após análise e comprovação pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Convênio e respeitará os seguintes percentuais:

Faixa de Desempenho/Pontuação	Percentual do Total de Recursos destinados ao Desempenho
Até 50%	50%
51 – 75%	75%
76 – 90%	90%
91 - 100%	100%

Parágrafo terceiro – Noventa por cento (90%) do valor pré-fixado (média complexidade das internações), conforme inciso III do caput desta Cláusula, que remontam a R\$ 75.118,30 (setenta e cinco mil, cento e dezoito reais e trinta centavos) por mês, serão repassados mensalmente e vinculados ao cumprimento das metas de físico-financeiras discriminadas no Plano Operativo Anual do Convênio após análise da produção aprovada demonstrada no relatório de processamento, e respeitará os seguintes percentuais:

Faixa de Desempenho/Pontuação	Percentual do Total de Recursos destinados ao Desempenho
66 a 70%	70%
71 a 75%	75%
76 a 80%	80%
81 a 85%	85%
86 a 90%	90%
91 a 94%	95%
95 a 100%	100%

I - Considera-se plenamente satisfatório o cumprimento das metas físico-financeiras relacionados ao componente fixo da orçamentação, que apresente uma variação em torno de 5% (cinco por cento) para menos, ou seja, cumprimento de 95% a 100% das metas de produção, quando será repassado 100% dos recursos orçamentários relacionados ao componente fixo;

II - O cumprimento das metas físico-financeiras entre 66 e 94% corresponderá ao recebimento proporcional de recursos, conforme definido no quadro do caput deste parágrafo;

III - O cumprimento de menos de 70% das metas pactuadas, por 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) meses alternados, irá implicar no pagamento por produção dos procedimentos realizados para o SUS por um período máximo de 02 (dois) meses, período definido como limite para a apresentação de um novo Plano Operativo, pactuado entre o gestor e o estabelecimento hospitalar;

IV - Caso apresente percentual de cumprimento de metas superior ao percentual de 105%, por 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) meses alternados, as metas do Plano Operativo deverão ser revisadas para aprovação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Convênio, mediante decisão do gestor do SUS e de acordo com as disponibilidades orçamentárias;

V - Será desligado do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS, caso não seja pactuado um novo Plano Operativo conforme acima previsto ou ainda se não cumprir, pelo menos 70% das metas pactuadas nos 03 (três) meses subsequentes à aprovação do novo Plano Operativo, voltando o pagamento do Hospital a ser executado por produção dos procedimentos realizados para o SUS.

Parágrafo quarto - O cumprimento das metas quantitativas de atendimento, estabelecidas no Plano Operativo deverá ser um dos requisitos a ser considerado na avaliação qualitativa. A avaliação deverá ser global e não de procedimentos específicos.

Parágrafo quinto - Os valores previstos poderão ser alterados, de comum acordo entre a conveniente e a conveniada, mediante a celebração de Termo Aditivo que será devidamente publicado e enviado ao Ministério da Saúde, sendo que no caso de necessidade de recursos adicionais, os mesmos serão provenientes da área denominada Teto da Média e Alta Complexidade.

Parágrafo sexto - A Secretaria Estadual de Saúde aumentará o teto financeiro deste Convênio na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS e/ou habilitar novo serviço com o respectivo aporte de recursos.

Parágrafo sétimo - Anualmente, quando da renovação do Plano Operativo, deverá ser feito à revisão das metas e dos valores financeiros alocados ao Convênio.

Parágrafo oitavo - A revisão mencionada no parágrafo anterior deverá ter prazo de implementação em no máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da solicitação do postulante.

Parágrafo nono - É vedada a revisão nos primeiros 90 (noventa) dias de sua vigência, com exceção nos casos de alteração da PPI e habilitação de serviços novos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

11.1 - As despesas decorrentes deste Convênio correrão, no presente exercício, à conta da Unidade Orçamentária:



Órgão: 40 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/atividade: 2.080 – BLMAC – Manutenção da Gestão Plena - MAC

Parágrafo único – As despesas decorrentes deste Convênio serão cobertas por repasses do Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde observadas as previsões constantes da Cláusula Décima Terceira deste Convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DA HABILITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DOS VALORES:

12.1 - O valor estipulado neste Convênio será pago da seguinte forma:

I - A CONVENIADA apresentará mensalmente à CONVENENTE as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados, obedecendo ao procedimento e aos prazos estabelecidos pela CONVENENTE.

II – A CONVENENTE revisará e processará as faturas e documentos recebidos da CONVENIADA observando, para tanto, as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde/SC e pela CONVENENTE, nos termos das respectivas competências e atribuições legais;

III – A CONVENENTE, após a revisão dos documentos, efetuará o pagamento do valor finalmente apurado, depositando-o na conta da CONVENIADA no Banco do Brasil S/A, Agência 0276-3 – Rio do Sul/SC, Conta Corrente 3117-8, até o último dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, salvo os valores relativos ao FAEC, os quais serão depositados após o repasse do Ministério da Saúde;

IV - Os laudos referentes à internação serão obrigatoriamente revisados pelos órgãos competentes do SUS, respeitada a Portaria MS/GM nº 113/97;

V - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, a CONVENENTE entregará à CONVENIADA um comprovante, carimbado e assinado pelo responsável pelo recebimento.

VI - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados ou pela conferência técnica e administrativa, serão devolvidas à CONVENIADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível;

VII - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa da CONVENENTE, esta garantirá à CONVENIADA o pagamento, no prazo avençado neste Convênio, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando o Ministério da Saúde eximido do pagamento de multa e sanções financeiras;

VIII - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do SUS, sendo informado os percentuais destas para acompanhamento da Comissão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR:

13.1 – Para a definição das Metas Físico-Financeiras considerar-se-á o acompanhamento quantitativo da parcela pré-fixada sobre os procedimentos definidos na Tabela SUS como de média complexidade, financiados pelo Fundo/Bloco de Média e Alta Complexidade

(MAC), de acordo com a capacidade instalada identificada e acordada entre as duas Convenientes, a serem cumpridas de acordo com o Plano Operativo Anual de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares (Anexo I)

13.2 - O não-cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Convênio não transfere à CONVENENTE a obrigação de pagar os serviços ora conveniados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONTROLE, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO:

14.1 - A execução do presente Convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, à verificação do movimento das internações e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo primeiro - Poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

Parágrafo segundo - A CONVENENTE efetuará vistorias nas instalações da CONVENIADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste Convênio.

Parágrafo terceiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONVENIADA poderá ensejar a não prorrogação deste Convênio ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo quarto - A fiscalização exercida pela CONVENENTE sobre os serviços ora conveniada, não eximirá a CONVENIADA da sua plena responsabilidade perante o Ministério da Saúde, e mesmo frente à CONVENENTE ou ainda quanto aos usuários e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do presente Convênio.

Parágrafo quinto - A CONVENIADA facilitará à CONVENENTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CAUSAS DE RESCISÃO E DAS SANÇÕES:

15.1 - A inobservância, pela CONVENIADA, de cláusula ou obrigação constante deste Convênio ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará à CONVENENTE a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 1993, e legislação do componente Federal, Estadual e Municipal de auditoria do SUS, ou seja:

I - advertência;

II - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por até 02 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida desde que a administração seja ressarcida dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

IV - multa a ser cobrada segundo os seguintes critérios:



- a) pela inexecução total do objeto Convênio, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços conveniados;
- b) pelo retardamento no início da prestação dos serviços conveniados, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor estimado dos serviços em atraso até o 10º dia, data a partir da qual se caracterizará o inadimplemento absoluto;
- c) pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços não executados ou executados em desacordo com o presente Convênio ou com as normas legais e infra-legais aplicáveis à espécie;
- d) pela rescisão do Convênio por culpa da CONVENIADA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços conveniados.

Parágrafo primeiro - As sanções previstas nos itens I, II e III desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com multa.

Parágrafo segundo. A CONVENIADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da publicação, para interpor recurso contra a aplicação de qualquer penalidade, a ser apresentado diretamente a CONVENIENTE, com cópia para a Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

Parágrafo terceiro - O valor de eventuais multas será descontado dos pagamentos por ventura devidos à CONVENIADA.

Parágrafo quarto - A imposição de qualquer das sanções não ilidirá o direito da CONVENIENTE de exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade tiver acarretado para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal ou ética a serem imputadas ao autor do fato.

Parágrafo quinto - A violação ao disposto nos incisos II e III desta cláusula, além de sujeitar a CONVENIADA às sanções previstas nesta cláusula, autorizará a CONVENIENTE a reter, do montante devido à CONVENIADA, o valor indevidamente cobrado, para fins de ressarcimento ao usuário do SUS.

Parágrafo sexto - A CONVENIADA deverá garantir o acesso às suas dependências aos representantes da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, no exercício do seu poder de fiscalização, nos termos da Lei 8.142/90 e demais instrumentos legais que dispõem sobre o assunto.

Parágrafo sétimo - Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento de metas aprovadas.

15.2 - A rescisão deste Convênio obedecerá às disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, no que couber.

Parágrafo primeiro - Em caso de rescisão, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a CONVENIADA estará obrigada a continuar a prestação dos serviços conveniados por mais 90 (noventa) dias, sob pena inclusive de, em havendo negligência de sua parte, ser-lhe imposta multa duplicada, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Parágrafo segundo - Poderá a CONVENIADA rescindir o presente Convênio no caso de descumprimento das obrigações por parte do Ministério da Saúde ou da CONVENIENTE, em especial no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Ministério da Saúde, mediante notificação prévia, devidamente motivada conforme estatuído no presente instrumento.

Parágrafo terceiro - Em caso de rescisão do presente Convênio por parte da CONVENIENTE, não caberá à CONVENIADA direito a

qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços executados até a data do evento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

16.1 - Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste Convênio ou de sua rescisão, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo primeiro - Da decisão da CONVENIENTE que rescindir o presente Convênio, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo segundo - A CONVENIENTE deverá manifestar-se sobre o pedido de reconsideração de que trata o §1º desta cláusula no prazo de 15 (quinze) dias, podendo recebê-lo e atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público após manifestação da Assessoria Jurídica da CONVENIENTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

17.1 - O prazo de vigência do presente Convênio será de até 60 (sessenta) meses, devendo ser prorrogado anualmente mediante termo aditivo, tendo por termo inicial a data de sua assinatura até 31.12.2012.

Parágrafo único. A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do Convênio, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento da CONVENIENTE, o repasse financeiro do Ministério da Saúde, e a assinatura do termo aditivo de prorrogação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1 - O presente Convênio será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DECIMA NONA – DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro de Comarca do município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Convênio, que não puderem ser resolvidas pelas partes e para definir responsabilidades e sanções em caso de inadimplência.

E, por estarem justos e conveniados, de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firma-se o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul (SC), 28 agosto de 2012.

TÂNIA REGINA CIPRIANI Secretária Municipal de Saúde CONVENIENTE	ASTRID HELGA DYCK Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul / Hospital Samária CONVENIADA
---	---

Testemunhas:

TRAUDI S. SANTANA Diretora – Hospital Samária CPF: 671.557.239-91	LUCIANE ARAÚJO MATTANA Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF: 882.569.600-00
---	---

ANEXO I

**PLANO OPERATIVO**  
Vigência: agosto/2012

Hospital: COMUNIDADE EVANGÉLICA DE RIO DO SUL-HOSPITAL SAMARIA – CNES 2379627

Município: RIO DO SUL

Referente CONVÊNIO nº. 23/2012.

Este Plano Operativo é parte integrante do Terceiro Termo Aditivo do convênio, que é um instrumento no qual são apresentadas as ações, os serviços, as atividades, as metas quantitativas e qualitativas e os indicadores pactuados entre gestor e prestador de serviços de saúde.

**a) Atenção à Saúde**

**URGÊNCIA EMERGÊNCIA:**

Garantia de assistência 24 horas/dia, tanto a nível ambulatorial como hospitalar.

Por Grupo/SubGrupo de Procedimentos	Meta mês	Recurso financeiro
02.02 – Diagnóstico Por Laboratório Clínico	132	488,40
02.04 – Diagnóstico Por Radiologia	185	1.485,55
02.05 – Diagnóstico Por Ultra-Sonografia	5	132,20
02.11 – Diagnóstico Em Especialidades (eletro-cardiograma)	26	133,90
03.01 – Consulta/ atendimento (Urgência/emergência)	528	7.920,00
<b>TOTAL</b>	<b>876</b>	<b>10.160,05</b>

Referências pactuadas: 28 municípios, formada pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul(12ª), Ituporanga (13ª) e Ibirama(14ª) e Taió(34ª), para o atendimento médico-hospitalar em psiquiatria.

**ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL (detalhamento serviços):**

**1 - Consultas especializadas:**

Por Procedimento	Meta mês	Recurso Financeiro
0301010072 – Consulta Anestesiologia (pré-anestésica)	23	230,00
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>230,00</b>

**2 – Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia-SADT (eletivo):**

Por Grupo/SubGrupo de Procedimentos	Meta mês	Recurso Financeiro
02.04 – Diagnóstico Por Radiologia	40	525,00
0204060028 – Densitometria óssea	10	551,00
02.09.010037 – Esofagogastroduodenoscopia (Endoscopia Digestiva)	32	1.541,12
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>2.617,12</b>

**3 - Procedimentos Ambulatoriais (eletivo):**

Por Grupo de Procedimentos	Meta mês	Recurso Financeiro
04.00 – Procedimentos cirúrgicos (diversos)	10	1.397,00
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>1.397,00</b>

**ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:**

**1 - Das internações por especialidade de MÉDIA COMPLEXIDADE;**

Internações por Especialidade	Meta mês	Recurso Financeiro	Média Permanência	Leitos Existentes	Leitos SUS
Clínica médica	16	6.747,66	5,1	34	15
Clínica cirúrgica	21	9.641,91	2,5	20	17
Clínica Psiquiatria	51	67.075,20	23,7	50	30
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>83.464,77</b>	<b>///////</b>	<b>104</b>	<b>62</b>

**Referências pactuadas (município e circunvizinhos)\*:**

MUNICÍPIO	AIHs	MUNICÍPIO	AIHs	MUNICÍPIO	AIHs
Agrolândia	1	Ituporanga	1	Rio do Campo	1
Agronômica	1	Joinville	2	Rio do Oeste	2
Apiúna	1	José Boiteux	1	Rio do Sul	50
Ascurra	1	Laurentino	1	Salete	1
Atalanta	1	Jontras	2	Sta.Terezinha	1
Aurora	1	Mirim Doce	1	Taió	2
Blumenau	1	Petrolândia	2	Timbó	1
Ibirama	1	Pouso Redondo	2	Tr. Central	2
		Presidente Getulio	2	Vidal Ramos	1
Imbuia	1	Presidente Nereu	1	DIVERSOS	2
Itajaí	1				
<b>Total AIHs Média Complexidade</b>		<b>88</b>			

\*as referências pactuadas atendem a demanda para urgência/emergência e de procedimentos eletivos.

**2 - CIRURGIAS ELETIVAS – financiamento MAC:**

Grupo/SubGrupo de Procedimentos	Meta Mês	Recurso Financeiro
04.01 – cirurgias da pele, tecido subcutâneo e mucosa	1	Custo médio 459,13
04.04 – cirurgia vias aéreas superiores, da cabeça e do pescoço	3	
04.06 – cirurgia vascular	5	
04.07 – cirurgia do aparelho digestivo e órgãos anexos	4	
04.09 – cirurgia do aparelho geniturinário	6	
04.10 – cirurgia da mama	2	
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>9.641,73</b>

**3 - CIRURGIAS ELETIVAS - financiamento FAEC (estratégico):**

Procedimentos elegíveis através da Política de Cirurgias Eletivas.

HOSPITALAR Por Grupo/SubGrupo de Procedimentos	Meta mês	Recurso Financeiro
04.01 – cirurgias da pele, tecido subcutâneo e mucosa	1	
04.04 – cirurgia vias aéreas superiores, da cabeça e do pescoço	1	Custo médio
04.06 – cirurgia vascular	5	459,13
04.07 – cirurgia do apa- relho digestivo e órgãos anexos	4	
04.09 – cirurgia do apa- relho geniturinário	6	
04.10 – cirurgia da mama	1	
TOTAL	18	8.264,34

#### b) Comissões atuantes obrigatoriamente

##### 1) Comissão de Revisão de Óbitos.

Apresentação mensal de relatório da Comissão de Revisão de óbitos com análise dos óbitos ocorridos por faixa etária e medidas adotadas;

Encaminhar mensalmente relatório dos óbitos maternos e infantis ao Gestor local

##### 2) Comissão de Revisão de Prontuários

Apresentações trimestrais de relatório, contendo itens relacionados à organização dos prontuários e a qualidade dos registros; Outros indicadores estabelecidos pela ANVISA.

##### 3) Comissão de Infecção Hospitalar

CCIH - Enviar relatório produzido pela comissão ao gestor local trimestralmente.

#### c) Participação nas Políticas Prioritárias do SUS

##### 1) HumanizaSUS

Implementação da política de humanização:

Priorizar áreas com maior desconforto e espera dos pacientes;

Implementar canal de comunicação entre a instituição e usuários e trabalhadores, com sistemática de respostas e divulgação dos resultados;

Implementar visita aberta no mínimo de 2h/dia e considerando horários especiais (integrais) para acompanhante de crianças, gestantes e "casos especiais".

Indicador:

Percentual de implementação do projeto.

##### 2) Política Nacional de Medicamentos ações a serem implementadas:

Promoção do uso racional de medicamentos, destacando a adoção de medicamentos genéricos.

Desenvolver o processo educativo dos consumidores de medicamentos.

Garantia da segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, mediante o desenvolvimento da capacidade administrativa de imposição do cumprimento das normas sanitárias, organizadas no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

##### 3) Saúde do Trabalhador

Levantamento trimestral de absenteísmo, incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho em funcionários do Serviço.

#### 4) Captação de órgãos ações a serem implementadas:

Capacitação total para a localização de potencial doador de órgãos, com possibilidade diagnóstica completa para morte encefálica atestada pelo SNT.

Organização e pleno funcionamento de Comissão Intra-Hospitalar de Captação de Órgãos, com equipe nomeada e disponível para a função (nos moldes da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar);

Apresentação e relatórios de atividades à respectiva Central de Transplante Estadual.

Notificação à Central de Transplantes do Estado de todos os casos de ocorrências de morte encefálica (potenciais doadores de órgãos) na instituição, no momento de seu diagnóstico.

Criação de uma rotina hospitalar que permita a entrevista aos familiares de todos os pacientes que evoluem para óbito durante a internação a fim de oferecer a possibilidade de doação de córneas. Eficácia na captação de órgãos e tecidos.

Indicadores:

Captação efetiva de córneas, atingindo x % de doadores em relação ao número de óbitos. (10% = "padrão ouro").

Taxa de mortalidade institucional (média mensal, por série histórica), para o cálculo da captação efetiva de doadores de córneas.

Notificações de ocorrências de morte encefálica:

Número de doadores captados.

Parâmetros:

Estima-se que 10% dos óbitos ocorridos em UTI e 1% dos óbitos de uma determinada população sejam com diagnóstico de morte encefálica;

#### 5) Alimentação e Nutrição ações a serem implementadas:

Elaborar e atualizar protocolos clínico-nutricionais e cardápios para as patologias que necessitam de terapia nutricional mais frequentes no hospital, diferenciados para as fases do ciclo de vida (principalmente crianças, adultos e idosos); e por nível de atendimento (ambulatorial, cirúrgico, internações gerais )

Avaliar e acompanhar o estado nutricional dos pacientes internados e orientar a dieta para alta hospitalar ou tratamento ambulatorial;

Acompanhar a implantação e o monitoramento dos procedimentos relacionados à preparação de dietas enterais e alimentação infantil (lactário), de acordo com as normatizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Capacitar os profissionais que trabalham na área de alimentação e nutrição e promover rotinas de apresentação de discussões sobre o tema e estudos de caso com equipes multidisciplinares.

Estimular práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

#### 6) HIV/DST/AIDS ações a serem implementadas:

Realização de teste rápido para HIV em sangue periférico em 100% de parturientes que não apresentem teste HIV no pré-natal; Realizar teste rápido para Aids nos usuários que procuram o serviço de urgência.

Realização de VDRL e TPHA confirmatório (reagentes para VDRL) em 100% das gestantes que ingressarem na maternidade para parto, nos termos da Portaria 2.104/GM, de 19/11/2002. Nos casos de aborto, desde que pactuado com o gestor.

Disponibilizar administração do AZT xarope na maternidade para os RN filhos de mães soropositivas para HIV diagnosticadas no pré-natal ou na hora do parto, garantindo-se que a primeira dose seja administrada, ainda na sala de parto.

#### 7) Desenvolvimento Profissional

Desenvolver uma política de Educação Permanente para os trabalhadores do hospital visando desenvolvimento profissional e o fortalecimento do trabalho multiprofissional, a diminuição da segmentação do trabalho e a implantação do cuidado integral.

Indicador:

Número de horas de treinamento por mês

d) Gestão Hospitalar  
Desenvolvimento em conjunto com o gestor de protocolos de referência e contra-referência;  
Aplicação de ferramentas gerenciais que induzam:  
- gestão participativa  
- qualificação gerencial  
- sistema de avaliação de custos  
- sistema de informação  
Apresentar mensalmente relatório de desempenho das metas estabelecidas neste Plano e ações apontadas neste contrato/convênio ;

Rio do Sul (SC), 28 de agosto de 2012.

TÂNIA REGINA CIPRIANI Secretária Municipal de Saúde CONVENIENTE	ASTRID HELGA DYCK Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul / Hospital Samária CONVENIADA
---	---

Testemunhas:

TRAUDI S. SANTANA Diretora – Hospital Samária CPF: 671.557.239-91	LUCIANE ARAÚJO MATTANA Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF: 882.569.600-00
---	---

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Decreto Municipal Nº 092/2012

Decreto Municipal nº 092/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 6.673,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 6.673,00 (seis mil e seiscentos e setenta e três reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4026 MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 6.673,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: Excesso de Arrecadação

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal, em 1 de novembro de 2012.

Prefeito Municipal PEDRINHO ANSILIERO	Contador CRC - SC-15.177/0 ALVARO ANTÔNIO BISCARO
--	--

#### Decreto Municipal Nº 093/2012

Decreto Municipal nº 093/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 10.000,00

TANIA REGINA DALPIZZOL, GESTOR de SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAÚDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4014 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAÚDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4014 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do GESTOR, em 1 de novembro de 2012.

#### Decreto Municipal Nº 095/2012

Decreto Municipal nº 095/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 16.100,00

TANIA REGINA DALPIZZOL, GESTOR de SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAÚDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4016 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS  
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 16.100,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: Excesso de Arrecadação  
Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do GESTOR, em 7 de novembro de 2012.

Presidente	Contador CRC 15.177
TANIA REGINA DALPIZZOL	ALVARO ANTÔNIO BISCARO

### Retificação - Decreto Municipal Nº 094/2012

RETIFICAÇÃO DECRETO N. 094/2012, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto n. 094/2012, o qual foi redigido sob o n. 092/2012, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na edição n. 1114, de 08 de novembro de 2012, p. 192, retifica-se o referido Decreto para o seguinte texto:

DECRETO N. 094/2012, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012  
Decreto Ponto Facultativo.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base nos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo Municipal, o dia 16 de novembro de 2012 (sexta-feira), em todas as repartições públicas municipais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de novembro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário De Administração E Finanças

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 1290/12

DECRETO Nº 1290, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012  
DECLARA PONTO FACULTATIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, nos dias 16 e 17 de novembro de 2012, por ocasião da comemoração da Proclamação da República - feriado nacional de 15 de novembro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.517, de 08 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.517, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel, para fins de avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a necessidade de se avaliar os bens imóveis descritos no art. 1º deste Decreto, para fins de permuta;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o lote urbano número 05 (cinco) com área de 660,07m² (seiscentos e sessenta vírgula zero sete metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade da Senhora Dilecta Pedrosso, localizado no loteamento popular Argeu Barbosa, na comunidade de Lageado Grande, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme matrícula nº 13.916, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil, inscrito no CREA-SC sob o nº 066134-5, para expedir Laudo de Avaliação dos seguintes bens imóveis:

I - parte do lote urbano número 16 (dezesseis), da quadra 09, série "L", com área de 510m² (quinhentos e dez metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, situado na rua Gilio Rezzieri, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme matrícula nº 15.771, do Cartório de Registro de Imóveis local, constante no Anexo Único deste Decreto; e

II - lote urbano número 05 (cinco) com área de 660,07m² (seiscentos e sessenta vírgula zero sete metros quadrados), sem



**Prêmio FECAM  
de Fotografia**

Retratos das riquezas de Santa Catarina

Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



benfeitorias, de propriedade da Senhora Dilecta Pedrosso, localizado no loteamento popular Argeu Barbosa, na comunidade de Lageado Grande, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme matrícula nº 13.916, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar nos imóveis mencionados no art. 2º, a fim de promoverem medições e levantamentos que se fizerem necessários.

Art. 4º O Engenheiro deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 5º Para cobrir as despesas decorrentes da execução deste Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 08 de novembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação 173/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 12/12/2012, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2012, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 23/2012. DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DO IMÓVEL: LOTE INDUSTRIAL 14, COM ÁREA DE 6.277,48m² MATRÍCULA Nº 15.408, LOCALIZADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO, A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação 174/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 12/12/2012, às 16:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/2012, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 24/2012. ALIENAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS: ÁREA PÚBLICA II, COM ÁREA DE 322,10M², MATRÍCULA Nº 15775, LOTE Nº 46, COM ÁREA DE 687,39 M², MATRÍCULA Nº 15776; E LOTE Nº 47, COM ÁREA DE 377,08 M², MATRÍCULA Nº 15777, AMBOS SEM BENFEITORIAS, SITUADOS NO LOTEAMENTO BETT, NESTE MUNICÍPIO.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal



## **O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão**

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 07/11/2012****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 07/11/2012 até 07/11/2012

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>204.208,77</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	111.266,10
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	68.412,64
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	9.781,38
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	12.500,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Vigilância em Saúde	4.331,26
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Outros Recursos SUS MAC - CEO	8.800,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00	Prog melhor acesso qualidade - PMAQ (RAB PMAQ SM)	33.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	3.485,46
4.1.7.2.1.34.02.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD-PBF	3.485,46
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	39.368,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	39.368,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	92.942,67
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	92.942,67
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	55.765,60
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	37.177,07

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 08/11/2012

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:  
**[www.egem.org.br](http://www.egem.org.br)**

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação

#### AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. JUNTAMENTE COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Avisa da abertura do Processo nº. 13.2012 MODALIDADE: Pregão Presencial. Registro de Preços

**OBJETO:** Aquisição estimada e parcelada de Material de Enfermagem para o Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura de São Pedro de Alcântara/SC, conforme especificações, quantitativos e valor de referência do ANEXO I do Edital.

As licitantes deverão apresentar em sua proposta cópia ou comprovante do registro dos objetos licitados no Ministério da Saúde. TIPO: Menor Preço por Item. DATA DE ABERTURA: 26/11/2012 às 13:30:h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, 2ª feira das 13:00 às 19:00h e de 3ª a 6ª feira das 07:00 às 13:00h, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202. São Pedro de Alcântara, 18/11/2012

ERNEI JOSÉ STAHELIN - Prefeito Municipal.

# Schroeder

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2.533/2012, de 08 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 2.533/2012, de 08 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando a avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 08 de novembro de 2012;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Daniella Maria Volani de Souza	C-2	C-2-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 08 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT  
Secretária de Educação, Cultura,  
Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

### Portaria Nº 4.815/2012, de 08 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.815/2012, de 08 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de exoneração do servidor comissionado, Sr. Paulo Roberto dos Santos Lima, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT DENILSON WEISS  
Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

### Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 91/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2012-PMS

PROCESSO Nº. 144/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

**OBJETO:** locação de sistema PA de sonorização para realização do espetáculo "Auto de Natal" que acontecerá nos dias 14 e 15 de dezembro do ano corrente, nas dependências do complexo Esportivo Alfredo Pasold para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de novembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de novembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 09 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



## Edital de Contribuição de Melhoria Rua Florianópolis \_schroeder - SC

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CME - 00036/2012

A Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, que a Prefeitura Municipal de Schroeder, com base nos Artigos 241, 242 e 243 da Lei Complementar 01/1995 - Código Tributário de Schroeder. Torna público o presente edital para Lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, decorrente da PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - RUA FLORIANÓPOLIS - CONFORME EDITAL DE PRAÇA 01/2012, publicado no diário oficial dos municípios, edições 1111, 1112 e 1114/2012.

### Item 01 - Identificação dos Sujeitos Passivos:

Imóvel	Proprietário	Valor Lançado
810	MARLINDO REINOLDO VOLLES	1.028,75
811	GERALITO ANTONIO DE ANDRADE	1.152,56
812	ADELAR RABUSKE	1.118,73
814	ALBERTINA ROSA BORINELLI	2.270,77
815	MAYRON PAVANELLO	1.146,91
816	ALVARO LANGE	1.113,08
817	GENECIR RAIMUNDO GRANDO SCOR-SATO	1.134,81
818	LEANDRO BAUER	1.135,61
819	VALDECIR STEINERT	1.178,26
820	ALCIR DUWE	1.117,90
821	HEINS VOLLES	1.140,52
822	ADEMIR FISCHER	3.352,39
831	CELSE TOMASELLI	2.451,81
833	MILANO EXPORT LEGNO LTDA	1.827,87
837	SEMAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	20.821,99
838	DECIO SEIDEL	769,18
840	EUNICE GIELOW	795,91
842	NELSON VOLLES	830,12
843	NELSON PAVANELLO	947,58
844	AMARILDO LANGE	1.229,65
845	MARIO ENDER	1.415,51
868	COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRO-LEO JUNIOR LTDA.	1.210,97
916	ERICO BORINELLI	16.127,28
3539	RUI MARCIEL CORREA	1.122,30
3540	VANDERLEI DA SILVA	1.157,40
3542	MARLINDO REINOLDO VOLLES	1.227,90
3563	ALCIDES PEREIRA VIANA	1.090,39
4318	MILANO EXPORT LEGNO LTDA	3.155,38
4468	HILÁRIO RABUSKE	1.202,78
4983	RUDIMAR HILGER	1.023,71
6155	GERMANO FISCHER	1.319,77
6156	LEANDRO FISCHER	1.154,96
6157	GERMANO FISCHER	518,85
6158	GERMANO FISCHER	521,93
6159	GERMANO FISCHER	504,74
8029	SEMAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	755,13
8030	ORIVAL PIRES	1.417,40
9092	RANCHO BOM SUPERMERCADOS LTDA.	6.281,43
10490	OSVIN JURCK	16.453,51

Item 02 - Memorial Descritivo da obra:  
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - RUA FLORIANÓPOLIS - CONFORME

EDITAL DE PRAÇA 01/2012, trecho de:5522,7m².

### Item 03 - Condições de Pagamento:

Ficam convocados os contribuintes supracitados a comparecerem no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Schroeder, com Paço Municipal a Rua Marechal Castelo Branco, número 3.201, bairro centro,, Schroeder(SC), no período de 30(trinta) dias, contados da notificação individual.

Schroeder(SC), 9 de Novembro de 2012.

MILTON TRAPP JUNIOR

Fiscal de Tributos

Matrícula 1559

# Timbó

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2.920 de 05 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 2.920 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "CEDENIR MINUZZI", situado no lado ímpar da Rua Tubarão, distando pelo lado direito do imóvel, 181,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Pomeranos, nesta Cidade, com a área de 1.375,34m² (Hum mil, trezentos e setenta e cinco metros e trinta e quatro decímetros quadrados), processo D-026/2012 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente CEDENIR MINUZZI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 24.051, datado de 23 de outubro de 2012.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 21.299, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.06.016.0018.001 e está assim constituído:

#### a) Desmembrar 02 (duas) áreas;

01 - Área nº 01 (um) - com área de 744,18m² (Setecentos e quarenta e quatro metros e dezoito decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Tubarão, distando pelo lado direito do imóvel, 181,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Pomeranos; estremando na frente em 18,45 metros com o lado ímpar da Rua Tubarão; fundos estrema em 18,26 metros com a área nº 02; lado direito estrema em 39,96 metros com terras de Luiz Antonio Rozza, matrícula nº 17.812, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 41,39 metros com terras de Gertrud Mayr, Supermercados Lojas Lorenz S/A, Genésio Slomp, Hercílio Correa e Celso Berri, matrícula nº 1.438, livro 2;

02 - Área nº 02 (dois) - com área de 631,16m² (Seiscentos e trinta e um metros e dezesseis decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Jaraguá, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 236,22 metros da esquina formada com o lado par da Rua Pomeranos; estremando na frente em 18,69 metros com o lado par da Rua Jaraguá; fundos estrema em 18,26 metros com a área nº 01; lado direito estrema em 37,14 metros com terras de Gertrud

Mayr, Supermercados Lojas Lorenz S/A, Genésio Slomp, Hercílio Correa e Celso Berri, matrícula nº 1.438, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 32,18 metros com terras de Luiz Rozza, matrícula nº 4.956, livro 2. Edificado com uma casa residencial de alvenaria, um pavimento, com área de 80,00m<sup>2</sup>, sob nº 256; continuação do Decreto n.º 2.920/2012, fls. 02

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 05 de novembro de 2012.  
DARCIZIO BONA  
Prefeito de Timbó em exercício

### **Decreto Nº 2924, de 05 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 2924, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012  
Homologa o Regimento Interno do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó-TIMBOPREV.

Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V e VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "e", "f", "g" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, com fundamento na Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,  
DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó-TIMBOPREV, na forma do texto em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA  
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBÓPREV

### **CAPÍTULO I**

#### **DA NATUREZA, SEDE E COMPETÊNCIA**

Art. 1º O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBÓPREV, Autarquia Municipal em regime especial, com sede em Timbó - Santa Catarina, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 411, de 26 de dezembro de 2011, tem por finalidade gerir o Plano de Seguridade Social, assegurando o direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, promovendo a seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de aposentadoria por idade, invalidez e tempo de contribuição e nos eventos de morte, doença, reclusão

e maternidade.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 2º O TIMBÓPREV é administrado colegialmente pelo Conselho de Administração e coordenado pelo Presidente e Vice Presidente, tendo a seguinte estrutura organizacional:

I - órgão administrativo:

- a) Conselho de Administração
- b) Comitê de investimentos

II - órgão de fiscalização:

- a) Conselho Fiscal.

III - Órgãos operacionais:

- a) Perícia Médica

§ 1º O Presidente e o Vice Presidente compõem a Diretoria Executiva do TIMBÓPREV, incumbida de planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades afetas ao Instituto.

§ 2º A estrutura organizacional do TIMBÓPREV, para atender às suas finalidades legais, observa os seguintes princípios:

- a) promoção do fortalecimento e integração gerencial do nível estratégico da organização;
- b) compartilhamento de compromissos;
- c) transparência nas decisões;
- d) descentralização decisória com foco em resultados;
- e) maior autonomia às instâncias técnicas dos órgãos e unidades descentralizadas, com o provimento dos recursos necessários;
- f) gestão por processos, com características empreendedoras, visando ampliação e melhoria dos serviços prestados aos segurados do Instituto;
- g) profissionalização da Organização.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

Art. 3º Compete ao Conselho de Administração:

- I - Decidir sobre as aplicações financeiras dos recursos do TIMBÓPREV;
- II - Elaborar e votar o seu Regimento Interno;
- III - Aprovar o orçamento do TIMBÓPREV;
- IV - Aprovar o Plano de Contas do TIMBÓPREV;
- V - Promover a avaliação técnica do TIMBÓPREV;
- VI - Promover educação previdenciária;

Art. 4º. Compete ao Comitê de Investimentos:



I - Acompanhar o desempenho da carteira de investimentos do TIMBOPREV, em conformidade com os objetivos estabelecidos pela Política de Investimentos;

II - Submeter à análise do Conselho de Administração do TIMBOPREV o credenciamento e a contratação ou substituição de gestores/administradores/corretoras e agente custodiante, com base em parecer técnico;

III - Analisar a alocação dos recursos por cada segmento de mercado;

IV - Atualizar a Política de Investimentos de acordo com a evolução da conjuntura econômica;

V - Analisar os pareceres e avaliações do cenário macroeconômico, proposta pela área de investimentos, avaliando seu impacto na carteira de investimentos do TIMBOPREV;

VI - Assegurar prudência dos investimentos do TIMBOPREV.

Art. 5º. Compete ao Conselho Fiscal:

I - escolher o seu Presidente e organizar-se para o exame dos balancetes mensais, contas e despesas extraordinárias do TIMBOPREV,

II - emitir parecer e propor ao Conselho de Administração as medidas que julgar conveniente.

#### CAPÍTULO IV

##### DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 6º O TIMBÓPREV é administrado colegialmente, sendo coordenado pelo seu Presidente e Vice Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. As deliberações do Presidente terão a forma de Portaria.

#### CAPÍTULO V

##### DAS ATRIBUIÇÕES

###### Seção I

###### Do Presidente

Art. 7º Ao Presidente incumbe:

I - a representação do TIMBÓPREV, inclusive em juízo;

II - a coordenação geral da autarquia;

III - a movimentação das contas bancárias e das aplicações, em conjunto com um membro do Conselho de Administração designado para este fim;

IV - a administração geral dos recursos humanos, inclusive a realização de concursos públicos para o preenchimento das vagas especificadas em lei;

V - a autorização para a abertura de licitações, sua homologação e contratações;

VI - autorizar a concessão das prestações do regime previdenciário;

VII - firmar convênios/contratos/programas de trabalho com o Ministério da Previdência Social, ou outros órgãos públicos e privados para atender as necessidades do TIMBOPREV;

VIII - prestar as informações solicitadas pelos órgãos competentes;

IX - apreciar a admissibilidade dos recursos para julgamento do Conselho de Administração.

###### Seção II

###### Do Vice Presidente

Art. 8º Compete o Vice Presidente:

I - assistir ao Presidente do TIMBÓPREV em sua representação política e social e ocupar-se da comunicação social e do preparo e despacho do seu expediente administrativo;

VI - coordenar a comunicação gerencial e a disseminação de informações institucionais, no âmbito do TIMBÓPREV;

VII - opinar sobre processos licitatórios de obras e serviços;

VIII - controlar operações bancárias do TIMBÓPREV, acompanhando as aplicações financeiras, resgates, saldos, transferências, depósitos e outros;

IX - prestar informações aos Conselhos de Administração e Fiscal, sempre que lhe for solicitado;

XII - propor ao Presidente ações de modernização administrativa;

XIII - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

XIII - substituir o Presidente quando de sua ausência.

###### Seção III

###### Dos Outros Cargos - Do Contador

Art. 9º Compete ao Contador:

I - realizar a contabilidade sintética no âmbito do TIMBÓPREV;

II - transmitir ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério da Previdência Social os elementos e informações estabelecidas na legislação pertinente;

III - fornecer ao Presidente, os elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro, nos prazos estabelecidos;

IV - coordenar e orientar os assuntos relativos ao controle financeiro da execução orçamentária, das modificações do detalhamento da despesa, dos processos de créditos adicionais, à elaboração de programação financeira de desembolso e à movimentação de fundos;

V - estudar e propor normas, que complementem e disciplinem as atividades de administração financeira;

VI - evidenciar, no acompanhamento da execução orçamentária, as diferenças que, durante o exercício, se verificarem entre as operações realizadas e as fixadas;

VII - propor a descentralização dos créditos orçamentários ou adicionais;

VIII - relacionar os créditos adicionais com vigência para o exercício seguinte;

IX - elaborar balancetes anuais e mensais;

X - levantar os balanços da Receita e Despesa mensais acumulados,

a fim de evidenciar as operações financeiras ocorridas no mês e até o mês, com base nos elementos que forem enviados;

XII - manter os Conselhos de Administração e Fiscal, bem como o Presidente do Instituto informados sobre a situação contábil e financeira do TIMBÓPREV.

XIII - ratificar ato que autoriza despesa nos casos de inexigibilidade e dispensa de que trata o artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

XIV - manter informações técnicas atualizadas, coordenar e operacionalizar as atividades, junto aos sistemas de gestão do TIMBÓPREV, referentes a patrimônio, material, divulgação, registro, controle, cadastramento de fornecedores e acompanhamento das licitações e contratos;

XV - solicitar a apuração de responsabilidade pelo desvio, falta ou destruição de bens patrimoniais;

XVI - manter controle físico, contábil e financeiro dos materiais de consumo em estoque e dos bens patrimoniais, estabelecendo cronograma de aquisição e requisição, promovendo o inventário dos bens de consumo e permanente;

XVII - propor a constituição de Comissões de Licitação, Recebimento de Materiais e Comissões e de Fechamento de Inventários;

XVIII - elaborar empenhora e efetuar pagamentos do TIMBÓPREV;

XIX - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

#### Seção IV

#### Do Auxiliar de Serviços Administrativos

##### Art. 10º Compete ao Auxiliar de Serviços Administrativos:

I - planejar, agendar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades e procedimentos de perícia médica e de controle operacional de benefícios;

II - orientar as atividades dos serviços de protocolo, apoio e gerenciamento de convocação dos segurados;

III - classificar, organizar e manter a memória técnica das normas e informações relativas a benefícios, decorrentes de decisões periciais;

IV - promover o acompanhamento estatístico e gerencial da execução dos projetos e atividades relativas à área de benefícios, decorrentes de decisões periciais, consolidando estas informações;

V - operacionalização da compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e outros regimes de previdência;

VI - operacionalização dos sistemas COMPREV e SIPREV;

VII - receber e instruir os processos de benefícios, encaminhando os processos de aposentadorias ao Tribunal de Contas do Estado para devida homologação;

VIII - responder diligências do Tribunal de contas nas matérias correlacionadas a concessão de benefícios previdenciários;

IX - encaminhar processos para compensação previdenciária;

X - estabelecer diretrizes gerais para o desenvolvimento de planos,

programas e metas das atividades de reconhecimento inicial, manutenção, recurso e revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários, bem como as relativas à compensação previdenciária;

XI - executar as atividades de:

a) orientação e informação aos segurados e beneficiários;

b) projeção e demonstração da possibilidade de reconhecimento inicial de aposentadoria;

XI - analisar e controlar os processos de benefícios previdenciários;

XII - coordenar, analisar e instruir os processos relativos à averbação de tempo de contribuição e os destinados a revisão de aposentadoria;

XIII - realizar diligências e solicitações necessárias a instrução dos processos.

IX - intimar o segurado ou beneficiário da decisão preferida nos autos dos processos;

X - expedir certidões;

XI - revisar o cálculo relativo ao valor correspondente ao benefício previdenciário;

XII - controlar os processos relativos aos benefícios de pensão, auxílio-reclusão e aposentadoria;

XIII - verificar a regularidade e autenticidade de documentos;

XIV - manter atualizado o sistema informatizado utilizado pelo TIMBÓPREV;

XV - elaborar e manter relatório dos servidores aposentados pelo Instituto, bem como atualizados os dados de cada servidor;

XVI - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

#### CAPÍTULO VI

##### DA PERÍCIA MÉDICA

Art. 11 Compete à Perícia Médica Oficial realizar as inspeções médicas dos servidores do Poder Legislativo e do Poder Executivo e suas Autarquias e Fundações, para efeito de:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) reversão de aposentadoria por invalidez;
- c) auxílio-doença;
- d) salário-maternidade.

#### CAPÍTULO VII

##### DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PREVIDENCIÁRIOS

#### Seção I

Dos processos que não necessitam de instrução pericial

Art. 12 Os processos que não necessitam de instrução pericial iniciarão sua tramitação junto ao TIMBÓPREV, através de requerimento devidamente protocolizado.

Art. 13 No transcurso do processo os servidores do TIMBÓPREV poderão realizar diligências a fim de instruir o requerimento do benefício previdenciário.

Parágrafo Único - Extingui-se o processo, sem julgamento de mérito, quando por não promover os atos e diligências que lhe competir, o requerente abandonar o pedido por mais de 30 (trinta) dias, contados da ciência do despacho.

Art. 14 Os requerimentos de benefícios previdenciários serão decididos no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 15 Caberá pedido de reconsideração no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou ciência, pelo interessado, da decisão.

§1º O pedido de reconsideração deverá ser despachado em cinco dias e decidido dentro de trinta dias.

§2º Em caso de provimento do pedido de reconsideração os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 16 Caberá recurso, ao Presidente, do indeferimento do pedido de reconsideração.

§1º O prazo para interposição do recurso é de trinta dias contados da publicação ou ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

§2º O recurso poderá ser recebido, com efeito suspensivo, a juízo do Presidente.

§3º O julgamento do recurso ocorrerá no prazo de até trinta dias contados da data da sua protocolização.

§4º O Diretor Presidente poderá valer-se de parecer da Assessoria Jurídica para decisão do recurso.

Art. 17 Caberá recurso, ao Conselho de Administração, da decisão proferida pelo Presidente.

§1º O prazo para interposição do recurso é de cinco dias contados da publicação ou ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

§2º O recurso poderá ser recebido, com efeito suspensivo, a juízo do Diretor Presidente.

§3º O julgamento do recurso ocorrerá no prazo de até trinta e cinco dias contados da data da sua protocolização.

§4º Somente estarão sujeitos a julgamento pelo Conselho de Administração os recursos que versarem sobre matéria meramente de direito e que não dependam de decisão médica pericial.

§5º A admissibilidade do recurso será apreciada pelo Diretor Presidente.

Art. 18 Não cabe recurso administrativo da decisão do Conselho de Administração.

## Seção II

Dos processos que necessitam de instrução pericial

Art. 19 Os processos que necessitam de instrução pericial iniciarão sua tramitação junto ao TIMBÓPREV, através de requerimento devidamente protocolizado.

Art. 20 Atestados médicos retroativos não serão acatados pelo TIMBÓPREV, salvo quando apresentados juntamente com o

prontuário de atendimento;

Art. 21 Para efeito do disposto no artigo 10, alínea "c", os atestados médicos emanados por médicos assistentes deverão ser apresentados ao Instituto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em casos devidamente justificados e comprovados.

Art. 22 O Benefício de auxílio-doença será imediatamente cassado quando o servidor não comparecer a perícia médica oficial agendada, salvo em casos devidamente justificados e comprovados.

Art. 23 O segurado afastado por auxílio-doença poderá solicitar prorrogação do benefício mediante a apresentação de novo atestado médico, desde que não haja interrupção na concessão do benefício.

Parágrafo único - Considerar-se-á prorrogação do auxílio-doença quando os atestados apresentados fundamentarem-se no mesmo CID - Código Internacional de Doenças.

Art. 24 O segurado será notificado pessoalmente do resultado da análise da Perícia Médica.

Art. 25 determinada a aposentadoria por invalidez, indicada pela perícia médica do Instituto, encaminhar-se-á o processo aos servidores do TIMBÓPREV para prosseguimento do feito.

## CAPÍTULO VIII

### DA AUTUAÇÃO E INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS

Art. 26 Os processos serão autuados com os documentos apresentados pelo requerente juntamente com o formulário padrão de requerimento do TIMBÓPREV.

Art. 27 O formulário padrão de requerimento do TIMBÓPREV conterá, além do número do processo, o assunto, a data e os dados do requerente.

Art. 28 As folhas do processo deverão ser relacionadas em ordem cronológica de acontecimento, sendo devidamente numeradas e rubricadas no canto superior direito pela autoridade responsável pela instrução, utilizando-se, para esse fim, carimbo próprio do Instituto.

Art. 29 A folha número 1 (um) do processo corresponderá ao formulário padrão de requerimento do TIMBÓPREV.

Art. 30 Os encaminhamentos do processo serão registrados no formulário padrão de requerimento do TIMBÓPREV.

Art. 31 Os documentos incluídos posteriormente no processo deverão ser numerados e rubricados pelo responsável pela inclusão.

Art. 32 Os autos não deverão exceder a 200 folhas em cada volume, com afixação dos grampos na margem esquerda dos documentos.

Art. 33 Excedido o número de folhas dos autos formar-se-ão outros volumes.

Parágrafo único - Ocorrendo à inclusão de um documento que exceda as 200 folhas dos autos, este deverá iniciar um novo volume, sendo vedado o desmembramento do mesmo.

Art. 34 Lavrar-se-á termo de encerramento e a abertura de novos volumes pela autoridade competente que efetuar a autuação.

Art. 35 Para efeitos de contagem de tempo de serviço em outras

previdências, somente será aceito se a certidão emitida pelo órgão competente for original.

Art. 36 Concluído o processo efetuar-se-á a digitalização e o arquivamento do mesmo

## CAPÍTULO XI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e ou os servidores que prestam serviços ao TIMBOPREV que se deslocar do Município em caráter eventual ou transitório, em razão do exercício de sua função, fará jus à diária no mesmo valor atribuído pelo Município de Timbó.

Art. 38 Os segurados aposentados por invalidez serão submetidos, no mínimo de dois em dois anos, ou quando convocados, à inspeção médica pericial para efeito de reversão.

§1º Para fins deste artigo o beneficiário de aposentadoria por invalidez que não se sujeitar a perícia médica, quando convocado pelo TIMBOPREV, terá seu benefício suspenso até a realização do ato pericial.

§2º O segurado poderá solicitar a dispensa da inspeção médica pericial em casos devidamente justificados e comprovados que serão analisados pelo Conselho de Administração do TIMBOPREV.

Art. 39 O aposentado por invalidez e o servidor em gozo do auxílio doença abster-se-á de exercer qualquer atividade remunerada, ou mesmo gratuita, quando esta seja em caráter contínuo ou incompatível com a limitação que ensejou a concessão do benefício, sob pena de cancelamento automático da aposentadoria.

Parágrafo único - Cancelada a aposentadoria o segurado será imediatamente submetido à perícia médica oficial, para fins de retorno ao trabalho.

Art. 40 O pagamento do benefício previdenciário realizar-se-á mediante depósito em conta bancária em nome do beneficiário, seu representante legal ou tutor.

Art. 41 O horário de funcionamento do TIMBOPREV será fixado por Portaria do Presidente.

Art. 42 É assegurado a todos, a obtenção de certidões para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

§ 1º Somente serão disponibilizadas cópias de processos administrativos mediante a restituição dos custos.

§ 2º O custo unitário da fotocópia obedecerá o preço estipulado nos preços públicos praticados pelo município.

Art. 43 O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta do Presidente ou do Conselho de Administração do TIMBOPREV, submetida à apreciação do Conselho de Administração e aprovada por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 44 Este Regimento interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbó-SC, 19 de Outubro de 2012

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do TIMBOPREV

CARMELINDE BRANDT

Membro do Conselho de Administração do TIMBOPREV

GUSTAVO LUIZ MAAS

Membro do Conselho de Administração do TIMBOPREV

JOSÉ STOLF

Membro do Conselho de Administração do TIMBOPREV

RUBEN PARNO

Vice-Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

### Retificação Pregão Presencial N.º 42 2012 - Material de Enfermagem

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2012FMS

RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº. 000042/2012, do tipo menor preço, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DA ÁREA DA ENFERMAGEM/HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO SOCORRO E POLICLÍNICA, sofreu alteração nos itens 12 e 51 do objeto. Ficam alteradas as seguintes redações:

#### 1 - DO OBJETO

Onde se lê:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
12	40	Cx	ALGINATO DE CÁLCIO - CURATIVO MACIO, DE TONALIDADE BRANCA, ESTÉRIL, NÃO ENTRELACADO, EM PLACA OU FITA. COMPOSTO DE FIBRAS DE ALGINATO E SÓDIO QUE ABSORVEM O EXSUDATO DA FERIDA OU SOLUÇÃO SALINA TRANSFORMANDO-SE EM UMA CAMADA FIRME DE GEL. ESTE GEL FORMA UM AMBIENTE ÚMIDO E AQUECIDO ENTRE A FERIDA E O CURATIVO E PERMITE A REMOÇÃO SEM TRAUMA, COM PEQUENO OU SEM NENHUM DANO PARA O TECIDO RECÉM FORMADO. TAMANHO 7,5CM X 12CM - CAIXA C/ 10 CURATIVOS.
51	20	Cx	CURATIVO DE HIDROFIBRA COM PRATA IÔNICA, DE 1 A 2% DE PRATA, ESTÉRIL, MACIO, NÃO ENTRELACADO, COMPOSTO POR FIBRAS DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA. TAMANHO: 15X15CM - CAIXA C/ 5 CURATIVOS.

Leia-se:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
------	------------	---------	-----------



12	40	Cx	ALGINATO DE CÁLCIO - CURATIVO MACIO, DE TONALIDADE BRANCA, ESTÉRIL, NÃO ENTRELAÇADO, EM PLACA OU FITA. COMPOSTO DE FIBRAS DE ALGINATO E SÓDIO QUE ABSORVEM O EXSUDATO DA FERIDA OU SOLUÇÃO SALINA TRANSFORMANDO-SE EM UMA CAMADA FIRME DE GEL. ESTE GEL FORMA UM AMBIENTE ÚMIDO E AQUECIDO ENTRE A FERIDA E O CURATIVO E PERMITE A REMOÇÃO SEM TRAUMA, COM PEQUENO OU SEM NENHUM DANO PARA O TECIDO RECÉM FORMADO. TAMANHO MÍNIMO (DE LARGURA E COMPRIMENTO) 7,5CM - CAIXA C/ 10 CURATIVOS.
51	20	Cx	CURATIVO DE HIDROFIBRA SEM PRATA IÔNICA, ESTÉRIL, MACIO, NÃO ENTRELAÇADO, COMPOSTO POR FIBRAS DE CARBOXIMETIL-CELULOSE SÓDICA. TAMANHO: 15X15CM - CAIXA C/ 5 CURATIVOS.

Salientamos que os materiais dos itens 2, 12, 50, 51 e 61 serão usados no tratamento de feridas dos pacientes, não podendo, portanto, ser de uso cosmético.

O prazo para a entrega, e abertura dos envelopes fica prorrogado para 22 de novembro de 2012 às 08h:15min e a ETAPA DE LANCES fica prorrogado para o dia 30 de novembro de 2012, às 08h15min e respectivamente. Permanecem inalteradas as demais condições do Edital.

Timbó, 08 de novembro de 2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

## SAMAE

### Portaria No SAMAE- 564, 07 de Novembro de 2012.

PORTARIA No SAMAE- 564, 07 de Novembro de 2012.

Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para o SAMAE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no art. 2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2530, de 11/11/2011, RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

#### AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO

Nome	CPF	PERÍODO
SILVIA STEFFEN HOELT-GEBAUM	051.815.139-56	07.11.2012 A 31.12.2012
IVONEI MOREIRA	062.949.939-03	07.11.2012 A 31.12.2012
MICHELE CRISTIANE ERDMANN	084.255.659-10	07.11.2012 A 31.12.2012
EDSON JOSÉ VENANCIO	006.189.469-93	07.11.2012 A 31.12.2012
JOEL OLIVEIRA	074.855.929-98	08.11.2012 A 31.12.2012

MARCOS STEFFEN	765.043.289-00	08.11.2012 A 31.12.2012
----------------	----------------	----------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de Novembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### Portaria Nº SAMAE - 562, de 26 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº SAMAE - 562, de 26 de Outubro de 2012.

Concede Licença Gestante a servidora VANESSA LÚCIA BAHR LAURIOLA .

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002 e com fundamento na Lei 2559 de 09 de Março de 2012, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA À GESTANTE

- para VANESSA LÚCIA BAHR LAURIOLA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Administrativos, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 26 de Outubro do corrente (período de 26/10/2012 a 22/02/2013), conforme Processo RH 85/2012.

Município de Timbó, em 26 de Outubro de 2012.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### Portaria Nº SAMAE - 563, de 07 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº SAMAE - 563, de 07 de Novembro de 2012.

Estabelece horário de trabalho semanal para o cargo de Agente de Manutenção, a contar de 12 de novembro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e,

Considerando que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através do número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em Lei e mediante a necessidade da Administração, conforme estabelecem os artigos 212, §1º da Lei Complementar n. 01/93 e artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988;

Considerando o Decreto Municipal n. 2.893 de 22 de outubro de 2012, que estabeleceu, em caráter excepcional, horário especial de trabalho e expediente nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó em razão da necessidade permanente de adoção de medidas que resultem na redução de despesas, buscando zelar pela economia de recursos públicos;

Considerando a redução da jornada de trabalho prevista pelo Decreto Municipal n. 2.893 de 22 de outubro de 2012;

Considerando que as peculiaridades dos serviços prestados por esta Autarquia Municipal, que impõem a necessidade de adoção de regime especial de trabalho;



Considerando que, em análise aos registros ocorridos no último ano, para melhor atender a população é necessária a manutenção de atendimento por, no mínimo, 18(dezoito) horas diárias ininterruptas;

Considerando que, para atender a esta demanda bem como, à jornada especial de trabalho decorrente do horário de verão, necessária a adoção em caráter temporário de regime de escala de 18(dezoito) horas diárias ininterruptas de serviço, divididas em três turnos únicos e consecutivos de seis horas;

#### RESOLVE:

Art.1º Estabelecer horário de trabalho, de segunda a sexta-feira, para os servidores ocupantes do cargo de Agente de Manutenção, pelo período compreendido entre 12 de novembro até 31 de dezembro do corrente ano.

Parágrafo único. O horário de trabalho do agente será de 6 horas diárias, de segunda a sexta-feira, divididos em três turnos, onde:

- 1º Turno: Das 07:00h às 13:00h, com no mínimo 4 servidores;
- 2º Turno: Das 13:00h às 19:00h, com no mínimo 2 servidor;
- 3º turno: Das 19:00h à 01:00h, com no mínimo 1 servidor.

Art. 2º. O turno semanal de trabalho deverá obedecer escala prévia, nos termos do Anexo I.

Parágrafo Único. O servidor não poderá se ausentar do local de trabalho, exceto para a prestação dos serviços em local diverso.

Art. 3º. Nos finais de semana deverá ser adotada escala de Sobreaviso, nos termos do Anexo II.

Art. 4º Fica vedada a realização de horas extraordinárias, sem a expressa ordem da chefia imediata, respeitado, em todos os casos, os mandamentos do Decreto nº 2.893 de 22 de outubro de 2012.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Lei Nº 01091/2012 de 09 de Novembro de 2012.

Lei nº 01091/2012 de 09 de novembro de 2012.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 233.899,00 (Duzentos e trinta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.066/2011, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a

proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 233.899,00 (Duzentos e trinta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.066 de 07 de dezembro de 2011 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10.00 SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ 10.301.0012.2.030 Manutenção dos Serviços do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 120.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0260 Aplicações Diretas 60.000,00

Proj./Ativ 10.302.0012.2.044 Auxílios Financeiros para Entidades sem Fins Lucrativos

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 40.000,00

Proj./Ativ 10.302.0012.2.053 Manutenção do CIS - Ameosc

3.1.71.00.00.00.00.00.0148 Aplicações Diretas 1.848,56

3.3.71.00.00.00.00.00.0148 Aplicações Diretas 12.022,64

4.4.71.00.00.00.00.00.0148 Aplicações Diretas 27,80

TOTAL. ....R\$ 233.899,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10.00 SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ 10.301.0012.1.024 Construção, Ampliação e Conservação Unidade da Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 20.000,00

Proj./Ativ 10.301.0012.1.025 Aquisição de Veículos, Equip.e Materiais Permanentes

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 110.000,00

Proj./Ativ 10.301.0012.2.030 Manutenção dos Serviços do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.0260 Aplicações Diretas 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0148 Aplicações Diretas 13.899,00

Proj./Ativ 10.302.0012.2.041 Manutenção dos Serviços Ambulatoriais

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 10.000,00

Proj./Ativ 10.301.0012.2.056 Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 20.000,00

TOTAL. ....R\$ 233.899,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC,  
aos 09 de novembro de 2012.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna.

**Decreto Nº 01479/2012 de 09 de Novembro de 2012.**

Decreto nº 01479/2012 de 09 de novembro de 2012.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 233.899,00 (Duzentos e trinta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.066/2011, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1066/2011,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 233.899,00 (Duzentos e trinta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.066 de 07 de dezembro de 2011 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10.00 SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ 10.301.0012.2.030 Manutenção dos Serviços do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 120.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0260 Aplicações Diretas 60.000,00

Proj./Ativ 10.302.0012.2.044 Auxílios Financeiros para Entidades sem Fins Lucrativos

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 40.000,00

Proj./Ativ 10.302.0012.2.053 Manutenção do CIS - Ameosc

3.1.71.00.00.00.00.00.0148 Aplicações Diretas 1.848,56

3.3.71.00.00.00.00.00.0148 Aplicações Diretas 12.022,64

4.4.71.00.00.00.00.00.0148 Aplicações Diretas 27,80

TOTAL ..... R\$ 233.899,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10.00 SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ 10.301.0012.1.024 Construção, Ampliação e Conservação Unidade da Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 20.000,00

Proj./Ativ 10.301.0012.1.025 Aquisição de Veículos, Equip.e Materiais Permanentes

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 110.000,00

Proj./Ativ 10.301.0012.2.030 Manutenção dos Serviços do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.0260 Aplicações Diretas 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0148 Aplicações Diretas 13.899,00

Proj./Ativ 10.302.0012.2.041 Manutenção dos Serviços Ambulatoriais

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 10.000,00

Proj./Ativ 10.301.0012.2.056 Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 233.899,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC, aos 09 de

novembro de 2012.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

**Edital de Convocação**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Governo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVOCA a população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, objetivando colher sugestões para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2013, a ser realizada no dia 14 de novembro de 2012, às 14 horas, tendo como local o Auditório Público Municipal, localizado na Rua João Castilho, centro, na sede do município de Tunápolis - SC.

Tunápolis - SC, 08 de novembro de 2012.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

**Videira**

**PREFEITURA****Decreto Nº 10.230/12**

DECRETO Nº 10.230/12, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 543.500,00 (Quinhentos e quarenta e três mil e quinhentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

04 - Procon

2.006 - Manutenção do Procon

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 1.500,00

03 - Secretaria de Administração

02 - Encargos Especiais

2.014 - Contribuição ao PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 150.000,00

03 - Secretaria Municipal de Administração

02 - Encargos Especiais

2.017 - Amortização e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 350.000,00

03 - Secretaria Municipal de Administração

03 - Segurança Pública

2.021 - Convênio Polícia Militar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 15.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 12.000,00

08 - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social  
02 - Departamento de Ação Social  
2.043 - Manutenção do Departamento de Ação Social  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 15.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 543.500,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2011 e também pelo excesso de arrecadação do exercício de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 10.231/12**

DECRETO Nº 10.231/12, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS  
01 - Fundo Municipal da Saúde  
Proj/Ativ - 2064 - Atenção de Média e Alta Complexidade  
3.3.71.00.00.00.00.00.00.01.0065.17 - Aplicações Diretas  
80.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 80.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1593/12**

PORTARIA nº 1593/12

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no

Processo Administrativo nº 13263/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, na Lei Complementar nº 007/97 - Estatuto dos Servidores,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MARCOS DEMARTINI e ALVAIR LIRIO BARZOTTO para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13263/2012.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Determinar, como medida cautelar, o afastamento da servidora Gisele Pereira do exercício de seu cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1594/12**

PORTARIA nº 1593/12

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13263/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, na Lei Complementar nº 007/97 - Estatuto dos Servidores,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MARCOS DEMARTINI e ALVAIR LIRIO BARZOTTO para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13263/2012.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Determinar, como medida cautelar, o afastamento da servidora Gisele Pereira do exercício de seu cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração

aos 05 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1595/12**

PORTARIA nº 1595/12  
Revoga a Portaria nº 1539/12

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Revogar, a Portaria nº 1539/12, que nomeou LUCIANA XAVIER, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Cibrazen.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de outubro de 2012.

Videira, 05 de novembro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1596/12**

PORTARIA nº 1596/12  
Autoriza Interdição de Rua

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no requerimento datado de 23 de outubro de 2012,

**RESOLVE**

Autorizar a Interdição da Rua Antonio Nico Fávero (Avenida Beira Rio), no trecho compreendido entre o semáforo até o estabelecimento comercial (fruteira), a partir das 13:30 h às 21:30 h do dia 15 de novembro do corrente ano, para a realização de um evento promovido pela Associação Cultural Comunitária Amigos de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de novembro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1597/12**

PORTARIA Nº 1597/12  
Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço expedida

pelo Paraná Previdência sob o nº 003094, nos assentos funcionais do servidor RUDIMIR TRAVASSO, detentor da matrícula funcional nº 8986, do cargo de provimento efetivo de Fotógrafo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta dos Processos Administrativos nº 12929/12,

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, RUDIMIR TRAVASSO, detentor da matrícula nº 8986 e do cargo de provimento efetivo de Fotógrafo, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Paraná Previdência sob o nº 003094, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 05 de novembro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Extrato do Termo Aditivo N. 0108/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0108/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES  
CPF: 019.439.999-02  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 01 de novembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0242/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0242/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JAQUELINE APARECIDA MEDEIROS THIBES RISSARDI  
CPF: 062.259.229-70  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 27 de novembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0260/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0260/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SIRLEI MARIA TOMAZ DA SILVA  
CPF: 511.380.349-91  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 05 de outubro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0264/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0264/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: PATRÍCIA MENDES DOS SANTOS  
CPF: 010.424.039-37  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**Extrato do Termo Aditivo N. 0288/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0288/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TERESINHA LOURDES CERON  
CPF: 770.575.709-53  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 16 de setembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0308/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0308/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: VANUSA APARECIDA CORREA  
CPF: 076.087.429-84  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 18 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0449/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0449/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: IVONE FABER  
CPF: 423.285.519-04  
VIGÊNCIA: 02 de abril de 2012 até 31 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0481/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0481/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TEREZINHA CONCEIÇÃO DE MORAIS  
CPF: 707.532.379-20  
VIGÊNCIA: 07 de maio de 2012 até 27 de setembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0481/2012 2**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0481/2012  
2  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TEREZINHA CONCEIÇÃO DE MORAIS  
CPF: 707.532.379-20  
VIGÊNCIA: 07 de maio de 2012 até 23 de novembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0517/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0517/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIANE GIRARDI MACEDO  
CPF: 028.077.150-95  
VIGÊNCIA: 12 de junho de 2012 até 09 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Legislativa Nº 002/2012**

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/2012.  
ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º. Altera o § 2º do art. 57 do Regimento Interno da Câmara Municipal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - Na organização das Comissões Permanentes obedecer-se-á ao disposto no art. 53 deste Regimento, não podendo ser eleito para integrá-las o Presidente da Câmara. (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2012.

LEONARDO BOM GUSE

Presidente

MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH

1ª Secretária

**Vitor Meireles**

**PREFEITURA****Decreto Nº 048/2012**

DECRETO 048/2012

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0806, de 02/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.7000 - Gestão do SUS R\$ 15.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.7000 - Gestão do SUS R\$ 165,62

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.3.6400 - Atenção Básica R\$ 12.813,51



Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica  
33000000.00 - Outras Despesas Correntes  
33900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.7000 - Gestão do SUS R\$ 15.165,62

0801 - SECRETARIA DE SAÚDE  
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica  
44000000.00 - Investimentos  
44900000.00 - Aplicações Diretas  
0.3.6400 - Atenção Básica R\$ 12.813,51

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 07 de novembro de 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

#### **Decreto Nº 049/2012**

DECRETO DE N.º 049/2012

#### **FIXA PONTO FACULTATIVO**

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo para repartições públicas da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles no dia 16 de novembro de 2012.

Parágrafo único. O Ponto Facultativo é decorrente do Feriado Nacional de Proclamação da República.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC),  
08 de novembro de 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

#### **Portaria Nº 189/2012**

P O R T A R I A Nº 189/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

#### **EXONERAR:**

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ÉLVIA MACZEWSKI FOSSA  
Cargo: PROFESSOR NIVEL III ACT

Do Quadro de Pessoal admitida em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 161/2012, de 05 de julho de 2012, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 07 DE NOVEMBRO DE 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

#### **Portaria Nº 190/2012**

P O R T A R I A Nº 190/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
**AUMENTAR CARGA HORÁRIA:**

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: GRACIELI MONDINI  
Cargo: PROFESSOR NIVEL I

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 042/2012, de 15 de fevereiro de 2012, passando para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 07 DE NOVEMBRO DE 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## Consórcios

### ARIS

#### Decreto/ARIS Nº 03/2012

Decreto/ARIS nº 03/2012

Altera os membros da Comissão de Licitação, o Pregoeiro e os Membros da Equipe de Apoio.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear as seguintes pessoas para exercício das funções de Comissão de Licitação, Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

I - Comissão de Licitação: Ernani Matos (Ouvidor da ARIS), na condição de Presidente; Clarice Teresinha Lenz (Coordenadora Contábil da ARIS) e Adir Faccio (Diretor de Administração e Finanças), na condição de membros da comissão.

II - Pregoeiro: Ernani Matos (Ouvidor da ARIS);

III - Equipe de Apoio: Clarice Teresinha Lenz (Coordenadora Contábil da ARIS) e Adir Faccio (Diretor de Administração e Finanças).

Art. 2 Este Decreto revoga o Decreto nº 010/2011.

Art3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 07 de novembro de 2012.

ANTÔNIO COELHO LOPES JUNIOR

Presidente da ARIS

Prefeito de Capão Alto

### CIGA

#### Aviso de Licitação Nº 23/2012 - Pregão Presencial Nº 01/2012

Aviso de Licitação nº 23/2012

Pregão Presencial nº 01/2012

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), torna público que fará realizar no dia 23 de novembro de 2012, às 14 horas, licitação na modalidade pregão presencial, tipo menor preço, na Rua Santos Saraiva, nº 1546, bairro Estreito, Cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.070-101, com a finalidade de selecionar propostas para contratação de empresa especializada em serviços dedicados para locação de servidores de rede e armazenamento de dados, possuindo infraestrutura própria (data center), com alta disponibilidade dos dados e integridade das informações, conforme especificações constantes no Edital, disponível no endereço [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br).

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento dos envelopes: 8h30min do dia 12/11/2012.
- Final do recebimento dos envelopes: 13h55min do dia 23/11/2012.
- Limite para impugnação ao edital: 17h30min do dia 21/11/2012.
- Abertura da sessão pública do pregão presencial: 14h00min do dia 23/11/2012.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- E-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br)
- Site: [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.070-101

Florianópolis, 09 de novembro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

#### Extrato Contrato 138 - PGT - Joinville

Extrato de Contrato nº 138/2012

Programa de Gestão Tributária - Joinville

CONTRATANTE: Município de Joinville

CNPJ: 83.169.623/0001-10

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.837,50 (um mil e oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 15 de outubro de 2012.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA



**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**